



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1855

Segunda-feira - 26 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	183	Palhoça	313
Anchieta	3	Gaspar	186	Palmitos	314
Arabutã	15	Governador Celso Ramos	194	Papanduva.....	315
Ascurra.....	18	Guaramirim.....	195	Passo de Torres.....	316
Atalanta.....	19	Guarujá do Sul	198	Paulo Lopes	317
Aurora	22	Herval d'Oeste	199	Penha.....	318
Barra Velha.....	23	Ibiam	200	Pomerode.....	321
Biguaçu	24	Ilhota	201	Ponte Serrada	326
Blumenau	26	Imarui	202	Porto Belo.....	328
Bom Jesus do Oeste	35	Imbituba	203	Porto União.....	329
Bom Retiro	37	Indaial.....	204	Presidente Castello Branco	331
Botuvera.....	38	Ipumirim	211	Rio do Sul.....	332
Braço do Trombudo	39	Itá	220	Salto Veloso.....	333
Brunópolis	107	Itaiópolis	222	Santa Rosa do Sul	336
Brusque.....	108	Itapiranga.....	223	São Bento do Sul.....	337
Caçador.....	116	Itapoá	224	São João do Sul	338
Campo Alegre	124	Joaçaba	227	São José.....	339
Campos Novos	130	Lages	245	São Lourenço do Oeste.....	341
Canoinhas.....	133	Laguna	246	Schroeder	342
Capinzal	135	Lauro Muller	253	Serra Alta	363
Caxambu do Sul.....	137	Lebon Regis	254	Sombrio.....	364
Chapadão do Lageado	138	Lindóia do Sul	255	Tigrinhos	365
Chapecó	139	Luzerna	256	Timbó	366
Cocal do Sul.....	140	Macieira.....	260	Treze Tilias	372
Concórdia	143	Mafra	261	Trombudo Central.....	373
Cordilheira Alta	146	Maracajá	263	Tunápolis	374
Coronel Freitas.....	149	Maravilha.....	264	União do Oeste	375
Coronel Martins.....	150	Massaranduba.....	265	Urussanga	378
Corupá	152	Meleiro	271	Vidal Ramos.....	380
Curitibanos	160	Modelo	275	Videira.....	382
Eral Velho	172	Mondaí.....	277	Vitor Meireles.....	389
Flor do Sertão	176	Monte Carlo	279	Xanxerê.....	391
Forquilha	177	Navegantes.....	295	Xavantina	397
Fraiburgo.....	179	Nova Trento	307	Zortéa	408
Frei Rogério	180	Ouro	311		
Galvão.....	181	Paial	312		

Associações

AMOSC.....	413	AMUREL	413
------------	-----	--------------	-----

Consórcios

CIGA	414
CIS/AMMVI.....	419
CPIMMOC	419
CIGAMERIOS	420

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 67/2015

PREGÃO PRESENCIAL 49/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 67/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição de fardamento e calçado operacional para a Polícia Militar de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 10 de novembro de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 23 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 68/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 50/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL 50/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 68/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 50/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de móveis e equipamentos para Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria de Educação de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 10 de novembro de 2015 às 16h00 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 23 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 69/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 69/2015

PREGÃO PRESENCIAL 51/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 69/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 51/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de veículo 0km para utilização no transporte escolar, o qual será processado e julgado no dia 11 de novembro de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 23 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 70/2015 - CONCORRÊNCIA N.º 2/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 70/2015

CONCORRÊNCIA 2/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 70/2015, na modalidade "CONCORRÊNCIA nº 2/2015", do tipo "MAIOR OFERTA", destinado a concessão de serviços de guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação bem como serviços de remoção de veículos em decorrência de infração à legislação de trânsito nas vias públicas do município de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 26 de novembro de 2015 às 14h00 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Entrega dos envelopes até às 13h30.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 23 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 158/2015

DECRETO Nº. 158/2015, de 09 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N.º 149, DE PROPRIEDADE DE ADELINO SANTIN E ELIDE SANTIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento do lote urbano n.º 149, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do lote urbano n.º 149, com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade de ADELINO SANTIN, CPF nº. 132.997.609-63 e ELIDE SANTIN, CPF nº. 853.983.149-04, situado na Travessa Ipiranga, Centro, Anchieta, Estado de Santa Catarina, conforme MATRÍCULA nº. 4.177.

§1º Esta área será dividida em duas novas áreas, uma com 425,00 m² (quatrocentos e vinte e cinco metros quadrados), ficando uma área remanescente de 575,00 m² (quinhentos e setenta e cinco metros quadrados).

§2º. A situação do lote urbano n.º 149, tendo em vista o disposto no caput deste artigo, é consolidada da seguinte forma:

I – ANTES DO DESMEMBRAMENTO:

a) MATRÍCULA 4.177: Área total de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Travessa Ipiranga, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC, de propriedade de Adelino Santin e sua mulher Elide Santin. O imóvel possui as seguintes confrontações, constantes na matrícula:

Ao Noroeste: Com o lote urbano nº 150, por linha seca de 50,00 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 151, por linha seca de 20,00 metros.

Ao Sudoeste: Em 20,00 metros, com a Travessa Ipiranga.

Ao Sudeste: Com o lote urbano nº 148, por linha seca, de 50,00 metros.

II – APÓS O DESMEMBRAMENTO:

a) Área desmembrada

Parte do Lote Urbano nº 149, com a área de 425,00m² (quatrocentos e vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Travessa Ipiranga, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC. De propriedade de Adelino Santin e sua mulher Elide Santin. O imóvel com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com parte do lote urbano nº 150, por linha seca de 25,00 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 149, por linha seca de 17,00 metros.

Ao Sudeste: Com parte do lote urbano nº 149, por linha seca de 25,00 metros.

Ao Sudoeste: Com a Travessa Ipiranga, numa extensão de 17,00 metros.

b) Área Remanescente

Parte do Lote Urbano nº 149, com a área de 575,00m² (quinhentos e setenta e cinco metros quadrados), destes, 75,00m² ocupado por uma servidão de acesso medido 3,00 metros de largura e 25,00 metros de comprimento, sem benfeitorias, situado na Travessa Ipiranga, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC. De propriedade de Adelino Santin e sua mulher Elide Santin. O imóvel com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com parte do lote urbano nº 150, por linha seca de 25,00 metros. Com parte do lote urbano nº 149 por linha seca de 25,00 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 151, por linha seca de 20,00 metros.

Ao Sudeste: Com o lote urbano nº 148, por linha seca de 50,00 metros.

Ao Sudoeste: Com parte do lote urbano nº 149, de por linha seca de 17,00 metros. Com a Travessa Ipiranga, numa extensão de 3,00 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Revoga-se na íntegra o Decreto 154/2015, de 06 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 09 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 09 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 159/2015

DECRETO Nº. 159/2015, de 09 de outubro de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$

1.000,00 (um mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.3261.0239.2015 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Fundamental

(40) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas

..... R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.3261.0239.2015 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Fundamental

(43) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas

..... R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
09 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 09/10/2015.

Andreia Marafão

Secretário de Administração e Gestão

Decreto 160/2015

DECRETO Nº. 160/2015, de 15 de outubro de 2015.

Autoriza a Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 103.600,00 (cem e três mil e seiscentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.206, de 15 de outubro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 103.600,00 (cem e três mil e seiscentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 13.01.18.542.0455.2.077 – Manutenção e Desenvolvimento de Ações Educativas na Melhoria do Meio Ambiente - Proposta 051541/2013 - FUNASA – na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 051541/2013 – do MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, tem como finalidade a desenvolver ações educativas na melhoria do meio ambiente.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 103.600,00 (cem e três mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0455.2.077 - Manutenção e Desenvolvimento de Ações Educativas

na Melhoria do Meio Ambiente - Proposta 051541/2013 - FUNASA
(.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0744 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

(.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 3.600,00
Total __ R\$ 103.600,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0744 - (00.01.0744) intitulada como Outras Transferências de Convênios com a União - FUNASA -Proposta 051541/2013

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Crédito Autorizado de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), concernente do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos Outras Transferências de Convênios com a União - FUNASA -Proposta 051541/2013, na fonte de Recursos 0744 - (00.01.0744) como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para a Complementação do Crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL
04.122.0021.2.050 – Administração Geral dos Bens e serviços do
Desenvolvimento Local
(114)4.4.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 15 de outubro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 15 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 161/2015

DECRETO Nº. 161/2015, de 15 de outubro de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.207, de 15 de outubro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA: TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais), objetivando onerar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com pessoal e manutenção transporte escolar do Ensino Municipal de responsabilidade deste ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.2.014 - Administração Geral dos Bens e Serviços
do Ensino Fundamental
(....) 3.1.90.00.00.00.00.00.0115 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.361.0239.2.015 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Transporte Escolar – Ens. Fundamental
(.....) 3.3.90.00.00.00.00.0115 -Aplicações Diretas R\$ 29.415,00

3 – ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Transporte Escolar – Ensino Infantil

(.....) 3.3.90.00.00.00.00.0115 -Aplicações Diretas R\$ 2.185,00

TOTAL GERAL R\$ 131.600,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.070 - Ampliação Edificação p/ Escola Centro Municipal
de Educação - Ensino Fundamental

(155) 4.4.90.00.00.00.00.0115 -Aplicações Diretas R\$ 131.600,00

TOTAL GERAL R\$ 131.600,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 15 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 15 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 162/2015

DECRETO Nº. 162/2015, de 15 de outubro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo do Município de Anchieta a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para conclusão da execução da construção do Quartel do Corpo de Bombeiros e altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de crédito adicional especial na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.208, de 15 de outubro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina a Firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para Obra de Conclusão do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município.

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se a Atividade nº 08.01.06.182.0178.1.085 – Obra de Conclusão do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e a Modalidade de Despesa nº 4.4.90.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas, objetivando a Obra de Conclusão do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado nesta Lei e a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

06.182.0178.1.085 – Obra de Conclusão do Quartel Corpo de Bombeiros Militar

(....)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00 Total R\$ 30.000,00

Art. 4. Para o atendimento do Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

06.182.0178.2.037 – Administração Geral dos Bens e Serviços Corpo de Bombeiros Militar

(107)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6. Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º - Ficam revogadas na íntegra a Lei Municipal nº 1.960 de 25 de abril de 2013.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 15 de outubro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 15 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 163/2015

DECRETO Nº. 163/2015, de 19 de outubro de 2015

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – CDM - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 026 de 21 de dezembro de 2011 e Lei Municipal nº. 1.885 de 28 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO algumas alterações de membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM;

DECRETA

Art. 1º. Ficam alterados os seguintes membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM:

I - Representantes dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, a saber:

d) Secretaria de Infraestrutura (SIE): Greice Miguelão (Titular) e Carlinhos Cali (Suplente);

e) Secretaria de Agricultura (SAG): Carlos Augusto Antonietti (Titular) e Ricardo Perin (Suplente);

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Associação Comercial, Industrial e Serviços de Anchieta (ACISA): Aldomar Antonio Moscon (Titular) e Rafaela Somera Zago (Suplente);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando, em partes, o Decreto nº 048/2015, de 04 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 19 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 19 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 164/2015

DECRETO Nº. 164/2015, de 19 de outubro de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

03 – ENCARGOS ESPECIAIS

28.846.0045.3.004 – Pagamento de Sentenças Judiciais e Precatórios

em Regime Especial E.C. nº. 62/2009

(127)	3.1.90.00.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 13.100,00			

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Atenção Básica

(41)	3.1.90.00.00.00.00.00.1106	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 25.000,00			

Total R\$ 38.100,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

03 – ENCARGOS ESPECIAIS

28.846.0045.3.004 – Pagamento de Sentenças Judiciais e Precatórios

em Regime Especial E.C. nº. 62/2009

(128)	3.3.90.00.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 13.100,00			

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Atenção Básica

(45)	3.3.90.00.00.00.00.00.1106	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 25.000,00			

Total R\$ 38.100,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
19 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 19/10/2015.

Andreia Marafão

Secretário de Administração e Gestão

Decreto 165/2015

DECRETO Nº. 165/2015, de 19 de outubro de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.122.0021.2.035 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Planejamento Serviços Urbanos

(86) 3.3.90.00.00.00.00.0256 -Aplicações Diretas

..... R\$ 50.000,00

TotalR\$ 50.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0256 (00.01.0256) intitulada de Contribuição p/ Custeio Serv. Ilumin. Pública-Cosip.

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2015, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.2.30.00 – Contribuição P/Custeio do Serviço de Iluminação Pública, Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 69.567-x, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
19 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 19/10/2015

Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 019_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 019/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de preço visando à aquisição de Aquisição de materiais necessários para divulgação mobilização e aplicação dos questionários do programa BPC na Escola, e material de expediente para ser utilizado na sala de atendimento e reuniões do programa bolsa família, por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 06/11/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 23 outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 020_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 020/2015

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de gênero alimento e produtos de higiene pessoal para serem confeccionados kits de cesta básica, que serão distribuídas a famílias em situação de vulnerabilidade temporária de nosso município, conforme a Lei 2.086/2014, pago com recursos do superávit de Benefícios Eventuais FEAS. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 06/11/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 23 de outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira – Prefeito Municipal

Lei 2.204/2015

LEI Nº. 2.204/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 07.01.15.451.0575.1.080 – Aquisição de Equipamentos Material Permanente p/ Infraestrutura Urbana, na modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 (uma) Máquina Podador para ser utilizada na manutenção dos serviços de jardinagem desta municipalidade.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.080 – Aquisição de Equipamentos Material Permanente

p/ Infraestrutura Urbana

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.067 – Obras e Instalações e Equipamentos e Material

Permanente P/ Infraestrutura do Município

(88) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
 Em 08 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
 Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.205/2015

LEI Nº. 2.205/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e contém outras providências.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 06.01.20.606.145.1.084 – Equipamentos Agrícolas para Extensão Rural – MAPA Proposta 035232/2015 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 035232/2015 – do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E AGROPECUÁRIA (MAPA), tem como finalidade a Aquisição de 01 (um) Trator Agrícola de Pneus para desenvolver as atividades de extensão rural do Município de Anchieta.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 – AGRICULTURA

20.606.0145.1.084 - Equipamentos Agrícolas para Extensão Rural MAPA Proposta 035232/2015

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0252 -Aplicações Diretas R\$ 97.500,00

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Total R\$ 100.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0252 - (00.01.0252) intitulada como Outras Transferências de Convênios da União-MAPA, Proposta 035232/2015.

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito Autorizado

de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), concernente do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos Outras Transferências de Convênios da União-MAPA, Proposta 035232/2015, na fonte de Recursos 0252 - (00.01.0252) como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para a Complementação do Crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.067 – Obras e Instalações e Equipamentos Material Permanente p/

Infraestrutura do Município de Anchieta

(88)4.4.90.00.00.00.00.0091 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 08 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.206/2015

LEI Nº. 2.206/2015.

Autoriza a Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 103.600,00 (cem e três mil e seiscentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 103.600,00 (cem e três mil e seiscentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 13.01.18.542.0455.2.077 – Manutenção e Desenvolvimento de Ações Educativas na Melhoria do Meio Ambiente - Proposta 051541/2013 - FUNASA – na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 051541/2013 – do MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, tem como finalidade a desenvolver ações educativas na melhoria do meio ambiente.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 103.600,00 (cem e três mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0455.2.077 - Manutenção e Desenvolvimento de Ações Educativas

na Melhoria do Meio Ambiente - Proposta 051541/2013 - FUNASA (.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0744 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

(.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 3.600,00
Total ___ R\$ 103.600,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0744 - (00.01.0744) intitulada como Outras Transferências de Convênios com a União - FUNASA -Proposta 051541/2013

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito Autorizado de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), concernente do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos Outras Transferências de Convênios com a União - FUNASA -Proposta 051541/2013, na fonte de Recursos 0744 - (00.01.0744) como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para a Complementação do Crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.050 – Administração Geral dos Bens e serviços do Desenvolvimento Local

(114)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 15 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 15 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.207/2015

LEI Nº. 2.207/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais), objetivando onerar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com pessoal e manutenção de transporte escolar do Ensino Municipal de responsabilidade deste ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
02 - ENSINO FUNDAMENTAL			
12.361.0188.2.014 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental			
(....) 3.1.90.00.00.00.00.00.0115	-Aplicações	Diretas	
..... R\$ 100.000,00			

12.361.0239.2.015 - Administração Geral dos Bens e Serviços Transporte Escolar – Ens. Fundamental			
(.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0115	-Aplicações	Diretas	
..... R\$ 29.415,00			

3 – ENSINO INFANTIL			
12.365.0239.2.021 - Administração Geral dos Bens e Serviços Transporte Escolar – Ensino Infantil			
(.....) 3.3.90.00.00.00.00.00.0115	-Aplicações	Diretas	
..... R\$ 2.185,00			
TOTAL GERAL			R\$ 131.600,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
02 – ENSINO FUNDAMENTAL			
12.361.0188.1.070 - Ampliação Edificação p/ Escola Centro Municipal de Educação - Ensino Fundamental			
(155) 4.4.90.00.00.00.00.00.0115	-Aplicações	Diretas	
..... R\$ 131.600,00			
TOTAL GERAL			R\$ 131.600,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 15 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 15 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.208/2015

LEI Nº. 2.208/2015.

Autoriza o Poder Executivo do Município de Anchieta a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para conclusão da execução da construção do Quartel do Corpo de Bombeiros e altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de crédito adicional especial na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina a Firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para Obra de Conclusão do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município.

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se a Atividade nº 08.01.06.182.0178.1.085 – Obra de Conclusão do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e a Modalidade de Despesa nº 4.4.90.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas, objetivando a Obra de Conclusão do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado nesta Lei e a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 06.182.0178.1.085 – Obra de Conclusão do Quartel Corpo de Bombeiros Militar
 (....)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00 Total
 ... R\$ 30.000,00

Art. 4. Para o atendimento do Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 06.182.0178.2.037 – Administração Geral dos Bens e Serviços Cor-
 po de
 Bombeiros Militar
 (107)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Total R\$ 30.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6. Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 7º - Ficam revogadas na íntegra a Lei Municipal nº 1.960 de 25 de abril de 2013.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 15 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi
 publicada nesta data e na forma da Lei.
 Em 15 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
 Secretária de Administração e Gestão

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 027/2015**

PORTARIA Nº 027/2015

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Contador Edegar Luiz Griebler percepção de 2 (duas) diárias, com destino à Florianópolis, SC nos dias 26 e 27 de outubro de 2015, para participar da Capacitação "TCE Virtual: Debates e Inovações para 2016", conforme convite e programação recebido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina a ser realizado com Curso de Capacitação no dia 27 de outubro de 2015. A saída será no dia 26 de outubro de 2015, pelas 09h00 da manhã e o retorno dia 28 de outubro pelas 05h00min, bem como requer o transporte de ida e volta (passagens aérea de Chapecó-SC para Florianópolis-SC) para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$ 5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 818,08 (oitocentos e dezoito reais e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 22 de outubro de 2015.

Valderez Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.
Secretaria da Câmara Municipal,
Em 22 de outubro de 2015.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

ROTEIRO DE VIAGEM 019/2015

ROTEIRO DE VIAGEM Nº 019/2015

Nome: EDEMAR LUIZ GRIEBLER

CPF: 060.415.549-28 MATRICULA: 118

Dispositivo Legal Portaria nº 027/2015

Cargo: Contador do Legislativo

Objetivo da Viagem: Participar do Curso de Capacitação "TCE Virtual: Debates e Inovações para 2016", a realizar no dia 26 a 27 de outubro de 2015 em Florianópolis-SC, evento promovido pelo Tribunal de Contas.

Destino da Viagem: Florianópolis, Santa Catarina.

Sumário da Viagem: Saída Município de Anchieta com destino a Florianópolis, Santa Catarina.

Meio de transporte utilizado: Veículo Oficial da Câmara Municipal de Guaraciaba Eco Sport Placa: MID 2194 (ate Chapecó)

Transporte Aéreo: Data de Saída 26/10/15 às 14:15 e chegada 28/10/15 às 00:15

Data de Saída 26/10/15 às 09:00 e chegada 28/10/15 às 05:00

Documentos comprobatórios da viagem: Notas Fiscais Anexo no Processo, Certificado e Relatório.

Início da viagem: 26/10/2015 Término da Viagem: 28/10/2015

Horário: 09h00min Horário: 05h00min

Valor de cada diária: R\$ 5,43 UFRM

Nº de diárias concedidas: 2 (duas) diárias

Valor total a receber: R\$ 818,08

Cheque ao Portador: () Depósito em conta: (x)

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC,

Em 22 de outubro de 2015.

Edegar Luiz Griebler

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 71/2015

ATA 002

Processo Licitatório nº. 71/2015 – Pregão Presencial nº 039/2015

Objeto: Registro de preços de equipamentos de proteção e segurança para os servidores públicos municipais, conforme itens do anexo I.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram para analisar o expediente encaminhado pelo setor solicitante, informando que todos os produtos estão em conformidade com as exigências do Edital, não sendo necessária a solicitação de amostras.

Assim, entendemos que se encontram satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório.

Arabutã, 23 de outubro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

DECRETO Nº. 1779/2015

DECRETO Nº 1779, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Comissão para Avaliação para Progressão de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 24 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências e art. 21 da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014 que dispõe do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, revoga Leis e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo para compor a comissão da avaliação para Progressão por Desempenho dos Servidores Públicos e Profissionais do Magistério do Município de Arabutã em estágio probatório:

I – chefe imediato de cada servidor em estágio probatório;

II – representantes da Chefe do Poder Executivo:

a) Dulci Driemeier – Auxiliar Administrativo;

b) Edenice Carina Rausckolb Patzlaff – Professora;

c) Lauri Enck – Operador de Máquinas Rodoviárias;

d) Isolde Schuch Ruppenthal – Agente de Tecnologias Agrícolas;

e) Adriane Lenise Veruck Krutzmann – Técnica em Enfermagem

§ 1º Entende-se por chefe imediato o responsável pela unidade/órgão da administração pública do municipal onde o servidor estiver lotado e/ou atuando.

§ 2º Se o Servidor Público e Profissional do Magistério do Município estiver desempenhando cargo de direção ou chefia, ou cargo comissionado o mesmo será avaliado cuja avaliação será juntada aos atos pessoais, e, no caso de Progressão, a mesma será concedida no retorno ao cargo efetivo.

Art. 2º A homologação das avaliações será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de outubro de 2015

Jackson Luiz Pazlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 23 de outubro de 2015

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

LEI COMPLEMENTAR Nº. 172/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o § 4º e acrescenta o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 109, de 19 de outubro de 2011, que dispõe sobre a remuneração de Servidores Públicos Municipais Titulares de Vagas do Cargo de Motorista, Investidos em Funções de outros cargos análogos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Fica alterado o § 4º e acrescentado o § 5º ao art. 3º da Lei complementar nº 109, de 19 de outubro de 2011, que dispõe sobre a remuneração de Servidores Públicos Municipais Titulares de Vagas do Cargo de Motorista, Investidos em Funções de outros cargos análogos que especifica, e dá outras providências, que passa ter a seguinte redação:

.....

Art. 3º

.....

§ 4º O prazo estabelecido no § 3º do presente artigo, excepcionalmente, poderá ser prorrogado por duas vezes, por ato próprio do Poder Executivo Municipal, mediante exposição de motivos de sua prorrogação.

§ 5º O benefício estabelecido no caput do art. 1º da presente Lei fica concedido também para os contratados em caráter temporários, ACTs, mediante Processo Seletivo para o cargo de motorista, quando investidos temporariamente nos cargos de Motorista de Ambulância, ou de Motorista de Ônibus.

.....

Art. 2º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de outubro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 23 de outubro de 2015.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

LEI COMPLEMENTAR Nº. 173/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 173 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Acrescenta o art. 45-A, a Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 45-A a Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, faz compilação de Leis, revoga Leis e dá outras providências, que passam a ter a seguinte redação.

Art. 45-A. A primeira progressão por desempenho, estabelecidos nos art. 17 e 26, desta Lei, respectivamente, será realizada no mês de outubro de 2015, cuja concessão ocorrerá a partir de janeiro do ano seguinte.

Ar. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de outubro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 23 de outubro de 2015.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 360/2015

PORTARIA Nº 360/2015

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011; a Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013 e a Lei Complementar nº172 de 23 de outubro 2015;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor PAULO FRITSCH, inscrito no CPF sob nº. 023.318.529-10, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria de Municipal de Saúde, na função de Motorista de Ambulância, no período de 23 de outubro de 2015 á 23 de outubro de 2017.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
23 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 361/2015

PORTARIA Nº 361/2015

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011; a Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013 e a lei Complementar nº172 de 23 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor VANDERLEI VORTMANN, inscrito no CPF sob nº. 949.966.019-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, na função de Motorista de Ambulância, no período de 23 de outubro de 2015 á 23 de outubro de 2017.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
23 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 362/2015

PORTARIA Nº 362/2015

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011; a Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013 e a lei Complementar nº172 de 23 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor JAIR CLAUDIOMIRO EBELING, inscrito no CPF/MF sob o nº. 776.086.409-44, ocupante do cargo de Provimento Temporário de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, na função de Motorista de Ambulância, no período de 23 de outubro de 2015 á 13 de novembro de 2015.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
23 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 363/2015

PORTARIA Nº 363/2015

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011; a Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013 e a lei Complementar nº172 de 23 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor ARTEMIO BALLER, inscrito no CPF/MF sob o nº. 418.743.669-34, ocupante do cargo de Provimento Temporário de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, na função de Motorista de Ônibus, no período de 23 de outubro de 2015 á 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
23 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 364/2015

PORTARIA Nº 364/2015

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011, Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013 e a Lei Complementar 172 de 23 de outubro 2015;

Considerando a Portaria 069, de 01 de abril de 2011, que designa para atuar na Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor OLIVER TOBIAS FEDRIZZI, inscrito no CIC-MF sob nº. 021.140.129-30, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, para atuar na Secretaria de Educação, na função de Motorista de Ônibus, no período de 23 de outubro de 2015

á 23 de outubro de 2017.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
23 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 365/2015

PORTARIA Nº 365/2015

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 26 de outubro de 2015, a servidora CLEIDE ROGOWSKI, inscrita no CPF sob nº. 831.819.209-59, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fiscal De Tributação e Obras.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
23 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pelas publicações

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2774, de 23/10/2015

DECRETO No 2774, de 23 de Outubro de 2015.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por INUNDAÇÕES (COBRADE – 12.100).

MOACIR POLIDORO, Prefeito do município de Ascurra, localizado no estado de SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal – Emenda 01/2002 de 18 de dezembro de 2002 em especial pelo Inciso IV desta Lei, do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,
CONSIDERANDO:

I – Que as chuvas ocorridas entre os dias 18 à 23 de outubro de 2015, provocaram enchentes e deslizamentos de terra em diversos bairros rurais e urbanos da cidade, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - Que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo combinada com a precariedade do sistema municipal de drenagem de águas pluviais, resultou em significativos danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no Formulário FIDE, em anexo;

III – Que o parecer do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como INUNDAÇÕES (COBRADE - 12.100), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades

localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar uma máximo de 180 dias.

Município de Ascurra em, 23 de Outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 23 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo.

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 038/2015

DECRETO Nº 038/2015

"Fixa o Percentual de Auxílio no Pagamento de Transporte Escolar para Alunos Residentes no Município, de Acordo com o Artigo 5º. da Lei 1321/2013 e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Santa Catarina, usando de sua competência que lhe confere o Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

- Considerando a necessidade de regulamentar a Lei nº. 1321/2008 de 12 de junho de 2013,
DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o percentual de 50% (cinquenta por cento) a partir de 01 de outubro de 2015, do valor diário do trajeto executado pelas empresas da área, conforme declaração das mesmas, no auxílio do pagamento de transporte escolar, para os alunos que residem em Atalanta.

Parágrafo Único – O valor correspondente ao auxílio que trata o art. 1º deverá ser vinculado à apresentação da frequência, ou cronograma dos dias de curso fornecido pelos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Atalanta, 29 de setembro de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 039/2015

DECRETO Nº 039/2015.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1396 de 20 de novembro de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 21.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 21.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de setembro de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 040/2015

DECRETO Nº 040/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1396 de 20 de novembro de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0082 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucr... R\$ 18.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 01 de outubro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 041/2015

DECRETO Nº 041/2015.

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1442 de 28 de setembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0097.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0101 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, FNS - BLVGS, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 08 de outubro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 042/2015

D E C R E T O N.º 042/2015

“Institui Horário de Trabalho, em Regime Especial, para os Serviços da Prefeitura Municipal de Atalanta, Adota Normas de Contenção de Despesas e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 65 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,
- considerando a constante redução da arrecadação, bem como a necessidade de se estabelecer o equilíbrio financeiro exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal);
- considerando a necessidade de redução de gastos no âmbito da Administração Pública, notadamente nos setores que não afetam as atividades de caráter contínuo e emergencial à população;
- considerando que o funcionamento das repartições públicas municipais em horário reduzido e contínuo permitirá diminuir as despesas com transportes, alimentação, combustíveis e os serviços públicos de água, luz e telefone
- considerando que o Município, tem a obrigatoriedade de promover o controle das contas públicas, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade fiscal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o horário de trabalho para os serviços da Prefeitura Municipal de Atalanta, em regime especial, conforme se estabelece a seguir:

I - Secretaria de Transportes e Obras: turno de trabalho ininterrupto de seis horas, sendo este das 07:00 às 13:00 horas;

II - Secretaria da Administração e Finanças: turno de trabalho ininterrupto de cinco horas, sendo este das 08:00 às 13:00 horas;

III - Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, turno de trabalho ininterrupto de cinco horas, sendo das 08:00 às 13:00 horas;

IV - Secretaria da Saúde, turno de trabalho ininterrupto de cinco horas, sendo das 08:00 às 13:00 horas;

V - Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, turno de trabalho ininterrupto de cinco horas, sendo este das 08:00 às 13:00 horas, para os serviços administrativos;

VI - Secretaria da Assistência Social, turno de trabalho ininterrupto de cinco horas, sendo das 08:00 às 13:00 horas;

VII - Secretaria do Turismo e Meio Ambiente, turno de trabalho ininterrupto de cinco horas, sendo das 08:00 às 13:00 horas;

§ 1º – Os serviços, considerados essenciais e contínuos ficam excluídos do horário especial e funcionarão em regime de plantão.

§ 2º – Os serviços de caráter extraordinário somente serão realizados mediante autorização do Chefe do Executivo ou da Secretaria da Administração e Finanças, acompanhada de justificativa.

§ 3º – Fica reservado o tempo de 15 minutos para horário do café, sendo este das 09:00 às 09:15 horas.

Art. 2º - Fica vedado, no período em que estiver em vigor o horário de que trata o presente Decreto, os seguintes serviços ou atividades:

I - ligações telefônicas por servidores que não tenham o controle dos órgãos da Administração, inclusive ligações de natureza particular;

II - a utilização de quaisquer bens ou serviços por servidores, que não estejam autorizados pelo controle dos respectivos órgãos, bem como, serviços que não tenham previsão legal;

III - a realização de despesas ou efetivação de compras, por qualquer órgão da Administração, sem a devida autorização do Chefe do Executivo, ou a quem este delegar competência.

§ 1º - O responsável ou servidor que infringir qualquer disposição de lei, especialmente os dispositivos constantes do presente Decreto, responderá pelas sanções cabíveis.

§ 2º - Os contratos existentes entre a Administração e terceiros não considerados essenciais, depois de revistos conforme a sua necessidade, poderão ser rescindidos na forma da lei.

Art. 3º - Todos os servidores deverão se ajustar e promover esforços no sentido de racionalizar a execução dos serviços, visando à diminuição de despesas sem prejuízo do atendimento qualificado à população.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir do dia 03 de novembro de 2015, com término no dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 19 de outubro de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

DECRETO Nº 044 SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

DECRETO Nº 044 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE AURORA AFETADAS POR ENXURRADAS (COBRADE – 12.200).

O Senhor VILMAR ZANDONAI, Prefeito do Município de Aurora, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO:

I – que as reincidentes chuvas que se arrastam ao longo das últimas semanas provocaram danos materiais e prejuízos econômicos em diversas áreas do Município conforme FIDE – Formulário de Informação do Desastre que segue anexo;

II – as elevadas precipitações pluviométricas que se agravaram durante os últimos 10 dias, sendo registrado para o período 230 mm o que corresponde ao volume esperado para 90 DIAS;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município contidas no Formulário de Informação do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS (COBRADE – 12.200), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil autoriza-se as autoridades

administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a:

I - penetrar nas casas para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar da propriedade, inclusive particular, no caso de iminente perigo público assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir ou se exceder no exercício de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por

utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Aurora(SC), 21 de outubro de 2015.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PP 072/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 094/2015 - Pregão Presencial nº 072/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para contratação de empresa para execução de remendos em diversas ruas do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 12/11/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 12/11/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 23 de outubro de 2015

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 10.105/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.105/2015
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(CARDIO-
VERSOR DESFIBRILADOR) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL
DE BIGUAÇU.

Fornecedor: W&Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA
– EPP

Valor: R\$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos
reais).

Vigência: 20/10/2015 a 31/12/2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA
Secretário de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 086/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 086/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
REGULAMENTA A CONSTRUÇÃO E O LICENCIAMENTO DE ESTA-
ÇÕES DE RÁDIO BASE E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEEA-
DORES APROVOU E ELE SANCIONOU A SEGUINTE LEI COMPLE-
MENTAR:

Art. 1º - Esta Lei Complementar se aplica às estações fixas do ser-
viço móvel de telefonia celular previsto na Lei Geral das Telecomu-
nicações, doravante denominadas Estações de Rádio Base - ERBs.
Parágrafo único: Define-se como Estações de Rádio Base - ERBs
as instalações compostas, no todo ou em parte, de estrutura em
torre ou similar, antenas, rádio-transmissor, transceptores, central
de energia, instalações físicas e outros equipamentos acessórios ao
serviço de telefonia celular.

Art. 2º - Para implantação e operação das instalações e dos equi-
pamentos de que trata a presente Lei, serão adotadas as reco-
mendações publicadas e determinadas pela Agência Nacional de
Telecomunicações – ANATEL, para regulamentar a limitação da
exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na
faixa de radiofrequências.

Parágrafo único: O município de Biguaçu poderá solicitar a qual-
quer tempo Relatório de Conformidade das Estações de Rádio Base
– ERBs, com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações
– ANATEL.

Art. 3º - As Estações de Rádio Base – ERBs são adequadas nas
zonas definidas pelo Plano Diretor Municipal (Lei Complementar n.º
12/2009 e 71/2014, ou outra lei que venha a substituí-la).

§ 1º - Caso ocorra alteração de zoneamento que venha a tornar a

zona proibida às instalações das Estações de Rádio Base – ERBs,
estas serão consideradas como uso de direito adquirido, não estan-
do sujeitas às punições aplicáveis aos usos desconformes.

Art. 4º - É vedada a instalação das Estações de Rádio Base – ERBs
em áreas de praças, parques, verdes viários, escolas de 1º grau,
centros comunitários, centros culturais, museus, teatros, no entor-
no de prédios históricos ou sítios arqueológicos definidos em lei,
e a uma distância inferior a 30,00m (trinta metros) de edificações
destinadas a clínicas, centros de saúde, hospitais e similares.

Art. 5º - Para a construção de Estações de Rádio Base – ERBs,
aplicam-se os seguintes limites de ocupação:

I - lote mínimo = 300,00m²;

II - testada mínima = 12,00m²;

III - índice de aproveitamento máximo = 0,3;

IV - taxa de ocupação máxima = 30%;

V - altura máxima da torre = 50,00m;

VII - afastamento mínimo = 1/6 da altura para qualquer divisa, não
podendo em qualquer hipótese ser inferior a 4,00m.

Art. 6º - Para evitar consequências negativas para a paisagem, so-
mente serão permitidas torres circulares com diâmetro máximo de
0,80m (zero vírgula oitenta metros) e altura de 50,00m (cinquenta
metros).

§ 1º - Existindo mais de uma empresa concessionária do serviço
de telefonia celular com atuação na mesma área, todas as antenas
transmissoras deverão ser colocadas numa mesma torre, a critério
da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

§ 2º - As antenas transmissoras poderão ser instaladas no topo
de edificações com mais de dois pavimentos, mediante a apre-
sentação de autorização do(s) proprietário(s) do prédio, e desde
que situadas no mínimo 4,00m (quatro metros) acima da laje de
cobertura.

§ 3º - As torres deverão ser pintadas na cor "verde escuro", res-
peitada a Portaria nº 1141 de 1987 do Ministério da Aeronáutica,
quando situadas nas Áreas de Proteção dos Aeródromos (APA).

§ 4º - Caso as normas técnicas exijam, em determinada situação,
altura e estrutura diferentes das aprovadas nesta Lei, ficará a cargo
dos órgãos de planejamento ambiental do Município a definição
dos critérios necessários para implantação dos equipamentos.

Art. 7º - O processo para requerimento de consulta de viabilidade
para a construção de Estações de Rádio Base - ERBs, a ser infor-
mado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SE-
PLAN ou outra que venha a substituí-la, deverá ser instruído com
os seguintes documentos:

I – requerimento preenchido e assinado;

II – cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física
(CPF) para pessoa física ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ para pessoa jurídica, do requerente;

III – matrícula do imóvel atualizada, escritura de posse ou ainda
contrato de compra e venda registrado em cartório cópia do espe-
lho do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

IV – cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física
(CPF) do requerente;

V – formulário de consulta de viabilidade devidamente preenchido.

Art. 8º - Emitida favoravelmente a consulta de viabilidade, o inte-
ressado deverá requerer Alvará de Construção junto à Secretaria

Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, instruindo o pedido com a seguinte documentação:

I – requerimento preenchido e assinado;

II - cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para pessoa física ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para pessoa jurídica, acompanhado de cópia do contrato social e Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da instituição;

III - matrícula do imóvel atualizada, escritura de posse ou ainda contrato de compra e venda registrado em cartório cópia do espelho do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

IV - Cópia da consulta de viabilidade frente e verso;

V - Cópia do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em nome do requerente quando se tratar de escritura de posse;

VI – Certidão Negativa de Débitos do imóvel (CND);

VII – Licença Ambiental de Instalação (LAI);

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) original;

IX – Projeto Arquitetônico original em 3 (três) vias.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do requerente, providenciar a aprovação do projeto de telecomunicações junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e quaisquer outros procedimentos exigidos por ela;

§ 2º - Durante o processo de Alvará de Construção poderão ser exigidas alterações nos projetos ou ainda ser recusada a construção das Estações de Rádio Base - ERBs naquele local, sempre que sua implantação vier a causar impactos negativos à paisagem da região, desvalorização das propriedades do entorno, ou danos à saúde e segurança de seus ocupantes.

Art. 9º - Após a conclusão das obras da Estações de Rádio Base - ERBs o interessado deverá solicitar à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, a verificação da conformidade das obras executadas com os projetos devidamente licenciados através de pedido de Licença para Localização.

Art. 10º - Verificada a conformidade das obras com os projetos, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, expedirá licença para localização da ERBs, que terá validade de um ano.

§ 1º - O licenciamento de que trata a presente Lei poderá ser cancelado a qualquer tempo se comprovado prejuízo paisagístico, econômico, ambiental ou sanitário que possa ser diretamente relacionado com a localização e a operação da Estações de Rádio Base - ERBs, ou se não for apresentado relatório de conformidade da Estações de Rádio Base - ERBs com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, quando solicitado pelo Município.

§ 2º - Caso o licenciamento deferido pela municipalidade seja cancelado, a empresa responsável terá o prazo de 60 (sessenta) dias para transferir a Estações de Rádio Base - ERBs para nova localização ou adequar-se às normas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme a situação.

Art. 11º - As Estações de Rádio Base - ERBs e demais equipamentos de telefonia celular que estiverem instalados em desconformidade com as determinações desta Lei Complementar deverão ser adequadas pelos interessados num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a notificação.

Art. 12º - As multas aplicáveis em decorrência do descumprimento no disposto nesta Lei ou com as recomendações urbanísticas, ambientais e/ou sanitárias variarão de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais), a critério da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, sendo aplicadas em dobro na reincidência, progressivamente, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou índice sucedâneo.

Art. 13º - Ao fornecer licença para localização de Estações de Rádio Base - ERBs o Município exime-se de qualquer responsabilidade quanto a eventuais impactos negativos na paisagem, desvalorização das propriedades no entorno, ou danos à saúde e segurança de seus ocupantes, que serão de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) concessionária(s) dos serviços de telefonia celular.

Art. 14º - Os diversos órgãos do Poder Executivo terão prazo de 15 (quinze) dias úteis para responderem a parte que lhes cabe no processo de análise e aprovação do licenciamento.

Art. 15º - As Omissões desta Lei serão regulamentadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de setembro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 086/2015, de 23/10/2015.

Sancionada em 23/10/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 011/2015 (CONVITE)

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº 011/2015

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 073/2015, de 02 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 04 de novembro de 2015, com a entrega dos envelopes até às 13h30min, e abertura às 14h00min horas, também no dia 04 de novembro de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 011/2015 na MODALIDADE CONVITE, para contratação de empresa especializada em impressão gráfica para publicação do

Livro “Resgate Histórico do Legislativo e Executivo Biguaçuense”, conforme descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (anexo I do Edital). Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 217.

Biguaçu/SC, 23 de outubro de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.171/2015

LEI Nº 8.171, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
INSTITUI O "DIA DA CAPOEIRA", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia da Capoeira, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.172/2015

LEI Nº 8.172, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
INSTITUI O "DIA DO CAPOEIRISTA", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia do Capoeirista, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.173/2015

LEI Nº 8.173, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO CICLISMO", EM BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Incentivo ao Ciclismo, a ser realizada, anualmente, na semana em que se incluir o dia 22 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.174/2015

LEI Nº 8.174, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.
INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO JIU-JITSU", EM BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Dia Municipal do Jiu-jitsu, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.175/2015

LEI Nº 8.175, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.
AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR IMÓVEL PERTENCENTE À ASSOCIAÇÃO ESTUDANTES DA BÍBLIA, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar imóvel de propriedade do Município de Blumenau, localizado nos fundos da Rua Dr. Antônio Haffner, por imóvel pertencente à Associação Estudantes da Bíblia, localizado na mesma rua, destinado ao prolongamento da Rua Humberto de Campos
(Via Projetada n. 07).

§1º O imóvel a ser outorgado pelo Município de Blumenau é caracterizado como a área de terras contendo 234,27m², sem benfeitorias, integrante do terreno matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 14.458 e inscrito no cadastro técnico municipal sob 4.1.21.0015.0460, situada aos fundos da Rua Dr. Antônio Haffner, no Bairro da Velha, na cidade de Blumenau/SC, fazendo frente em duas linhas, partindo do lado direito em direção aos fundos, sendo a primeira de 13,21m e a segunda de 19,86m, ambas com terras remanescentes do Município de Blumenau, fundos em 15,00m com terras de Ademir Schmitt

e de Maria de Fátima Carvalho; extremado pelo lado direito em 29,66m com terras da Associação Estudantes da Bíblia, avaliada em R\$ 128.848,50 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

§2º O imóvel a ser recebido pelo Município de Blumenau é caracterizado como a área de terras contendo 260,09m², sem benfeitorias, integrante do terreno matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 14.459 e inscrito no cadastro técnico municipal sob 4.1.21.0015.0461, situada à Rua Dr. Antônio Haffner, no Bairro da Velha, na cidade de Blumenau/SC, fazendo frente em 20,00m com o lado ímpar da referida rua; extremado pelo lado esquerdo em 28,34m com terras do Município de Blumenau e pelo lado direito em cinco linhas, partindo da frente em direção ao lado esquerdo, sendo a primeira em curva de 7,46m, a segunda de 9,10m, a terceira de 6,00m, a quarta de 10,06m e a quinta de 3,12m, todas com terras remanescentes de Associação Estudantes da Bíblia, avaliada em R\$ 143.049,50 (cento e quarenta e três mil, quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

Art. 2º O valor correspondente à diferença entre as avaliações dos imóveis envolvidos na permuta de que trata esta Lei, de R\$ 14.201,00 (quatorze mil, duzentos e um reais), deverá ser pago pelo Município de Blumenau para a Associação Estudantes da Bíblia nas formas e condições a serem estipuladas em contrato a ser firmado entre os permutantes.

Art. 3º O Município de Blumenau fica responsável pelas eventuais despesas com serviços topográficos, escrituração e registro relacionadas diretamente à permuta autorizada por esta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verba consignada no Orçamento do Município de Blumenau.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.178/2015

LEI Nº 8.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 8.145, DE 14 DE AGOSTO DE 2015, QUE AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – AMPE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 1º, Caput, da Lei n. 8.145, de 14 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais – AMPE Blumenau, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 83.795.641/0001-07, dois terrenos, de propriedade do Município, localizados na esquina das ruas Humberto de Campos e Professor Luiz Schwartz, identificados como lotes n. 01 e n. 16 da Quadra A, imóveis esses que fazem parte da matrícula n. 35.330, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca

de Blumenau.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1005/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1005, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 974, DE 30 DE MARÇO DE 2015, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei Complementar:

Art. 1º O inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº. 974, de 30 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º [...]

[...]

II – 7 (sete) conselheiros não-governamentais titulares, com os respectivos suplentes, sendo:”

Art. 2º Fica acrescida a alínea “d” ao inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº. 974, de 30 de março de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 3º [...]

[...]

II – [...]

[...]

d) 1 (um) representante de órgãos de classe ou de entidades de registro profissional com sede no Município.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.724/2015

DECRETO Nº 10.724, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.150, de 28 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento da Administração Direta do Município no valor de R\$ 9.760,00 (nove mil, setecentos e sessenta reais) na seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. das Ativ. de Receita

Modalidade 3.3.93 (675) Aplic. Dir. (Cons. Pub. – Ente Part.) R\$ 9.760,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. das Ativ. Adm. da Se-faz

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 9.760,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.745/2015

DECRETO Nº 10.745, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.160, de 29 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município, no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão e quinhentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – CIS – consórcio Intermunicipal Saúde

Modalidade 3.3.93 (118) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.301.0009.2262 – Progr. Melhoria Acesso e da Qual. Pmaq

Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 720.000,00

Modalidade 3.3.90 (51) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – CEO – Centro Espec. Odontolog.

Modalidade 4.4.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – Cerest – Cent. Ref. Saúde do Trab.

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto 31.01.10.301.0009.1052 – Obras Prog. Inv. Rede de Serv. Saúde

Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2171 – Proesf – Prog. Expansão e Cons. Est. Saúde da Família

Modalidade 3.3.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2229 – Prog. Inv. Rede Serv. Saúde Fundo/Fundo

Modalidade 4.4.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – Faec – Cirurg. Aparelho Circulatório

Modalidade 3.3.90 (77) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (88) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.752/2015

DECRETO Nº 10.752, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0180.00000, no valor de R\$ 714.000,00 (setecentos e quatorze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 714.000,00

Fonte de Recursos 0180.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.169/2015

PORTARIA Nº 19.169, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA AMALDECIR BECHTOLD PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 442/2015 - DAF, de 19/10/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 11 de outubro de 2015, o servidor público municipal AMALDECIR BECHTOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Equipe de Serviços Nível II, símbolo FGC 20%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.170/2015

PORTARIA Nº 19.170, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AIRTON DE SOUZA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal AIRTON DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 17 de outubro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 6319/10/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/2015 - SETERB

PORTARIA N. 185/2015

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS ENVOLVIDOS E DAS EVENTUAIS RESPONSABILIDADES PELA SUPOSTA LIBERAÇÃO DE VEÍCULO REMOVIDO AO PÁTIO INDEPENDENTEMENTE DA ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LEGAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Sindicância, a ser conduzido pela

Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 27/2015, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o Memorando n. 54/2015 do Coordenador de Pátio Jean Carlos Kistner, segundo o qual, em 18/09/2015, veículo pertencente a Agente de Trânsito teria sido removido ao pátio e posteriormente liberado independentemente da adoção dos procedimentos legais.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de setembro de 2015.

CARLOS LANGE
PRESIDENTE - SETERB

PORTARIA Nº 186/2015 - SETERB

PORTARIA N. 186/2015

DESATIVA SEMÁFORO NA RUA BAHIA, CONFLUÊNCIA COM A RUA ESTRELA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

A desativação do semáforo na rua Bahia, confluência com a rua Estrela.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 18 de agosto de 2015.

Blumenau, 25 de setembro de 2015.

CARLOS LANGE
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 187/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 187/2015

DESIGNA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AUXÍLIO ESCOLAR DESIGNADA PELA PORTARIA 103/2009.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNAR,

em substituição a servidora Kátia Regina Custódio Schmidt, Maria Isabel Roweder Buss ocupante do cargo em provimento efetivo de Psicóloga, para compor Comissão de Avaliação de Auxílio Escolar.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de setembro de 2015.

Blumenau, 02 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 188/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 188/2015

CONCEDE RETORNO DE MANDATO ELETIVO DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703/2009, resolve:

CONCEDER RETORNO DE MANDATO ELETIVO DO SERVIDOR MUNICIPAL.

De acordo com o artigo 22, inciso III, da Lei Complementar nº 660/2007, concedido ao seguinte servidor público municipal:

NOME	PROCESSO	DATA PROCESSO
Márcia Maria Moura	177/2015	05/10/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de outubro de 2015.

Blumenau, 05 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 189/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 189/2015

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

De acordo com o artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Silvia Regina da Silva	1168/2015 SE-SOSP	02/10/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 24 de setembro de 2015.

Blumenau, 07 de outubro de 2015

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 190/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 190/2015

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO A 15ª SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CEDER

com ônus para o SETERB, sem ressarcimento, o servidor público autárquico municipal JOSÉ BENTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 11 de setembro de 2015 e término em 10 de setembro de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº176/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 11 de setembro de 2015.

Blumenau, 20 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 191/2015 - SETERB

PORTARIA 191/2015

CONCEDE RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL NEDSON BARCELLOS E SILVA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

De acordo com o artigo 117 parágrafo primeiro, e 120, "caput" da Lei Complementar nº 01, de 04 de junho de 1990, ao servidor municipal:

NOME	PROCESSO	RETORNO
Nedson Barcellos e Silva	179/2015	21/10/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 21 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 192/2015 - SETERB

PORTARIA N. 192/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR JOSÉ CARLOS PAULO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor JOSÉ CARLOS PAULO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador de Equipe de Plantão, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N.

880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de outubro de 2015.

Blumenau (SC), 21 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 193/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 193/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR JAILSON ROGERIO CANDIDO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança ao servidor Jailson Rogério Candi-do, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Coordenador de Equipe de Plantão, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 15 de outubro de 2015.

Blumenau, 21 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 2227/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2227/2015

OBJETO – Registro de preço para aquisição de chapas, tubos e perfilados diversos em ferro e aço para uso na manutenção mecânica, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ME. – CNPJ: 23.037.457/0001-76

Item 01: Valor unitário R\$ 29,90 (vinte e nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 47,90 (quarenta e sete reais e noventa centavos) e valor total R\$ 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos) e valor total R\$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) e valor total R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 45,50 (quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 910,00 (novecentos e dez reais).

Item 20: Valor unitário R\$ 22,00 (vinte e dois reais) e valor total R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Item 28: Valor unitário R\$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.250,00 (hum mil, duzentos e cinquenta reais).

Item 29: Valor unitário R\$ 38,40 (trinta e oito reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 768,00 (setecentos e sessenta e oito reais).

Item 30: Valor unitário R\$ 199,10 (cento e noventa e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.991,00 (hum mil, novecentos e noventa e um reais).

Item 31: Valor unitário R\$ 59,10 (cinquenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.182,00 (hum mil, cento e oitenta e dois reais).

Item 32: Valor unitário R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

Item 33: Valor unitário R\$ 19,10 (dezenove reais e dez centavos) e valor total R\$ 382,00 (trezentos e oitenta e dois reais).

Item 34: Valor unitário R\$ 42,10 (quarenta e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 842,00 (oitocentos e quarenta e dois reais).

Item 35: Valor unitário R\$ 118,10 (cento e dezoito reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.362,00 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais).

Item 36: Valor unitário R\$ 41,10 (quarenta e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 822,00 (oitocentos e vinte e dois reais).

Item 37: Valor unitário R\$ 59,10 (cinquenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.182,00 (hum mil, cento e oitenta e dois reais).

Item 38: Valor unitário R\$ 186,10 (cento e oitenta e seis reais e dez centavos) e valor total R\$ 3.722,00 (três mil, setecentos e vinte e dois reais).

Item 39: Valor unitário R\$ 19,10 (dezenove reais e dez centavos) e valor total R\$ 573,00 (quinhentos e setenta e três reais).

Item 40: Valor unitário R\$ 64,10 (sessenta e quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.282,00 (hum mil, duzentos e oitenta e dois reais).

Item 41: Valor unitário R\$ 37,10 (trinta e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 742,00 (setecentos e quarenta e dois reais).

Item 42: Valor unitário R\$ 59,10 (cinquenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.773,00 (hum mil, setecentos e setenta e três reais).

Item 43: Valor unitário R\$ 79,10 (setenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.582,00 (hum mil, quinhentos e oitenta e dois reais).

Item 45: Valor unitário R\$ 264,10 (duzentos e sessenta e quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.320,50 (hum mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos).

Item 46: Valor unitário R\$ 184,10 (cento e oitenta e quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 920,50 (novecentos e vinte reais e cinquenta centavos).

Item 47: Valor unitário R\$ 266,10 (duzentos e sessenta e seis reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.330,50 (hum mil, trezentos e trinta reais e cinquenta centavos).

Item 48: Valor unitário R\$ 401,10 (quatrocentos e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.203,30 (hum mil, duzentos e três reais e trinta centavos).

Item 51: Valor unitário R\$ 259,10 (duzentos e cinquenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.591,00 (dois mil, quinhentos e noventa e um reais).

Item 52: Valor unitário R\$ 497,10 (quatrocentos e noventa e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 4.971,00 (quatro mil, novecentos e setenta e um reais).

Item 53: Valor unitário R\$ 318,10 (trezentos e dezoito reais e dez centavos) e valor total R\$ 3.181,00 (três mil, cento e oitenta e um reais).

Item 54: Valor unitário R\$ 43,10 (quarenta e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.293,00 (hum mil, duzentos e noventa e três reais).

Item 55: Valor unitário R\$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

Item 56: Valor unitário R\$ 10,10 (dez reais e dez centavos) e valor total R\$ 202,00 (duzentos e dois reais).

Item 57: Valor unitário R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos) e valor total R\$ 428,00 (quatrocentos e vinte e oito reais).

Item 58: Valor unitário R\$ 35,10 (trinta e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 702,00 (setecentos e dois reais).

Item 59: Valor unitário R\$ 52,10 (cinquenta e dois reais e dez

centavos) e valor total R\$ 521,00 (quinhentos e vinte e um reais).
Item 60: Valor unitário R\$ 69,10 (sessenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 691,00 (seiscentos e noventa e um reais).
Item 61: Valor unitário R\$ 89,70 (oitenta e nove reais e setenta centavos) e valor total R\$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).
Item 62: Valor unitário R\$ 276,10 (duzentos e setenta e seis reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.380,50 (hum mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).
Item 63: Valor unitário R\$ 493,10 (quatrocentos e noventa e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.465,50 (dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 64: Valor unitário R\$ 140,10 (cento e quarenta reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.802,00 (dois mil, oitocentos e dois reais).
Item 65: Valor unitário R\$ 235,10 (duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 4.702,00 (quatro mil, setecentos e dois reais).
Item 66: Valor unitário R\$ 25,10 (vinte e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 753,00 (setecentos e cinquenta e três reais).
Item 67: Valor unitário R\$ 70,10 (setenta reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.402,00 (hum mil, quatrocentos e dois reais).
Item 68: Valor unitário R\$ 49,10 (quarenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 982,00 (novecentos e oitenta e dois reais).
Item 69: Valor unitário R\$ 67,10 (sessenta e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.342,00 (hum mil, trezentos e quarenta e dois reais).
Item 70: Valor unitário R\$ 89,10 (oitenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.782,00 (hum mil, setecentos e oitenta e dois reais).
Item 71: Valor unitário R\$ 296,10 (duzentos e noventa e seis reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.480,50 (hum mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos).
Item 72: Valor unitário R\$ 479,10 (quatrocentos e setenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.437,30 (hum mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta centavos).
Item 73: Valor unitário R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) e valor total R\$ 2.430,00 (dois mil, quatrocentos e trinta reais).
Item 74: Valor unitário R\$ 149,10 (cento e quarenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 745,50 (setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 75: Valor unitário R\$ 207,10 (duzentos e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.035,50 (hum mil e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 76: Valor unitário R\$ 315,10 (trezentos e quinze reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.575,50 (hum mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 77: Valor unitário R\$ 439,10 (quatrocentos e trinta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.317,30 (hum mil, trezentos e dezessete reais e trinta centavos).
Item 78: Valor unitário R\$ 69,10 (sessenta e nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 691,00 (seiscentos e noventa e um reais).
Item 79: Valor unitário R\$ 81,10 (oitenta e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 811,00 (oitocentos e onze reais).
Item 87: Valor unitário R\$ 68,10 (sessenta e oito reais e dez centavos) e valor total R\$ 681,00 (seiscentos e oitenta e um reais).
Item 88: Valor unitário R\$ 92,10 (noventa e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 921,00 (novecentos e vinte e um reais).
Item 89: Valor unitário R\$ 117,10 (cento e dezessete reais e dez centavos) e valor total R\$ 585,50 (quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 90: Valor unitário R\$ 267,10 (duzentos e sessenta e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.335,50 (hum mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 91: Valor unitário R\$ 475,10 (quatrocentos e setenta e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.375,50 (dois mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 103: Valor unitário R\$ 5,25 (cinco reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

Item 104: Valor unitário R\$ 10,80 (dez reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).
Item 105: Valor unitário R\$ 19,60 (dezenove reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais).
Item 106: Valor unitário R\$ 45,10 (quarenta e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 451,00 (quatrocentos e cinquenta e um reais).
Item 107: Valor unitário R\$ 81,10 (oitenta e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 405,50 (quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 108: Valor unitário R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e valor total R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais).
Item 109: Valor unitário R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.850,50 (hum mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).
Item 111: Valor unitário R\$ 97,10 (noventa e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.942,00 (hum mil, novecentos e quarenta e dois reais).
Item 112: Valor unitário R\$ 140,10 (cento e quarenta reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.401,00 (hum mil, quatrocentos e um reais).
Item 113: Valor unitário R\$ 191,10 (cento e noventa e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.911,00 (hum mil, novecentos e onze reais).
Item 114: Valor unitário R\$ 31,70 (trinta e um reais e setenta centavos) e valor total R\$ 634,00 (seiscentos e trinta e quatro reais).
Item 115: Valor unitário R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.242,00 (hum mil, duzentos e quarenta e dois reais).
Item 116: Valor unitário R\$ 92,10 (noventa e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.842,00 (hum mil, oitocentos e quarenta e dois reais).
Item 117: Valor unitário R\$ 15,10 (quinze reais e dez centavos) e valor total R\$ 302,00 (trezentos e dois reais).
Item 118: Valor unitário R\$ 35,10 (trinta e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 702,00 (setecentos e dois reais).
Item 119: Valor unitário R\$ 23,10 (vinte e três reais e dez centavos) e valor R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais).
Item 120: Valor unitário R\$ 54,10 (cinquenta e quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.082,00 (hum mil e oitenta e dois reais).
Item 121: Valor unitário R\$ 71,10 (setenta e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.422,00 (hum mil, quatrocentos e vinte e dois reais).
Item 122: Valor unitário R\$ 58,10 (cinquenta e oito reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.162,00 (hum mil, cento e sessenta e dois reais).
Item 123: Valor unitário R\$ 116,10 (cento e dezesseis reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.322,00 (dois mil, trezentos e vinte e dois reais).
Item 125: Valor unitário R\$ 22,10 (vinte e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 442,00 (quatrocentos e quarenta e dois reais).
Item 126: Valor unitário R\$ 63,10 (sessenta e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.262,00 (hum mil, duzentos e sessenta e dois reais).
Item 127: Valor unitário R\$ 19,10 (dezenove reais e dez centavos) e valor total R\$ 382,00 (trezentos e oitenta e dois reais).
Item 133: Valor unitário R\$ 117,10 (cento e dezessete reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.171,00 (hum mil, cento e setenta e um reais).
Item 134: Valor unitário R\$ 28,90 (vinte e oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 578,00 (quinhentos e setenta e oito reais).
Item 135: Valor unitário R\$ 83,10 (oitenta e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.662,00 (hum mil, seiscentos e sessenta e dois reais).
Item 136: Valor unitário R\$ 31,10 (trinta e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.555,00 (hum mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).
Item 137: Valor unitário R\$ 20,10 (vinte reais e dez centavos) e valor total R\$ 402,00 (quatrocentos e dois reais).

Item 138: Valor unitário R\$ 52,10 (cinquenta e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.042,00 (hum mil e quarenta e dois reais).
Item 139: Valor unitário R\$ 21,10 (vinte e um reais e dez centavos) e valor total R\$ 422,00 (quatrocentos e vinte e dois reais).
Item 140: Valor unitário R\$ 53,10 (cinquenta e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.062,00 (hum mil e sessenta e dois reais).
Item 141: Valor unitário R\$ 16,10 (dezesesseis reais e dez centavos) e valor total R\$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais).
Item 142: Valor unitário R\$ 435,10 (quatrocentos e trinta e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.305,30 (hum mil, trezentos e cinco reais e trinta centavos).
Item 143: Valor unitário R\$ 677,10 (seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.031,30 (dois mil e trinta e um reais e trinta centavos).
Item 144: Valor unitário R\$ 143,10 (cento e quarenta e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 715,50 (setecentos e quinze reais e cinquenta centavos).
Item 145: Valor unitário R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos) e valor total R\$ 771,00 (setecentos e setenta e um reais).
Item 146: Valor unitário R\$ 74,10 (setenta e quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 741,00 (setecentos e quarenta e um reais).
Item 147: Valor unitário R\$ 10,23 (dez reais e vinte e três centavos) e valor total R\$ 204,60 (duzentos e quatro reais e sessenta centavos).
Item 148: Valor unitário R\$ 13,81 (treze reais e oitenta e um centavos) e valor total R\$ 276,20 (duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos).
Item 149: Valor unitário R\$ 16,63 (dezesesseis reais e sessenta e três centavos) e valor total R\$ 332,60 (trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).
Item 150: Valor unitário R\$ 11,57 (onze reais e cinquenta e sete centavos) e valor total R\$ 231,40 (duzentos e trinta e um reais e quarenta centavos).
Item 151: Valor unitário R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos) e valor total R\$ 316,40 (trezentos e dezesseis reais e quarenta centavos).
Item 152: Valor unitário R\$ 19,60 (dezenove reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais).
Item 157: Valor unitário R\$ 707,00 (setecentos e sete reais) e valor total R\$ 7.070,00 (sete mil e setenta reais).

Empresa: REFLO COMÉRCIO DE FERROS LTDA EPP. – CNPJ: 83.496.810/0001-08.

Item 05: Valor unitário R\$ 307,00 (trezentos e sete reais) e valor total R\$ 15.350,00 (quinze mil, trezentos e cinquenta reais).
Item 06: Valor unitário R\$ 410,90 (quatrocentos e dez reais e noventa centavos) e valor total R\$ 2.054,50 (dois mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).
Item 07: Valor unitário R\$ 472,25 (quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 2.361,25 (dois mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos).
Item 08: Valor unitário R\$ 597,50 (quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 2.987,50 (dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
Item 09: Valor unitário R\$ 806,00 (oitocentos e seis reais) e valor total R\$ 4.030,00 (quatro mil e trinta reais).
Item 12: Valor unitário R\$ 197,00 (cento e noventa e sete reais) e valor total R\$ 19.700,00 (dezenove mil, setecentos reais).
Item 13: Valor unitário R\$ 207,50 (duzentos e sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 20.750,00 (vinte mil, setecentos e cinquenta reais).
Item 14: Valor unitário R\$ 198,11 (cento e noventa e oito reais e onze centavos) e valor total R\$ 9.655,50 (nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Item 15: Valor unitário R\$ 299,75 (duzentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 8.992,50 (oito mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).
Item 16: Valor unitário R\$ 508,00 (quinhentos e oito reais) e valor

total R\$ 15.240,00 (quinze mil, duzentos e quarenta reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 248,30 (duzentos e quarenta e oito reais e trinta centavos) e valor total R\$ 7.449,00 (sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais).
Item 18: Valor unitário R\$ 409,60 (quatrocentos e nove reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 12.288,00 (doze mil, duzentos e oitenta e oito reais).
Item 19: Valor unitário R\$ 747,00 (setecentos e quarenta e sete reais) e valor total R\$ 22.410,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e dez reais).
Item 21: Valor unitário R\$ 1.456,00 (hum mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais) e valor total R\$ 2.912,00 (dois mil, novecentos e doze reais).
Item 22: Valor unitário R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos) e valor total R\$ 358,60 (trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos).
Item 23: Valor unitário R\$ 92,40 (noventa e dois reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 3.696,00 (três mil, seiscentos e noventa e seis reais).
Item 24: Valor unitário R\$ 108,70 (cento e oito reais e setenta centavos) e valor total R\$ 4.348,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais).
Item 25: Valor unitário R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e valor total R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais).
Item 26: Valor unitário R\$ 454,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais) e valor total R\$ 1.816,00 (hum mil, oitocentos e dezesseis reais).
Item 27: Valor unitário R\$ 1.815,30 (hum mil, oitocentos e quinze reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 3.630,60 (três mil, seiscentos e trinta reais e sessenta centavos).
Item 44: Valor unitário R\$ 115,50 (cento e quinze reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 2.310,00 (dois mil trezentos e dez reais).
Item 49: Valor unitário R\$ 154,20 (cento e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) e valor total R\$ 771,00 (setecentos e setenta e um reais).
Item 50: Valor unitário R\$ 727,20 (setecentos e vinte e sete reais e vinte centavos) e valor total R\$ 21.816,00 (vinte e um mil, oitocentos e dezesseis reais).
Item 80: Valor unitário R\$ 345,80 (trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 3.458,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais).
Item 81: Valor unitário R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) e valor total R\$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais).
Item 82: Valor unitário R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais) e valor total R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil, novecentos reais).
Item 83: Valor unitário R\$ 1.339,00 (hum mil, trezentos e trinta e nove reais) e valor total R\$ 6.695,00 (seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais).
Item 84: Valor unitário R\$ 262,00 (duzentos e sessenta e dois reais) e valor total R\$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais).
Item 85: Valor unitário R\$ 512,00 (quinhentos e doze reais) e valor total R\$ 2.560,00 (dois mil, quinhentos e sessenta reais).
Item 86: Valor unitário R\$ 668,00 (seiscentos e sessenta e oito reais) e valor total R\$ 1.336,00 (hum mil, trezentos e trinta e seis reais).
Item 92: Valor unitário R\$ 10,16 (dez reais e dezesseis centavos) e valor total R\$ 20,32 (vinte reais e trinta e dois centavos).
Item 93: Valor unitário R\$ 18,48 (dezoito reais e quarenta e oito centavos) e valor total R\$ 36,96 (trinta e seis reais e noventa e seis centavos).
Item 94: Valor unitário R\$ 27,72 (vinte e sete reais e setenta e dois centavos) e valor total R\$ 55,44 (cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
Item 95: Valor unitário R\$ 39,73 (trinta e nove reais e setenta e três centavos) e valor total R\$ 79,46 (setenta e nove reais e quarenta e seis centavos).
Item 96: Valor unitário R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

Item 97: Valor unitário R\$ 71,15 (setenta e um reais e quinze centavos) e valor total R\$ 142,30 (cento e quarenta e dois reais e trinta centavos).

Item 99: Valor unitário R\$ 110,88 (cento e dez reais e oitenta e oito centavos) e valor total R\$ 221,76 (duzentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

Item 100: Valor unitário R\$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais) e valor total R\$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais).

Item 101: Valor unitário R\$ 215,29 (duzentos e quinze reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 861,16 (oitocentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos).

Item 102: Valor unitário R\$ 283,67 (duzentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos) e valor total R\$ 1.134,68 (hum mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Item 110: Valor unitário R\$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 5.184,00 (cinco mil, cento e oitenta e quatro reais).

Item 124: Valor unitário R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) e valor total R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

Item 128: Valor unitário R\$ 143,50 (cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.435,00 (hum mil, quatrocentos e trinta e cinco reais).

Item 129: Valor unitário R\$ 157,50 (cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.575,00 (hum mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

Item 130: Valor unitário R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e valor total R\$ 7.200,00 (sete mil, duzentos reais).

Item 131: Valor unitário R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) e valor total R\$ 3.200,00 (três mil, duzentos reais).

Item 132: Valor unitário R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) e valor total R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 06 de Outubro de 2015.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 123/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 123/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2224/2015

Objeto: Contratação de consultas medicas e cirurgias torácicas nas seguintes especialidades básicas, a saber: obstetrícia, pediátrica, anestesista, urologista e cardiologista no período integral de segunda a segunda feira, 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias do mês.

Valor: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Vigência: 22 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 22 de Outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO 4765-15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4765/2015 de 22 de Outubro de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 2224/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 2224/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de plantão médico - hospitalar, com corpo clinico especializado para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionado, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação:

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MH	Contratação de consultas medicas e cirurgias torácicas nas seguintes especialidades básicas, a saber: obstetrícia, pediátrica, anestesista, urologista e cardiologista no período integral de segunda a segunda feira, 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias do mês	50,00	10.000,00

Dez mil reais	10.000,00
---------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 22/10/15.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4766/2015

DECRETO Nº 4766, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC, NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que no dia 28 de outubro é data comemorativa ao Dia do Servidor Público,

CONSIDERANDO: Que no dia 31 de outubro é feriado municipal, instituído pela Lei 076/1997, data em que se comemora o "Dia da Reforma",

DECRETA:

Art. 1º. - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais exceto a Secretaria Municipal de Educação no dia 30 (trinta) de outubro do ano de 2015.

Art. 2º - As disposições deste Decreto não se aplicam às atividades consideradas de natureza essencial, que deverão manter os serviços na forma de plantões.

Art. 3º - Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade a devida publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 23 de outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 151/2015 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 151/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO SALARIAL PARA SERVIDORA MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Salarial por Projeto Escolar Educativo para Servidora membro do Magistério Público Municipal, a partir do mês de outubro do ano 2015, conforme art. 25, art. 26 e art. 29 da lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, conforme relação:

Nome	CPF	Matricula	Nova Faixa
Adriane Baumbach	027.115.339-30	184-8	8E

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 141/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 141/2015 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Ético: R\$ 4.981,00 (quatro mil novecentos e oitenta e um reais).

Bom Retiro, 26 de outubro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL54-PP28SRP-LUBRICANTES E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 54/2015

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 28/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 54/2015 na Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preço Nº 28/2015, para AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE para a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 09/11/2015. Abertura da sessão: dia 09/11/2015 às 09:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

BOTUVERÁ-SC, 26 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0131/2015

DECRETO Nº 0131/2015

Revoga o Decreto nº 016/2015, que estabelece horário de Expediente de Servidor

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado e sem efeito o Decreto nº 016/2015, de 26 de janeiro de 2015, que estabeleceu horário de expediente de servidor Jonatan Koenig Truppel, a partir de 15.10.2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 15.10.2015.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0132/2015

DECRETO Nº 0132/2015.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de outubro/2015 para 16.11.2015.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de outubro/2015 para o dia 16.11.2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0133/2015

DECRETO Nº 0133/2015

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo 003/2015.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada por Loni Arndt de Souza, Ligia Vogel, Luciane Bertelli Kniss, Deiziane de Souza Probst e Joice Muniz da Costa Marangoni para, sob

a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº003/2015, destinado ao preenchimento de vagas para Professor ACT no quadro da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, para o ano letivo de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 22 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0134/2015

DECRETO Nº 0134/2015

Altera Decreto, que dispõe sobre Medidas de Contenção de Gastos com Pessoal

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc,...

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº074/2015, de 03.06.2015 passando o mesmo a ter a seguinte redação: "Fica reduzido, em 10% (dez por cento), o Subsídio do Prefeito e Vice Prefeito Municipal, bem como em 40% (quarenta por cento), os subsídios recebidos pelos demais Agentes Políticos do Executivo Municipal, por tempo indeterminado", a partir de 15.10.2015.

Art.2º Os demais itens do Decreto permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeito retroativo a 15.10.2015.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2015

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0135/2015

DECRETO Nº 0135/2015

Altera Decreto, que dispõe sobre Medidas de Contenção de Gastos com Pessoal

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc,...

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº078/2015, de 17.06.2015 passando o mesmo a ter a seguinte redação: "Fica reduzido, em 10% (dez por cento), o os vencimentos recebidos pelo ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, bem como em 40% (quarenta por cento), os vencimentos recebidos pelo cargo em comissão de Assessor Especial de Esportes por tempo indeterminado", a partir de 15.10.2015.

Art.2º Os demais itens do Decreto permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeito retroativo a 15.10.2015.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 50/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 60/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 50/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 09.11.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 26 de outubro de 2015. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

EXTRATO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2015

EXTRATO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: RINNERT & CIA LTDA

CNPJ: 05.572.506/0001-99

com Sede na Rua Dom Pedro, 101 – Bairro - Centro

Braço do Trombudo – SC

Objeto: Aquisição de Combustível (Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.

Óleo Diesel Comum: R\$ 3,08 (três reais oito centavos) por litro.

Gasolina Comum: R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) por litro.

Data da assinatura: 23/10/2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2015 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 1/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	1,0478	1
	Tonete materiais de construção (9236)			maesi	0	0,8973	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			CONFLEX	0	1,0103	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)				0	1,0949	4
2	Mangueria corrugada 3/4 (8833)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	0,9199	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			CONFLEX	0	0,8910	2
	Tonete materiais de construção (9236)			maesi	0	0,9786	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)				0	1,0038	4
3	Mangueria preta 1/2 parede 2.0mm (8834)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6258	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			CARPES	0	0,6046	2
	Tonete materiais de construção (9236)			rioplast	0	0,6524	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			carps	0	0,7300	4
4	Mangueria preta 3/4 parede 2.0mm (8835)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,8219	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 2/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	rioplast	0	0,8155	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	0,8513	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carps	0	0,9125	4
5	Mangueira Preta 1 polegada 2.00mm (8836)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	1,1762	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	1,1456	2
			Tonet materiais de construção (9236)	rioplast	0	1,2233	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carpas	0	1,3688	4
6	Mangueira Transparente 1/2 (8837)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	1,7116	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IBIRA	0	1,6707	2
			Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	1,7126	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,8250	4
7	Mangueira multuso trançada (8839)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	3,2422	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ARQUIA	0	3,3016	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 3/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	Tonnet materiais de construção (9236)		maesi		0	3,5068	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		mantec		0	3,6601	4
8	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3751	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)		KRONA		0	2,3787	2
	Tonnet materiais de construção (9236)		herc		0	2,4466	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		duin		0	2,8744	4
9	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3751	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)		KRONA		0	2,3787	2
	Tonnet materiais de construção (9236)		herc		0	2,4466	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		duin		0	2,8744	4
10	Torneira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,2997	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)		HERC		0	2,2276	2
	Tonnet materiais de construção (9236)		herc		0	2,4466	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 4/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,7375	4
11	Tomadeira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	9,6511	1
			Tonet materiais de construção (9236)	herc	0	11,4175	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	11,4561	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	14,3265	4
12	Tomadeira bala 3/4 (7274)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	6,8086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	VIQUA	0	4,6381	2
			Tonet materiais de construção (9236)	asira	0	7,3398	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	qipe	0	8,2126	4
13	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3977	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PLASBOHN	0	2,3469	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,9018	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 5/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2695	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GRAP	0	2,2355	2
			Tonet materiais de construção (9236)	asira	0	2,4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,7375	4
15	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,6588	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GOOL	0	1,5752	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,6311	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,0075	4
16	AREIA FINA (1958)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	fantoni	0	83,1497	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	87,5647	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WEGA	0	92,8762	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	93,2762	4
17	AREIA MEDIA (7)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	fantoni	0	81,3017	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 6/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Brita n 0 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	80,4164	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	88,8768	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WEGA	0	88,1376	4
			Tonet materiais de construção (9236)	rio do ouro	0	77,6062	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	77,7319	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	77,7359	3
19	Brita n 1 (8844)	M3	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	80,5558	4
			Tonet materiais de construção (9236)	rio do ouro	0	77,6062	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	77,7359	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	80,4753	3
20	Pó brita (8845)	M3	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	80,5558	4
			Tonet materiais de construção (9236)	rio do ouro	0	79,4539	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	80,4164	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 7/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Predisco (8846)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	85,0478	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	85,2944	4
			Tonet materiais de construção (9236)	rio do ouro	0	79,4539	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WIESS	0	80,4164	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	82,3043	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	85,2944	4
22	Cimento 50 Kg qp2 (8847)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORANTIM	0	28,8700	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	votoram	0	29,0066	2
			Tonet materiais de construção (9236)	supremo	0	30,5000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SUPREMA	0	30,5000	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	7,4712	1
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	7,0000	2
23	Argamassa ac1 20Kg (8848)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	7,5065	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 8/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	7,9900	4
24	Argamassa ac2 20Kg (8849)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	14,2966	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	14,8277	2
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	15,5000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	15,8000	4
25	Argamassa ac3 20Kg (8850)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	27,2097	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	27,3385	2
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	28,0000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	29,0000	4
26	Rejunite cores diversas 1kg (7209)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERAMFIX	0	2,5088	1
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	2,4000	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	2,5000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	2,5022	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 9/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CER.FERREIR	0	0,4606	1
	Tonel materiais de construção (9236)		conzatti		0	0,4815	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		brago novo		0	0,5153	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)		BRACO NOVO		0	0,5900	4
28	Telhas geminicas (8852)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CANELINHA	0	1,4656	1
	Tonel materiais de construção (9236)		taio		0	1,5476	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		bom-jesus		0	1,6419	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)		HOBUS		0	1,8800	4
29	Goiás (8853)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CANELINHA	0	2,6799	1
	Tonel materiais de construção (9236)		taio		0	2,6653	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		bom-jesus		0	3,0668	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)		HOBUS		0	3,5000	4
30	Telhas de fibrocimento 122X4mm (8854)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	6,3396	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 10/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	5,1587	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	etemit	0	6,9907	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	7,9700	4
31	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm (8855)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	7,4116	1
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	7,7381	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	etemit	0	8,0961	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	9,2700	4
32	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm (8856)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	8,6511	1
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	7,7381	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	etemit	0	9,4323	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	10,6300	4
33	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm (8857)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	10,6945	1
			Tonel materiais de construção (9236)	imbralit	0	10,3175	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	elemit	0	11,6594	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	13,3700	4
34	Madeira de prus para Caikaria (8858)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	novack	0	423,1818	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NOVAK	0	496,5785	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	530,1608	3
35	ARAME RECOZIDO Nº18 (8450)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5736	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,4616	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ARCELOR	0	7,6000	3
36	Barra de ferro (8859)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	5,6674	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,9772	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	7,0500	3
37	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,2553	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	12,6813	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015

Data do Registro: 21/10/2015

Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	14,9900	3
38	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	16,6639	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	gerdau	0	17,5277	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	20,9600	3
39	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	24,5425	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	gerdau	0	26,5743	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	31,8600	3
40	Barra de ferro 1/2 (8860)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	36,5508	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	gerdau	0	40,9619	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	48,9900	3
41	Treliza 6x6 (8861)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	conorelon	0	22,7895	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	gerdau	0	19,3855	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	26,8600	3
42	Treliza 6x8 (8862)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	conorelon	0	22,7895	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	21,2433	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	25,2000	
43	Trefiça 6x12 (8863)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	concreton	0	31,5547	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	29,7487	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	35,2000	
44	Malha pop 3,4 (8864)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	21,0364	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	22,7214	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	27,0500	
45	Malha pop 2,45x6m ferro 4,2 (8865)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	179,6863	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	25,9500	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	185,7776	
46	Malha pop 2,45x6m ferro 5mm (8866)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	271,7207	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	243,9941	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	319,9500	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 14/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	4,9675	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			vonder	0	5,3250	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			DISMA	0	5,4675	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			IRWIN	0	6,0300	4
48	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,6500	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			vonder	0	7,0062	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			DISMA	0	7,3193	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			IRWIN	0	8,0700	4
49	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	9,3101	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			vonder	0	9,8087	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			DISMA	0	10,2108	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			IRWIN	0	11,2700	4
50	Broca aço rápido 10mm (8867)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	14,9626	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 15/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	15,8808	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	16,3373	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	18,0300	4
51	Broca Videa 5mm (8868)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	5,8188	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	6,0721	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	6,4032	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	7,0700	4
52	Broca de videoa 8mm (7133)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	9,1438	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	9,8087	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	9,9435	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	11,0200	4
53	Broca de videoa 10mm (7132)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	13,2170	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	13,0783	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 16/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	14,9822	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	15,9700	4
54	Cadeado 30mm (7136)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	10,5795	1
			Tonet materiais de construção (9236)	stan	0	11,0315	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	12,2895	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	12,6090	4
55	Cadeado 40mm (7137)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	13,7548	1
			Tonet materiais de construção (9236)	stan	0	13,9292	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	15,9046	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	16,1315	4
56	Cadeado 50mm (8869)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	18,8184	1
			Tonet materiais de construção (9236)	stan	0	19,6548	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	21,7626	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 17/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	22,1360	
57	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0681	
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,2234	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,2547	
58	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,2848	
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	1,2291	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,5086	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,5504	
59	Abraçadeira com chaveira 1 polegada (8872)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9825	
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,1314	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,1651	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 18/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Cilindro para fechadura (7145)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	11,6514	1
			Tonet materiais de construção (9236)	soprano	0	11,4711	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SOPRANO	0	13,4761	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	13,8283	4
61	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	24,4110	1
			Tonet materiais de construção (9236)	soprano	0	24,5810	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MGM	0	26,2309	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	26,9471	4
62	Dobradiça zincada 3 polegadas (8874)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	1,6627	1
			Tonet materiais de construção (9236)	soprano	0	1,6387	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SCHILD	0	1,9601	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,9985	4
63	Dobradiça zincada 2 polegadas (8875)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	1,5115	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	soprano	0	1,5568	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SCHILD	0	1,8122	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,8551	4
64	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	11,4653	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	11,4367	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	14,2500	3
65	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,6466	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	10,6200	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	12,6000	3
66	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5517	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	6,7805	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
67	Prego 18x30 (7223)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5517	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 20/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	6,7805	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
68	Prego 22x48 (7224)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	7,3007	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	7,5974	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
69	Tubo de concreto 15 cm (8006)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	18,7697	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	18,8033	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	19,2540	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	20,5310	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	21,5300	5
70	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	20,5468	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	20,6558	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	21,8002	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 21/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	22,0087	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	23,6700	5
71	Tubo de concreto 30 cm (8876)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	25,3621	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (8859)	Fronza	0	25,4011	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	26,5939	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	fronza	0	27,7952	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	29,9000	5
72	Bloco de concreto (8008)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WJF	0	1,5741	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (8859)	Fronza	0	1,5756	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	1,6907	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	fronza	0	1,7258	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WJF	0	1,8100	5
73	Blocos calha de concreto (8877)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WJF	0	1,9835	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 22/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	1,9258	2
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (8859)	Fronza	0	1,9654	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	2,0892	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WJF	0	2,2500	5
74	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7518	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7694	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8196	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,9000	4
75	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,1205	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1508	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2088	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,3000	4
76	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,0529	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 23/66

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,1031	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2449	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amenco	0	2,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,4291	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,4841	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7025	3
78	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	amenco	0	3,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,6031	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6428	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,7268	3
79	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	amenco	0	2,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,4455	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 24/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	2,7197	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	3,0000	4
80	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,0873	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,1983	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	5,6121	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	6,0000	4
81	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,7252	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,8491	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	6,3633	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	7,0000	4
82	Caixa sifonada 100x100x60 (7156)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	6,2487	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,3888	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	6,9073	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 25/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	8,0000	4
83	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MALLTON	0	112,6642	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	opla	0	94,9748	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GS	0	115,0776	3
			Tonet materiais de construção (9236)	fibertolu	0	140,0000	4
84	Dobraçã zincada 3 (7150)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMADRI	0	2,1756	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	2,2222	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	2,4175	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	2,5000	4
85	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	3,0916	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,1587	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,4364	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	3,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 26/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,6172	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6746	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	plastit	0	2,8924	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	3,0000	4
87	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,9793	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0238	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	plastit	0	2,1585	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	2,5000	4
88	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,2923	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3254	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	plastit	0	1,4246	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	1,5000	4
89	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	7,3528	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 27/66

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Cunha de esgoto 75mm (7161)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,5158	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,1160	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amenco	0	9,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	6,7149	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,8650	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	7,4253	3
91	Linha de esgoto 100mm (7167)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amenco	0	8,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,8299	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,8868	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,1083	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amenco	0	3,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,2737	1
92	Linha de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3254	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,2737	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 28/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	2,5039	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	2,9000	4
93	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,7503	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7857	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	1,8995	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	2,0000	4
94	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	22,7046	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,9282	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	28,1471	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	30,0000	4
95	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,1778	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2063	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	1,2951	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 29/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	1,4000	4
95	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	86,8843	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	88,4907	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	96,5289	3
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	108,0000	4
97	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	33,4271	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	34,1265	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	37,1265	3
			Tonet materiais de construção (9236)	KRONA	0	42,0000	4
98	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	31,0961	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,7694	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	34,5363	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	39,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 30/66

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	22,5492	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	23,0393	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	25,0388	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	28,0000	4
100	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	13,6751	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	13,9980	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	15,1960	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	17,0000	4
101	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	4,8992	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	0	4,9999	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dufin	0	5,4396	3
			Tonet materiais de construção (9236)	blukit	0	6,0000	4
102	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLENA	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 31/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	Tonnet materiais de construção (9236)			alumasa	0	20,0466	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			ALUMASA	0	21,3322	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			opla	0	22,6015	4
103	Assento sanitário simples (8892)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	15,3333	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			alumasa	0	14,8833	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			ALUMASA	0	15,6819	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			durin	0	16,9742	4
104	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	34,1667	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			asira	0	36,0196	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			ALUMASA	0	36,5637	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			durin	0	37,8229	4
105	Caixa d'água 300 litros (8890)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibreeste	0	166,3133	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			bakof	0	131,3869	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	148,1946	3
105	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	192,8054	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	184,1851	2
			Tonet materiais de construção (9236)	imbralit	0	199,5134	3
107	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ANTARES	0	27,5783	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	24,6217	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	25,6600	3
108	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TERRA PLAST	0	7,3074	1
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	6,6663	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	7,1636	3
109	Caminho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALOSA	0	91,0427	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	65,1812	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	89,5448	3
110	Caçamba de pvc para caminho de mão (8894)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METASUL	0	40,2824	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 33/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	38,5161	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	39,5489	
111	Alicate universal (7185)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MEGAFORT	0	17,9889	
			Tonet materiais de construção (9236)	lamasill	0	18,1470	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,6662	
112	Alicate de bico (7187)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	19,2148	
			Tonet materiais de construção (9236)	lamasill	0	18,5174	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,6662	
113	Alicate de corte (7189)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	21,4429	
			Tonet materiais de construção (9236)	lamasill	0	20,7395	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	21,0430	
114	Alicate arrebitador (8895)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MACFER	0	20,6363	
			Tonet materiais de construção (9236)	lamasill	0	19,9988	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	20,1476	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	7,6827	1
	Tonet materiais de construção (9236)			lamasill	0	7,4070	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			disma	0	7,4621	3
116	Broxa nº 1 (7134)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	4,2966	1
	Tonet materiais de construção (9236)			roma	0	3,7035	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			atlas	0	4,4549	3
117	Broxa nº2 (7135)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	6,3490	1
	Tonet materiais de construção (9236)			roma	0	5,9256	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			atlas	0	6,2457	3
118	Aplicador de silicone (7188)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STARFER	0	13,9758	1
	Tonet materiais de construção (9236)			unifix	0	13,3325	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			disma	0	13,7302	3
119	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	4,0171	1
	Tonet materiais de construção (9236)			staretti	0	3,7035	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 35/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015

Data do Registro: 21/10/2015

Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	3,9649	3
120	Cabo de enxada (8897)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GM	0	5,4626	1
			Tonet materiais de construção (9236)	pessali	0	5,1849	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	5,3727	3
121	Cabo para pá de ajuntar (7191)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GM	0	5,4626	1
			Tonet materiais de construção (9236)	pessali	0	5,1849	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	5,3727	3
122	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	9,3039	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	11,1104	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alias	0	11,4916	3
123	Desempenadeira plástica o' espuma (7194)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CDK	0	6,5008	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famasil	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alias	0	6,3428	3
124	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MITACHI	0	18,7356	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 36/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	18,1470	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multit	0	18,4313	3
125	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	15,7568	1
			Tonet materiais de construção (9236)	metisa	0	14,8139	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	15,4465	3
126	Enxada com cabo (7197)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	32,7514	1
			Tonet materiais de construção (9236)	metisa	0	31,8499	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	32,0669	3
127	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	BRASFORT	0	1,5893	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	1,4814	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	faber castel	0	1,4924	3
128	Lima chata nº 8 (7199)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	14,2554	1
			Tonet materiais de construção (9236)	beldia	0	13,3325	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	14,0287	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 37/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	Martelete 25mm (7200)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDI	0	17,5217	1
	Tonet materiais de construção (9236)			belcia	0	17,0360	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monte	0	17,2374	3
130	Pá de apontar com cabo (7201)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	17,0745	1
	Tonet materiais de construção (9236)			metisa	0	16,2953	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			pandolfo	0	16,7886	3
131	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	19,5901	1
	Tonet materiais de construção (9236)			metisa	0	18,5174	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			pandolfo	0	19,2521	3
132	Serrete profissional nº20 (7203)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	26,8781	1
	Tonet materiais de construção (9236)			lamstall	0	27,4057	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			cavalitto	0	27,6096	3
133	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CLASSIC	0	17,7693	1
	Tonet materiais de construção (9236)			vonder	0	17,0360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 38/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015

Data do Registro: 21/10/2015

Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,1627	3
134	Trena emborrachada 5 metros (8899)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FOX	0	10,7894	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	10,3697	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	10,5961	3
135	Trena emborrachada 3 metros (8900)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FOX	0	8,3935	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	8,1476	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,5068	3
136	Linha de nylon nº100 (7213)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EXILON	0	7,1876	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,7159	3
137	Trena 30 metros (8901)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	25,1725	1
			Tonet materiais de construção (9236)	baldia	0	25,1836	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	25,5203	3
138	Luva Nitex (8902)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	YELING	0	3,8334	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 39/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	pervitex	0	3,7035	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,8803	3
139	Prumo 500gr (8903)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	13,4168	1
			Tonet materiais de construção (9236)	tamastil	0	14,8139	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	15,2226	3
140	Escoa de aço com cabo (8904)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	COMPEL	0	4,9195	1
			Tonet materiais de construção (9236)	tamastil	0	4,8145	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,9966	3
141	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	26,3465	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	25,9243	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multit	0	26,5649	3
142	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FAMASTIL	0	20,7561	1
			Tonet materiais de construção (9236)	tamastil	0	19,9988	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	monforte	0	20,2222	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 40/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	Espátula 06cm (8907)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAX	0	4,3924	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			vonder	0	4,0738	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monforte	0	4,4026	3
144	Mareta 500grs (8908)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MON FORT	0	15,8925	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			lamasill	0	15,5546	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monforte	0	15,8942	3
145	Mareta 1 Kg (8909)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TENACE	0	20,8839	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			lamasill	0	20,3691	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monforte	0	21,1176	3
146	Mareta 3 Kg (8910)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MON FORT	0	46,2401	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			lamasill	0	44,8120	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monforte	0	45,4440	3
147	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ST CATARINA	0	12,0592	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			menaco	0	116,2891	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 41/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	santa catarina	0	117,8260	3
148	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAESTRO	0	81,1797	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	78,8840	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	santa catarina	0	79,8441	3
149	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	Tonet materiais de construção (9236)	kevedis	0	4,4557	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kalfadil	0	4,8820	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LIQUIKAL	0	4,9547	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LIQUIKAL	0	5,2897	4
150	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	Tonet materiais de construção (9236)	novacal	0	7,0545	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HIDRA	0	6,7866	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sinha	0	7,5863	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CALCIM	0	8,1384	4
151	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	kiling	0	5,1980	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 42/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durepoxi	0	5,9113	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUREPOXI	0	5,9345	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PULVITEC	0	6,3327	4
152	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	fimecs	0	15,5941	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	stlix	0	17,0505	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	17,1400	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDIAL	0	17,7179	4
153	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	12,0931	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9875	4
154	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	12,0931	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 43/66

Número do Registro de Preços: 33/2015	Data do Registro: 21/10/2015	Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9675	4
155	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUROCEL	0	7,5085	1
			Tonet materiais de construção (9236)	ecotex	0	7,4370	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ADERE	0	7,5055	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,2465	4
156	Rolo de fita 50m c/ cabo (7225)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	4,5872	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	4,3060	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,7961	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	4,9732	4
157	Rolo de fita 90m c/ cabo (7226)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	5,8200	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	5,8719	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	6,1078	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 44/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	6,3823	4
158	Rolo de lá 15cm o/ cabo (7227)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	8,5318	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	8,6121	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	9,2446	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	9,6978	4
159	Rolo de lá natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	14,8562	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	16,0498	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	16,4685	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	17,2405	4
160	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	12,6311	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	12,9181	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	13,2506	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	13,8421	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 45/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Cabo para rolo 23cm (8913)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	5,5742	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			roma	0	5,4804	2
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			ATLAS	0	5,8470	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			roma	0	6,1336	4
162	Trincha cerdas médias 1 polegada (8914)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	2,8386	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			roma	0	2,7402	2
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			ATLAS	0	2,9788	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			roma	0	3,0668	4
163	Trincha cerdas médias 2 polegadas (8915)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	4,0439	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			roma	0	3,9146	2
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			ATLAS	0	4,2430	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			roma	0	4,3630	4
164	Trincha cerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	6,7239	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 46/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	6,6648	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	7,0669	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	roma	0	7,3769	4
165	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	9,0154	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	9,0036	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	9,4579	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	atlas	0	9,8635	4
166	Silicone 280gr (7947)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	uniflix	0	10,3960	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	11,3111	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELETRICAS ME (8293)	atlix	0	11,4171	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TEKBOOD	0	12,2923	4
167	Solvente (1 litro) (7257)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	POLICRONA	0	9,3405	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	9,3960	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 47/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	9,7977	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gol	0	10,2780	
168	Thinner 1 litro (8918)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	POLICRONA	0	6,8270	
			Tonet materiais de construção (9236)	kliling	0	6,6548	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	7,1665	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gol	0	7,4598	
169	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	55,9004	
			Tonet materiais de construção (9236)	kliling	0	57,9359	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERMILLIAN	0	58,6834	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	61,5802	
170	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DACAR	0	17,3965	
			Tonet materiais de construção (9236)	kliling	0	17,6157	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERMILLIAN	0	18,2521	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 48/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	19,1469	4
171	Fundo a óleo 3,6 (8821)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	47,4083	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	48,1983	2
			Tonet materiais de construção (9236)	kliling	0	48,5409	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	52,1359	4
172	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8822)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI	0	66,5889	1
			Tonet materiais de construção (9236)	kliling	0	66,8968	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	69,8480	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	73,2721	4
173	Registro de pressão soldável (7246)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	14,1238	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	12,5412	2
			Tonet materiais de construção (9236)	lekat	0	15,5998	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	21,0600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 49/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda/Me (9429)	ALESSI	0	271,1211	1
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			resicolor	0	256,9496	2
	Tonet materiais de construção (9236)			killing	0	281,4591	3
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			SHERWILLIAN	0	282,8887	4
175	Selador acrílico - 18 lt (7296)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda/Me (9429)	HIDRACOR	0	88,8866	1
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			RESICOLOR	0	71,1122	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			resicolor	0	88,5179	3
	Tonet materiais de construção (9236)			killing	0	91,9929	4
176	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda/Me (9429)	EUCATEX	0	58,5012	1
	Tonet materiais de construção (9236)			montana	0	60,2847	2
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			SHERWILLIAN	0	61,3699	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			resicolor	0	62,1652	4
177	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda/Me (9429)	OSMOCOLOR	0	111,9357	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 50/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	82,0681	2
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	115,8719	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	117,4142	4
178	Osmocolor cores (8926)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	OSMOCOLOR	0	147,5577	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	120,1861	2
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	153,4520	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	155,2064	4
179	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	10,3158	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	10,5594	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	10,8249	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mundial	0	11,3555	4
180	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDIAL PRF	0	18,4511	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	18,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 51/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	19,3583	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mundial	0	20,3073	4
181	Tinta para piso 18 litros (8929)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCADEX	0	167,0194	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	173,0249	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERVILLIAN	0	175,1969	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	183,7853	4
182	Resina acrílica 18 litros (8930)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SHERVIN WIL	0	203,8185	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	190,6400	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	207,0619	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERVILLIAN	0	208,3860	4
183	MASSA ACRILICA (1097)	GL	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI PREM	0	31,9861	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	26,5238	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	32,8626	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 52/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	33,5571	4
184	Corante para tinta cores (8331)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	2,6663	1
			Tonet materiais de construção (9236)	xadrez	0	2,3488	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORSIL	0	2,7892	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	2,9259	4
185	Registro pvc soldável 20 (8333)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,8760	1
			Tonet materiais de construção (9236)	herk	0	4,8286	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,3301	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	6,5200	4
186	Registro pvc soldável 25 (8334)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,2245	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krora	0	5,9429	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,8194	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	8,3300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 53/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,7755	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			krona	0	12,6286	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			passalit	0	14,1091	3
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			UNIFORT	0	17,1000	4
188	Cap soldável 20mm (7232)	UND	Tonnet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,5580	1
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			KRONA	0	0,5350	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			PVC BRAZIL	0	0,5770	3
189	Cap soldável 25mm (7233)	UND	Tonnet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6396	1
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			KRONA	0	0,6396	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			PVC BRAZIL	0	0,6874	3
190	Luva soldável 20mm (7242)	UND	Tonnet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,4797	1
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			KRONA	0	0,4927	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			PVC BRAZIL	0	0,5281	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 54/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.

191	Luva soldável 25mm (7243)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,5597	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,5369	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5784	3
192	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,5991	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,5297	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,6513	3
193	Luva soldável 50mm (7245)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,9989	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,8974	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,0637	3
194	Cuna soldável 50mm (8946)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	4,7972	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,9274	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,3312	3
195	Cuna soldável 25mm (8947)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,5191	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 55/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,4341	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (8429)	PVC BRAZIL	0	1,5507	3
195	Joelho R1 20x1/2 (8948)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,3555	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2207	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (8429)	KRONA	0	2,2407	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
197	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7324	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6009	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (8429)	KRONA	0	2,6259	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,7000	4
198	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (8429)	PVC BRAZIL	0	0,6471	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 56/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,7000	4
199	JOELHO SOLDÁVEL 25MM (1517)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7349	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6877	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6940	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,7000	4
200	Joelho soldável 40mm (7995)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2330	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0695	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,1101	4
201	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7135	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5392	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,5603	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 57/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
202	Joelho Soldável 85 mm (13830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chivas	0	34,5734	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,7395	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	32,8149	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	35,0000	4
203	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chivas	0	47,1107	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	53,0490	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	53,6068	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	58,0000	4
204	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7726	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7221	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7230	3
			Tonet materiais de construção (9236)	aramco	0	0,8000	4
205	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8197	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 58/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7670	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7690	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,8000	4
205	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pasalit	0	11,8248	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	9,3493	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	9,9259	3
207	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pasalit	0	47,6739	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	38,8622	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	40,0362	3
208	FLANGE PVC 89MM (8938)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	101,8990	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	99,8629	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	105,0060	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	105,2350	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 59/66

Número do Registro de Preços: 33/2015	Data do Registro: 21/10/2015	Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,2279	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			amanco	0	13,2292	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			UNIFORT	0	13,8419	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			plastilit	0	14,6438	4
210	Flange pvc 60mm (16710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	33,4231	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			amanco	0	33,0730	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			UNIFORT	0	34,4724	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			plastilit	0	36,6066	4
211	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,5976	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			UNIFORT	0	10,6227	2
	Tonnet materiais de construção (9236)			amanco	0	10,7487	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			plastilit	0	11,2844	4
212	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,1547	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 60/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	8,6817	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNFORT	0	9,1027	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plasilit	0	9,6736	4
213	Seletor acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	22,5707	1
			Tonet materiais de construção (9236)	kiling	0	23,4875	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	24,0991	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	29,8393	4
214	Preço 25x72 (10708)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	9,0086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,6800	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	9,5580	3
215	Caixa de água Fibra 10.000 lt. (10709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibreeste	0	2.945,6376	1
			Tonet materiais de construção (9236)	bakof	0	3.007,2993	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	3.102,8609	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 61/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
216	Flange Sold 60 mm. (10710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	36,6838	1
	Tonnet materiais de construção (9236)			amanco	0	37,2072	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			UNIFORT	0	37,4526	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			plasilit	0	39,6245	4
217	Flange Sold 85 mm. (10711)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	89,6716	1
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			PVC BRAZIL	0	97,5565	2
	Tonnet materiais de construção (9236)			amanco	0	97,5565	3
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			krona	0	103,3683	4
218	Registro Esfera Sold 60 mm (10712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plasilit	0	30,2450	1
	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)			KRONA	0	26,4496	2
	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)			PVC BRAZIL	0	28,5102	3
	Tonnet materiais de construção (9236)			amanco	0	31,0000	4
219	Registro Esfera Sold 85 mm. (10713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	184,6738	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 62/66

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	167,5138	2
			Tonet materiais de construção (9236)	viqua	0	169,0000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	175,1880	4
220	Curva Sold 90° 85 mm. (10714)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	31,9616	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,4757	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	32,6244	3
221	Curva soldada 45° 85mm (7982)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	31,1821	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	48,5387	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	53,6894	3
222	Curva Sold 50 mm. (10716)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	7,1959	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,8395	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	7,4017	3
223	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multit	0	168,9232	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 63/66

<p>Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
224	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	164,9971	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	167,2637	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multit	0	218,6617	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	251,4241	2
225	Lona Preta, (10717)	MT	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	254,4488	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NORTENE	0	1,9167	1
			Tonet materiais de construção (9236)	ecodide	0	1,5555	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mamplex	0	1,9401	3
226	Madeira Eucalipto Prancha 6x4m (13831)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	novack	0	906,8182	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NOVAK	0	943,2215	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	1,007,8392	3
			Tonet materiais de construção (9236)	boosh	0	362,0253	2
227	Serra marmore 220 voltz 1450 watz (13832)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	341,6967	1
			Tonet materiais de construção (9236)	boosh	0	362,0253	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	365,8893	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 64/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSHC	0	367,8571	
28	Furadeira de impacto 220 Voltz 800 Watz (13833)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	658,3333	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	662,1429	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	663,1107	
			Tonet materiais de construção (9236)	boosh	0	737,9747	
29	Serra Circular 220 voltz 2000 watz 9" polegadas (16711)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	boosh	0	1.090.0000	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	1.180.0000	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	1.189.0000	
30	Roadeira Costal 50 Cilindradas (13835)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GARDEM	0	1.294.5000	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GARTHEN	0	1.295.0000	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 65/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		garthen		0	1.300,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 66/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015

PROCESSO Nº 55/2015

- (6869) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
- (8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (9236) - Tonet materiais de construção
- (9429) - Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda ME

Braço do Trombudo, 21 de Outubro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 69/2015

DECRETO Nº 69, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO NASF EDITAL 02/2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições e na forma da Lei ,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo NASF Edital 02/2015, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 22 de outubro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

ANEXO I

DECRETO 69/2015.

ENFERMEIRO - NASF					
ORDEM DE CLASSIF.	Nº DE IDENT.	NOME	CONH. ESPECÍFICOS	PORTUGUÊS	NOTA FINAL
1º	011	Sabrina Zancanaro	10	03	5,20
2º	010	João Ricardo Palhano	09	02	4,40
3º	004	Letícia Alves Kriquer	07	04	4,40
4º	008	Alessandra Koecke	08	02	4,00

FARMACÊUTICO - NASF					
ORDEM DE CLASSIF.	Nº DE IDENT.	NOME	CONH. ESPECÍFICOS	PORTUGUÊS	NOTA FINAL
-	-	Não houveram inscritos	-	-	-

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NASF					
ORDEM DE CLASSIF.	Nº DE IDENT.	NOME	CONH. ESPECÍFICOS	PORTUGUÊS	NOTA FINAL
1º	003	Marilde de Souza Antunes	16	02	7,20
2º	006	Aline Michelli Scolaro	14	03	6,80
3º	001	Paulo Júnior Placido Gonçalves	14	02	6,40
4º	009	Elisiane das Graças Carvalho de Souza	12	02	5,60
5º	012	Ricardo Ribeiro das Neves	09	03	4,80
6º	007	Ana Julia Bach	09	02	4,40

Brunópolis, 22 de outubro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.350, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.350, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aurélio Augusto Batista Tormena para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Setor Licitações, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 1867/2015

PORTARIA Nº 1867/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando as propostas governamentais que visam melhorar a articulação das políticas públicas, propondo incluir a sociedade e, que essa demanda exige cada vez mais dos governos, que por meio da administração pública, vem no exercício de sua função de prestação de serviço, atender a comunidade de forma plena e harmonizada com os interesses da comunidade;

Considerando a necessidade de dar continuidade as ações estatais que se encontram em andamento na unidade de saúde Santa Rita, visto a falta de um profissional na área devido a remoção do que ali se encontrava para atender outra unidade que teve sua profissional afastada por gravidez de risco;

Considerando a relevância de um profissional Técnico de Enfermagem para esta Unidade de Saúde, por encontrar-se desguarnecida de vários serviços por falta de profissionais que possam dar andamento aos trabalhos referentes as políticas públicas de atendimento humanizado de total eficiência;

Considerando que o servidor tem grande diferencial profissional, que se manifesta no seu modo de lidar com o público, atendendo de forma adequada e acolhedora os usuários do sistema único de saúde, bem como a flexibilidade quanto a atuação profissional;

Considerando que a unidade onde se encontra o servidor, está fora do trajeto, se levado em conta sua residência e seu local de trabalho, e a unidade de saúde onde será lotado, torna mais viável o trajeto, facilitando assim o andamento dos trabalhos que se fazem necessários;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e com fundamento no Art. 212, § 1º da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, de ofício, o servidor Sr. JOEL GODOY GUERRA, matrícula nº 1047833, em estágio probatório, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde – unidade Básica de Saúde Volta Grande, para a Unidade Básica de Saúde Santa Rita, a contar de 13/07/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro no art. 45, parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de Julho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.595/2015

PORTARIA Nº 2.595/2015

Remove servidor por acordo

Considerando a necessidade de Servente de Serviços Gerais, no CMEI Laura Cattani Leite, tendo em vista que a servente daquela Unidade Escolar solicitou afastamento para tratamento de saúde;

Considerando a solicitação da Servidora para que seja efetuada a sua remoção para o CMEI Laura Cattani, viabilizando seu acesso ao local de trabalho;

Considerando a autorização do Secretário de Educação para efetuar a remoção da servidora, para atender a necessidade de uma Unidade Escolar que está desguarnecida de servente escolar;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, por acordo, a servidora Sra. ELIZABETH BELTRÃO, matrícula nº 675040, efetiva e estável, no cargo de Servente de Serviços Gerais, lotada no CEI Tia Laura, para o CMEI Laura Cattani, a contar de 21/10/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dá-se por acordo, mediante interesse manifesto do servidor em mudar de local de trabalho, a existência de vaga e a anuência da chefia imediata, com fulcro no art. 49, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de Outubro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº 7.683, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO nº 7.683, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre o processo eleitoral dos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 2º da Constituição da República, art. 162, VI e o art. 82, IV e VIII da Lei Orgânica do Município, art. 28, § 2º, da Lei Complementar Municipal 174,

DECRETA:

Art. 1º O processo eleitoral dos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV fica regulamentado nos termos do edital anexo a este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Brusque, 23 de Outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Outubro de 2015.

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2015 IBPREV - ANEXO AO DECRETO Nº7683

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2015

DISPÕE SOBRE O PROCESSO ELEITORAL DOS MEMBROS

TITULARES E SUPLENTE DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO INSTITUTO BRUSQUENSE DE PREVIDÊNCIA – IBPREV

O Diretor-Presidente do IBPREV, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, as normas que regulamentam o processo eleitoral dos membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

DO OBJETIVO

Art. 1º O objetivo do processo eleitoral é a eleição de 6 (seis) membros efetivos, e respectivos suplentes, para os Conselhos de Administração e Fiscal do IBPREV, assim distribuídos:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Grupo	Vagas	Conselheiro
Ativos	04	EFETIVO
	04	SUPLENTE
Inativos (aposentados ou pensionistas)	01	EFETIVO
	01	SUPLENTE
CONSELHO FISCAL		
Ativos	01	EFETIVO
Inativos (aposentados ou pensionistas)	01	SUPLENTE

§ 1º Os candidatos mais votados para as vagas de cada grupo serão conselheiros efetivos e os seguintes, até o número de vagas disponíveis, conselheiros suplentes.

DAS NORMAS APLICÁVEIS E DA PUBLICAÇÃO

Art. 2º Este processo eleitoral sujeita-se às disposições da Lei Complementar Municipal 174, de 20/09/2011, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal 178, de 06/12/2011, às normas deste edital e, supletivamente, às decisões da Comissão Eleitoral.

Art. 3º Este edital e os demais atos da eleição serão publicados no Mural da Prefeitura Municipal de Brusque e no site do IBPREV, no endereço: www.ibprev.sc.gov.br.

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 4º O processo eleitoral será realizado em meio físico, com a utilização de cédulas de papel, nos dias úteis constantes do calendário abaixo:

Data	Horário	Evento	Local
23/10/2015	- x -	Publicação do Edital	Mural da Prefeitura e Site do IBPREV
De 30/10/2015 a 16/11/2015	Das 12:00 às 18:00	Período de Registro de Candidaturas	Sede do IBPREV
17/11/2015	- x -	Divulgação das Candidaturas Homologadas	Mural da Prefeitura e Site do IBPREV
De 03/11/2015 a 19/11/2015	Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30	Período para Eventuais Impugnações de Eleitores	Sede do IBPREV
De 18/11/2015 a 19/11/2015	Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30	Período para Eventuais Impugnações de Candidaturas	Sede do IBPREV
20/11/2015	- x -	Divulgação da Lista Definitiva dos Candidatos e Eleitores	Mural da Prefeitura e Site do IBPREV
02/12/2015	Das 13:00 às 17:00	Dia da Eleição (Votação)	SINSEB – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque e Região
03/12/2015	Das 13:00 às 17:00	Dia da Eleição (Votação)	IBPREV – Instituto Brusquense de Previdência
04/12/2015	Das 13:00 às 17:00	Dia da Eleição (Votação e Apuração)	Salão Nobre da Prefeitura (ao lado do Gabinete do Prefeito)
07/12/2015	- x -	Divulgação do Resultado da Eleição	Mural da Prefeitura e Site do IBPREV
15/01/2016	Às 13:30	Posse dos Conselheiros para o Biênio 2016/2017	Salão Nobre da Prefeitura (ao lado do Gabinete do Prefeito)

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 5º A comissão eleitoral é composta por 5 (cinco) membros, a seguir relacionados:

Nome	Órgão/Unidade
Ana Rosa Lebeck	IBPREV
Lizandra Gabrielle Melim	Secretaria de Orçamento e Gestão
Gilberto Raul Scherer	Controladoria Geral do Município
Maria Matilde Cardoso	Representante SINSEB
Antonio Walter Mariani	Representante ASPMB

Art. 6º Compete à comissão eleitoral:

I – Promover e garantir a regularidade do processo eleitoral;

II – Julgar os pedidos e impugnações eventualmente interpostos;

III – Publicar no site do IBPREV os atos do processo eleitoral, inclusive o resultado;

IV – Resolver os casos omissos.

Parágrafo único. Não caberá recurso das decisões da Comissão Eleitoral.

DOS ELEITORES

Art. 7º São eleitores aqueles que se enquadrem na condição de beneficiários, segurados ou dependentes, do Regime Próprio de Previdência Social nos termos do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/2011.

§ 1º Não são eleitores:

I - Os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como o ocupante de cargo temporário ou emprego público, ressalvada a hipótese de estar enquadrado na condição de dependente, observadas as exceções do inciso seguinte.

II – Os dependentes de segurado:

a) que não percebam pensão, seja porque o segurado de que dependem esteja vivo, seja pela exclusão do direito a benefício em razão do disposto no § 1º, do artigo 8º da Lei Complementar Municipal 174, de 20/09/2011;

b) que não possuam, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade;

§ 2º A data-base para aferição da condição de eleitor é a do fechamento da folha de pagamentos da competência 10/2015, assim considerada 31/10/2015.

Art. 8º O Anexo I deste Edital contém relação dos eleitores deste processo eleitoral.

§ 1º Qualquer que detenha a condição de eleitor e não conste do Anexo I deverá requerer sua inclusão à Comissão Eleitoral até o dia

19/11/2015, apresentando comprovantes de suas alegações;

§ 2º Qualquer eleitor poderá, até o dia 19/11/2015, impugnar a condição de eleitor de qualquer pessoa constante do Anexo I, apresentando comprovantes de suas alegações.

§ 3º Os pedidos de inclusão ou impugnação de eleitor serão julgados pela Comissão Eleitoral que divulgará no dia 20/11/2015 lista definitiva de eleitores.

DOS CANDIDATOS

Art. 9º Pode ser candidato todo aquele que cumprir, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – Preencher os requisitos do artigo 7º deste Edital, que lhe atribuem a condição de eleitor;

II – Tiver atingido a maioridade civil, ou tiver sido emancipado, e em qualquer dos casos, for civilmente capaz;

§ 1º Os candidatos somente poderão concorrer a 1 (uma) vaga no Conselho de Administração ou a 1 (uma) vaga no Conselho Fiscal, não sendo admitido que um mesmo candidato concorra para ambos os Conselhos.

§ 2º Poderão ser candidatos os atuais conselheiros, em razão da possibilidade de reeleição por 1 (uma) vez, conforme art. 28, §1º, da Lei Complementar Municipal nº. 174/2011.

§ 3º Não poderá ser candidato a conselheiro do Conselho de Administração o eleitor ocupante de cargo em comissão, em razão da vedação contida no artigo 28, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/2011.

§ 4º Os eleitores que desejarem candidatar-se deverão protocolar, até as 17:00hs do dia 16/11/2015 pessoalmente na sede do IBPREV, 2 (duas) vias da Ficha de Registro de Candidato e cópia de documento oficial com foto, Anexo II deste edital, disponível no site www.ibprev.sc.gov.br.

§ 5º A Comissão Eleitoral publicará no dia 17/11/2015 lista prévia de candidatos em ordem alfabética.

Art. 10 Impugnações às candidaturas poderão ser realizadas por escrito diretamente na sede do IBPREV de 18/11/2015 a 19/11/2015 e deverá conter no mínimo, o nome do impugnante, o nome do candidato impugnado e o motivo da impugnação. § único. A lista definitiva dos candidatos, após o julgamento das impugnações, será publicada no dia 20/11/2015.

DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

Art. 11 O voto é secreto e os eleitores poderão votar em 5 (cinco) candidatos para o Conselho de Administração, dos quais 4 (quatro) ativos e 1 aposentado ou pensionista, e 1 (um) candidato para o Conselho Fiscal, dentre candidatos ativos ou inativos, aposentados ou pensionistas.

Art. 12 A votação será realizada, nos dias de 02/12/2015 à 04/12/2015, das 13:00 horas às 17:00

horas, no dia 02/12/2015 no SINSEB – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque e Região, no dia 03/12/2015 no IBPREV – Instituto Brusquense de Previdência e no dia 04/12/2015 no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque (1º andar do Prédio da Prefeitura, ao lado do Gabinete do Prefeito Municipal).

Art. 13 Para votar o eleitor deverá apresentar documento de identificação com foto e CPF, caso o documento com foto já possua indicação do número do CPF fica dispensada a apresentação de cartão CPF. São aceitos como documentos de identificação: Carteiras Profissionais, RG e CNH.

§ 1º A cédula de votação seguirá modelo constante do Anexo III deste edital, na qual constarão os nomes dos candidatos em ordem alfabética.

§ 2º Será garantido o acesso dos candidatos ao local de apuração dos votos.

Art. 14 Ocorrendo empate, aplicar-se-á sucessivamente os seguintes critérios, até que ocorra o desempate, tendo assim preferência o servidor que:

I - possuir, na data da eleição, mais tempo de serviço público prestado ao Município de Brusque, independentemente do vínculo funcional;

II – for mais idoso;

III – tiver maior formação acadêmica.

Disposições Finais

Art. 15 A Comissão Eleitoral e o Diretor-Presidente do IBPREV publicarão o resultado da eleição e o comunicarão ao Prefeito Municipal de Brusque.

Brusque/SC, 23 de outubro de 2015.

Célio Francisco de Camargo

Diretor Presidente

IBPREV

PORTARIA Nº 2.606/2015

PORTARIA Nº 2.606/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ROBERTO DE BRITO, matrícula nº 707031, nomeado pela Portaria nº 7.391/2011, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Outubro de 2015.

- 1.
2. CRISTIANO BITTENCOURT
1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.605/2015

PORTARIA Nº 2.605/2015

Considerando que a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, somente na data de 07/10/2015, enviou através do Ofício nº 014/2015, o comunicado de aprovação em Processo Avaliativo, informando que o Servidor concluiu o período de estágio probatório na data de 09/03/2013;

Considerando que o servidor, Ivo Leomar Kobus, prestou concurso público 01/2009, para o cargo de Motorista, tendo sido aprovado e nomeado pela Portaria nº 6.942/2010 e, durante o período de Estágio Probatório, o servidor não sofreu penalidades nem esteve afastado de suas funções por licença médica ou outros afastamentos;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor IVO LEOMAR KOBUS, matrícula nº 555738, nomeado pela Portaria nº 6.942/2010, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/03/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Outubro de 2015.

- 1.
- 2.
3. CRISTIANO BITTENCOURT
1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO 045/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 045/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 045/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de serviços de metalurgia em geral. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 10 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 046/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 046/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 046/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de equipamentos de informática. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 11 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 047/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de acesso a internet. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 12 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 048/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 048/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 048/2015, na modalidade de Tomada de Preços, para serviço de manutenção de software de emissão de contas g-sane. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 13 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 052/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 052/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 052/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de plaquetas de identificação. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 24 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 049/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 049/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 049/2015, na modalidade de Tomada de Preços, para aquisição de equipamentos de laboratório. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 16 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 053/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 053/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 053/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para o fornecimento de areia. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 25 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 050/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 050/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 050/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviços de análise de água. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 19 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 054/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 054/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 054/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de locação de caminhão e máquinas. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 01 de dezembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 051/2015, na modalidade de Tomada de Preços, para aquisição de uniformes. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 20 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

PROCESSO LICITATÓRIO 055/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 055/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 055/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de produtos químicos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 02 de dezembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297,

Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.
Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015 - FMS

PREGÃO nº 009/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 017/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de alimentos especiais para dietas enterais, industrializadas, suplementos nutricionais e descartáveis.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER

Secretária de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015 - FMS

PREGÃO nº 011/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 021/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de fitas/tiras reagentes para teste de determinação de glicemia e lancetas descartáveis para punção digital.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER

Secretária de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015 - FMS

PREGÃO nº 012/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 022/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de materiais gráficos.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER
Secretária de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2015

PREGÃO nº 077/2015

Processo Licitatório nº 124/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de cartuchos e toners para impressão.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015

PREGÃO nº 078/2015

Processo Licitatório nº 126/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de combustíveis (álcool, gasolina comum, óleo diesel e óleo diesel s10) para abastecimento dos veículos da administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015

PREGÃO nº 079/2015

Processo Licitatório nº 127/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de brinquedos e materiais para prática de atividades físicas.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

IVANOR DE MENDONÇA

Secretário de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO N° 128/2015

PREGÃO n°080/2015

Processo Licitatório n° 128/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de óleos lubrificantes e congêneres para os veículos, caminhões, máquinas e equipamentos da Administração Pública.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO N° 129/2015

CONCORRÊNCIA n° 011/2015

Processo Licitatório n° 129/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONCLUSÃO DO PRÓ INFÂNCIA DO BAIRRO RIO BRANCO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 22/10/2015

IVANOR DE MENDONÇA

Secretário de Educação

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.589

DECRETO Nº 6.589, de 22 de outubro de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, do Orçamento do Município de Caçador.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.259, de 21 de outubro de 2015, DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância total de R\$ 2.816.900,00 (dois milhões, oitocentos e dezesseis mil e novecentos reais) nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Município de Caçador:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 43.000,00

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
 3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 500.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 272.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 Soma
 R\$ 872.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 237.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 600.000,00
 Soma
 R\$ 837.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública
 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 35.000,00
 06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador
 3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 57.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
 R\$ 350.000,00
 Soma
 R\$ 442.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.036 - Manutenção da Secretaria de Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas
 R\$ 60.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO

ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
 3.1.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 90.000,00

02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
 3.1.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 98.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 Soma
 R\$ 108.000,00

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal De Assistência Social
 08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 3.3.90.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
 R\$ 19.900,00

12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

12.01 - Fundação Municipal de Esportes
 27.812.0031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 3.1.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 160.000,00

16 IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

16.01 IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador
 15.451.0034.2.014 - Manutenção do IPPUC
 3.1.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 120.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 65.000,00
 Soma
 R\$ 185.000,00
 Total
 R\$ 2.816.900,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º, ficam anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do orçamento vigente do Município de Caçador:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
 3.1.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas
 R\$ 605.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.097 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural
 3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 150.000,00

03 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

03.01 - Encargos Gerais do Município

28.843.0000.0.001 - Pagamento de Juros da Dívida Interna
 3.2.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 377.000,00
 28.843.000.0.002 - Amortização da Dívida Interna
 4.6.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 1.465.000,00
 4.6.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
 R\$ 200.000,00
 Soma
 R\$ 2.042.000,00

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal De Assistência Social
 08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
 3.1.90.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
 R\$ 19.900,00
 Total
 R\$ 2.816.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 22 de outubro de 2015.
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.590

DECRETO Nº 6.590, de 22 de outubro de 2015.

Suplementa e anula dotação orçamentária, do Orçamento vigente do Município de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.260, de 21 de outubro de 2015, DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 11.970,58 (onze mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos) na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Município de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social:

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0005.2.193 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
 3.3.50.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
 R\$ 11.970,58

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º, fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do orçamento vigente do Município de Caçador:

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0005.2.192 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
 3.3.90.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
 R\$ 11.970,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 22 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO MUNICIPAL.

LEI COMPLEMENTAR Nº 303

LEI COMPLEMENTAR Nº 303, de 21 de outubro de 2015.

Institui o Novo Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - Refis/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS, destinado a promover a regularização dos créditos tributários e não tributários do Município de Caçador, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas e físicas, com fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensão ou não, e ainda os créditos decorrentes de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º A anistia e/ou remissão abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da Lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - as multas decorrentes de prática de infrações à legislação tributária, compreendendo obrigações principais e acessórias, apuradas em ação fiscal em trâmite junto a fiscalização tributária municipal;

III - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 3º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei.

§ 1º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS, implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos impostos, contribuição de melhoria e taxas mencionadas no art. 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º A opção pelo programa deverá ser formalizada até a data improrrogável de 30 de dezembro de 2015, mediante requerimento, devidamente protocolado, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 3º O valor dos débitos a serem consolidados será determinado

com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à atualização monetária, multas e aos juros de mora.

§ 4º O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pelo pagamento em parcela única, dentro do prazo definido no Documento de Arrecadação Municipal - DAM, anexo à notificação.

Art. 4º Ao aderir ao REFIS, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O débito consolidado na forma desta Lei Complementar, poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela seja 01 (um) Valor de Referência Municipal - VRM, para pessoa jurídica e 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Municipal - VRM, para pessoa física.

§ 3º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso dar-se-á em até 05 (cinco) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias a contar da data da adesão.

§ 4º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei Complementar.

§ 1º Ficam autorizados à inclusão no REFIS, os contribuintes que parcelaram seus débitos na forma da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, através de requerimento mediante a consolidação de seus débitos vincendos, nos termos do art. 3º, desta Lei Complementar, ficando, automaticamente, excluídas do parcelamento previsto naquela lei, bem como dos contribuintes inadimplentes de parcelamentos efetuados até a data da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Os contribuintes que parcelaram seus débitos na forma da Lei nº 1.705, de 20 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 85, de 23 de junho de 2006, Lei Complementar nº 161, de 23 de outubro de 2009, Lei Complementar nº 228, de 13 de outubro de 2011, Lei Complementar nº 253, de 14 de novembro de 2012, Lei Complementar nº 281, de 12 de novembro de 2014 e alterações subsequentes, poderão aderir ao REFIS, através de requerimento mediante a consolidação de seus débitos vincendos, nos termos do art. 3º, desta Lei Complementar, ficando, automaticamente, excluídas do parcelamento previsto naquelas leis, bem como dos contribuintes inadimplentes de parcelamentos efetuados até a data da publicação desta Lei Complementar, aplicando-se na presente situação apenas o pagamento em parcela única, nos moldes do art. 7º, inciso I.

§ 3º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133, do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4º Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas de prestação de serviços referentes a tais bens,

ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 5º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 6º Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a conceder anistia de 100% (cem por cento) dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao REFIS.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no art. 1º, desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I - anistia e/ou remissão de 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única, no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

II - anistia e/ou remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

III - anistia e/ou remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 03 (três) parcelas sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

IV - anistia e/ou remissão de 70% (setenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 04 (quatro) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

V - anistia e/ou remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

VI - anistia e/ou remissão de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS.

Parágrafo único. A redução prevista neste artigo aplica-se inclusive na hipótese de pagamento parcial do débito, caso em que o benefício somente alcançará os valores recolhidos.

Art. 8º A opção pelo REFIS obriga ao sujeito passivo a:

I - à confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º, desta Lei Complementar;

II - à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa instituído por esta Lei Complementar;

III - ao pagamento regular das parcelas de débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente;

IV - à manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 1º A confissão estabelecida no inciso I, implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcial de crédito discutido administrativamente, a renúncia será sobre sua totalidade, salvo se expressamente o sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo recolhimento, por intermédio de petição endereçada ao Secretário Municipal da Fazenda, identificar a parcela do crédito que permanecerá em discussão.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. As parcelas do REFIS não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de três parcelas ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários e/ou créditos não tributários incluídos no REFIS;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

IV - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá no décimo dia após o vencimento da terceira inadimplida.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, independente de notificação prévia, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais na forma de Legislação aplicável.

§ 3º O contribuinte excluído do Programa só poderá reparcelar o débito de acordo com o disposto no art. 150, do Código Tributário Municipal, Lei nº 54 de 1983.

Art. 12. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS,

somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 15. Os créditos não tributários, inclusive os decorrentes de multas aplicadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON e do Núcleo Municipal de Vigilância Sanitária, cujos autos de infração tenham sido lavrados e cientificados aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2014 poderão ser liquidados na forma definida na presente Lei Complementar.

Art. 16. As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.258

LEI Nº 3.258, de 21 de outubro de 2015.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Liga Atlético Caçadoreense.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Liga Atlético Caçadoreense, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.496.395/0001-52, estabelecida na Avenida Santa Catarina, nº 191, Centro, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 31.150,00 (trinta e um mil, cento e cinquenta reais), a serem pagos em 04 (quatro) parcelas mensais e iguais de R\$ 7.787,50 (sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei, destinam-se a custear as despesas com Arbitragem dos campeonatos a serem realizados no exercício de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes:

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.0031.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades

Desportivas Organizadas do Município
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 31.150,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.259

LEI Nº 3.259, de 21 de outubro de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, do Orçamento do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica suplementada a importância total de R\$ 2.816.900,00 (dois milhões, oitocentos e dezesseis mil e novecentos reais) nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Município de Caçador:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 43.000,00

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 500.000,00
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 272.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00
Soma
..... R\$ 872.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 237.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 600.000,00
Soma
..... R\$ 837.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00
06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

..... R\$ 57.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 350.000,00
Soma
..... R\$ 442.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.036 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 90.000,00

02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 98.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
Soma
..... R\$ 108.000,00

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal De Assistência Social
08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 19.900,00

12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

12.01 - Fundação Municipal de Esportes
27.812.0031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 160.000,00

16 IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

16.01 IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador
15.451.0034.2.014 - Manutenção do IPPUC
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 65.000,00
Soma
..... R\$ 185.000,00
Total
..... R\$ 2.816.900,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º, ficam anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do orçamento vigente do Município de Caçador:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 605.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.097 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural

3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

03 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

03.01 - Encargos Gerais do Município

28.843.0000.0.001 - Pagamento de Juros da Dívida Interna

3.2.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 377.000,00

28.843.000.0.002 - Amortização da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.465.000,00

4.6.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Soma
..... R\$ 2.042.000,00

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal De Assistência Social

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 19.900,00

TotalR\$ 2.816.900,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.260

LEI Nº 3.260, de 21 de outubro de 2015.

Suplementa e anula dotação orçamentária, do Orçamento vigente do Município de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 11.970,58 (onze mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos) na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Município de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social:

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2.193 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 11.970,58

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º, fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do orçamento vigente do Município de Caçador:

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2.192 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 11.970,58

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.261

LEI Nº 3.261, de 21 de outubro de 2015.

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário do Rio Bugre.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Conselho Comunitário do Rio Bugre, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.323.170/0001-06 com sede na localidade do Rio Bugre, interior, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas ao Conselho, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.262

LEI Nº 3.262, de 21 de outubro de 2015.

Declara de utilidade pública a Associação Moradores da Comunidade de São Pedro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Moradores da Comunidade de São Pedro, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.886.154/0001-34 com sede na localidade de São Pedro, interior, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 102-2015, PR – Nº 71-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 102-2015, PR – Nº 71-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA SER UTILIZADO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDEMA, DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/11/2015 as 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/11/2015 as 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 23 de outubro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02 CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 02/2015 de 23 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Concessão Real de Uso de Bem Imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador – CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007.

Considerando a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte de outubro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a renovação da Concessão Real de Uso de Bem Imóvel pelo período de 10 (dez) anos, em benefício, a título de incentivo, à empresa Formato Indústria e Comércio de Acessórios Plásticos Ltda – EPP, onde a mesma está localizada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO Nº 03 CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 03/2015 de 23 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Concessão Real de Uso de Bem Imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador – CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007.

Considerando a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte de outubro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a renovação da Concessão Real de Uso de Bem Imóvel pelo período de 10 (dez) anos, em benefício, a título de incentivo, à empresa ZL – Metais Comércio e Indústria Ltda Me, onde a mesma está localizada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO Nº 04 CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 04/2015 de 23 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Incentivos Fiscais concedidos a título de incentivos ao fomento empresarial, à empresa Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Ltda.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador – CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007.

Considerando a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte de outubro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Isenção de 50% (cinquenta por cento) dos impostos solicitados, sendo ISQN, IPTU, ISS, pelo período de 02 (dois) anos, a título de incentivo à empresa Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO Nº 05 CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 05/2015 de 23 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Incentivos Fiscais concedidos a título de incentivos ao fomento empresarial, à empresa Malharia Ribalta Ltda Me.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador – CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007.

Considerando a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte de outubro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Isenção de 100% (cem por cento) dos impostos solicitados, sendo ISQN, IPTU, ISS, e taxas municipais, pelo período de 02 (dois) anos, a título de incentivo à empresa Malharia Ribalta Ltda Me.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO Nº 06 CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 06/2015 de 23 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Concessão Real de Uso de Bem Imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, a título de incentivo ao fomento empresarial concedido à empresa Arlindo Ribeiro da Silva Me.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador – CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007.

Considerando a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte de outubro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Concessão Real de Uso de Bem Imóvel pelo período de 10 (dez) anos, em benefício, a título de incentivo, à empresa Arlindo Ribeiro da Silva Me, de terreno de área de 384,00 metros quadrados, de matrícula nº 8541, localizado na rua Lages, Bairro Berger, no município de Caçador.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 117/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 117/2015.

Considerando o OFÍCIO Nº 078/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 45/2014 (originado do Processo Licitatório nº 33/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 45/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93, conforme segue:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Cláusula Primeira – Da Execução

O prazo de vigência do Contrato nº 45/2014 fica prorrogado por (60) sessenta dias, até o dia 18 de dezembro de 2015.

Cláusula Segunda – Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 45/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 19 de outubro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração
Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratado

ATA CONCORRÊNCIA 90/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório Concorrência nº 90/2015)

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitkowski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 90/2015, modalidade Concorrência, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução da sede do Centro Municipal de Educação Infantil "ANNA GORNIACK BUCHMANN", sito a Rua das Palmeiras, Bairro Cascatas, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.401.426/0001-70, E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 83.805.101/0001-67, IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 86.721.008/0001-62, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.015.251/0001-63, HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - CNPJ: 09.353.709/0001-45, JDI CONSTRUTORA

LTDA - CNPJ: 00.532.657/0001-08, CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 04.775.220/0001-48, LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 10.834.999/0001-28. A licitante LN CONSTRUÇÕES LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Lourival Negrelli, a licitante BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Marcion Luiz Veiga, a licitante JDI CONSTRUTORA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Edson José Maes. As licitantes E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA, CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA, HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA não credenciaram representante na sessão. Passou-se a análise dos Documentos das licitantes, onde toda a documentação foi conferida e rubricada pela Comissão de licitações e pelos representantes credenciados. As licitantes BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, JDI CONSTRUTORA LTDA, CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA, LN CONSTRUÇÕES LTDA, comprovaram enquadramento como ME ou EPP conforme trata a Lei Complementar 123/2006. A licitante IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA apresentou Certidão simplificada com data fora da validade conforme exige o item 5.1.1.1 do Edital. A licitante E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA não se enquadra como ME ou EPP conforme verificado através da Certidão Simplificada. Após a análise dos Documentos a Comissão julgou as licitantes: Bruvetec Engenharia e Construções Ltda, E.S.E Construções Ltda, Prk Engenharia e Construções Ltda, Hoeft & Hoeft Construções Civis Ltda, Ln Construções Ltda, devidamente HABILITADAS. A licitante CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA apresentou Atestado de Capacidade Técnica de "Construção de 59 (cinquenta e nove edifícios em alvenaria para fins residenciais de 36m² cada uma) em desacordo com o item 5.1.4.3.1.1 do edital que exige: "Ter executado obra em alvenaria com área mínima de 400m² (quatrocentos metros quadrados), em uma única obra, a licitante CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA deixou ainda de apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica, emitida pelo CREA/CAU, atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro da empresa licitante no Conselho; conforme exige o item 5.1.4.1 do Edital. Sendo considerada INABILITADA. As licitantes JDI CONSTRUTORA LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA foram consideradas INABILITADAS por não apresentarem o Termo de Recebimento que trata os itens 5.1.3.3 e 5.1.3.3.1 do Edital. Não havendo desistência de recurso quanto ao julgamento de habilitação, concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Todas as licitantes ficam desde já intimadas do prazo de recurso.

DECRETO Nº 9.368 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.368 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 300,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesas do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 180,00	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 120,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 23 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.369 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.369 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), nos seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101-	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		

440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 700,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 230,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 160,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 60,00
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 200,00
	Total	R\$ 1.350,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais de Elementos de Despesas das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101-	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PRO-CON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 700,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 230,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Outras.	R\$ 420,00
	Total	R\$ 1.350,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Outubro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.370 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.370 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO DE PROVIMENTO COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e, Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 101 de 04 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. CLEICIANE CUBAS, Registro no Sistema sob nº 955533, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Administrador do PROCON, natureza do Cargo de Direção, Código 17 do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, com vencimentos no valor de R\$ 2.427,94 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais, noventa e quatro centavos) mensais, lotada no Gabinete do Prefeito, a partir de 23 de Outubro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

23 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.371 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.371 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF.		
300000.00.488 -	Despesas Correntes		
330000.00.488 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.488 -	Aplicações Diretas		
339030.00.488 -	Material de Consumo	R\$ 4.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF.		
300000.00.488 -	Despesas Correntes		
330000.00.488 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.488 -	Aplicações Diretas		
339036.00.488 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 2.000,00	
339047.00.488 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 23 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.372 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.372 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal DANIELA CARLA BRE-SOLA, Matrícula Funcional nº 000411, Registro no Sistema sob o nº 954262, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 26 de Outubro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

26 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.247 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.247 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (cinco) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CAROLINA DA COSTA TELMA, Registro no Sistema sob nº 955161, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 26 de Outubro de 2015 á 30 Outubro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 23 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 98/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2015
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de agendas para os alunos dos Centro Municipais de Educação Infantil do município de Campo Alegre – SC, para o ano letivo de 2016., conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	400	UN	Agenda, com separadores meses e envelope sarja. Capa: 21x30,8cm, 4x4 cores, em couché fosco 115g. Fitolito incluso. Miolo: 192 páginas, 15x21cm, 1 cor, folio incluso. Com arte final. Em papel offset 63g. ALGUMAS PÁGINAS QUE DEVERÃO CONSTAR: Identificação, ficha médica, algumas datas comemorativas, calendário 2014, 2015, 2016, histórico da cidade, características, normas gerais das escolas municipais, horário das aulas, autorização, chegadas tardias, saídas antecipadas, mensagem da secretária de educação. Páginas finais: Deverá constar curiosidades sobre nosso planeta, Hino Nacional, Hino da Independência, Hino da Bandeira, Hino da Proclamação da República, Hino de Santa Catarina, mapa do Brasil, mapa mundi, aniversariantes, telefones, e-mail e OUTRAS QUE SERÃO DEFINIDAS. No início da agenda deverá ter envelope sarja em PVC camurça 0,20 micras. Acabamento: Espiral metálico com revestimento. A capa e páginas internas deverão ser personalizados conforme orientação e aprovação prévia da Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre – SC.	20,00	8.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 8.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 26/10/2015, às 09h45min do dia 06/11/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 06/11/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.02	Serviço de Educação Infantil
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	11	Educação Infantil
Projeto	2.106	Manutenção e Coordenação das Atividades
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar Atividades Específicas
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 26 de outubro de 2015.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PE Nº03/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2015 - FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, torna público que fará realizar no dia 10 de Novembro de 2015 Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço por lote, tendo como objeto o AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROGRAMA DO MUISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONVÊNIO Nº 101.9116-30/2014. CONFORME PORTARIA 507/2011. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Local: www.licitacoes-e.com.br

Início do Recebimento das Propostas : 26/10/2015 às 13.30 horas.

Abertura das Propostas: 10/11/2015 às 14.00 horas.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 10/11/2015 às 14horas e 15 minutos.

Campos Novos, 23 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO DE PE Nº3/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2015 - FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, torna público que fará realizar no dia 10 de Novembro de 2015 Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço por lote, tendo como objeto o AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROGRAMA DO MUISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONVÊNIO Nº 101.9116-30/2014. CONFORME PORTARIA 507/2011. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Local: www.licitacoes-e.com.br

Início do Recebimento das Propostas : 26/10/2015 às 13.30 horas.

Abertura das Propostas: 10/11/2015 às 14.00 horas.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 10/11/2015 às 14horas e 15 minutos.

Campos Novos, 23 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7369/2015 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTO NO ORÇAMENTO DO FMS

DECRETO Nº 7.369/15 DE 20/10/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – FMS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, o valor de R\$ 379.009,38 (Trezentos e setenta e nove mil, nove reais e trinta e oito centavos):

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 02 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

PROJETO/ATIVIDADE: 2.076 – Manutenção do Programa de Atenção Básica - ACS

Elementos de despesa: 19- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 12–Aplicações Diretas R\$236.009,38

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 02 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

PROJETO/ATIVIDADE: 2.087 – PMAQ Programa de Manutenção de acesso e da Qualidade

Elementos de despesa: 51- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 00–Aplicações Diretas R\$143.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 02 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

PROJETO/ATIVIDADE: 2.076 – Manutenção do Programa de Atenção Básica - ACS

Elementos de despesa: 20- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0023.000 74–Aplicações Diretas R\$4.200,00

Elementos de despesa: 21- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 12–Aplicações Diretas R\$149.700,00

Elementos de despesa: 44- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038.000 38–Aplicações Diretas R\$82.109,36

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 02 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

PROJETO/ATIVIDADE: 2.087 – PMAQ Programa de Manutenção de acesso e da Qualidade

Elementos de despesa: 46- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 00–Aplicações Diretas R\$143.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua republicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de outubro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO 7372/2015 - REGULAMENTA LEI 4220/15
DECRETO Nº 7372/15 DE 22/10/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.220/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 976.000,00 (Novecentos e setenta e seis mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.220/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
22 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1476/15
PORTARIA Nº 1476/15 de 20/10/15

RETIFICA PORTARIA 43/14 DE 06/02/14 QUE CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA ROSANA DE FATIMA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora ROSANA DE FATIMA CORDEIRO, cargo de PROFESSORA, no período de 01/02/2014 a 31/01/2016. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de outubro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1477/15
PORTARIA Nº 1477/15 DE 20/10/15

FAZ READAPTAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica e Constituição Federal; Considerando o pedido da servidora e os laudos médicos emitidos pela Junta Médica do Município, onde se verifica que a servidora pública GIRCE LUCIA MORSELLI SANGUANINI está inapta para exercer as funções de seu cargo; Considerando as regras contidas no art. 25 do estatuto dos Servidores Públicos do Município (LC nº 03/00);

RESOLVE:

Art. 1º- Fica readaptada temporariamente de função pelo prazo de 06 (seis) meses, a servidora GIRCE LUCIA MORSELLI SANGUANINI na Biblioteca da Escola Itinerante Estudando e Plantando, desenvolvendo serviços de apoio na biblioteca e reforço escolar, com carga horária semanal de 40 horas;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 12/2015

DECRETO Nº 12/2015

DISPÕE SOBRE ANÁLISE DAS CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, referente aos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 2015.

Art. 2º. O presente projeto será submetido a análise das Comissões Permanentes de Orçamento, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e Redação Final.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 22 de outubro de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

RESOLUÇÃO Nº 6/2015

ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS 76, 85, 88 E 98 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O cidadão Nelson Carafa, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O inciso III do Art. 76 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Indústria, Comércio e Turismo, inclusive Políticas Públicas na Prevenção e Combate ao Uso Indevido de Drogas, e matérias que versam sobre o Idoso, a Mulher e o Jovem)."

Art. 2º. O caput do inciso III do Art. 85 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Indústria, Comércio e Turismo, inclusive Políticas Públicas na Prevenção e Combate ao Uso Indevido de Drogas, e matérias que versam sobre o Idoso, a Mulher e o Jovem):"

Art. 3º. O inciso III e o parágrafo 1º do Art. 88 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Indústria, Comércio e Turismo, inclusive Políticas Públicas na Prevenção e Combate ao Uso Indevido de Drogas, e matérias que versam sobre o Idoso, a Mulher e o Jovem): às terças-feiras, às 15: horas."

"§ 1º Os projetos analisados às terças-feiras pelas Comissões Permanentes deverão ser pautados para votação em Plenário na sessão ordinária ou extraordinária das quintas-feiras, salvo, se for matéria em Regime de Urgência ou interesse público relevante."

Art. 4º. O inciso III do Art. 98 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - à Comissão de Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Indústria, Comércio e Turismo, inclusive Políticas Públicas na Prevenção e Combate ao Uso Indevido de Drogas, e matérias que versam sobre o Idoso, a Mulher e o Jovem), o exame do interesse público".

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Nº. 05/2009 e nº 03/2013.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 22 de outubro de 2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 944/2015

PORTARIA Nº. 944/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, servidor em licença para tratamento de saúde; Resolve:

PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional ANA CLÁUDIA BEJE, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Mario Edson de Aguiar, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 26/10/2015 a 18/12/2015, anteriormente estava na vaga Maria Noeli Chimangosewski Steilein, a qual está em licença para tratamento de saúde, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento do retorno da titular, conforme comunicação interna nº 430/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 946/2015

PORTARIA Nº. 946/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FERNANDO LUIS TOKARSKI
3. MARISTELA MURARA BURGARDT

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 424/2015 e seus respectivos documentos em anexo, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 267/2015.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA 2ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 114/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 188/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 114/2015 (PRESENCIAL)

2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 16/11/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº PMC 03/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 200/2015

CARTA CONVITE N.º PMC 03/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da Carta Convite Nº PMC 03/2015, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA DESTINADOS A ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA DO NATAL FELIZ 2.015, EM AREAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Motivo: PROCESSO ANULADO POR TER APENAS 2 INTERESSADAS NO OBJETO DA LICITAÇÃO, O QUE CONTRARIA O §3º DO ART. 22 DA LEI N.º

8.666/1993. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 35/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 191/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 35/2015, QUE TEM POR OBJETO SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO CALÇADÃO DA RUA FELIPE SCHMIDT E DA RUA MAJOR VIEIRA COM EXTENSÃO TOTAL DE 390,50 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 23 (vinte e três) dias, do mês de outubro do ano de 2015, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. José Carlos Herbst e José Marcos Carvalho, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP, representada pelo Sr. Ricardo Dolata Nunes. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas do envelope de proposta de preço da empresa participante, o qual foi acondicionado em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representante presente. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. A empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP participou da licitação na condição de EPP. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP, habilitada no certame. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, o valor cotado pela empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP para execução da obra foi de R\$ 172.920,39. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP com o valor global de R\$ 172.920,39. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

José Carlos Herbst
Membro

José Marcos Carvalho
Secretário

CAZAMUSA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP
Ricardo Dolata Nunes

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 32/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 32/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/15

CONTRATADO: ASSCON-PPASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO ANO LETIVO DE 2016, EM UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ENSINO (FUNDAMENTAL INFANTIL) DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.300,00 (dezoito mil trezentos reais) DATA: 23/10/15-LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA-Prefeito.

Capinzal

PREFEITURA

EDITAL 034/2015 - CONCURSO DE REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

EDITAL Nº 034, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre o processo de aumento de carga horária e remoção para servidores efetivos do quadro do Magistério público Municipal

Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto 35 da Lei Complementar nº 006, de março de 1991 e nos artigos 17 e 18 da Lei complementar nº 045, de 20 de dezembro de 2000, estabelece normas para a realização do processo de aumento de carga horária para os servidores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal, que reger-se-á pelas normas fixadas neste edital e demais disposições da legislação vigente.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1. O aumento de carga horária e a remoção de servidores do quadro do Magistério Municipal destina-se ao preenchimento de vagas em caráter efetivo das unidades escolares do município de Capinzal.

0.2. Os professores habilitados em Pedagogia deverão optar pela área de Educação Infantil ou Séries Iniciais de acordo com a área de atuação para a qual tenham prestado o concurso público.

0.3. Os professores habilitados em Disciplinas Específicas do Currículo deverão optar pela disciplina para a qual tenham sido lotados, de acordo com o concurso público prestado.

0.4. O quadro de vagas constante do anexo I deste edital sofrerá modificações durante o processo de escolha de vagas, devido à movimentação dos classificados.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições acontecerão nos dias 26, 27 e 28 de outubro, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, através de formulário próprio, disponível na Diretoria de Recursos Humanos.

2.2. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

2.3. Para o processo de alteração de carga horária, poderão inscrever-se os membros efetivos do Magistério Público Municipal, com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais.

3. O candidato à remoção só poderá inscrever-se para uma vaga cuja carga horária seja equivalente à carga horária de sua efetivação (10, 20, 30 ou 40 horas semanais).

4. Não poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal que estiverem na condição de auxílio doença, readaptados, afastados para tratamento de assuntos particulares ou respondendo à Sindicâncias e/ou Processos Administrativos.

III- DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. A classificação obedecerá aos seguintes critérios, conforme disposto no art. 38, Parágrafo único da Lei Complementar 045/2000:

- Melhor nota de avaliação por desempenho dos anos de 2013 e 2014;
- Maior habilitação;
- Maior tempo de serviço.

3.2. O resultado deste concurso será publicado no dia 29 de outubro de 2015, no site da Prefeitura Municipal – www.capinzal.sc.gov.br.

3.3. A escolha das vagas ocorrerá no dia 30 de outubro de 2015, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Municipal da Educação.

3.4. Os professores habilitados em Pedagogia serão classificados conforme a área de atuação para a qual prestaram o concurso.

3.5. Os candidatos poderão realizar apenas uma movimentação e deverão assumir suas vagas a partir de 01 de fevereiro de 2016, devendo ocupá-la pelo período mínimo de 3 (três) anos.

3.5.1. Excetuam-se aqui os servidores que estiverem designados para cargos de confiança.

IV- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O aumento de carga horária e a remoção dos servidores classificados neste Edital serão efetuados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016.

4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, observando a legislação vigente.

Capinzal – SC, em 21 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado.

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO MORO SOBRINHO	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Séries Iniciais
20h	Educação Infantil
20h	Língua Inglesa
40h	Informática

ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
10h	Física
30h	Língua Inglesa
40h	Informática
40h	Educação Física
30h	Educação Física

ESCOLA MUNICIPAL BELISÁRIO PENA	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Língua Inglesa
40h	Informática
40h	Educação Física

ESCOLA MUNICIPAL IVO SILVEIRA	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Ciências

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
10h	Educação Física
30h	Artes

ESCOLA MUNICIPAL DR. VILSON PEDRO KLEINUBING	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
10h	Língua Portuguesa
30h	Geografia
30h	Ciências
40h	Educação Física

ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO HACHMANN	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Séries Iniciais
20h	Séries Iniciais
20h	Língua Portuguesa
30h	Artes

CRECHE MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Educação Infantil

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FADA MADRINHA	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Educação Infantil
20h	Educação Infantil

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 94/2015

DECRETO N. 94/2015

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADA POR VENDAVAL (COBRADE – 1.3.2.1.5)".

VILMAR FOPPA, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e, em conformidade com inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica do Município e Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO:

I – Que no dia 22 de outubro de 2014, por volta das 00h:40min, o Município de Caxambu do Sul, foi atingido por um forte vendaval acompanhado de granizo, causando grandes danos e prejuízos, cujos dados ainda estão sendo levantados, quantificados e contabilizados, atingindo parte da área urbana e rural do Município, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre), anexo ao presente Decreto;

II- Que foram atingidas e danificadas pela tempestade várias residências, comércios e benfeitorias, entre a cidade e interior, sendo que o interior do Município foi a área mais atingida, com várias residências parcialmente destelhadas, sem luz elétrica e sem telefone, plantações foram totalmente destruídas, o trânsito nas vias do Município ficou bastante prejudicado devido a queda de árvores sobre as vias e sobre a rede de distribuição de energia elétrica;

III - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Vendaval (COBRADE - 1.3.2.1.5), conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 22 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 119, DE 22.10.2015

DECRETO Nº 119, DE 22.10.2015

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Chuvas Intensas – COBRADE: 1.3.2.1.4, conforme IN/MI 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - as chuvas intensas e concentradas, ocorridas nos dias 15 e 16 de outubro de 2015, atingindo todo território do Município;

II - como conseqüências deste desastre, resultaram em danos e prejuízos, que abrangeram principalmente a produção agrícola e a malha viária municipal;

III - o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

IV - concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas – COBRADE: 1.3.2.1.4, conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º. Fica revogado o Decreto nº 118 de 21.10.2015 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2016

CONVITE

O Prefeito de Chapecó-SC, no uso de suas atribuições legais, convida o Ministério Público, membros da Câmara de Vereadores, bem como os representantes das Entidades da Sociedade Civil organizada e os cidadãos chapecoenses para a Audiência Pública, destinada a apresentar os projetos, programas e ações previstos no projeto da Lei Orçamentária Anual para 2016, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar n.º 101/00.

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

End.: Av. Getulio Vargas, 957S

Dia: 28/10/2015

Horário: 14h

Chapecó, 20 de outubro de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 406/15

DECRETO SAF/N. 406/15, de 19 de outubro de 2015.

CRIA A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO ACT - DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COCAL DO SUL, PARA O ANO LETIVO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve,

DECRETAR:

Art 1º. Fica criada a Comissão de Processo Seletivo ACT, destinada a admissão em caráter temporário de Professor de Educação Infantil e Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano), com atuação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2016, que tem a seguinte composição:

- a) Cristina Denesio Corrêa;
- b) Elaine Corrêa;
- c) Janaina da Soler Magnus;
- d) Marenir Santa Helena;
- e) Rosana Aparecida Bez Birolo Alano.

Art 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej.,
Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 408/15

DECRETO SAF/Nº. 408/15, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

NILTON MACHADO DE SOUZA, portador do CPF nº. 461.547.019-34, Servente de Obras, nomeado pelo Decreto SAF/N. 475/13, de 16 de setembro de 2013, a partir de 19 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de outubro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 409/15

DECRETO SAF/Nº. 409/15, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

ROGÉRIO NAZÁRIO, portador do CPF nº. 565.936.199-49, Servente de Obras, nomeado pelo Decreto SAF/N. 68/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 20 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de outubro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 410/15

DECRETO SAF/Nº. 410/15, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR:

VALDECI HERMENEGILDO, portador do CPF nº. 541.135.209-68, Servente de Obras, nomeado pelo Decreto SAF/N. 383/14, de 06 de outubro de 2014, a partir de 19 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de outubro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 411/15

DECRETO SAF/N. 411/15, de 21 de outubro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei. 1.282, de 21 de outubro de 2015, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura
2.054 – Manutenção de Ambiente Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 6.500,00
---	--------------

2.014 – Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
TOTAL	R\$ 86.500,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura
2.052 – Manutenção do Departamento da Cultura

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 6.500,00
---	--------------

Órgão: 05 – Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas
2.001 – Manutenção dos Encargos Gerais

3.2.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
TOTAL	R\$ 86.500,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 412/15

DECRETO SAF/Nº. 412/15, de 22 de outubro de 2015.

REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

REVOGAR:

Art. 1º. O inciso II, do art. 1º., da Lei nº 1.247, de 01 de abril de 2015, que trata da doação do lote 12 da quadra "D", matrícula nº. 23.623, com a área de 3.000,00m² (três mil metros quadrados) localizado na Área Industrial II, Zeferino Zanatta, à empresa JJA MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.252.807/0001-38, REVERTENDO o imóvel ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de outubro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 413/15

DECRETO SAF/Nº. 413/15, de 22 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 3º. da Lei nº. 225, de 21 de junho de 1996.

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Cocal do Sul, tem a seguinte composição:

a) Representantes da área governamental:

I – Representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:
Beatriz Galatto Nesi – titular e
Carla Arns – suplente.

II – Representantes da Secretaria de Saúde Pública:
Marcelita Catanio – titular e
Juraci T. de Bona Sartor – suplente.

III – Representantes da Secretaria de Ação Social e da Família:
Sandra Quarezemin – titular e
Maria Ziani Hoffman Miotello – suplente.

IV – Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas:
Soraya Monteiro Aguiar – titular e
Domingos Gilnei Kossmann Soares – suplente.

b) Representantes da área não governamental:

I – Representantes do Lions Clube Cocal do Sul:
Ivone Guollo Perego – titular e
João Geraldo Echeli – suplente.

II – Representantes dos Grupos de Mães:
Ivana Izabel Carrer Guollo – titular e
Neide Maria Locateli Périco – suplente.

III – Representantes dos Grupos de Idosos:
Maria de Villa Pagnan – titular e
Célia Regina Lopes – suplente.

IV – Representantes das Associações de Moradores:
Rosiclei Prior Viola – titular e
Aldo Morona – suplente.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de outubro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 72/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/PMCS/2015

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a realização do processo seletivo para professores ACT para 2015 no município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 13/10/2015

Vigência: Início: 13/10/2015 Término: 13/03/2016

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

Dotação Orçamentária: 07.01.2016.3.3.90 (77).

3.2.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 86.500,00
.....	

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planj., Fazenda e

Finanças Públicas

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 73/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: RUBENS BIAZOTO DE SOUZA 02557114928

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/PMCS/2015

CONCORRÊNCIA Nº 03/PMCS/2015

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão de serviços público para remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou outras penalidades, nos termos de lei municipal nº 1.249, de 20 de abril de 2015, no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 23/10/2015

Vigência: Início: 23/10/2015 Término: 22/10/2021

LEI N. 1.282

LEI N. 1.282, de 21 de outubro de 2015.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

2.054 – Manutenção de Ambientes Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 6.500,00
---	--------------

2.014 – Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 86.500,00
.....	

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

2.052 – Manutenção do Departamento da Cultura

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 6.500,00
---	--------------

Órgão: 05 – Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

2.001 – Manutenção dos Encargos Gerais

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2015 – PMC

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos líquidos classe I sólidos e lodos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/11/2015.

Abertura: dia 17/11/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 21 de outubro de 2015.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças, óleo lubrificante e mão-de-obra para retifica do motor CUMMINS do Trator de Esteiras Fiat Allis FD170 PMC-121, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/11/2015.

Abertura: dia 18/11/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 23 de outubro de 2015.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2015 – PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação e Peru natalino para os servidores públicos municipais ativos e inativos, com base na Lei Complementar Municipal nº 668 de 11 de abril de 2014 e Decreto nº 5.973 de 28 de Abril de 2015, e conforme especificações

constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 17/11/2015.

Abertura: dia 17/11/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 2/2013 -PMC

Contrato Nº : 2/2013/2013

Aditivo Nº : 5TA Ctr 2/2013/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Licitação : Pregão Presencial 117/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência estadual, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 20/10/2015

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 20 - 04.001.2007.3339039900000000.01000001

Dotação : 38 - 06.001.2012.3339039900000000.01010000

Dotação : 89 - 07.001.2022.3339039900000000.01000001

Dotação : 112 - 08.001.2027.3339039900000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.3339039900000000.01000001

Dotação : 153 - 10.001.2036.3339039900000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2040.3339039900000000.01000001

Dotação : 205 - 13.001.2101.3339039900000000.01020000

Dotação : 233 - 13.001.2104.3339039900000000.02000000

Dotação : 243 - 15.001.2201.3339039900000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.3339039900000000.01000001

Dotação : 292 - 17.001.2451.3339039900000000.01000001

Dotação : 309 - 18.001.2501.3339039900000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 271/2015 -PMC

Contrato Nº : 271/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ROMANI TUR TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 100/2015

Objeto : Contratação de empresas para realizar o transporte dos idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 10 e 12 de novembro de 2015, no Centro de Eventos situado neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 16/10/2015

Valor R\$: 2.622,00 (Dois Mil e Seiscentos e Vinte e Dois Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2015 -PMC

Contrato Nº : 272/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES E COMÉRCIO 29 LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 100/2015

Objeto : Contratação de empresas para realizar o transporte dos idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 10 e 12 de novembro de 2015, no Centro de Eventos situado neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 16/10/2015

Valor R\$: 1.740,00 (Um Mil e Setecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2015 -PMC

Contrato Nº : 273/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES OURO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 100/2015

Objeto : Contratação de empresas para realizar o transporte dos idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 10 e 12 de novembro de 2015, no Centro de Eventos situado neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 16/10/2015

Valor R\$: 2.060,00 (Dois Mil e Sessenta Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2015 -PMC

Contrato Nº : 274/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES SIDE LA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 100/2015

Objeto : Contratação de empresas para realizar o transporte dos idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 10 e 12 de novembro de 2015, no Centro de Eventos situado neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 16/10/2015

Valor R\$: 2.333,00 (Dois Mil e Trezentos e Trinta e Três Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2015 -PMC

Contrato Nº : 278/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VANDERLEI DEITOS ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 20/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para reforma da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, com o Governo Federal.

Vigência : Início: 19/10/2015 Término: 19/04/2016

Assinatura : 19/10/2015

Valor R\$: 301.435,00 (Trezentos e Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais)

Dotação : 48 - 06.002.2013.344905107000000.01010000

Dotação : 358 - 06.002.2013.344905107000000.01190000

Dotação : 437 - 06.002.2013.344905107000000.03010000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2015 -PMC

Contrato Nº : 279/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EDIFÍCIO COMERCIAL GOLDEN OFFICE

Licitação : Inexigibilidade 33/2015

Objeto : Contratação de empresa, para administrar o condomínio Golden Office, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação, salas 301 e 302, onde abriga o Núcleo Tecnológico Municipal, Clínica de Aprendizado e os setores administrativos e pedagógicos das SEMED.

Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 20/10/2016

Assinatura : 20/10/2015

Valor R\$: 23.327,52 (Vinte e Três Mil, Trezentos e Vinte e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903902000000.01010000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2015 -PMC

Contrato Nº : 281/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 12/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática, escritório, comunicação e eletrodomésticos, todos novos, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 20/08/2018

Assinatura : 20/10/2015

Valor R\$: 86.821,00 (Oitenta e Seis Mil e Oitocentos e Vinte e Um Reais)

Dotação : 17 - 03.001.2006.344905206000000.01000001

Dotação : 35 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 80 - 06.004.1007.344905212000000.01010000

Dotação : 101 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 113 - 08.001.2027.344905234000000.01000001

Dotação : 113 - 08.001.2027.344905235000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.1010.344905206000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.1010.344905235000000.01000001

Dotação : 200 - 12.001.2043.344905235000000.01100000

Dotação : 200 - 12.001.2043.344905242000000.01100000

Dotação : 269 - 15.001.2203.344905235000000.01000001

Dotação : 295 - 17.001.1453.344905235000000.01000001

Dotação : 323 - 19.001.1601.344905235000000.02030000

Dotação : 337 - 06.002.1004.344905212000000.03360000

Dotação : 358 - 06.002.2013.344905235000000.01190000

Dotação : 394 - 15.001.2203.344905235000000.03610003

Dotação : 396 - 15.001.2204.344905235000000.03610004

Dotação : 404 - 08.001.1009.344905242000000.03390002

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 496/2015

DECRETO Nº 496, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 96.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Da: Secretaria Municipal de Educação.	
03.01 – Secretaria Municipal de Educação.	
12.361.2506.2.013 – 4.4.90.00 – 10.58 R\$ 71.000,00	
Para: Secretaria Municipal de Educação.	
03.01 – Secretaria Municipal de Educação	
12.61.2506.2.013 – 3.3.90.00 – 10.58 R\$ 71.000,00	
Do: Fundo Municipal de Saúde	
10.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2505.2.019 – 4.4.90.00 – 10.02 R\$ 5.000,00	
10.301.2525.2.019 – 3.3.93.00 – 10.02 R\$ 20.000,00	
Para: Fundo Municipal da Saúde.	
10.01 – Fundo Municipal da Saúde	
10.301.2525.2.019 – 3.3.90.00 – 10.02 R\$ 25.000,00	
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.	
Cordilheira Alta SC, 19 de outubro de 2015.	

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 505/2015

DECRETO N. 505/2015

“FIXA ROL DE DOCUMENTOS PARA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DE FEIRA ITINERANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA :

Art. 1º Para fins de concessão do Alvará de Funcionamento Provisório da feira itinerante, poderá o Município de Cordilheira Alta

solicitar do responsável pelo empreendimento as providências e os documentos abaixo relacionados:

a – Certidões de Regularidade Fiscal (na esfera federal, estadual e municipal);

b – Certidão de Regularidade Trabalhista;

c – Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros com o devido croqui de layout dos estandes e anotação de responsabilidade técnica do profissional competente;

d – Registro do evento junto à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

e – Alvará da Polícia Civil, se for o caso;

f – Autorização de funcionamento pela Vigilância Sanitária, se for o caso;

g – Relatório pela empresa promotora constatando as informações dos comerciantes que participarão do evento;

h – Seguro contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores do evento;

i – Segurança (comunicação aos órgãos de Segurança Pública ou contratação de segurança privada);

j – Profissional da área da saúde para atendimento de emergências;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de outubro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 507/2015

DECRETO N. 507/2015 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde

à servidora Municipal, Sra. VANESSA BÓS , ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 40 horas , lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 508/2015

DECRETO N. 508/2015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal, Sra . LENIR ROSEMARY MARTELLI TECCHIO, ocupante do cargo de Professor , lotada na Secretaria municipal de Educação , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA N. 001/2015

PORTARIA N. 001/2015

“DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 67 da Lei 8.666/93:

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuarem como Fiscal dos contratos celebrados no âmbito do Município de Cordilheira Alta, sendo eles:

Contrato Administrativo n. 46/2015, da Concorrência n. 04/2015.

“Organização do festival da canção - música sertaneja popular e raiz”

Fiscal titular: Gustavo Foppa - matrícula n.13390-03.

Fiscal substituto: Liciane Magnanti Pasa - matrícula n. 342001.

Contrato Administrativo n. 47/2015, da Concorrência n. 05/2015.

“Exploração da copa e cozinha quando da realização do festival da canção - música sertaneja popular e raiz”

Fiscal titular: Gustavo Foppa - matrícula n. 13390-03.

Fiscal substituto: Liciane Magnanti Pasa - matrícula n. 342001.

Contrato Administrativo n. 48/2015, da Inexigibilidade n. 12/2015.

“Animação do festival da canção - música sertaneja popular e raiz”

Fiscal titular: Gustavo Foppa - matrícula n. 13390-03.

Fiscal substituto: Liciane Magnanti Pasa - matrícula n. 342001.

Art. 2º São atribuições dos fiscais:

- acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
- determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
- exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
- exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;
- aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato;
- liberar as faturas;
- comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- emitir atestados de avaliação dos serviços prestados;
- executar outras tarefas afins para garantir a fiel execução do objeto contratado;

Art. 3º Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 4º Cumpre ao fiscal titular informar ao substituto as suas ausências, a qualquer título, e impedimentos.

Art. 5º Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Gustavo Foppa - Ciente em: ____/____/2015

Liciane Magnanti Pasa - Ciente em: ____/____/2015

RATIFICAÇÃO PROCESSO INEXIGIBILIDADE 12/2015 - FESTIVAL CANÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 12/2015.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, usando das atribuições legais e constitucionais vigentes, e em conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando o que consta nos autos do Processo em epígrafe, que trata da Contratação de artistas para animação de festival da canção música sertaneja popular e raiz, decide ratificar aludido processo em todos os seus termos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC,
em 20 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos vinte e três dias do mês de outubro de Dois Mil e Quinze, as 09h00min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista Que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 23 de outubro de 2015
FLAVIA ROLIM DE MOURA CASIANE F. CARVALHO
PREGOEIRA MEMBRO

PAULO C. STRADA JUCILAINE BORTOLOSSO
MEMBRO MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 15a/2015

Empresa com preços registrados: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA
CNPJ: 80.095.466/0001-57

Itens: 02; 06; 10; 17; 24; 34; 51; 52; 56; 58; 59; 63; 64; 77 a 81; 85; 87; 88; 98 a 103; 113; 114; 117; 122; 128; 129; 141; 143 a 145; 150 a 155; 165 a 168; 172; 174; 175; 177; 181 a 188; 190; 193 a 195; 206 a 210; 214; 217; 218; 221 a 223; 225; 229 a 231; 235; 237; 247; 248; 252; 255; 256; 263; 265; 277; 278; 286; 287; 318; 323; 326 a 330; 333; 340; 345 a 347; 351; 380; 384; 386; 395; 397 a 401
Total: R\$ 186.605,78 (cento e oitenta e seis mil seiscentos e cinco reais e setenta e oito centavos)

Ata Registro de Preço nº 15b/2015

Empresa com preços registrados: FERRACOL FERRAGEM CORONEL FREITAS LTDA EPP
CNPJ: 83.084.780/0001-22

Itens: 01; 03; 05; 07; 09; 12; 13; 15; 16; 18 a 23; 25; 26; 35 a 50; 53 a 55; 62; 66 a 76; 82 a 84; 86; 89; 92; 94; 95; 97; 104 a 109; 111; 112; 115; 116; 118 a 121; 123 a 127; 130; 136 a 140; 142; 156 a 159; 169 a 171; 173; 178 a 180; 189; 191; 192; 196 a 205; 211; 213; 215; 219; 224; 226; 227; 232; 234; 236; 238 a 246; 249; 251; 253; 254; 259 a 261; 264; 266 a 268; 270 a 276; 280 a 282; 284; 285; 288 a 300; 303; 307 a 317; 319 a 322; 324; 325; 332; 334; 336 a 339; 341 a 344; 348; 350; 354 a 358; 360 a 363; 365 a 368; 379; 381; 383; 385; 387; 389 a 394; 396; 402 e 404
Total: R\$ 233.630,50 (duzentos e trinta e três mil seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 15c/2015

Empresa com preços registrados: BRIDI & FABRO LTDA ME
CNPJ: 22.094.574/0001-09

Itens: 04; 08; 11; 14; 27 a 33; 57; 60; 61; 65; 90; 91; 93; 96; 110; 131 a 135; 146 a 149; 160 a 164; 176; 216; 220; 228; 233; 250; 257; 258; 262; 279; 283; 301; 302; 304 a 306; 331; 335; 349; 359; 364; 369 a 378; 382; 388; 403 e 405
Total: R\$ 228.574,55 (vinte e oito mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Coronel Freitas (SC), 23 de outubro de 2015
Cesar Luis Martinelli
Vice - Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 171 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 171 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias de 20 (vinte) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez) dias em Abono Pecuniário, conforme §3º do Artigo 93, e recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERÊNCIA	GOZO
Katia Ramos de Amaral	Secretária de Assistência Social	24/01/2014 a 23/01/2015	03/11/2015 a 22/11/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 170 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 170 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 26/10/2015 à 24/11/2015.

Nome Cargo Referência
Edilso Garbin Mecânico Geral 01/08/2014 à 31/07/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 19 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 172 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 172 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/11/2015 a 02/12/2015.

Nome Cargo Referência

Marivone Cecatto Maraschin Agente Comunitário de Saúde 02/06/2014 à 01/06/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

AVISO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS 01

DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão de Licitações e Pregoeira, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA-EPP (CNPJ 08.628.996/0001-96) inabilitado da Tomada de Preços 02/2015, TIAGO ALEXANDRE BORGENSEN-ME (CNPJ 17.765.586/0001-88), COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA-ME (CNPJ 13.128.438/0001-00), KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS-ME (CNPJ 21.782.356/0001-02) e BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI-ME (CNPJ 12.667.876/0001-75, participantes sem êxito da Etapa de Lances do Pregão Presencial 031/15, que os Envelopes Contendo Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, estão disponíveis no Setor de Licitações do Município de Corupá-SC, sito a Avenida Getúlio Vargas, 443-CENTRO até o dia 30/10/2015 – 17:00 horas, após essa data os envelopes não retirados serão incinerados.

Corupá, 23 de Outubro de 2015.

JÉSSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitações

LEI Nº. 2194/2015

LEI Nº. 2194/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.482.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000			
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 1)	
03.000			
03.001		Secretaria de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Divisão de Administração e Fazenda	
3.1.90.00.00.00.00		Man. Ativ. Div. De Pessoal, Adm. E Compras	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	
03.000			
03.001		Secretaria de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Divisão de Administração e Fazenda	
3.1.90.00.00.00.00		Man. Div. De Desenv. Mun. E Planejamento	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp.11)	
04.000			
04.001	0.1.00.00	Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	84.000,00
020.606.0063.2005		Divisão de Desenvolvimento Rural	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Manutenção da Divisão de Agricultura	200.000,00
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 89)	
06.000	0.1.00.00		95.000,00
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009	0.1.00.00	Fundo Municipal de Saúde	37.000,00
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção da Divisão de Saúde	
	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	217.000,00
06.000			
06.001	0.1.02.00	Secretaria Municipal de Saúde	50.000,00
010.301.0081.1010		Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Bloco de Atenção Básica	250.000,00
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 129)	
06.000	0.1.02.00		20.000,00
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.301.1005.2044	0.1.01.00	Fundo Municipal de Saúde	330.000,00
3.1.90.00.00.00.00		Saúde da Família-PSF	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 171)	167.000,00
06.000	0.1.00.00		32.000,00
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00		Vigilância em Saúde - VS	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 135)	
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.365.0047.2019		Divisão de Educação	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Ensino Infantil	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp.67)	
09.000			
09.001		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
008.244.0064.2011		Manutenção da Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Dep. De Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 94)	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 96)	
		TOTAL	1.482.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000 03.001 004.122.0009.1007 3.3.90.00.00.00.00 4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00	Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Administração e Fazenda Modernização Trib. e Constr.Nova Prefeitura Aplicações Diretas (Cód. Desp.4) Aplicações Diretas (Cód. Desp.6)	30.000,00 20.000,00
06.000 06.001 010.303.0081.1009 3.3.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Bloco de Assistência Farmacêutica Básica Aplicações Diretas (Cód. Desp. 127)	
07.000 07.002 006.182.0040.2035 3.3.90.00.00.00.00 4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Secretaria Municipal de Infraestrutura Divisão de Serviços Públicos Manutenção da Defesa Civil Aplicações Diretas (Cód. Desp. 44) Aplicações Diretas (Cód. Desp. 45)	70.000,00 17.000,00 5.000,00
08.000 08.001 012.365.0047.1004 4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00 0.1.01.00 0.1.01.00	Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Constr. Ampl. E Melhoria das Unid. De Ensino Infantil Aplicações Diretas (Cód. Desp. 47)	40.000,00 400.000,00 500.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.2018 3.1.90.00.00.00.00 3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção do Ensino Fundamental Aplicações Diretas (Cód. Desp.57) Aplicações Diretas (Cód. Desp. 61)	400.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.2020 3.3.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção do Transporte Escolar Aplicações Diretas (Cód. Desp. 75)	
		TOTAL	1.482.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
22 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2015.
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3504/15

PORTARIA Nº 3504/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 131/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 131/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretario Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONFECÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA À FOGO, INCLUINDO MONTAGEM E INSTALAÇÃO SOBRE O RIO PEDRA DE AMOLAR NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de Setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3505/15

PORTARIA Nº 3505/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 132/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 132/2015, a senhora Juliana Twardowski, matrícula funcional nº 6878-07, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa o CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR VISANDO POSTERIOR AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de Setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3506/15

PORTARIA Nº 3506/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 133/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 133/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS NA ESPECIALIDADE DE CIRURGIAS OFTALMOLOGICAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIES NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CIRURGIAS OFTALMOLÓGICAS, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de Setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

19 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3507/15

PORTARIA Nº 3507/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 134/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 134/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE FROTA E LOGÍSTICA COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS SENDO 104 VEÍCULOS INICIAIS DO CONTRATO CONFORME ORÇAMENTO DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS COM A FINALIDADE DE COLETAR AS INFORMAÇÕES DE UTILIZAÇÃO E CONDUÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PODENDO SER PRORROGADO ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) MESES, CONFORME INCISO IV DO ART. 57 DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de Setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3508/15

PORTARIA Nº 3508/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 135, 136 E 137/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei

Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 135, 136 e 137/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIO CONTEMPLADO NO PROJETO DO PNAFM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de Setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3509/15

PORTARIA Nº 3509/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 138/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 138/2015, a senhora Juliana Twardowski, matrícula funcional nº 6878-07, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo contrato tem por objeto, possibilitar por meio da realização de estágios, desenvolvimento no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, nas dependências da UNIDADE CONCEDENTE, de acordo com a Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio

todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 24 de Setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3510/15

PORTARIA Nº 3510/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 139, 140, 141, 142 E 143/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 139, 140, 141, 142 e 143/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de Setembro de 2015,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3511/15

PORTARIA Nº 3511/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 144/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 144/2015, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretario Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PALESTRAS, ASSESSORIA E CONSULTORIA AO CONSELHO TUTELAR E AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3512/15

PORTARIA Nº 3512/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 145/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 145/2015, a senhora Juliana Twardowski, matrícula funcional nº 6878-07, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDO, REVISÃO, RESOLUÇÃO DE PENDÊNCIAS E DILIGÊNCIAS, CONSTRUÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3513/15

PORTARIA Nº 3513/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 146/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 146/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula

funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIOS E SERVIÇO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA QUE SEJA OFERECIDO MAIOR QUALIDADE E SEGURANÇA NO ATENDIMENTO PRESTADO PELOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA AOS MUNICÍPIOS DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de Outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3514/15

PORTARIA Nº 3514/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 147, 148, 149, 150 E 151/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 147, 148, 149, 150 e 151/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de Outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3515/15 PORTARIA Nº 3515/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 152/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 152/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CENTRAL TELEFONICA E CABEMANETO ESTRUTURADO PARA USO DO NÚCLEO DE APOIO AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de Outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3516/15 PORTARIA Nº 3516/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 153/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 153/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a Contratação de Empresa especializada para organização e realização de Concurso Público do Município de Corupá – SC.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
20 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 9/2015

EDITAL DE LEILÃO Nº 9/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 359, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 04.695.617/0001-20, neste ato representado por seu Presidente Senhor Domingos Scariot Júnior, Prefeito do município de Santa Cecília, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 10/11/2015, na sede do COINCO, se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação de bem móvel, de acordo com as condições previstas neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na sede administrativa do COINCO, no horário de expediente.

Curitibanos, 26 de Outubro de 2015.

Domingos Scariot Júnior
Presidente do COINCO

Fábio Pellizzaro
Assessor Jurídico

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 30/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 19 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NA UNIDADE DA POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 09/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 185/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/11

Processo Nº.: 185/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 185/2015

No dia 23 do mês de Outubro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nº. 185/2015, Processo Licitatório nº. 185/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS - EPI'S, PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
336923	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32
106119	INDUSTRIA DE MALHAS CRISTOFOLI LTDA	
337748	LOUISE LUCAS CARNIEL NADAL - ME	18, 29
336714	PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME	1, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 28

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA	04.584.756/0001-86	NORBERTO RISTOW	286.245.489-34
INDUSTRIA DE MALHAS CRISTOFOLI LTDA	83.235.754/0001-58	MARIANGELA CRISTOFOLI	572.410.319-20
LOUISE LUCAS CARNIEL NADAL - ME	11.118.242/0001-09	CASSIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	040.494.199-04
PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME	08.932.456/0001-00	MARCOS AURELIO MILIOLLI	527.900.709-97

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS - EPI'S, PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 336714 - PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	APOIO PARA PÉS EMBORRACHADOS ERGONÔMICO: PLATAFORMA EM MDF (390 X 260 MM), COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO; ESTRUTURA EM AÇO/SAPATAS EMBORRACHADAS; ALTURA FRENTE: 70 MM; ALTURA FUNDOS: TRÊS OPÇÕES DE ALTURA (70/130/155 MM).	UN	Reliza	35,000	99,0000	3.465,00
10	CAPA DE CHUVA: CAPA DE PVC LAMINADA, COM CAPUZ E MANGA, SEM FORRO, ESPESURA: 0,13MM, COMPRIMENTO: 1,35M, ISENTA DE CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	Prevermax	40,000	16,0000	640,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/11
 Processo Nº.: 185/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

Fornecedor: 336714 - PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL REFORÇADO COM NITRIL, LISA NA PARTE INTERIOR, ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E DEDOS. COMPRIMENTO MÉDIO: 30 CM. COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	Danny	2.622,000	5,0635	13.276,61
14	LUVA EM LÁTEX NATURAL E NEOPRENE, COM REFORÇO EXTRA, ESPESSURA DE 0,70MM, PALMA ANTIDERRAPANTE. COM CÓDIGO DE	PAR	Danny	2,000	6,7514	13,50
15	LUVA DE PVC ÁSPERA, CANO MÉDIO DE 26CM CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE ALGODÃO. COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	PLASTMG	25,000	8,3548	208,87
16	LUVA DE RASPA (SOLDADOR): PALMA E DORSO EM RASPA DE COURO DE QUALIDADE COM ESPESSURA ENTRE 1,0 A 1,5 MM. REFORÇO DE RASPA NA PALMA NA PARTE INTERNA DA LUVA COM COSTURAS RESISTENTES EM LINHA DE ALGODÃO OU DE NYLON. COMPRIMENTO DE PUNHO DE 15,00 CM, TIPO SEGURANÇA SEM ELÁSTICO, COM CORTE MODELO "GUN" COM UMA TIRA DE REFORÇO NO POLEGAR. COM C.A.	PAR	GLH	3,000	10,2959	30,89
17	LUVA DE VAQUETA: CONFECCIONADA EM VAQUETA NATURAL, CURTIDA AO CROMO, ESPESSURA DO COURO 10/12, COM ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO. POLEGAR FIXO NA PALMA E NO DORSO, COM REFORÇO NA PALMA CONFECCIONADO COM LINHA DE NYLON, ACABAMENTO COM VIÉS. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	PLASTICOR	16,000	13,5028	216,04
19	LUVA NITRÍLICA: PALMA ANTIDERRAPANTE COM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO,	PAR	DANNY	55,000	5,9075	324,91
20	LUVAS PARA AGENTES MECÂNICOS E ABRASIVOS: LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA, REFORÇO MEIA LUVA EM VAQUETA NO PUNHO, TIRA EM VAQUETA E FIVELA PLÁSTICA PARA AJUSTE NO DORSO, PUNHO EM RASPA, PUNHO 20CM. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	QUALITY	45,000	29,5373	1.329,18
21	MÁSCARA CONTRA POEIRA/ MÁSCARA ESPIRATÓRIA DESCARTÁVEL: MÁSCARA PARA POEIRAS, COMPOSTA POR UMA CONCHA MOLDADA EM MANTA SINTÉTICA, COM ELÁSTICO PARA FIXAÇÃO E AJUSTE À CABEÇA DO USUÁRIO. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	Tayco	345,000	2,2026	759,90
22	MÁSCARA PARA FUMOS (SOLDADOR): RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL CLASSE PFF2, COR EXTERNA AZUL, MODELO DOBRÁVEL, COM SOLDA POR ULTRASSOM EM TODO SEU PERÍMETRO, TAMANHO ÚNICO, CONFECCIONADO COM FILTRO DE MANTA SINTÉTICA, PARA USO CONTRA AERODISPERSÓIDES (PARTÍCULAS) GERADOS MECANICAMENTE (POEIRAS E NÉVOAS) E TERMICAMENTE. AS PARTÍCULAS PODEM SER SÓLIDAS OU LÍQUIDAS GERADAS DE SOLUÇÕES OU SUSPENSÕES AQUOSAS, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO	UN	ProSafety	6,000	3,0837	18,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/11
 Processo Nº.: 185/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

Fornecedor: 336714 - PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	MÁSCARA SEMIFACIAL COM FILTRO PARA VAPORES ORGÂNICOS E ÁCIDO: RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL, CONFECCIONADO EM BORRACHA MARROM, COM BORDA INTERNA. NAS LATERAIS DO CORPO DA PEÇA ESTÃO LOCALIZADAS DUAS ABERTURAS, UMA DE CADA LADO, ONDE SÃO ENCAIXADOS OS FILTROS QUÍMICOS E PARA PARTÍCULAS COM VÁLVULA DE INALAÇÃO INCORPORADA A ELES, OU A BASE DE FIXAÇÃO DOS FILTROS PARA PARTÍCULAS COM FORMATO DE DISCO. NA PARTE CENTRAL INTERNA DO RESPIRADOR EXISTE UM PROLONGAMENTO DO MATERIAL DA PRÓPRIA PEÇA, COM FORMATO CILÍNDRICO, ONDE SE ENCONTRA ENCAIXADO UM SUPORTE, DOTADO DE UMA VÁLVULA DE EXALAÇÃO. A PARTE CENTRAL EXTERNA DO RESPIRADOR POSSUI DEZ ABERTURAS PEQUENAS LOCALIZADAS EM CIMA DO DISPOSITIVO DA VÁLVULA DE EXALAÇÃO, E FUNCIONA COMO ABERTURA (TAMPA) DESSA VÁLVULA. A PEÇA POSSUI DOIS TIRANTES ELÁSTICOS MARRONS AJUSTÁVEIS: UM TIRANTE LOCALIZADO NA PARTE INFERIOR DOTADO DE UMA FIVELA DE FECHAMENTO, E OUTRO NA PARTE SUPERIOR DOTADO DE UM SUPORTE PARA A CABEÇA. O RESPIRADOR É UTILIZADO COM OS SEGUINTE FILTROS: 1) FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: 8100 - VAPORES ORGÂNICOS; 8200 - GASES ÁCIDOS; 8300 - VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS; 8400 - AMÔNIA E METILAMINA; 8500 - FORMALDEÍDO; 8600 - MULTIUSO - VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA, METILAMINA E FORMALDEÍDO; 2) FILTROS PARA PARTÍCULAS COM INVÓLUCRO DE PLÁSTICO E VÁLVULA DE NALAÇÃO INCORPORADA: 8990 - PARA POEIRAS, NEVOAS, FUMOS E RADIONUCLÍDEOS (P3); 3) FILTROS PARA PARTÍCULAS COM FORMATO DE DISCO: 8740 - PARA POEIRAS E NEVOAS (P1); 8910 - PARA POEIRAS, NEVOAS E FUMOS (P2); 8750 - POEIRAS, NEVOAS E FUMOS (P2); 8940 - POEIRAS, NEVOAS, FUMOS E RADIONUCLÍDEOS (P3); 8850 - POEIRAS, NEVOAS, FUMOS E RADIONUCLÍDEOS (P3) - COM CAMADA DE CARVÃO ATIVO. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	CARBOGRAF	115,000	29,7530	3.421,60
28	PROTETOR SOLAR: FATOR DE PROTEÇÃO 30, DEVE TER FORMULAÇÃO NÃO OLEOSA, NÃO COMEDOGÊNICA, NÃO UTILIZAR FILTRO QUÍMICO; ÁCUA-RESISTENTE, PERSISTINDO SOBRE A PELE POR PELO MENOS 2,5 HORAS; ANTI RADIÇÃO UVA/UVB; HIPOALERGÊNICO; DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO; FATOR DE PROTEÇÃO CONTRA RADIÇÃO UVA; VALIDADE: NO MÍNIMO 2 ANOS APÓS DATA DE FABRICAÇÃO. CETOSTEARYL ALCOHOL 8005-44-5 ACRYLATES/C10-30 ALKYL ACRYLATE CROSSPOLYMER NE DIMETHICONE 541-02-6 ETHYLHEXYL SALICYLATE 118-60-5 4-METHYLBENZYLIDENE CAMPHOR 36861-47-9 XANTHAN GUM 11138-66-2 POTASSIUM CETYL PHOSPHATE 19035-79-1 MISTURE OF 5-CHLORO-2-METHYL-2H- ISOTHIAZOL-3-ONE AND 2- METHYL- 2H-ISOTHIAZOL-3-ONE 55965-84-9 ETHYLHEXYL PALMITATE 29806-73-3 TITANIUM DIOXIDE 13463-67-7 VP/EICOSENE COPOLYMER 28211-18-9 TRIETHANOLAMINE 102-71-6 BUTYL METHOXYDIBENZOYLMETHANE 70356-09-1 BIS-ETHYLHEXYLOXYPHENOL METHOXYPHENYL TRIAZINE 187393-00-6 TOCOPHERYL ACETATE 7695-91-2 ALUMINIUM STARCH OCTENYLSUCCINATE 9087-61-0 ETHYL BUTYLACETYLAMINOPROPIONATE 52304-36-6 GLYCERIN 56-81-5 PARFUM NE AQUA COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGENS DE 120 GRAMAS.	UN	Prosun	207,000	18,0000	3.726,00

Fornecedor: 336923 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AVENTAL CONFECCIONADO EM TECIDO TIPO OXFORD (100% POLIESTER), COR AZUL, PEÇA ÚNICA SEM EMENDAS, 1,20X0,70COM TIRAS COSTURADAS PARA AJUSTE NA CINTURA E TIRA FIXA NO PESCOÇO; COM UM BOLSO FRONTAL 0,15M X 0,18M CENTRALIZADO NA ALTURA DA CINTURA.	UN	FACCINA	48,000	13,4717	646,64

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/11
 Processo Nº.: 185/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

Fornecedor: 336923 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AVENTAL DE RASPA (SOLDADOR): AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO, PEÇA ÚNICA SEM EMENDAS, COM TIRAS COSTURADAS PARA AJUSTE NA CINTURA E TIRA FIXA NO PESCOÇO. PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E CORTE COM MAÇARICOS. MEDIDA: 100X60 CM (SEM EMENDA). COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	ZANEL	1,000	20,6069	20,61
4	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PVC 1,20X0,70 COM FORRO EM TECIDO DE POLIÉSTER, COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS PARA REGULAGEM SOLDADAS ELETRONICAMENTE E UTILIZADAS PARA AJUSTE NAS COSTAS. COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	PROT CAP	156,000	8,5433	1.332,75
5	BONÉ DE SEGURANÇA, TIPO ÁRABE CONFECCIONADO EM MALHA DUPLA DE POLIÉSTER (HELANCA), FECHAMENTO NO PESCOÇO ATRAVÉS DE VELCRO, CONFECCIONADO COM ELÁSTICO NA PARTE DE TRÁS DA CABEÇA, COM COMPRIMENTO DE 0,23 CM OU MAIS PARA PROTEÇÃO DAS ORELHAS, NUCA E PESCOÇO, ISENTO DE CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	FACCINA	140,000	7,9944	1.119,21
6	BOTA DE BORRACHA IMPERMEÁVEL: BOTA EM PVC, PRETA, CANO LONGO DE 0,34CM, COM FORRO INTERNO, SOLADO DE 6 MM DE ESPESSURA. COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	CARTOM	215,000	19,3104	4.151,74
7	CALÇADO DE SEGURANÇA: SAPATO COM ELÁSTICO E COLARINHO ALMOFADADO SOLADO BI DENSIDADE, COURO VAQUETA HIDROFUGADO CURTIDO AO CROMO. BIQUEIRA: TERMOPLÁSTICA COR: PRETO E BRANCO (SAÚDE). COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	IDOL	183,000	51,7340	9.467,32
8	BOTINA COM ELÁSTICO COBERTO, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO COM FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TECIDO, PALMILHA DE MONTAGEM EM PROCESSO STROBEL, SOLADO PU BIDENSIDADE PRETO INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL, BICO PVC. COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	CALBRAS	137,000	37,5431	5.143,40
9	BOTINA PARA ELETRICISTA: BOTINA COM ELÁSTICO COBERTO, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO COM FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TECIDO, PALMILHA DE MONTAGEM EM PROCESSO STROBEL, SOLADO PU BIDENSIDADE PRETO INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL, BICO PVC. COM C.A.	PAR	CALBRAS	1,000	37,5431	37,54
11	CAPACETE COM CASCO RÍGIDO, INJETADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SEM POROSIDADE, NÃO CONDUTOR DE CORRENTE ELÉTRICA E COM ALTA RESISTÊNCIA DIELÉTRICA. POSSUI FENDAS LATERAIS (SLOT) PARA ACOPLAR PROTETORES FACIAIS E/OU AUDITIVOS. COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	PLASTCOR	10,000	16,0786	160,79
12	CREME PROTETOR RESISTENTE A ÓLEOS, TINTAS E SOLVENTES: INDICADO PARA SUJIDADES MÉDIAS PESADAS E MUITO PESADAS DA PELE. ÓLEO RESISTENTE GRUPO II- COM CÓDIGO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. PARA HIDRATAÇÃO E BARREIRA QUÍMICA CONTRA AGENTES AGRESSIVOS, TAIS COMO: GRAXAS, ÓLEOS, NEGRO DE FUMO, SOLVENTES, GASOLINA, QUEROSENE, TINTAS A ÓLEO, CERAS, VERNIZES. SEU USO É RECOMENDADO PARA INDÚSTRIAS EM GERAL, NOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO, OFICINAS E MANUSEIO DE COLAS E VERNIZES. COMPOSIÇÃO: CREME DE PROTEÇÃO, CLASSIFICADO COMO CREME ESPECIAL GRUPO 3; SÓLIDO, DE FORMA DE CREME HOMOGÊNEO, DE COR BRANCA, DE ODOR CARACTERÍSTICO E DE PH A 20°C DA SUSPENSÃO AQUOSA A 5% (M/V) IGUAL A 6,7. COMPOSTO POR: ÁLCOOL CETOESTEARÍLICO, CERA AUTOEMULSIONANTE, LANOLINA EXTÓXILADA 7,5 MOLES, ACETAMIDA, PPG, COPOLÍMERO ACRÍLICO, ANTARON V220, ESTEARATO DE GLICERINA, PROPILPARABENO, METILPARABENO, MYACIDE, PHARMA, FRAGRÂNCIA, ÁGUA DEIONIZADA. EMBALAGENS DE 200 GRAMAS	UN	REZYMON	50,000	7,2000	360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/11
 Processo Nº.: 185/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

Fornecedor: 336923 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	ÓCULOS DE SEGURANÇA: ÓCULOS EM POLICARBONATO RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO: FRAGMENTOS DE MADEIRA, FERRO, RESPINGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS, CAUSTICOS, ENTRE OUTROS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB. APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE. HASTES TIPO ESPÁTULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO ROSTO DO USUÁRIO. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. TAMANHO ÚNICO.	PAR	ÓRION	99,000	1,9900	197,01
25	PERNEIRA PARA ROÇADOR:PERNEIRA DE PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM COURO SINTÉTICO COM 3 HASTES METÁLICAS NA PARTE FRONTAL, COM ORIFÍCIOS DE VENTILAÇÃO, FECHAMENTO EM VELCRO AJUSTÁVEL NA PARTE DAS COSTAS. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	JOG	15,000	15,6000	234,00
26	PROTETOR AURICULAR PLUG SILICONE, CONFECCIONADO EM SILICONE DE GRAU FARMACÊUTICO, DO TIPO INSERÇÃO, COMPOSTO DE UM EIXO DE TRÊS FLANGES, MACIÇAS E CÔNICAS, TODAS DE DIMENSÕES VARIÁVEIS, CONTENDO UM ORIFÍCIO NO SEU INTERIOR, MOLDAVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	PAR	PROTECT	66,000	0,8000	52,80
27	PROTETOR FACIAL PARA SOLDADOR: PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO CURVA CONFECCIONADA DE PLÁSTICO PRETO RÍGIDO, NA QUAL SE ENCAIXA O VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR DE 1,1MM DE ESPESSURA E POSSUI UMA TRANSMITÂNCIA MÉDIA DE 88,8% NA LUZ VISÍVEL; POSSUI CARNEIRA DE MATERIAL PLÁSTICO COM REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE CATRACA ACOPLADA AO PROTETOR POR MEIO DE DOIS PARAFUSOS PLÁSTICOS, COM ABSORVEDOR DE RUÍDO EM ESPUMA. SE AJUSTANDO EM QUALQUER TIPO DE ROSTO; O VISOR DE POLICARBONATO POSSUI APROXIMADAMENTE 230 MM DE LARGURA E 210 MM DE ALTURA; COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	KCC	1,000	12,7000	12,70
30	UNIFORME PARA SERVENTES; JALECO, MANGA CURTA (23CM), COM ABERTURA FRONTAL, COR AZUL, FECHADO POR BOTÕES COM INTERVALO DE 12 A 15 CM; COM 3 BOLSOS FRONTAIS SENDO DOIS INFERIORES DIREITO E ESQUERDO DE 15 X 18 CM; E 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO 12 X 15 CM, EM TECIDO TIPO OXFORD (100% POLIÉSTER) OU GABARDINE COM ELASTANO: (97% POLIÉSTER 3% ELASTANO), COM APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES: FRENTE: NO LADO ESQUERDO DO PEITO, O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 9 CM DE LARGURA. COSTAS: ESCRITO PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NA COR BRANCO, NO FORMATO DE MEIA LUA, CENTRALIZADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM DE LARGURA.	UN	FACCINA	69,000	21,2512	1,466,33
31	UNIFORMES PARA GARIS: JALECO, MANGA CURTA (23 CM), COM ABERTURA FRONTAL, COR AZUL, FECHADO POR BOTÕES, COM INTERVALO DE 12 A 15 CM; COM 3 BOLSOS FRONTAIS SENDO DOIS INFERIORES DIREITO E ESQUERDO DE 15 X 18 CM; E SUPERIOR LADO ESQUERDO 12 X 15 CM, EM TECIDO TIPO OXFORD (100% POLIÉSTER) OU GABARDINE COM ELASTANO (97% POLIÉSTER 3% ELASTANO), COM APLICAÇÃO DE FAIXA REFLETIVA DE 50 MM, E SÍTEL VERDE FLUORESCENTE ABAIXO, NA ALTURA DAS MANGAS E NA CINTURA (HORIZONTAL). COM APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES: FRENTE: NO LADO ESQUERDO DO PEITO, O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 9 CM DE LARGURA. COSTAS: ESCRITO PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NA COR BRANCO, NO FORMATO DE MEIA LUA, CENTRALIZADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM DE LARGURA.	UN	FACCINA	13,000	21,2513	276,27
32	UNIFORME: CAMISA EM TECIDO 67% ALGODÃO E 33% POLIÉSTER; GOLA ESPORTE COM 05 A 06 BOTÕES, INTERVALO DE 10 A 12 CM ENTRE ELES; COM BOLSO SUPERIOR FRONTAL ESQUERDO TAM 10 X 12 CM; COM APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES: FRENTE: NO LADO ESQUERDO DO PEITO, O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 9 CM DE LARGURA. COSTAS: ESCRITO PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NA COR BRANCA, CO FORMATO DE MEIA LUA, CENTRALIZADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM DE LARGURA.	UN	FACCINA	177,000	29,6463	5,247,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/11
 Processo Nº.: 185/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

Fornecedor: 337748 - LOUISE LUCAS CARNIEL NADAL - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	LUVA DESCARTÁVEL: COMPOSIÇÃO: LÁTEX NATURAL, LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVÍVEL. APROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UTILIZADA NOS CEFS PARA TROCA DE FRALDAS. COM C.A. NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, CX COM 100 PARES	PAR	SUPERMAX	500,000	0,5553	277,67
29	TOUCA DESCARTÁVEL: TOUCA CONFECCIONADA EM TNT. (TECIDO NÃO TECIDO) CLIPADA, SANFONADA. GRAMATURA: 20GR/M2, CX COM 100 UND.	CX	PREVEMAX	10,000	0,1333	1,33

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/11
Processo Nº.: 185/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 8/11
Processo Nº.: 185/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 9/11
Processo Nº.: 185/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 10/11
Processo Nº.: 185/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 11/11
Processo Nº.: 185/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 23 de Outubro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 04.584.756/0001-86 _____

INDUSTRIA DE MALHAS CRISTOFOLI LTDA

CNPJ: 83.235.754/0001-58 _____

LOUISE LUCAS CARNIEL NADAL - ME

CNPJ: 11.118.242/0001-09 _____

PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME

CNPJ: 08.932.456/0001-00 _____

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2008/2015

DECRETO 2008, de 15 de outubro de 2015.

Transfere Data Comemorativa e Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida a data comemorativa ao dia do Funcionário Público do dia 28/10/2015 para o dia 30/10/2015.

Art. 2º - Em decorrência desta transferência fica decretado ponto facultativo, inclusive no Fundo Municipal de Saúde no dia 30/10/2015, EXCETO as da área de Educação, Cultura e Desporto inclusive o Transporte Escolar, que manterão serviço normal no dia 30 de outubro de 2015.

Parágrafo Único – Os serviços de saúde serão mantidos através de plantão e nos casos de urgência e emergência serão encaminhados a UPA – Unidade de Pronto Atendimento, na cidade de Herval d' Oeste e ao Hospital Universitário Santa Terezinha, na Cidade de Joaçaba – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 15 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 15 de outubro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2009/2015

DECRETO 2009, de 15 de outubro de 2015.

Homologa o Resultado Final de Avaliação de Desempenho de Servidor Público Municipal em Estágio Probatório e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o Artigo 18 e seguintes da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001; combinado com as disposições do Decreto Municipal n. 869, de 10 de novembro de 2003, e alterações pelo Decreto Municipal n. 1231, de 28 de julho de 2008, combinado com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado o resultado final de avaliação de desempenho da servidora que se encontrava em estágio probatório, ficando a mesma aprovada e considerada estável no serviço público municipal a partir da data em que completou três anos de efetivo exercício:

Nome	Função	Admissão	Média Final	Data da Estabilização
Daniela Foiatto	Psicóloga	02/01/2012	335	15/10/2015

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 15 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 15 de outubro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2010/2015

DECRETO 2010, de 15 de outubro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal nº 1378 de 15 de dezembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 45.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

110 - 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

109 - 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2011/2015

DECRETO 2011, de 20 de outubro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 540.711,67 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 1.007 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE

ESPAÇOS EDUCACIONAIS – EDUCAÇÃO INFANTIL

193 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações Diretas
..... R\$ 462.000,00

194 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0087 - Aplicações Diretas
..... R\$ 78.711,67

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2011//2015, de 20 de outubro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0301 – Receita de Impostos e de Transf.de Imposto - educação

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Total	1.093.454,25
Saldo	767.929,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

Fonte de Recurso 0387 – Alienação de Bens Dest. Programa de Educação Básica

Ativo Financeiro	78.711,67
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	78.711,67
Deduções	
Decreto n.º 2011/2015	78.711,67
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

LEI 1402/2015

Lei nº 1402, de 15 de outubro de 2015.

"**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**". Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art.1º. Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO de Erval Velho (SC), órgão colegiado de composição paritária, de natureza consultiva, executiva e propositiva do Plano de Saneamento Básico do Município, com a finalidade de fiscalizar as obras de saneamento básico, bem como a análise da necessidade de desenvolvimento de estudos e projetos na área em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007 e Decretos nº 7.217/2010 e 8.211/2014.

Art2º. O controle social dos serviços públicos de Saneamento Básico de Erval Velho, dar-se-á através da participação do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de Saneamento Básico.

Art. 3º. Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:

- a) promover a formulação da Política de Saneamento Básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;
 - b) analisar as propostas de Projetos de Lei que versam sobre saneamento e a alteração da Política de Saneamento Básico, propondo, quando necessário, alterações, após os tramites legais;
 - c) aprovar os programas, projetos e ações de saneamento previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico;
 - d) articular-se com outros Conselhos existentes no Município e no Estado com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
 - e) contribuir com o aprimoramento da organização e prestação dos serviços de Saneamento Básico no Município;
 - f) elaborar e aprovar seu regimento interno, que após será homologado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
 - g) deliberar sobre projetos e as prioridades das ações de saneamento básico aprovadas no Plano Municipal de Saneamento Básico;
 - h) monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;
- Art. 4º. O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será composto por 5 (cinco) representantes de órgãos governamentais e 5 (cinco) de órgãos não governamentais, a serem nomeados por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, assim definidos:

I - dos órgãos governamentais:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde ;
- b) 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental;

- c) 01 (um) representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- d) 01 (um) representante do Setor de Planejamento;
- e) 01 (um) representante da CASAN ;

II - dos órgãos não governamentais:

- a) 01 (um) representante das Associações de Moradores;
- b) 01 (um) representante do CREA;
- c) 01 (um) representante das Associações de Produtores Rurais;
- d) 01 (um) representante da CDL;
- e) 01 (um) representante de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho.;

Parágrafo Único - Os representantes dos órgãos não governamentais serão indicados pela entidade que o mesmo representa

Art. 5º. O mandato dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Parágrafo Único - Cada membro titular do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO terá 01 (um) suplente, indicado pelo mesmo segmento que o titular representa.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de outubro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3141/2015

PORTARIA 3141, de 15 de outubro de 2015.
Altera Carga Horária de Servidores.

Walter kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar 021, de 07 de maio de 2009, e conforme classificação obtida pelo Edital n. 001/2015, de 21 de janeiro de 2015, para Processo Seletivo Interno de Professores efetivos da Rede Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora ELISONIA SUTIL MAZETTO, ocupante do cargo efetivo de Professor, de 20 para 40 horas semanais em substituição a servidora ADRIANA APARECIDA MACIEL, enquanto perdurar o seu afastamento.

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 15 de outubro de 2015.
Walter kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3142/2015

PORTARIA 3142, de 15 de outubro de 2015.
Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base a servidora Daniela Foiatto, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, passando do nível 08-A para 08-B.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 15 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3143/2015

PORTARIA 3143, de 20 de outubro de 2015.

Exonera servidor e declara vacância do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Mirian Terezinha Bordin Piovesan, conforme benefício n. 168.351.938-5 e carta de concessão de aposentadoria datada de 01 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a servidora MIRIAN TEREZINHA BORDIN PIOVESAN, do cargo efetivo de Técnico em Tributos Municipais, nível 07-C, matrícula n.92, nomeada pela Portaria n.0990/2002, de 02 de abril de 2002, lotada no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 20 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3144/2015

PORTARIA 3144, de 20 de outubro de 2015.
Concede Progressão por Nova Habilitação e Alteração de Nível Salarial e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Progressão e Alteração de Nível Salarial a servidora Sônia Regina Silva, ocupante do cargo efetivo de Professor, por Nova Habilitação Profissional no âmbito do Magistério Público Municipal, conforme estabelece os artigos 17 e 18 da Lei Complementar nº 021 de 07 de maio de 2009, do Nível 02, Classe B passando para o Nível 03 Classe A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 20 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3145/2015

PORTARIA 3145, de 21 de outubro de 2015.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014 do Concurso Público Municipal n. 001/2014,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso GUSTAVO FERREIRA LOPES, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de agosto de 1997, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Tributos Municipais, nível 07 – A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 2.164,26 (Dois mil cento e sessenta quatro reais e vinte seis centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 21 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 084

CONTRATO Nº. 084/2015

CREDENCIAMENTO Nº 013/2014

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Flor do Sertão e a empresa OTOPLAST CHAPECÓ SERVIÇOS MÉDICOS S/S - EPP, para prestar Serviços de consultas Médicas especializadas para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde para o ano de 2015.

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa OTOPLAST CHAPECÓ SERVIÇOS MÉDICOS S/S - EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Porto Alegre - D, nº. 8427-D, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.258.173/0001-68, neste ato representado pelo Sr. Rodrigo Armani Lino de Souza, inscrito no CPF nº 039.033.876-14, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo credenciar de pessoas físicas e Jurídicas para serviços de consultas Médicas especializadas para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde para o ano de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município por consulta será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO
A CREDENCIADA deverá prestar os Serviços (Consultas Especializadas) na Sede da empresa ou Pessoa Credenciada, sendo que os serviços deverão ser executados conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela prefeitura. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO
Os Serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de consultas realizadas, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.36.30.0000 – Serviços Médicos e Odontológicos.

3.3.90.39.50.0000 – Serviços Médico-Hospital.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 013/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 23 dias do mês de outubro de 2015.

ROGERIO PERIN

Rodrigo Armani Lino de Souza

Prefeito Municipal

Credenciada

Credenciante

LUIZ ALCEBIADES PICHETTI

OAB/SC - 6969

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 113/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 41/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇO de empresa especializada para prestar serviços na instalação de ar condicionado Split em diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/07/2016

2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/FMS/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 25/FMS/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas especializadas para aquisição de luvas de procedimento cirúrgico, para atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de novembro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de outubro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 168/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – DL JARDINAGEM LTDA

OBJETO – contratação de empresa especializada para execução de serviços gerais de roçada e corte de grama a fim de atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0701.2032.3390 (115); 0501.2015.3390 (82)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 156/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 16 de outubro de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 14/FMS/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 55/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – ISAMED MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHA/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do contrato nº. 55/FMS/2015 o valor de R\$ 183,75 (cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 85/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 85/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 139/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa para execução de muretas e alambrado para compor um campo de futebol suíço, localizado no Parque Residencial dos Ipês, Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO VALOR – Fica suprimido o valor de R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) do contrato 139/PMF/2015 passando de R\$ 28.500,43 (vinte e oito mil quinhentos reais e quarenta e três centavos) para R\$ 28.499,17 (vinte e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e dezessete centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 18/PMF/2015 - LEILÃO Nº. 159/PMF/2015

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 18/PMF/2015

LEILÃO Nº. 159/PMF/2015

OBJETO: O presente edital de leilão tem por objetivo a alienação de bens imóveis e móveis, de acordo com as especificações do edital de chamamento e relação de item.

MOTIVO: Aberto os trabalhos pela presidente da Comissão de Licitação, no dia vinte e três do mês de outubro de dois mil e quinze, às nove horas, a mesma certificou-se de que ninguém apresentou proposta para participar do leilão. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de leilão nº. 159/2015 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 23 de outubro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 19/PMF/2015

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 19/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 161/PMF/2015

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e limpeza de caixa d'água para atendimento de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

MOTIVO: No dia vinte e seis do mês de outubro de dois mil e quinze, reuniram-se a Pregoeira e sua equipe correspondente para análise do recurso impetrado pela empresa Kevin Bugs Vaz ME. Decidiu-se pela revogação do Pregão Presencial nº. 161/PMF/2015 para avaliação detalhada da documentação de habilitação exigida no edital de chamamento a fim de garantir a qualidade na prestação dos serviços, objeto deste processo.

Forquilha/SC, 26 de outubro de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF113_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF113

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: RSUL LTDA ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 60.624,46 (SESSENTA MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 21.10.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 21.10.2015 A 31.12.2015. PRAZO DE ENTREGA: 15 DIAS APÓS O ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0187/2015 – PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2015. RECURSOS: 1.9319 E 1.9320 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/ TERMOS DE COMPROMISSO PAR NºS: 201406898 E 201406899); E 1.0300 RECURSOS PRÓPRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FRAIBURGO (SC), 21 DE OUTUBRO DE 2015

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 27/2015 - SC RURAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR, NO DIA 16 DE NOVEMBRO AS 09H00MIN, ATRAVÉS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, NOMEADA PELA PORTARIA 10/2015, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO, REGIDA PELA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, SOB O REGIME DE EMPREITADA PELO MENOR PREÇO GLOBAL, (MATERIAL E MÃO DE OBRAS), TENDO POR OBJETIVO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MELHORAMENTOS EM 18.3 (DEZOITO VÍRGULA TRÊS) QUILOMETROS DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO

INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS DO SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000. E-MAIL: COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 23 DE OUTUBRO DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL.

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2015 - 202 A 204

DECRETO Nº 202/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR - NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 794/2014 de 18/08/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
15.452.1502	2.038	Manutenção dos serviços de utilidade pública	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0008-00	15.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária: provável excesso de arrecadação da receita 4122029000000000, fonte 01.0008, Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 203/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o dia do funcionário público comemorado em 28 de outubro de 2015 (quarta-feira), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Municipalizadas no dia 28 de outubro de 2015 (quarta-feira), em comemoração ao dia do funcionário público.

Art. 2º. Fica determinado que durante a realização do presente ponto, a Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar escala de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais emergências, sendo que para estes servidores não se aplicará o presente ponto facultativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 204/2015

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 518/2005 de 03/11/2005 e alterações posteriores, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelada/revogada a Função Gratificada concedida ao servidor Valdecir do Nascimento, ocupante do cargo de agente de manutenção e construção (FG I), com efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 19 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sergio Pacheco

Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 208/2015

DECRETO N.º 208, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.200,00 (cinquenta mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	5.200,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	5.200,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.500,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.700,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	6.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	6.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	27.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	22.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	22.000,00
2884500.068 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E CNM	5.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.200,00 (cinquenta mil e duzentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	5.200,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	5.200,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	2.200,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	6.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	27.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	22.000,00

3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	22.000,00
2884500.068 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E CNM	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.924, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.924, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA CARGOS, VAGAS, DO QUADRO I – EFETIVOS, DA LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999, E dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Agente Administrativo, do Quadro I - Efetivos da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 13 (treze) vagas.

Art. 2º. O cargo de Assistente Social, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 01 (uma) vaga.

Art. 3º. O cargo de Almoхарife, do Quadro I – Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 02 (duas) vagas.

Art. 4º. O cargo de Merendeira, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 06 (seis) vagas.

Art. 5º. O cargo de Arquiteto, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 01 (uma) vaga.

Art. 6º. O cargo de Psicólogo, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 02 (duas) vagas.

Art. 7º. O cargo de Auditor Fiscal da Fazenda, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 02 (duas) vagas.

Art. 8º. O cargo de Servente, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 11 (onze) vagas.

Art. 9º. O cargo de Auxiliar Administrativo, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 3 (três) vagas.

Art. 10. O cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 3 (três) vagas.

Art. 11. O cargo de Contador, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 2 (duas) vagas.

Art. 12. O cargo de Enfermeira, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 3 (três) vagas.

Art. 13. O cargo de Engenheiro Civil, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 1 (uma) vaga.

Art. 14. O cargo de Fiscal de Obras II, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 2 (duas) vagas.

Art. 15. O cargo de Fonoaudiólogo, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 1 (uma) vaga.

Art. 16. O cargo de Médico Emergencista 30 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 7 (sete) vagas.

Art. 17. O cargo de Médico Veterinário, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 1 (uma) vaga.

Art. 18. O cargo de Nutricionista, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 1 (uma) vaga.

Art. 19. O cargo de Operador de Equipamentos, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 2 (duas) vagas.

Art. 20. O cargo de Professor de Artes 20 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 7 (sete) vagas.

Art. 21. O cargo de Professor de Artes 40 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 3 (três) vagas.

Art. 22. O cargo de Professor de Educação Física 20 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 5 (cinco) vagas.

Art. 23. O cargo de Professor de Educação Física 40 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 10 (dez) vagas.

Art. 24. O cargo de Professor de Inglês 20 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 7 (sete) vagas.

Art. 25. O cargo de Professor de Inglês 40 horas, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 1 (uma) vaga.

Art. 26. O cargo de Recepcionista, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 4 (quatro) vagas.

Art. 27. O cargo de Técnico em Edificações, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 2 (duas) vagas.

Art. 28. O cargo de Técnico em Programação de Computadores, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 2 (duas) vagas.

Art. 29. O cargo de Técnico em Raio X, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 3 (três) vagas.

Art. 30. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 916/2015.

PORTARIA N.º 916, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM FACE DO ÓBITO DO SERVIDOR INATIVO BALBINO SERAFIM, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO INCISO I DO §7º DO ART. 40, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, OBSERVADA A REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/2003 E DOS ARTIGOS 34 A 41 DA LEI MUNICIPAL Nº. 677/2000, À DEPENDENTE PRESUMIDA NATALINA DE JESUS SERAFIM, COM EFEITOS A PARTIR DE 24/09/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba,

RESOLVE,

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo BALBINO SERAFIM, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 753.187.339-72, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 677/2000, à dependente presumida NATALINA DE JESUS SERAFIM (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) que serão pagos mensalmente pela IPREGOBA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 24/09/2015 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 220/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Concorrência Nº 220/2015

OBJETO: qualificação e pavimentação asfáltica com drenagem pluvial da Rua Madre Paulina. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 26/11/2015. ABERTURA: dia 26/11/2015 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 23 de outubro de 2015.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento

DECRETO Nº 6.604, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.604, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREAS DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE EVARISTO FRANCISCO SPENGLER E GUIDO JOSÉ SPENGLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Dec-Lei 3.365/41, áreas de terras que fazem parte de uma gleba matriculada sob o nº R.13-6.777, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizada no Bairro Poço Grande, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a EVARISTO FRANCISCO SPENGLER, inscrito no CPF nº 003.784.539-04 e GUIDO JOSÉ SPENGLER, inscrito no CPF nº 153.857.879-49, contendo as seguintes características:

I - ÁREA JÁ DESMEMBRADA PARA RUA MARIA EVELINA SPENGLER

"Uma área já desmembrada para a Rua Maria Evelina Spengler situado no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler esquina com a Rodovia Jorge Lacerda, contendo a área de 4.195,10m². Partindo-se do Ponto 1, seguindo com azimute 207°17'20" e distância 8,02m chega-se ao Ponto 2, confrontando com lado par da Rodovia Jorge Lacerda. Deste com azimute de 269°54'07" e distância 385,11m chega-se ao Ponto 3, confrontando com Leito da Rua Maria Evelina Spengler. Deste com azimute de 270°06'27" e distância 701,14m chega-se ao Ponto 4, confrontando em 310,19m com o Leito da Rua Maria Evelina Spengler, 324,91m com terras de Rosa Bernadete Schmalz e Edeltrudes Spengler Schramm (M. 14.702 – Comarca de Gaspar), 13,91m com o Leito da Rua Ambrosio Spengler e 52,13m com terras de Rosa Bernadete Schmalz e Edeltrudes Spengler Schramm (M. 14.702 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 334°51'49" e distância 4,26 chega-se ao Ponto 5, confrontando com Margem Esquerda do Ribeirão Poço Grande. Deste com azimute de 90°06'27" e distância 702,94m chega-se ao Ponto 6, confrontando em 51,71m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar), 13,94m com o leito da Rua Ambrosio Spengler, 327,11m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar), 15,17m com a Área a desmembrar para o virador da Rua Maria Evelina

Spengler (Parcela 04), 148,70m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar), 24,00m com a Área a desmembrar para rua "A" (Parcela 03) e 122,31m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 89°54'07" e distância 383,45m chega-se ao Ponto 7, confrontando em 13,00m com Ilson Daniel (M. 25.498 – Parc. 19), 17,00m com José Cesar Spengler (M. 21.448 – Parc. 18), 16,00m com José Cesar Spengler (M.21.447 – Parc. 17), 16,00m com Fabrício dos Santos Bittencourt (M. 20.656 – Parcela 16), 13,00m com Adolfo Hang (M. 23.095 – Parc. 15), 15,00m com Guilherme Darós (M. 21.486 – Parcela 14), 16,00m Clecio Frare (M. 20.246 – Parc. 13), 16,00m com Odirlei Frare (M. 20.378 – Parc. 12), 16,00m com Mario Xavier Deschamps (M. 20.035 – Parc. 11), 13,00m com Mario Xavier Deschamps (M. 20.034 – Parc. 10), 13,00m com Pedro João Nogueira (M. 19.689 – Parc. 09), 14,00m com Fabio Postai (M. 19.691- Parc. 08), 62,00m com Roseméri Garcia Zimmermann (M. 20.534 – Parc. 07), 31,00m com Luiz Fernando Ehlers Villela (M. 19.241 – Parc. 06), 15,00m com Hercílio Vieira Neto (M. 19.245 – Parc. 05), 40,00m com Pedro Giovane Mondini (M. 17.698 – Parc. 04), 21,50m com Pedro Mondini (M. 18.792 – Parc. 03) e 35,95m com Sérgio Scottini (M. 18.287 – Parc. 02). Deste segue em curva de concordância com raio de 6,00, ângulo central 62°55'37" e distância 6.59m ao Ponto 1, ponto origem deste memorial, confrontando com Sérgio Scottini (M. 18.287 – Parc. 02). Perfazendo o perímetro um total de 2.191,51m; terreno este sem benfeitorias."

II - ÁREA A DESMEMBRAS PARA RUA AMBROSIO SPENGLER.

"Uma área designada para a Rua Ambrosio Spengler situado no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Ambrosio Spengler, contendo a área de 386,63m². Partindo-se do Ponto 18, seguindo com azimute 329°31'26" e distância 32,07m chega-se ao Ponto 19, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 89°04'34" e distância de 13,80m chega-se ao Ponto 20, confrontando com Leito da Rua Ambrosio Spengler. Deste com azimute de 149°32'24" e distância 32,35m chega-se ao ponto 21, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 270°06'27" e distância 13,94m chega-se ao Ponto 18, ponto origem deste memorial, confrontando com leito da Rua Ambrosio Spengler (02). Perfazendo o perímetro um total de 92,16m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 1.086,39m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda."

III – ÁREA A DESMEMBRAR PARA A RUA "A"

"Uma área designada sob rua "A"; situada no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler, contendo a área de 346,48m². Partindo-se do Ponto 11, seguindo com azimute 90°00'00" e distância 12,0m chega-se ao Ponto 12, confrontando com Iracema Spengler Moser (M. 10.369 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 180°06'27" e distância 21,60m chega-se ao Ponto 13. Deste seguem curva de concordância, com raio de 6,00, ângulo central 90°0'0" e distância 9,42m chega-se ao Ponto 8, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 207°06'27" e distância 24,00m chega-se ao Ponto 9, confrontando com Lado Par da Rua Maria Evelina Spengler. Deste segue em curva de concordância com raio de 6,00, ângulo central 90°0'0"

e distância 9,42m chega-se ao Ponto 10. Deste com azimute de 0°06'27" e distância 21,57m chega-se ao Ponto 11, ponto origem deste memorial, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Perfazendo o perímetro um total de 98,01m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 505,76m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda."

IV – ÁREA A DESMEMBRAR PARA O VIRADOR DA RUA MARIA EVELINA SPENGLER

"Uma área designada ao viradouro da Rua Maria Evelina Spengler situado no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler, contendo a área de 226,23m². Partindo-se do Ponto 14, seguindo com azimute 270°06'27" e distância 15,17m chega-se ao Ponto 15, confrontando com Lado Par da Rua Maria Evelina Spengler. Deste com azimute de 0°06'27" e distância 15,00m chega-se ao Ponto 16. Deste com azimute de 90°06'27" e distância 15,00m chega-se ao Ponto 17. Deste com azimute de 179°28'25" e distância 15,00m chega-se ao Ponto 14, ponto origem deste memorial, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16777 - Comarca de Gaspar). Perfazendo o perímetro um total de 60,17m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 678,46m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda."

Parágrafo único: As áreas descritas neste artigo são destinadas à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas ou a instituir pelas respectivas leis, e viradouro da Rua Maria Evelina Spengler.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica Revogado o Decreto nº 6.138, de 19 de novembro de 2014.

Gaspar, 23 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 1.769, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do artigo 2º e os seus incisos de I a VII, da Lei nº 1.769, de 12 de dezembro de 1997, passam a vigorar com as redações que seguem:

"Art. 2º O Conselho Municipal de Educação de Gaspar – COMED será constituído por 11 (onze) membros, sendo:

I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, concursados, com curso superior e nomeados pelo Prefeito;

II – 2 (dois) representantes do Ensino Fundamental das Escolas da Rede Municipal de Ensino, concursados, com curso superior e eleitos pelos seus pares;

III – 2 (dois) representantes da Educação Infantil dos Centros de Desenvolvimento Infantil – CDIs, concursados, com curso superior e eleitos pelos seus pares;

IV – 1 (um) representante educador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar – SINTRASPUG;

V – 1 (um) representante das Associações de Pais e Professores – APPs das Escolas Municipais, escolhido pelos mesmos;

VI – 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE-SC, eleito em Assembleia Geral;

VII – 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."

Art. 2º Fica acrescentado o inciso VIII, ao artigo 2º da Lei nº 1.769, de 12 de dezembro de 1997, com a redação que segue:

"Art. 2º [...]"

VIII – 1 (um) representante do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, indicado pelo mesmo."

Art. 3º Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei nº 1.769, de 12 de dezembro de 1997, com a redação que segue:

"§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação de Gaspar - COMED, indicados ou eleitos, será de 4 (quatro) anos, sem direito à recondução."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 23 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3671, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 3671, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O REGIME DE CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a delegar por meio de licitação pública, a concessão da prestação dos serviços públicos funerários no Município de Gaspar, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei Complementar Municipal nº 04, de 25 de fevereiro de 2002.

Art. 2º As atividades integrantes do serviço público funerário classificam-se em:

I – de caráter obrigatório:

a) venda de ataúdes;

- b) transporte de cadáveres;
- c) aluguel de altares e mesas;
- d) locação de banquetas, castiçais, velas e paramentos afins;
- e) preparação de cadáveres;
- f) obtenção dos documentos para funerais;
- g) prestação de serviços públicos gratuitos, na forma do art. 11 desta Lei;
- h) realização de tanatopraxia, nos termos do inciso VII do art. 10 desta Lei;

II – de caráter facultativo;

- a) ornamentação de flores sobre o cadáver;
- b) confecção de coroa de flores.

Art. 3º A prestação dos serviços funerários obedecerá ao disposto nesta Lei e demais regulamentos expedidos pelo Poder Executivo.

§ 1º Fica a prestadora dos serviços funerários sujeita à fiscalização municipal, realizando as atividades de sua competência de forma adequada para o pleno atendimento dos usuários.

§ 2º Serviço adequado, para os fins desta Lei, é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo, através de Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, fiscalizar a prestação dos Serviços Funerários e promover as notificações e autuações necessárias, conforme dispositivos desta Lei.

CAPÍTULO II DO REGIME DE CONCESSÃO

Art. 5º A outorga da concessão do serviço público funerário no Município de Gaspar obedecerá às normas da legislação municipal e federal sobre licitações, contratos administrativos e concessões de serviços públicos e os princípios básicos da seleção da proposta mais vantajosa para o interesse coletivo, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

§ 1º A concessão será outorgada pelo Poder Executivo, mediante contrato, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

§ 2º A concessão é intransferível para terceiros, sob qualquer hipótese.

§ 3º O Poder Executivo fixará o número de empresas concessionárias do serviço, com base na população do Município, na proporção de 50.000 (cinquenta mil) habitantes por concessionária, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, além de estudos e avaliações realizadas pelo órgão municipal responsável.

Art. 6º Considerar-se-á aberta vaga para nova delegação dos serviços funerários, sempre que:

I – quando o número de habitantes ultrapassar a proporção disposta no § 3º do art. 5º desta Lei;

II – for revogada ou cassada a delegação concedida, nos termos

desta Lei;

III – ocorrer a desistência de uma das delegadas.

Art. 7º Os serviços funerários, no âmbito do Município, serão prestados exclusivamente pelas empresas concessionárias.

§ 1º O serviço funerário a ser executado fora do Município de Gaspar, na hipótese de óbitos aqui ocorridos, poderá ficar a encargo de empresa funerária com sede no Município onde se dará o sepultamento, desde que esta apresente o alvará de funcionamento e comprovante de residência do falecido.

§ 2º Aplica-se igualmente o disposto no § 1º deste artigo, quando se tratar de óbito de pessoa domiciliada em Gaspar, cujos familiares desejarem sepultá-la em outro município.

Art. 8º Fica vedado às empresas concessionárias o exercício de qualquer atividade estranha ao serviço funerário, sendo expressamente proibido efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais e cadáveres, sob pena e imediata revogação do instrumento de concessão.

Seção I

Das Obrigações das Empresas Concessionárias

Art. 9º Constituem obrigações das empresas concessionárias, sem prejuízo de outras estabelecidas no edital e em regulamento:

I - sujeitar-se às normas e regulamentos expedidos pelo Poder Executivo e à fiscalização dos serviços prestados;

II - assegurar aos agentes fiscalizadores do Município o livre acesso às suas dependências;

III - manter os documentos contábeis e as despesas operacionais à disposição do Município;

IV - manter plantão de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriado;

V - manter instalações adequadas à prestação dos serviços, e possuir local apropriado para a preparação do cadáver e ornamentação do ataúde;

VI - cumprir as ordens de serviços expedidas pelo Poder Executivo Municipal;

VII - oferecer o serviço de tanatopraxia para o preparo do corpo, exercido por profissional legalmente habilitado, quando:

a) o corpo for trasladado para município localizado à distância superior a 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros);

b) o velório ultrapassar a 24 horas;

VIII - manter estoques com todos os tipos de urnas previstas no edital de concessão dos serviços funerários;

IX - fornecer a mão de obra necessária para a plena execução dos serviços funerários, mantendo funcionários em número e especialização compatíveis com a natureza do serviço, responsabilizando-se perante o Poder Executivo por todos os atos de seus subordinados durante a sua execução, bem como, por acidentes ou sinistros praticados ou sofridos por seus prepostos;

X - arcar com todos os encargos sociais, seguros, uniformes, aquisições de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, alimentação e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, sindicais

e securitárias, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, conforme determina o parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 8.987/95;

XI - observar, na prestação dos serviços funerários, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata, sob pena de revogação da concessão e rescisão do contrato, nos termos do art. 25, inciso IV desta Lei;

XII - responder por todos os prejuízos causados, em decorrência de suas atividades, ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelos órgãos municipais competentes exclua ou atenua essa responsabilidade;

XIII - atender à solicitação da autoridade competente para o recolhimento de cadáveres em vias públicas, clínicas, hospitais, e o respectivo transporte e remoção de quaisquer desses locais até o Instituto Médico Legal, e deste até o velório ou cemitério, dentro dos limites territoriais do Município;

XIV - manter permanentemente exposta ao público a tabela de preços dos serviços objeto da concessão;

XV - instalar-se em local apropriado, previamente vistoriado pelo Poder Executivo, que observará a Lei de Zoneamento e distante, no mínimo, 500 (quinhentos) metros de hospitais e casas de saúde em funcionamento;

XVI - obter alvarás de localização e sanitário para seu estabelecimento, nos termos da legislação vigente, mediante o pagamento dos tributos respectivos;

XVII - exercer rigoroso controle sobre seus empregados, durante a prestação do serviço e no trato com usuários, quanto ao comportamento moral e funcional, respondendo administrativamente pelas infrações que cometerem;

XVIII – exigir o uso de crachás de identificação pelos seus empregados, nas atividades que exigirem contato com usuários.

§ 1º As Concessionárias manterão sob supervisão permanente do Poder Público Municipal, uma Central de Atendimento do Serviço Funerário, devidamente estruturada, com atribuições e funcionamento previstos em regulamento.

§ 2º Não dispendo a concessionária da urna escolhida pelo usuário e previsto no edital da concessão, fica obrigada a prestar outra urna superior que disponha, pelo mesmo custo daquele optado inicialmente pelo usuário.

Art. 10. Ficam as concessionárias obrigadas a prestar serviço funerário gratuito às famílias carentes do Município de Gaspar e indigentes, mediante solicitação da Secretaria de Assistência Social.

§ 1º Os serviços funerários gratuitos serão no máximo de 4 (quatro) requisições para adultos e 2 (duas) para crianças, por mês, para cada concessionária.

§ 2º Para receber os serviços funerários de forma gratuita, a comprovação da situação financeira da família deverá ser realizada através de parecer da Secretaria de Assistência Social.

§ 3º Os serviços funerários para indigentes e carentes compreendem, no mínimo, o fornecimento de um caixão, com as especificações dispostas em regulamento, e o transporte do féretro até um dos cemitérios indicados pelo Poder Executivo e localizados no Município de Gaspar.

Art. 11. Fica expressamente proibida a exibição, por parte das concessionárias, de mostruários voltados diretamente para a rua, evitando ferir a sensibilidade pública.

Seção II

Das Obrigações do Poder Concedente

Art. 12. Constituem obrigações do Poder Concedente:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.

Seção III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 13. São direitos dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber informações relativas ao Serviço Funerário Municipal e sua forma de execução;

III - receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis; e

IV - a garantia da oferta dos diversos padrões de produtos e materiais.

Art. 14. São obrigações dos usuários:

I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na execução dos serviços; e

II - levar ao conhecimento do Poder Executivo e da empresa concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento referentes aos serviços prestados.

Seção IV

Dos Veículos

Art. 15. As empresas concessionárias devem possuir no mínimo 2 (dois) veículos especialmente adaptados para o transporte de urnas mortuárias, em perfeitas condições de uso e trafegabilidade, observadas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 16. Deverá constar, nos veículos funerários, nas duas portas dianteiras, a identificação da empresa concessionária.

Art. 17. O veículo funerário, quando estiver transportando ataúdes dentro do perímetro urbano, não deverá ultrapassar a velocidade

de quarenta quilômetros por hora.

Art. 18. Cada veículo funerário poderá transportar ataúdes com um único corpo.

Art. 19. Para a execução dos serviços funerários, os veículos devem estar em perfeitas condições de higiene e segurança.

Art. 20. Fica proibida a execução de atividades estranhas ao serviço delegado, com os veículos funerários.

Seção V

Da Política Tarifária

Art. 21. As tarifas do serviço público funerário serão fixadas através de ato do Poder Executivo, com previsão de mecanismos de revisão, a fim de manter-se o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão.

Art. 22. Para manter o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão de serviços funerários em vigência, devem ser atendidas as suas condições.

Parágrafo único. Os direitos e obrigações do Poder Concedente e da empresa concessionária, quanto às alterações e expansões do contrato de concessão, para garantir a continuidade da prestação do serviço, serão regulamentados por ato normativo.

Art. 23. A empresa concessionária será remunerada diretamente pelo contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela editada pelo Poder Concedente.

Art. 24. As tarifas do serviço funerário municipal serão estabelecidas por ato do Chefe do Poder Executivo e atualizadas anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que vier a sucedê-lo.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 25. O descumprimento pela empresa concessionária de qualquer exigência contida nesta Lei ou em regulamento, sujeitar-lhe-á à aplicação, separada ou cumulativa, pelo Poder Executivo, por meio do órgão de fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, das seguintes sanções:

I - advertência escrita para cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa;

II - multa no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), atualizada anualmente pelo INPC, em caso de reincidência o dobro do respectivo valor;

III - suspensão das atividades por 15 (quinze) dias, ou até a correção da irregularidade;

IV - revogação da concessão e rescisão do contrato; e

V - apreensão de materiais utilizados pelos infratores, liberáveis mediante o pagamento de multa.

§ 1º A prática dos atos descritos no art. 8º desta Lei implica a penalidade descrita no item IV deste artigo.

§ 2º O agente público responsável pelo serviço funerário que tiver ciência ou notícia de ocorrência de infração é obrigado, sob as penas da lei, a promover sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, que será instruído com os seguintes elementos:

I - cópia da notificação;

II - cópia do Auto de Infração;

III - documentos de defesa apresentados pelo infrator;

IV - outros elementos indispensáveis à apuração e julgamento do processo;

V - decisão.

§ 3º Da decisão condenatória caberá recurso ao Senhor Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos da notificação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. As empresas concessionárias, na realização de velórios em capelas mortuárias municipais, deverão sujeitar-se aos seus regimentos internos de funcionamento.

Art. 27. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário, no prazo de 90 dias, contado de sua publicação.

Art. 28. As atuais autorizações e permissões a título precário para funcionamento de empresas funerárias cessam de pleno direito tão logo a empresa vencedora do processo licitatório inicie a prestação do serviço.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Complementar de nº 1, de 18 de novembro de 1993, e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 23 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.825, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.825, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora abaixo relacionada, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 01/2015 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
TAINÁ MARIA CIRICO	20/10/2015	PROFESSOR DOC I-4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de galerias, lajotas, meio fios e tubos. ENTREGA DOS ENVELOPES até as 9h do dia 11/11/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23/10/2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 222/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 222/2015

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de ração para cães. ENTREGA DOS ENVELOPES até as 9h do dia 09/11/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital através do site: www.gaspar.sc.gov.br, ou no Depto. de Compras para consulta.

Gaspar (SC), 23/10/2015

ALFONSO BERNARDO HOSTERT

Secretário Municipal de Agricultura

SEGUNDO AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

SEGUNDO AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

O Município de Gaspar, através da Secretaria Municipal de Educação torna público e para conhecimento dos participantes e dos interessados em participar do processo supramencionado, o qual tem por OBJETO: Credenciamento de árbitros, auxiliares e mesários para atuação nas modalidades esportivas que compõem os "23º Jogos Escolares de Gaspar", que o Edital foi ALTERADO. Os interessados em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital até às 17h do dia 24 de novembro de 2015, na Sede da Prefeitura Municipal de Gaspar – Departamento de Compras localizada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, na cidade de Gaspar/SC. Os interessados poderão obter a íntegra do Aditivo, bem como do Edital através do site: www.gaspar.sc.gov.br. Gaspar, 22 de outubro de 2015.

MARLENE ALMEIDA – Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO = PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.

DATA: 23/10/2015. HORÁRIO: 14h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 03/2015.

OBJETO: Aquisição, através de compra, de móveis novos para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar, com instalação de plena responsabilidade da contratada, conforme as quantidades e características técnicas descritas no ANEXO IV - Proposta de Preços, e no ANEXO I – Termo de Referência do Edital 003/2015.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às catorze horas, realizou-se na sala de reuniões do prédio sede da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento e julgamento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 03/2015, que tem por objeto aquisição, através de compra, de móveis novos para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar, com instalação de plena responsabilidade da contratada, conforme as quantidades e características técnicas descritas no ANEXO IV - Proposta de Preços, e no ANEXO I – Termo de Referência do Edital 003/2015. Presentes ao ato estiveram o Pregoeiro, servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira e os membros da Equipe de Apoio, servidores Janete da Silva, Marcelo Peterson Pereira e Rui Donisete de Gois Vieira, todos designados pela Resolução nº 06, de autoria da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, firmada em 30/1/2015. Assim, na data e horário acima descritos, o Pregoeiro alertou que seria permitido o uso de aparelhos de celular. Compareceram à sessão pública do Pregão e entregaram os Envelopes de n. 1 e 2 as licitantes, NELITA GOMES FARIAS EPP, inscrita no CNPJ sob n. 11.943.540/0001-25, neste ato representada pelo senhor JOÃO BISOTTO NETO, inscrito no CPF sob n. 480.781.749-34, Carteira de Identidade nº 10/R 1.330.491, TELEFONE DE CONTATO: (49) 9116-7881; MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME,

inscrita no CNPJ sob n. 80.121.858/0001-43, neste ato representada pelo proprietário, inscrito no CPF sob n. 060.439.429-25, Carteira de Identidade nº 395.7710, TELEFONE DE CONTATO: (48) 8505-9593/ (48) 3093-9593; MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n. 11.074.257/0001-04, neste ato representada pelo senhor, BENICIO BALDUSSI, inscrito no CPF sob n. 352.319.399-00, Carteira de Identidade nº 627848, TELEFONE DE CONTATO: (47) 9170-7179. Iniciando os trabalhos, o Pregoeiro procedeu ao credenciamento das licitantes. Todas foram credenciadas e o Pregoeiro declarou findo o credenciamento, conforme item 13.2.3 do Edital. Em seguida, o Pregoeiro passou à fase de abertura e análise das propostas de preços. Quanto ao ITEM 1, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas, havendo apenas um lance, sendo declarada vencedora a empresa MARIA HELENA ao valor final de R\$ 417,50 (quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), conforme anexos. Quanto ao ITEM 2, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas havendo apenas um lance da empresa NELITA GOMES, sendo esta declara vencedora ao valor de R\$ 988,00 (novecentos e oitenta e oito reais), conforme anexos. Quanto ao ITEM 3, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas havendo quatro lances, sendo declarada vencedora a empresa NELITA GOMES, ao valor de R\$ 768,00 (setecentos e sessenta e oito reais), conforme anexos. Quanto ao ITEM 4, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas havendo apenas um lance da empresa MICANTO, sendo esta declarada vencedora ao valor de R\$ 429,00 (quatrocentos e vinte e nove reais), conforme anexos. Quanto ao ITEM 5, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas havendo apenas um lance da empresa MICANTO, sendo esta declarada vencedora ao valor de R\$ 147,90 (cento e quarenta e sete reais e noventa centavos), conforme anexos. Após, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de Habilitação das licitantes. Os documentos apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação estava em conformidade com o exigido no Edital, sendo todas habilitadas. O Pregoeiro abriu

espaço às licitantes para possíveis impugnações. Não houve manifestação. As licitantes desistiram do prazo recursal. Por fim, o Pregoeiro ADJUDICOU os objetos do certame conforme a classificação final e acima descrita. Em seguida a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura desta ATA. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da Ata, que foi achada conforme. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro encerrou a reunião às 15h50, cuja Ata vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos credenciados das licitantes, que permaneceram até o final dos trabalhos.

Jorge Luiz Matos de Oliveira
Pregoeiro

Janete da Silva
Membro da Equipe de Apoio

Marcelo Peterson Pereira
Membro da Equipe de Apoio

Rui Donisete de Gois Vieira
Membro da Equipe de Apoio

NELITA GOMES FARIAS EPP
João Bisotto Neto

MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME
Cleber Karklin Nascimento

MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - EPP
Benicio Baldussi

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

O Presidente da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis.

RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão do Pregoeiro Jorge Luiz Matos de Oliveira, referente ao Processo de Licitação nº 003/2015, Pregão Presencial nº 003/2015, para a aquisição, através de compra, de móveis novos, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra, de plena responsabilidade da contratada, nos moldes estabelecidos no Termo de Referência, as empresas: Itens I do Termo de Referência - MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob n. 80.121.858/0001-43; Item II e III do Termo de Referência: NELITA GOMES FARIAS EPP, inscrita no CNPJ sob n. 11.943.540/0001-25; e Item IV e V do Termo de Referência: MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n. 11.074.257/0001-04.

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, para convocação das empresas vencedoras do certame para a devida contratação e, havendo recusa, observar-se-ão as penas do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gaspar/SC, 23 de outubro de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 15/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

===== Número do contrato: 15/2015

- 1º ADITIVO – VALOR

Data vigência: 13/10/2015

Data vencimento: 30/10/2015

Número da Licitação: 18/2015 – Modalidade: Tomada de Preços

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HIDRÁULICA ENGENHARIA LTDA.

Objeto: Fornecimento de projeto executivo de um reservatório em concreto armado.

Valor R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais).

Gaspar (SC), em 13 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

===== Número do contrato: 53/2015

Data vigência: 01/10/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 43/2015 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CONSULTORIA PARTICIPAÇÕES E ASSESSORIA MERCADOLÓGICA LTDA. - CNPJ do contratado: 07.220.458/0001-03

Objeto: Locação de imóvel para alocar veículos e materiais do SAMAE.

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Gaspar (SC), em 28 de setembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

===== Número do contrato: 54//2015

Data vigência: 08/10/2015

Data vencimento: 30/11/2015

Número da Licitação: 39/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BOREAL BRASIL TECNOLOGIA LTDA.

Objeto: Aquisição de equipamentos de coletores de dados e impressoras térmicas.

Valor R\$ 18.940,00 (dezoito mil novecentos e quarenta reais).

=====

=====

Gaspar (SC), em 08 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

===== Número do contrato: 55//2015

Data vigência: 13.10.2015

Data vencimento: 30/11/2015

Número da Licitação: 44/2015 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BALANÇAS CATARINENSE COM. E ASSIST. TÉCNICA LTDA..

Objeto: Aquisição de peças com mão de obra para conserto da balança.

Valor R\$ 14.610,00 (quatorze mil seiscentos e dez reais).

=====

=====

Gaspar (SC), em 13 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2015 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

===== Número do contrato: 56/2015

Data vigência: 21/10/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 42/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SUPRIVALE COMERCIAL LTDA.

Objeto: Aquisição de uniformes para os servidores.

Valor R\$ 13.446,50 (treze mil quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

=====

=====

Gaspar (SC), em 21 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 008/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: LEON EDERCI SAGAS ME

OBJETO: Prestação de serviços para assistência técnica preventiva e corretiva nos computadores, notebook, central telefônica e rede cabeada, para atender a Câmara Municipal de Vereadores.

PRAZO: 01/10/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal: 3.3.90.39.08.00.00.00

Governador Celso Ramos, 22 de Outubro 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Câmara

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL12/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 012/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 012/2015

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2015

PROCESSO Nº 014/2015

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA NOS COMPUTADORES, NOTEBOOK, CENTRAL TELEFÔNICA E REDE CABEADA, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS,.

Empresa: LEON EDERCO SAGAS - ME

Valor: R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais)

Prazo/Validade: 01/11/2015 à 31/12/2015.

Base Legal: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93

Governador Celso Ramos, 22 de Outubro de 2015

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente da Comissão de Licitação

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 88/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 88/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2015- PMG

Objeto: Contratação de empresa para o serviço de roçada, poda de árvores, limpeza de áreas públicas e jardinagem para o Município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 107/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.510.260/0001-60 estabelecida na Estrada Ponta Comprida, nº 440, Bairro Ponta Comprida, Guaramirim/SC.

Vigência: Início: 21/10/2015 Término: 20/10/2016.

Fornecedor: 318035 - SJS PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	25000	SR	SERVIÇO DE ROÇADA E PODA DE ÁRVORES	13,45	336.250,00
2	10000	SR	SERVIÇO DE LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS E JARDINAGEM	13,34	133.400,00
Total				R\$469.650,00	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 562/2015

DECRETO Nº. 562/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 290.883,80.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 290.883,80 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2131 – Cofinanciamento da Atenção Básica - ESF

33900000000000

33820 R\$ 290.883,80

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit apurado no balanço do exercício anterior, no vínculo 33820 – atenção básica, no valor de R\$ 290.883,80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº. 538/2015.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 563/2015

DECRETO Nº. 563/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 170.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

05.00 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

05.002

2101 – Manutenção das ações da polícia civil

44900000000000

33419 R\$ 170.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

05.00 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

05.002

2101 – Manutenção das ações da polícia civil

33900000000000

33419 R\$ 170.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 02/SMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos nº. 02

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial para viabilizar a continuidade de tratamento prestado, visando cumprimento de Determinação Judicial, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Fundação Hospitalar Alex Krieser	53	31/08/2015	2.364,00	13/10/2015
Fundação Hospitalar Alex Krieser	54	31/08/2015	2.364,00	13/10/2015
Fundação Hospitalar Alex Krieser	55	31/08/2015	2.364,00	13/10/2015
Fundação Hospitalar Alex Krieser	56	03/09/2015	2.364,00	13/10/2015

Guaramirim, 23 de outubro de 2015

Jair Tomelin

Secretário Municipal da Saúde

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 03/SMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos nº. 03

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial para o agendamento de consultas e procedimentos médicos e hospitalares, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina	Ofício 4153/2015	15/09/2015	38.851,00	20/09/2015
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina	Ofício 4160/2015	16/10/2015	38.851,00	20/10/2015

Guaramirim, 23 de outubro de 2015

Jair Tomelin

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº. 638/2015

PORTARIA Nº. 638/2015

Concede Licença para Soeli de Fátima da Rosa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 7º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde da família à Soeli de Fátima da Rosa, na função de Recepcionista, vinculada a Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 02 de outubro de 2015, pelo período de 04 (quatro) meses.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE ALTERÇÃO DE DATA - FMAS 04

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Assistência Social

Comunicamos que houve alteração na data do Processo Licitatório nº 04/2015 Pregão Presencial nº. 04/2015, cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) - SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Centro de Convivência do Idosos do município de Guarujá do Sul.

A nova data será no dia 03/11/2015 às 08:15 Documentação - 08:30 Abertura.

Edital e seus anexos estarão à disposição aos interessados, no horário das 07:00 às 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou site www.guarujadosul.sc.gov.br

Guarujá do Sul, SC, 23 de outubro de 2015.

Adelise de Oliveira;

Gestora do FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3.458/2015

DECRETO Nº. 3.458/2015

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DE HERVAL D'OESTE (SC)".

NELSON GUINDANI, Prefeito do Município de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e com as Leis Municipais nº. 2.496/2007 e nº 2.696/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os cidadãos abaixo relacionados, para comporem pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente, o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB DE HERVAL D'OESTE (SC):

I - 01 REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular: GEISA BERNARDI TROMBETTA

Suplente: ANDREIA DORINI BERNARDI

II - 01 REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: ELIANE GAB

Suplente: CARLA APARECIDA VARGAS CORRÊA

III - 01 REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI

Suplente: CLAUDMIRA FÁTIMA RODRIGUES CORRÊA

IV - 01 REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA

Suplente: MICHELE DA SILVA COELHO

V - 02 REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: LUCIANA LUNARDELLI ZANIN

Suplente: CLEVENICE GONÇALVES

Titular: MARLENE CERESOLI DOS SANTOS

Suplente: MAIRA JACIARA RODRIGUES DE MORAIS DORÉ

VI - 01 REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: JOÃO CORSO NETO

Suplente: JÚLIO CÉSAR SUMMY

VII - 01 REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: RUBENS CORRÊA

Suplente: NEUSA APARECIDA CAMPOS

VIII - 01 REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: MÁRCIA DOS SANTOS

Suplente: CLEUSA MARTINI

IX - 02 REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: ELVIS NUNES DA SILVA

Suplente: SILVANA DIAS

Titular: ADRIANA RIBEIRO DA CRUZ

Suplente: FERNANDA DUTRA DE QUADROS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 23 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1168/2015

PORTARIA Nº 1168/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de outubro de 2015, da servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2872), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1169/2015

PORTARIA Nº 1169/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de outubro de 2015, da servidora CARMEN SOLLÁ C. BOLDRINI (Matr. 544), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "H", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 234/2015

PORTARIA Nº 234, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

“EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente – CC-2, o Sr. ELCIR ANTONIO BARTH DA COSTA, nomeado através da Portaria nº 150, de 11 de agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 235/2015

PORTARIA Nº 235, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

“NOMEIA O SR. ELCIR ANTONIO BARTH DA COSTA PARA O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. ELCIR ANTONIO BARTH DA COSTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 236/2015

PORTARIA Nº 236, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

“DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR, CONJUNTAMENTE COM TESOUREARIA, OS CHEQUES, TRANSFERÊNCIAS E DEMAIS DOCUMENTOS BANCÁRIOS RELATIVOS AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o servidor EUDES VILMAR TRINDADE, brasileiro, casado, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CPF sob nº 509.352.839-00, com Registro Geral nº 1.882.705, para assinar, em conjunto com a Tesouraria, os cheques, transferências e demais documentos bancários relativos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inscrito no CNPJ sob nº 20.314.353/0001-73.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 493/2015

PORTARIA Nº 493/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARIA TEREZINHA AYROSO, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 26 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de outubro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 115, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 115 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 61, do parágrafo VI da Lei Orgânica do Município de Imaruí e em conformidade com a Lei nº 1.316, de 26 de maio de 2008, com alterações da Lei nº 1442/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Saúde, de acordo com o art. 4º da Lei nº 1.316, de 26 de maio de 2008, com alterações da Lei nº 1442/2010 os seguintes representantes:

I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imaruí:

- a) Maiara Barreto Vieira – titular; e
- b) Silvia Andréia Garcia Pereira – suplente.

II – Colônia de Pescadores – Z17:

- a) Edirlene Monteiro Faustino Pereira – titular; e
- b) Antônio Fernandes Lessa – suplente.

III – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imaruí:

- a) Maria Moises – titular; e
- b) Isabel Osmarino Florentino Matias – suplente.

IV – Aldeia Indígena Tekoa Marangatu:

- a) Valnélia Ramos Simão – titular; e
- b) Gerônimo Afonso da Silva – Suplente;

V – Pastoral da Saúde:

- a) Tereza Natalino Luiz Pereira, - titular; e
- b) Loena Flausino de Sousa – suplente.

VI – Comissão de Assuntos Econômico-Administrativos Pastorais (CAEP) da Paróquia São João Batista de Imaruí:

- a) João Manoel de Souza – titular;
- b) João Batista Bittencourt Matias – suplente.

VII – Representante dos Profissionais Médicos:

- a) Juacema Gomes dos Santos Mello – titular; e
- b) Odilon Gomes Assunção – suplente.

VIII – Representante dos Profissionais Odontólogos:

- a) Geazi A. Galarz – titular; e
- b) Ana Amélia Vieira – suplente.

IX – Representante dos Profissionais de Enfermagem:

- a) Paulo Cezar Pereira – titular; e
- b) Guiomar João Gonçalves – suplente.

X – Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista:

- a) Hamilton Claudino Júnior – titular; e
- b) Walesca da Silveira – suplente.

XI Secretaria Municipal de Saúde:

- a) André Poluceno Viana – titular; e
- b) Karine Cardoso Fontana – suplente.

XII – Secretaria de Promoção Social:

- a) Adriane dos Passos Vizoso Rosa – titular; e
- b) Sabrina Feliciano da Conceição – suplente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 26 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 008, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 008, de 23 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos novos conselheiros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Ordinária nº Lei Ordinária 3074/2007 de 09/04/2007, que dispõe sobre a organização e atribuições do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para um período de 2 (dois) anos, os seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Educação

- Titular: Rozenilda Matos R. da Rosa
- Suplente: Michele Ferreira da Silva

II – Professores da Educação Básica Pública Municipal

- Titular: Nirze Helena Correia Pereira
- Suplente: Elídia Feliciano

III – Diretores das Escolas Públicas Municipais

- Titular: Cristiane Torkaski Espezim
- Suplente: Mariléia soares Tomé

IV – Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal

- Titular: Rosilda Teixeira Rocha
- Suplente: Luciana Fortunato

V – Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal

- Titular: Ana Cristina Barreiros Vieira
- Suplente: Alessandra Alves da Silva

VI – Estudantes da Educação Básica Pública Municipal

- Titular: Rosimar Clazer da Silva
- Suplente: Fabrício de Oliveira

VII – Conselho Municipal de Educação de Imbituba

- Titular: Ronaldo Augusto Pires
- Suplente: José Carlos Silvério

VIII – Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

- Titular: Cilea Mendes Marques
- Suplente: Luiz Alberto Butter

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de outubro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha

Controlador Geral do Município

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA 24/2015(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 101/2015

DISPENSA Nº 24/2015

Objeto: Prestação de serviços, objetivando a realização de concurso público e processo seletivo simplificado para preenchimento de vagas existentes nos quadros permanente e temporário de pessoal da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Valor Total: R\$ 92.000,00

Empresa: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Fundamento: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretario Municipal de Administração e Gestão Publica

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 58/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 103/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 16:00 horas, do dia 06 de novembro de 2015, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo maior oferta, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de outubro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da SEAPI

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 102/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas, do dia 06 de novembro de 2015, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo maior oferta, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a Contratação de instituição financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores do Município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de outubro de 2015.

Ivan Vitorio

Secretário Municipal da Fazenda

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 207/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 207/2015

CONTRATADA: SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentações artísticas musicais das seguintes bandas e grupos: "Kelly da Gaita" e "Gilberto Show". Os shows serão realizados nos encontros festivos de grupos da 3ª Idade.

VALOR: R\$ 2.050,00.

PRAZO: 22 de setembro de 2015 a 27 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2015.

DECRETO Nº 1613/15

. DECRETO Nº 1613/15

. De 23 de outubro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5220/15,

DECRETA

Art.1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 269.620,60 (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e sessenta centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2447	MANUT. DO CIS AMMVI
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC - União
	Valor: (100.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBÍLIA
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB - FIXO
	Valor: (43.319,80)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA

30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA DE VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380902	NASF UNIÃO
	Valor: (4.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA DE VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01001500	VIG. SANITÁRIA MUNICIPAL.
	Valor: (45.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA DE VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: (10.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381200	ACS
	Valor: (20.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: (40.000,00)

Dotações Suplementadas	
------------------------	--

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
	Valor: (4.758,05)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT. AÇÕES DEPARTº SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381200	ACS
	Valor: (2.542,75)

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC – UNIÃO.
	Valor: (100.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB FIXO
	Valor: (43.319,80)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2461	MANUT.NÚCLEO ATEND. SAÚDE FAMÍLIA (NASF)
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380902	NASF
	Valor: (4.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01001500	VIG. SANITARIA MUNICIPAL
	Valor: (45.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: (50.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381200	ACS
	Valor: (22.542,75)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
	Valor: (4.758,05)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI 5220

. LEI Nº 5220

. de 23 de outubro de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 269.620,60 (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e sessenta centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2447	MANUT. DO CIS AMMVI
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC - União
	Valor: (100.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBÍLIA
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB - FIXO
	Valor: (43.319,80)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA DE VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380902	NASF UNIÃO
	Valor: (4.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA DE VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01001500	VIG. SANITÁRIA MUNICIPAL.
	Valor: (45.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA DE VEICULOS/SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: (10.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381200	ACS
	Valor: (20.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: (40.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
	Valor: (4.758,05)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT. AÇÕES DEPARTº SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381200	ACS
	Valor: (2.542,75)

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do

Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC – UNIÃO.
Valor: (100.000,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB FIXO
Valor: (43.319,80)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2461	MANUT.NÚCLEO ATEND. SAÚDE FAMÍLIA (NASF)
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380902	NASF
Valor: (4.000,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01001500	VIG. SANITARIA MUNICIPAL
Valor: (45.000,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE

Valor: (50.000,00)	
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381200	ACS
Valor: (22.542,75)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.DO RH – FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
Valor: (4.758,05)	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR 171

. LEI COMPLEMENTAR Nº 171

. de 23 de outubro de 2015

Altera a tabela de valores da COSIP prevista no art. 420 da Lei Complementar nº 79/2007.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A tabela de valores da COSIP estabelecida no caput do art. 420, da Lei Complementar nº 79/2007, passa a vigorar de acordo com os seguintes valores:

Classe Consumidora	Faixa de Consumo	Valor em R\$
Residenciais	0 a 100 Kwh	R\$ 3,68
	101 a 200 Kwh	R\$ 8,57
	201 a 500 Kwh	R\$ 12,25
	Acima de 500 Kwh	R\$ 24,51
Industriais/ Comerciais	0 a 100 Kwh	R\$ 12,25
	101 a 500 Kwh	R\$ 20,59
	Acima de 500 Kwh	R\$ 37,82

Classe Consumidora	Faixa de Consumo	Valor em R\$
Residenciais	0 a 100 Kwh	R\$ 3,68
	101 a 200 Kwh	R\$ 8,57
	201 a 500 Kwh	R\$ 12,25
	Acima de 500 Kwh	R\$ 24,51
Poder Público	0 a 100 Kwh	R\$ 21,25
	101 a 500 Kwh	R\$ 42,51
	Acima de 500 Kwh	R\$ 56,65
Primários	0 a 5.000 Kwh	R\$ 46,00
	5.000 a 10.000 kwh	R\$ 65,00
	Acima de 10.000 Kwh	R\$ 110,00

Art. 2º - Permanece inalterado o teor do caput e do parágrafo único do art. 420 da Lei Complementar nº 79/2007.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 170

. LEI COMPLEMENTAR Nº 170
. de 20 de outubro de 2015

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2014 - DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE GUINCHO, REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS EM DECORRÊNCIA DE CONTRAVENÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Altera o artigo 6º da Lei Complementar nº 162/14 e alterações, acrescentando o parágrafo 3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - (...)

§ 3º - O início do serviço de guinchamento caracteriza-se a partir do momento em que o guincho inicia o processo de remoção baixando a plataforma.”

Art. 2º - Fica alterado no artigo 7º da Lei Complementar nº 162/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Os valores das Taxas de Guinchamento, de Remoção, de Depósito e de Vistoria Prévia de Veículo, decorrentes dos serviços prestados, serão calculados considerando a Tabela abaixo, cujos valores estão expressos em UFM – Unidade Fiscal do Município:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/TAXA	VALOR EM UFM
1 - Taxa de Guinchamento – por unidade:	
a) Bicicletas e afins	10,00
b) Ciclomotores e Motocicletas	15,00
c) Veículos leves (automóveis com peso bruto total até 3.500kg)	20,00
d) Veículos utilitários (com peso bruto total até 3.500kg)	30,00

e) Veículos pesados (trucados e/ou com 3 ou mais eixos) e/ou superdimensionados e/ou acima de 3.500kg	50,00
2 – Taxa de Remoção – por quilômetro rodado pelo Guincho, a contar do local do guinchamento	
a) Qualquer tipo de veículo	0,58
3 – Taxa de Depósito:	
3.1 - por dia ou fração de dia, do 1º ao 30º dia:	
a) Bicicletas e afins	1,00
b) Ciclomotores e Motocicletas	3,00
c) Veículos leves e mistos (automóveis e caminhonetes)	5,00
d) Veículos pesados (até 4,0t. e/ou sem truck)	7,00
e) Veículos pesados (trucados e/ou com 3 ou mais eixos) e/ou superdimensionados e/ou acima de 4,0t.	10,00
3.2 – por dia ou fração de dia, a partir do 31º dia até o 90º dia	
a) Qualquer tipo de veículo	0,50
4 – Taxa de Vistoria Prévia de Veículo – por veículo	
a) Qualquer tipo de veículo	10,00

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5219

. LEI Nº 5219

. de 22 de outubro de 2015

Denomina Via Pública / Rua Angelo Agnoli

(Autoria: vereadores Osvaldo Metzner e Anderson Luz dos Santos)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. – Fica denominada “Rua Angelo Agnoli”, a via pública localizada no Bairro Encano, com início na Rua Dr. Blumenau e término no final do virador do Condomínio Industrial Agnoli Business Center.

Parágrafo Único – A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 285,00 metros;
Gabarito Total : 14,80 metros;
Pista : 10,00 metros;
Passeios : 2,40 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO 003 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 097/2014-10430

TERMO ADITIVO 003 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 261/2014 – Edital de Pregão nº 097/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida à Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426 – Bairro Corticeira, no município de Guaramirim – Estado de Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de óleo diesel combustível S-10, conforme as especificações constantes no Anexo VI – Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão nº 097/2014-10430, e o quadro à seguir:

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1. Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA:

Item 01 – valor unitário de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), por litro. Anexo cópia de notas fiscais e pedido da empresa que comprovam a necessidade do reajuste.

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4.0. AS PARTES:

4.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 21 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Rolf Bayerl Sócio Administrador

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 190/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 190/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PENTÁGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.600.355/0001-14, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.485, Sala 05, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Representante Legal, Sr. Fabiano dos Santos, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 844.700.629-87 e Cédula de Identidade nº 4.327.001 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.467, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de nova cobertura com estrutura em madeira e telhas de fibrocimento para a Escola Básica Municipal Encano Central, em área de 290,00 m2, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 24 de outubro de 2015 até 22 de dezembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 22 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PENTÁGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME Fabiano dos Santos Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Ipumirim

PREFEITURA

LEI Nº 1765

LEI Nº 1765 de 19 de outubro de 2.015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2.016 - LDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso II do artigo 164 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2.016, as diretrizes gerais de que tratam esta lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1.964, na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de Maio de 2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual - PPA;
- III - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VII - as disposições relativas às políticas de recursos humanos da administração pública municipal, e;
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2.016, de que trata o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2.000, serão identificadas nos ANEXOS da presente lei ou nos ANEXOS a serem encaminhados à Câmara Municipais junto com a proposta da Lei Orçamentária Anual conforme estabelecido no artigo 59.

Art. 3º A metas fiscais prevista no artigo anterior, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento será demonstrado quadrimestralmente em audiência pública na forma estabelecido no artigo 9º, § 4º Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2.016 serão aquelas definidas na proposta orçamentária anual - LOA, acompanhada de seus Anexos e Metas Fiscais, com base no estabelecido na Lei do Plano Plurianual – PPA.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2.016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no caput do presente artigo, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2.016, o Poder Executivo deverá compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O Anexo de Metas Fiscais de Receita e de Despesas conterá no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de Maio de 2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – FUNÇÃO - o que caracteriza da melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

II – SUBFUNÇÃO - o que caracteriza da melhor forma possível à identificação dos objetivos, e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

III – PROGRAMA - é o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações do Plano Plurianual, para caracterizar da melhor forma possível a classificação da despesa dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

IV – PROJETO - é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. Os Projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2.016 serão os que foram previamente aprovados no Plano Plurianual.

V – ATIVIDADE - é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo. As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício de 2.016 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal, e as mesmas deverá ser realizada de forma contínua e permanente, cujo produto final será a manutenção das ações governamentais extraídas do Plano Plurianual.

VI – OPERAÇÃO ESPECIAL - é a despesa que não contribui para a manutenção das ações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

VII – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

VIII – RECEITA ORDINÁRIA - Aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX – EXECUÇÃO FÍSICA - a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI – EXECUÇÃO FINANCEIRA - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XII - CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO, consoante o disposto no art.

167, VI da Constituição Federal, compreendendo-se as despesas que apresentarem semelhança nos seguintes critérios:

- a) categoria econômica
- b) função,
- c) sub-função,
- d) programa,
- e) atividade ou projeto,
- f) fonte de recursos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação aplicável.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores será constituída de:

- I. Mensagem.
- II. Texto da Lei;
- III. Receitas por categorias econômicas;
- IV. Demonstrativo da receita e despesa por categoria econômica;
- V. Natureza das despesas segundo a categoria econômica;
- VI. Funções e Subfunções de governo;
- VII. Programa de trabalho de governo;
- VIII. Demonstrativo de funções, subvenções e programas por fonte de recursos;
- IX. Demonstrativos das despesas por órgãos e funções;
- X. Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada Interna em 31 de dezembro de 2.013 e a projeção de desembolso para os anos de 2.016 a 2.018;
- XI. Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;
- XII. Quadro Demonstrativo Consolidado da composição do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;
- XIII. Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não arrecadados nos exercícios de 2.006 a 2.013;
- XIV. Parâmetros e projeções para os principais agregados e variáveis (artigo 4º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000);
- XV. Memória e metodologia de cálculo das metas anuais (artigo 4º, § 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000);
- XVI. Quadro Demonstrativo da evolução da Receita Arrecadada nos exercícios de 2.011 a 2.013, estimada para 2.015 e projetada para os exercícios de 2.016 a 2.018 (artigo 4º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000);
- XVII. Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos – período de janeiro a dezembro 2.011 (artigo 4º, § 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000);
- XVIII. Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido dos Exercícios de 2.006 a 2.013 (artigo 4º, § 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000);
- XIX. Descrição dos Riscos Fiscais (artigo 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 e artigo 26 da LDO).

§ 1º. As Fundações e os Fundos Municipais integrarão o Orçamento Geral do Município, como unidades orçamentárias, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, excetuando-se o Fundo Municipal de Saúde que possuirá orçamento próprio.

§ 2º. Os referidos demonstrativos integrarão os orçamentos de cada uma das Unidades Gestoras do Município, e de forma consolidada.

§ 3º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura e por Unidades Gestoras, os fundos e fundações.

Art. 7º O orçamento para o exercício financeiro de 2.016 abrangerá o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos e Fundação e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura, conforme abaixo descrito:

- I – Prefeitura Municipal de Ipumirim
- II – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA;
- III – Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- IV – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
- V – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – FUNDE-AGRO;
- VI – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;
- VII – Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- VIII – Fundação Cultural Félix Bonissoni;
- IX – Fundo Municipal de Defesa Civil;
- X – Fundo Municipal do Idoso;
- XI – Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim.

Parágrafo único. Fica autorizada a inclusão na lei orçamentária de novas unidades gestoras se essas forem criadas por lei específica até a data prevista para encaminhamento da lei orçamentária de 2.016 à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 8º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, por projeto ou atividade, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, e os grupos de natureza de despesa conforme a seguir discriminado:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV – investimentos;
- V - inversões financeiras;
- VI - amortização da dívida.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como os de maior nível de classificação institucional.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do Município, relativas ao exercício financeiro de 2.016.

§ 1º Lei Orçamentária englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos da Prefeitura Municipal e dos Fundos visando facilitar as rotinas contábeis.

§ 2º Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa distinta da contabilidade da Prefeitura Municipal, na condição de órgãos orçamentários do orçamento geral e contas bancárias específicas aos fundos, do Município de Ipumirim-SC.

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2.016 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal, a fim de observar o princípio da publicidade e permitir o

amplo acesso da sociedade a todas as informações.

Parágrafo único. Além das metas e prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, serão selecionadas outras, em audiências públicas, conduzidas pelo Chefe do Poder Executivo, a serem realizadas com a sociedade civil organizada do Município.

Art. 11. No projeto de lei orçamentária poderá ser incluída a programação constante das propostas de alteração do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 12. No projeto de lei orçamentário, as receitas e as despesas serão orçadas conforme os preços vigentes à época da elaboração do orçamento.

Art. 13. A inclusão de recursos na lei orçamentária de 2.016, para pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - nos precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a R\$ 20 (vinte) salários mínimos poderão ser objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais anuais e sucessivas;

II - os juros legais, à taxa de seis por cento ao ano, serão acrescidos aos precatórios parcelados.

§ 1º A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º, artigo 100 da Constituição Federal não poderá superar, no exercício de 2.016, à variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, devendo ser aplicado à parcela resultante do parcelamento.

Art. 14. Na programação orçamentária não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 15. As receitas próprias diretamente arrecadadas pelos fundos e fundações, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à contrapartida de operações de crédito.

Art. 16. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência vinculada aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante de no máximo 3,0% (três por cento) da Receita Corrente Líquida.

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a lei orçamentária anual.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 18. Os orçamentos fiscais e da seguridade social abrangerão os Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos e Fundação e órgãos instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e contará com recursos provenientes:

- I - do orçamento da seguridade social;
- II - de transferências de receitas do orçamento fiscal;
- III - de receitas próprias dos fundos e fundações que integram exclusivamente o orçamento da seguridade social; e
- IV - de outras fontes previstas na legislação.

Art. 19. A fixação das despesas observará o seguinte:

I. As despesas com pessoal e encargos sociais, deverão observar os limites com gastos de pessoal fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal para os respectivos poderes;

II. As despesas de custeio serão definidas com base nas projeções das respectivas receitas financiadoras, de acordo com a sua destinação;

III. As despesas de capital não poderão ser menores que a receita de capital prevista.

Parágrafo único. Observando-se que a receita não comportará a despesa pelo seu crescimento normal, a fixação das despesas dar-se-á levando em consideração medidas de contingenciamento e de redução de despesas fixas ou variáveis, com vistas à manutenção do equilíbrio financeiro.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES PARA O LIMITE DE DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 20. Na elaboração do orçamento do Poder Legislativo Municipal será observado o limite de 8 % (oito por cento) relativo ao somatório da receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizados no exercício de 2.011, incluídas todas as despesas de custeio administrativo e operacional, de investimentos, de pessoal ativo e encargos sociais.

Parágrafo único. Os recursos, acrescidos dos créditos suplementares e especiais, serão entregues em conformidade com o inciso XVIII do artigo 86 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para o exercício de 2.016.

Art. 22. Os saldos financeiros dos recursos colocados à disposição do Poder Legislativo Municipal, na forma do parágrafo único do artigo 20 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro do Município até o dia 31 de dezembro de 2.016, para efeito de encerramento do exercício financeiro.

SEÇÃO IV DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 23. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na forma e detalhamento descritos no Plano Plurianual e nesta Lei.

Parágrafo único. Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores as emendas que contrariem o disposto no § 2º do artigo 166 da Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, através das seguintes adotadas, individual

ou conjuntamente:

- I. eliminação de despesas com serviços extraordinários;
- II. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV. redução e readequação de ações e de serviços públicos;
- V. suspensão de ações e serviços públicos;
- VI. redução de despesas de custeio; e
- VII. redução dos investimentos programados.

§ 1º - Ressalvam-se da limitação de que trata o caput do presente artigo, desde que a redução orçamentária acarrete o comprometimento da execução, as dotações relativas:

- I. a serviços essenciais na área de saúde e educação básica;
- II. ao pagamento de precatórios e despesas com inativos;
- III. a contrapartida de termos, ajustes e convênios já pactuados;
- IV. a ações implantadas por força de lei, termos de ajustamento de conduta e congêneres;

§ 2º. Para fins da verificação de que trata o presente artigo, considerar-se-ão as receitas de acordo com as respectivas fontes de origem e aplicação de recursos, aplicando-se a limitação de empenhamento nas respectivas dotações até a normalidade da arrecadação.

§ 3º. É facultado à Administração, observada a relevância da ação ou do serviço público, utilizar recursos de fontes ordinárias para financiar dotações oriundas de recursos vinculados.

§ 4º. Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior e verificado conjuntamente, que o não cumprimento da arrecadação das respectivas fontes poderá afetar o equilíbrio financeiro, aplicar-se-á a limitação conforme os incisos I a VI do presente artigo.

§ 5º. É facultada a aplicação da limitação de empenho para aquelas fontes de recursos, cuja execução da despesa esteja condicionada estritamente à arrecadação da respectiva receita ou cuja liberação dos recursos esteja vinculada à aprovação dos bens ou serviços adquiridos pelo órgão repassador.

Art. 25. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá no exercício de 2.016, a 25 % (vinte e cinco por cento) da RCL apurada no exercício de 2.015.

Art. 26. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles provenientes de intempéries e passivos contingentes, constantes em ANEXO V da LDO.

§ 1º Os riscos fiscais do Grupo II do Anexo V, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, mediante ato do chefe do Poder Executivo.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal, poderá por ato próprio, utilizar o excesso de arrecadação, o superávit financeiro do exercício de 2.015 ou encaminhar Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos e despesas de custeio, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 27. O orçamento do Município, para o exercício de 2.016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, destinadas atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, conforme estabelecido na forma do artigo 16 desta Lei.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 29. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal por fonte de recursos.

Art. 30. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2.016 com dotações vinculadas de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, serão executados e utilizados a qualquer título, quando devidamente firmado e processados, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais conforme exigência contida por artigos 8º, parágrafo único e 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000.

§ 2º Os recursos de convênios ou contratos de repasse firmados não previstos nos orçamentos da receita, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, independentemente da sua efetiva arrecadação.

§ 3º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 31. A transferência de recursos do Tesouro Municipal para pessoas físicas e entidades privadas, somente beneficiará a:

- I – Pessoas físicas incluídas nos programas sociais, de saúde, educação e demais programas definidos na Lei Orgânica Municipal e Leis específicas.
- II – Entidades privadas sem fins lucrativos de caráter educativo, assistencial (seguridade social), cultural, esportivo, de cooperação técnica e as voltadas para o associativismo e de classe.
- III – Para o fomento do desenvolvimento econômico e rural previsto no artigo 179 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 32. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, item I e II da Lei Complementar 101/2.000 deverá ser inserido no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa ou inexigibilidade, ressalvadas as ações já previstas no orçamento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda a três vezes o valor para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 33. As despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 34. Na execução orçamentária do exercício de 2.016 o Poder Executivo Municipal, poderá:

- I – Transpor dotações orçamentárias dentro da mesma categoria de programação.
- II – Suplementar dotação orçamentária, utilizando-se recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, os provenientes de excesso de arrecadação e os obtidos por operações de crédito autorizadas, observando as respectivas fontes de recursos.

III – abrir crédito suplementar com os recursos previstos no § 2º do artigo 30 da presente Lei.

IV – Suplementar dotação orçamentária, mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por Lei.

V – abrir crédito suplementar na hipótese do § 1º do artigo 26 da presente Lei.

§ 1º A transposição prevista no inciso I do presente artigo e as suplementações previstas nos incisos II, III e V poderão ser efetuadas mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O remanejamento, a transposição ou a transferência, a abertura de créditos suplementares ou especiais não previstos no parágrafo anterior será efetuado mediante lei específica.

§ 3º O Poder Executivo poderá, mediante lei específica, realizar o remanejamento, a transposição ou a transferência de recursos alocados nas fontes de recursos 0.1.0001 – Recursos MDE e 25% e 0.1.0002 – Recursos ASPS 15% para a fonte de recursos 0.1.0000 – Recursos Ordinários, desde que não acarrete o comprometimento do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em educação e saúde.

Art. 35. Durante a execução orçamentária o Executivo Municipal autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 36. Os programas priorizados por lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2.016 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (artigo 4º, I, “e” da LRF).

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2.016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 38. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 39. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2.016 não excederá os limites estabelecidos nas metas da Lei Orçamentária Anual - LOA.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40. As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel da Administração Pública Municipal;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos

de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 41. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

Art. 42. No exercício financeiro de 2.016, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 43. No exercício de 2.016, observado os dispostos no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e,

III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. A comprovação da existência de dotação prévia e suficiente para o atendimento da despesa previa prevista no inciso I do presente artigo ocorrerá no ato da contratação mediante processo da estimativa do impacto financeiro se essa for necessária ou através de documento específico que será anexo aos assentos pessoais do servidor admitido.

Art. 44. No exercício de 2.016, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no artigo 42, desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no “caput” deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 45. A divulgação de informações relativas aos quadros de pessoal dar-se-ão na forma estabelecida na regulamentação da Lei de Acesso à Informação.

Art. 46. O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 47. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da Administração Pública de Ipumirim, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais e ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34” – “Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização”.

Art. 48. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no "caput", podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 50. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

- I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e
- II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para a sanção do Prefeito Municipal, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção do Prefeito à lei orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

- I - de até 100 % (cem por cento) das dotações relativas aos novos projetos;
- II - de até 60 % (sessenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento;
- III - de até 25 % (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;
- IV - dos restantes 40 % (quarenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento; e
- V - dos restantes 75 % (setenta e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no § 2º, a troca das fontes de recursos condicionada constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida

ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 52. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de novembro de 2.015, a Proposta Orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2.015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2.016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2.015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e o destinado à obtenção de resultado primário.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 55. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 56. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou fundação para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 58. Comprovado interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 59. As projeções da receita e da despesa serão reavaliadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária de que trata o art. 53 e, se verificado que estas afetarão o equilíbrio das contas públicas, as metas fiscais previstas nos anexos da presente lei serão revistas sendo os respectivos anexos da LDO re-encaminhados juntamente com os anexos da LOA.

Art. 60. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 61. Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 19 de outubro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

LEI Nº 1766

LEI Nº 1766 de 23 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a implantação e organização do Conselho Escolar nas Escolas Públicas de Ipumirim-SC.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas Escolas Públicas Municipais de Ipumirim – SC.

Art. 2º O Conselho Escolar é um colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a democratização da escola pública e a melhoria da qualidade socialmente referenciada da educação nela ofertada.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de alunos, pais, mães ou responsáveis legais por alunos, trabalhadores em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade escolar.

§ 2º Por comunidade local entende-se pessoa que mora e ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta lei.

Art. 3º O Conselho Escolar constitui-se no órgão máximo da gestão escolar e exercerá as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, resguardadas os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho escolar será constituído pelo Diretor da Escola ou em caso desse cargo não estar nomeado o responsável pela Escola e representação paritária dos trabalhadores em educação docentes, trabalhadores em educação não docentes, pais/mães ou responsáveis legais pelos alunos, os estudantes e representante da Associação de Pais e Professores (APP), eleitos pelos seus pares, em assembleia do segmento que representam, na seguinte proporção:

- a) nas escolas até quatrocentos (400) alunos, no mínimo um (01) representante titular e um (01) suplente por segmento;
- b) nas escolas com mais de quatrocentos (400) alunos, no mínimo dois (02) representantes titulares e dois (02) suplentes por segmento.

§ 1º O Diretor ou Responsável da Escola tem assento nato no Conselho Escolar e não poderá exercer cargos de Presidente e Vice Presidente deste colegiado.

§ 2º A diretoria da APP elegerá, entre seus integrantes, um (01) representante para o Conselho Escolar, que não poderá exercer cargos de Presidente e Vice Presidente deste, tendo como objetivo a articulação entre os dois colegiados.

§ 3º As escolas poderão incluir no Conselho Escolar, um (01) representante da comunidade local que não poderá exercer cargos de Presidente e Vice Presidente deste colegiado.

§ 4º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% para o conjunto dos segmentos pais/mães ou responsáveis legais e alunos e 50% para o conjunto dos trabalhadores em educação.

II – No impedimento legal de membros do segmento alunos para compor a representação estabelecida neste parágrafo, o percentual

de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente, por representantes dos pais mães ou responsáveis legais.

II - Na insuficiência de representantes do segmento trabalhadores em educação não docentes, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado pelos trabalhadores em educação docentes.

§ 5º – O número total de integrantes do Conselho Escolar deverá ser, necessariamente, ímpar.

§ 6º – Cada representante terá um/a (01) suplente que assumirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular, com exceção do Diretor que seguirá legislação específica.

Art. 5º Podem candidatar-se ao Conselho Escolar:

- I – trabalhadores em educação docentes, do quadro permanente, designados e em efetivo exercício na unidade escolar;
- II - trabalhadores em educação não docentes, do quadro permanente, designados e em efetivo exercício na unidade escolar;
- III - pai, mãe ou responsáveis legais dos alunos regularmente matriculados e frequentes;
- IV – alunos com dez (10) anos ou mais regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º - Entende-se por responsável legal pelos alunos as pessoas que apresentarem documentação que comprove sua responsabilidade legal informada no ato da matrícula e/ou rematrícula na Escola Pública Municipal.

§ 2º - O integrante da comunidade escolar pertencente a segmentos diversos deverá optar pela participação, pelo voto e pela representação, se concorrer, de um único segmento.

§ 3º - Aos trabalhadores em educação atuantes na escola e que não integram o quadro permanente, está assegurado o direito ao voto e participação nas discussões.

Art. 6º – O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

- I - participar da elaboração do calendário escolar e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e a legislação vigente;
- II - participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar, incluindo nele as competências e funcionamento do Conselho Escolar;
- III - convocar assembleias gerais da comunidade escolar, juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos, quando houver a necessidade de discussão de algum assunto pertinente a sua competência;
- IV - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;
- V - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;
- VI - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática das comunidades escolar e local na definição do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, sugerindo modificações sempre que necessário;
- VII - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;
- VIII - participar de atividades de formação para os conselheiros escolares, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;
- IX - participar da elaboração e aprovar o plano de aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências, repasses, programas ou captados pela escola, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;

X - fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar;

XI - analisar e aprovar a prestação de contas da aplicação financeira da escola.

XII - divulgar periodicamente, de acordo com a prestação de contas, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

XIII - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares;

XIV - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto com a equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XV - mobilizar campanhas de esclarecimento sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras;

XVI - propor atividades culturais e/ou pedagógicas que favoreçam o enriquecimento curricular, o respeito ao saber do aluno e a valorização da cultura da comunidade local;

XVII - propor alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo considerando os conceitos dos tempos e dos espaços pedagógicos na escola;

XVIII - propor discussões junto aos segmentos sobre alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente.

XIX - aos segmentos trabalhadores em educação docentes e não docentes integrantes do CE cabem realizar, junto com a equipe diretiva, a avaliação para o desenvolvimento funcional dos seus pares, em conformidade com os critérios estabelecidos em norma específica.

Parágrafo Único: O Conselho Escolar poderá criar subcomissões que tratem de temas, discussões, proposição e encaminhamentos específicos.

Art. 7º – O mandato de cada Conselheiro será de dois (2) anos, com direito a uma recondução consecutiva.

Art. 8º – O processo de eleição do Conselho Escolar será coordenado por uma Comissão Eleitoral Escolar composta por um (01) representante titular e seu respectivo suplente de cada segmento da comunidade escolar.

§ 1º - Os membros da Comissão Eleitoral da Escola não podem ser candidatos.

§ 2º - As eleições do Conselho Escolar deverão ser realizadas em anos ímpares, iniciando no ano de 2015.

Art. 9º – O Conselho Escolar elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 4º.

Parágrafo único: em caso de vacância do Presidente, o Vice-Presidente assume por período pré-determinado até convocar-se nova eleição.

Art. 10º - O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III – mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV – renúncia;

V – falecimento;

VI - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

§ 1º. O suplente assume em caráter de substituição, no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º. Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.

Art. 11º – O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou atendendo solicitação de, no mínimo, um terço (1/3) de seus integrantes titulares.

Parágrafo Único. O quórum mínimo para funcionamento e deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 12º O exercício da função de membro do Conselho Escolar não será remunerada e é considerado de relevante interesse público.

Art. 13º – As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 14º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 15º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 23 de outubro de 2015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

LEI Nº 1767

LEI Nº 1767, de 23 de outubro de 2015

ALTERA ANEXOS DO PPA 2014-2017.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 4º da Lei 1726/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2014-2017, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os anexos Programas de Governo e Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual, constantes da Lei 1726/2013, que dispõe sobre o PPA 2014-2017, passam a vigorar na forma dos anexos da presente lei.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 23 de outubro de 2015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

LEI Nº 1768

LEI Nº 1768 de 23 de outubro de 2.015

Desafeta área pública de rua

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Desafeta área pública da Travessa Fioravante Massolini em 741,12m²(setecentos e quarenta e um metros quadrados e doze décimos quadrados), que será incorporada a área da matrícula nº 26.877de forma irregular, com as seguintes confrontações ao Norte - 7,80 m com a área do S.E.R. 07 de Setembro, em descontinuidade em linha quebrada contínua de 8,27 m com a área do S.E.R. 07 de Setembro e 3,48 m com parte da Travessa Fioravante Massolini; ao Oeste - 4,99 m com a área do S.E.R 07 de Setembro, em descontinuidade com 9,10 m com área da Prefeitura de Ipumirim onde está o Estádio Municipal- Campo de Futebol; ao Noroeste - em linha quebrada contínua de 25,85 m, 15,21 m e 1,48 m com parte da Travessa Fioravante Massolini; ao Nordeste - 9,76 m com Rua Assis Brasil, em descontinuidade 1,94 m com área da Prefeitura de Ipumirim; ao Sudeste - 50,05 m com área da Prefeitura de Ipumirim, onde está a Escola Claudino Locatelli; ao Sul - 0,62 m com área da Prefeitura de Ipumirim onde está o Ginásio antigo e em descontinuidade 24,92 m com área da Prefeitura de Ipumirim onde está o Ginásio Novo e ao Leste - 5,90 m com área da Prefeitura de Ipumirim onde está o Ginásio antigo.

Art. 2º Esta lei entrará vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, aos 23 de outubro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

LEI Nº 1769

LEI 1769 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a instituição dos meses outubro rosa e novembro azul, dedicado a ações educativas para prevenção relacionadas ao câncer de mama, colo de útero e ao câncer de próstata, no Município de Ipumirim - SC e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam instituídos o Dia Municipal do Outubro Rosa e o Dia Municipal do Novembro Azul, a serem realizadas campanhas e comemorações alusivas às datas, no primeiro sábado de cada um dos meses.

Parágrafo único. As datas especificadas no caput do artigo ficam incluídas no Calendário oficial de Eventos do Município.

Art. 2º. Ficam instituídos como símbolos do mês a que se refere o caput do artigo 1º desta lei, um laço na cor rosa e na cor azul, respectivamente.

Art.3º. ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, nos meses de outubro e novembro, a realização de atividades e ações com objetivo de atuar na prevenção da educação de mulheres e homens acerca das principais doenças que são comuns aos públicos, através da realização de exames e consultas, palestras, simpósios, distribuição de cartilhas, folhetos, informativos e outros.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ipumirim aos 25 dias do mês de outubro de 2015

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 1/2015, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015/CMV

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 1/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO – contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim – SC, Vereador Osmar José Simon, nos uso de suas atribuições e de acordo com os dispositivos legais contidos na Lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores, a vista do Parecer conclusivo exarado pela Comissão Especial de Licitação HOMOLOGA O Processo de Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 001/2015, tipo menor preço global e determina a ADJUDICAÇÃO dos objetos licitados pelos licitantes:

Item I – Locação de - Sistemas:

- a) Sistema de Contabilidade Pública;
- b) Sistema de Controle do Processo Legislativo;
- c) Folha de Pagamento;
- d) Portal da transparência.

Empresa Vencedora - Betha Sistemas Ltda.

Em face da cotação da proposta mais vantajosa para a Câmara de Vereadores.

Ipumirim – SC, 21 de outubro de 2015

Osmar José Simon

Presidente

Registra-se e publica-se

Em 21 de outubro de 2015

Edson Luiz Bogoni

Agente Legislativo

Itá

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 107 E ADITIVOS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 107/2015, PL 053/2015

PARTES: Município de Itá e Centro Oeste Comércio e Instalação de Materiais Elétricos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 035/2015

OBJETO: aquisição, de reator lâmpada 250 watts

VALOR REGISTRADO: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 22/10/2015 Término: 21/10/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

6º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 069/2014

PARTES: Município de Itá e Auto posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel

VALOR REAJUSTADO: R\$ 2,795 (dois reais e setenta e nove centavos e cinco milésimos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 19/10/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

6º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 069/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor da Gasolina comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,67 (três reais e cinquenta e nove centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 21/10/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 106 A 110

Aditivo Nº : 1AD 103/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada...: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ

Valor : 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais)

Vigência : Início: 19/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (70), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (111)

Objeto : Aditivo devido equívoco e não homologação do item 23, da produtora Micheli Lorscheiter, com a quantia de 150 Kg.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 107/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 126.284,00 (cento e vinte e seis mil duzentos e oitenta e quatro reais)

Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (274) Saldo: 21.030,00

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 108/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada...: ROBERTO MISTURA ME

Valor : 5.321,50 (cinco mil trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015

Recursos : Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (277) Saldo: 31.000,00

Objeto : Aquisição de 450 metros de tecido cetim, 320 metros de tecido viscose e 320 metros de tecido tule, para o projeto CULTURA SOMOS NÓS desenvolvidos nas oficinas culturais do município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 109/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada...: ESTER BENIN FOSCHIERA

Valor : 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015

Recursos : Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (277) Saldo: 31.000,00

Objeto : O presente contrato tem como objeto a contratação de 450 horas de mão de obra para costura de figurinos, para o projeto CULTURA SOMOS NÓS desenvolvidos nas oficinas culturais do município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 110/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada...: MALHARIA CECI LTDA.

Valor : 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015

Recursos : Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (277) Saldo: 31.000,00

Objeto : O presente contrato tem como objeto a aquisição de 300 metros de tecido oxford, para o projeto CULTURA SOMOS NÓS desenvolvidos nas oficinas culturais do município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 007/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Projeto Aquisição de agasalhos e camisetas para os idosos que participam em eventos esportivos representando o Município de Itá – SC.

Valor aprovado: R\$ 20.554,50 (vinte mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Data de aprovação: 09/09/2015

Número da ata: 018/2015

Itá – SC, 23 de outubro de 2015.

Altair Schwingel

Tania Maria Valmorbida

Presidente do Conselho Municipal

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 006/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Projeto Atividades orientadas em academia para a população idosa do Município de Itá – SC.

Valor aprovado: R\$ 110.500,00 (cento e dez mil e quinhentos reais).

Data de aprovação: 09/09/2015

Número da ata: 018/2015

Itá – SC, 23 de outubro de 2015.

Altair Schwingel

Tania Maria Valmorbida

Presidente do Conselho Municipal

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 005/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Atividades orientadas em academia para idosos pertencentes ao grupo de risco (obesidade) no Município de Itá – SC.

Valor aprovado: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

Data de aprovação: 05/08/2015

Número da ata: 017/2015

Itá – SC, 23 de outubro de 2015.

Altair Schwingel

Tania Maria Valmorbida

Presidente do Conselho Municipal

Gestora do Fundo Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TP N° 6/2015

Processo Licitatório nº 57/2015. Tomada de Preços nº 6/2015. OBJETO: reforma do CEI Semeando o Saber, com fornecimento de mão de obra e materiais. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 13 de novembro de 2015, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 13 de novembro de 2015, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 22 de outubro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 202/2015

Portaria nº 202 de 23 de outubro de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Elton Luis Locatelli matrícula nº 14645/01, a partir de 23/10/2015, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 23 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a) ISABELA RAICK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 49/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NA ELETROTHERAPIA DA ESPECIALIDADE FISIOTERAPIA, NO CENTRO DE REABILITAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
MED MART COM DE EQUIP MÉDICOS LTDA	NÃO CREDENCIADA
M.H.M DO COUTO COMERCIAL ME	JOSE ALVES DE OLIVEIRA
GDC DA SILVA COSTA - EIRELI EPP	GUILHERME DELMONICO CESTARI DA SILVA COSTA

Nesta faz, analisados os documentos verificou-se que a empresa MED MART COM DE EQUIP MÉDICOS LTDA apresentou a procuração do representante presente (item 5, alínea "b1" do edital) sem firma reconhecida e apresentou o contrato social apenas por cópia simples, deixou de juntar as certidões exigidas nos itens 5.1.2 e 5.1.3, e, portanto a respectiva empresa foi considerada NÃO CREDENCIADA para a participação do certame. As documentação de credenciamento apresentada pelas demais empresas foi achada conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes credenciadas para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa vencedora demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando

vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens	Valor Total
GDC DA SILVA COSTA - EIRELI EPP	1 e 2	R\$ 13.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 23 de outubro de 2015.

ISABELA RAICK DUTRA POHL Pregoeira	
MARIZA APARECIDA FILLA Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro
GDC DA SILVA COSTA - EIRELI EPP GUILHERME DELMONICO CESTARI DA SILVA COSTA	M.H.M DO COUTO COMERCIAL ME JOSE ALVES DE OLIVEIRA
MED MART COM DE EQUIP MÉDICOS LTDA LORI DE PAULA	
Presente Na Sessão: Simoni Dias Fernandes De Souza CNPJ Nº 422.031.559-49 Coordenadora Do Centro De Reabilitação/Nasf	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2577/2015 FICA EXONERADA CHEFIA DA DIVISÃO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2577/2015

Data: 23 de outubro de 2015.

FICA EXONERADA CHEFIA DA DIVISÃO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, no cargo de Chefe da Divisão de Controle, Avaliação e Administração, da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2578/2015 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E MANUTENÇÃO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL NO 2578/2015

Data: 23 de Outubro de 2015.

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E MANUTENÇÃO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. MARISTELA FRANZ PERRY FONTANA, no cargo de Chefe da Divisão de Planejamento e Manutenção, da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de Outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2579/2015 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2579/2015

Data: 23 de outubro de 2015.

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. ROSILDA APARECIDA BOLDORI, no cargo de Chefe da Divisão de Administração e Controle da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2580/2015 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO PEDAGÓGICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL NO2580/2015

Data: 23 de outubro de 2015.

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO PEDAGÓGICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. VANILDA DE SOUZA, no cargo de Chefe da Divisão Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2581/2015 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL NO 2581/2015

Data: 23 de outubro de 2015.

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. LIZ MARY HENK, no cargo de Chefe da Divisão Pedagógica de Educação Infantil, da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2582/2015 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO PEDAGÓGICA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL NO 2582/2015

Data: 23 de outubro de 2015.

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO PEDAGÓGICA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. CENITA SCHIZZI DANI, no cargo de Chefe da Divisão Pedagógica dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 60/2015

TERMO ADITIVO Nº 60/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2015. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF nº: 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA - ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.263.284/0001-09 e Inscrição Estadual: Isenta, representada neste ato por proprietário, o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da ampliação da EMEF Frei Valentim, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 18/2014 – PROCESSO Nº 165/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 03/2015, em 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do dia 26/10/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 03/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 03/2015, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 23 de outubro de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA - ME OSMAR MEYER RIBEIRO
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

ALTERAÇÕES DE FISCAIS

ALTERAÇÃO DE FISCAIS

Considerando o teor do memorando nº 315/2015 de 20/10/2015 ficam designados como fiscais de contratos/atas de registro de preço os servidores abaixo relacionados:

A) Ata registro de preços 15/2015/PMJ - PL 46/015/PMJ - PP 31/2015/PMJ - Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de carrinhos de bebê, berços, colchões, colchonetes e cobertores, destinados à manutenção das escolas da rede municipal. FISCAL: DAIANE ANTUNES DE OLIVEIRA.

B) Edital PP 47/2015/PMJ – PL 75/2015/PMJ - Aquisição de tubos de PVC e placas de concreto destinadas à obra de readequação do sistema de esgotamento sanitário da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht. FISCAL: MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT.

C) Ata de Registro de Preços nº 19/2015/PMJ, proveniente do PL 60/2015/PMJ – PP 40/2015/PMJ - Registro de Preços visando eventuais aquisições futuras de brinquedos pedagógicos, destinados aos Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino. FISCAL: DAIANE ANTUNES DE OLIVEIRA.

D) Ata de Registro de Preços nº 17/2015/PMJ, proveniente do PL 47/2015/PMJ – PP 32/2015/PMJ - Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes. FISCAL: ADELAIDE NETA MENDES.

E) Ata de Registro de Preços nº 16/2015/PMJ, proveniente do PL 49/2015/PMJ – PP 33/2015/PMJ - Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de climatizadores, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes. FISCAL: ADELAIDE NETA MENDES.

F) Contrato 245/2015/PMJ, de 26/05/2015, proveniente do PL 48/2015/PMJ – TP 7/2015/PMJ - Prestação pela CONTRATADA de serviços, por hora/homem trabalhada, de manutenção elétrica, de fiação de telefonia e cabeamento de rede, visando à manutenção dos prédios públicos municipais. FISCAL: MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT.

G) Ata de Registro de Preços nº 13/2015/PMJ, proveniente do PL 38/2015/PMJ – PP 26/2015/PMJ - Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba, SC. FISCAL: MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT.

H) Ata de Registro de Preços nº 12/2015/PMJ, proveniente do PL 31/2015/PMJ – PP 21/2015/PMJ - Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais. FISCAL: MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT.

I) Contrato 117/2013/PMJ e aditivos, proveniente do PL 101/2013/PMJ – PP 61/2013/PMJ - Prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades escolares da rede municipal, incluindo-se o PRONATEC (educação de jovens e adultos), no Município de Joaçaba. FISCAL: CHEILA SACHETTI.

Joaçaba, 23 de outubro de 2015.

MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT

Secretária Municipal de Educação

AVISO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Informação Processo Administrativo Disciplinar e oitiva:

Haja vista a instauração do Processo Administrativo Disciplinar através da Portaria nº 4.603 de 20 de agosto de 2015, informamos que é direito da Sra. Vanuza Luiza da Silva, segundo o estatuto do servidor público, estar ciente de todos os documentos e atos do referido processo, a fim de garantir seu direito de ampla defesa e contraditório. Informamos que no dia 28 de outubro do corrente a Comissão designada ouvirá o depoimento da Sra. Paula Geovana Kleber, às oito horas e trinta minutos, na sala da Secretaria de Gestão Administrativa.

DECRETO Nº 4.847 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

DECRETO Nº 4.847 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 1.559.309,52 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e nove reais e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO**UNIDADE 01: Assessoria Do Gabinete do Prefeito**

Proj./Atividade: 1.076 Aquisição de Veículos p/ Ação de Assistência Social

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 5

Valor: R\$ 1.600,00

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.00000000- 236

Valor: R\$ 2.000,00

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj./Atividade: 2.021 Manutenção da Gerencia de comunicação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 10

Valor: R\$ 50.000,00

UNIDADE 11: Coordenação Serviços Públicos

Proj./Atividade: 2.004 Conservação de Bens de Uso Comum do Povo

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000-41

Valor: R\$ 200.000,00

ÓRGÃO 02: GABINETE DO VICE PREFEITO**UNIDADE 01: Assessoria Do Gabinete do Vice Prefeito**

Proj./Atividade: 2.027 Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 49

Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUN. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade: 2.028 Manutenção da Sec.Munic. de Gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.00000000-269

Valor: R\$ 37.879,65

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000-52

Valor: R\$ 137.032,58



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade: 2.029 Manutenção da Sec.Munic. de Gestão Financeira

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-61

Valor: R\$ 60.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-62

Valor: R\$ 26.000,00

Proj./Atividade: 2.030 Encargos gerais do Município

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-56

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000-86

Valor: R\$ 283.111,12

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000-89

Valor: R\$ 153.562,84

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000-98

Valor: R\$ 399.000,08

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000-102

Valor: R\$ 71.243,60

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-250

Valor: R\$ 90.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-142

Valor: R\$ 10.879,65

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj./Atividade: 1.074 Implantação Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000- 12

Valor: R\$ 1.600,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01:Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.063 Construção de Parque p/Lazer e Esportes

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-135

Valor: R\$ 635.095,89

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-228

Valor: R\$ 16.879,65

Proj./Atividade: 1.077 Construção do Ginásio de esportes no bairro Santa Tereza

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-154

Valor: R\$ 772.607,48

Proj./Atividade: 2.036 Manutenção do Trânsito-Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-113

Valor: R\$ 90.126,50

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-265

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-115

Valor: R\$ 20.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-256

Valor: R\$ 13.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.843 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.843 de 23 de OUTUBRO de 2015.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros, nomeado pelo Decreto nº 4.557/2014, para compor o MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, passando a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: CHEILA SACHETTI

SUPLENTE: SÔNIA ZABOT

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.844 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.844 de 23 de OUTUBRO de 2015.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros, nomeado pelo Decreto nº 4.468/2013, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, passando a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: SÔNIA ZABOT

SUPLENTE: FERNANDA LUNARDI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.845 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.845 de 23 de OUTUBRO de 2015.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros, nomeado pelo Decreto nº 4.379/2013, para compor o MUNICIPAL DOS DIREITOS DE EDUCAÇÃO, passando a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: CHEILA SACHETTI

SUPLENTE: ANA PAULA PEREIRA

TITULAR: DAIANE ANTUNES DE OLIVEIRA

SUPLENTE: RAFAEL MARTINI VEIGA

REPRESENTANTES DA REDE MUNICIIPAL DE ENSINO

TITULAR: DANIELA DALLA LASTA

SUPLENTE: GEORGETE SEBASTIÃO

TITULAR: ELIANE ALVES

SUPLENTE: ELIANE BUTTNER

TITULAR: JANDIRA COSTENARO

SUPLENTE: NÍVIA BARRETO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.846 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.846 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 380.278,92 (sessenta e seis mil cento e sessenta e seis reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(6)Proj./Atividade: 1.015 – BLINV – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(63)Proj./Atividade: 1.015 – BLINV – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038

Valor: R\$ 4.300,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(21)Proj./Atividade: 2.125 – BLAFB: – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COMPONENTE BÁSICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 26.800,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(24)Proj./Atividade: 2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – COMPONENTE MEDIC DISPENSAÇÃO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(30)Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 114.178,92

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.011 – BLINV: – AQUISIÇÃO VEICULOS - FMS
(1) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.014 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS
(3) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 61.774,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.014 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS
(4) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038
Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.065 – BLINV: – REFORMAS/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF - FMS
(8) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 4.204,92

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
(16) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(28) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038
Valor: R\$ 4.300,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública de apresentação da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2016, que acontecerá no dia 29 de outubro de 2015, às 10:30 horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Joaçaba (antiga Câmara de Vereadores), à Avenida XV de Novembro, nº 378.

Joaçaba, 23 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito Em Exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 09/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

09/2015

Diante da tentativa infrutífera de notificação via correios e pessoalmente do lançamento tributário, cientificamos pelo presente edital de notificação os contribuintes a seguir relacionados, de que foi realizado o lançamento complementar da Taxa de Coleta de Lixo, em virtude de cobrança de valores inferiores, referente ao número de passadas cadastradas da Coleta de Lixo, exercício 2015.

Contribuinte	Valor	Imóvel
Adelton e Alana Estrovisky	R\$ 91,24	6386
Adelton e Alana Estrovisky	R\$ 71,02	6387
Beno Usinger	R\$ 22,08	4798
Cristiano Elias	R\$ 11,11	11246
Emerson Vieira	R\$ 212,00	6329
Eunice Catia Bottega	R\$ 40,48	7597
Guilherme Sacchi e Rafael Sacchi	R\$ 82,40	4653
Marcos Henrique Bueno	R\$ 90,13	4584
Marildo Proner	R\$ 94,14	9392
Noemia Baller e Beno Usinger	R\$ 22,08	4797
Osmar Lopes de Mattos	R\$ 88,58	4397

Matéria tributável: Art.19 e 108 da Lei Complementar 31/97.
Lei Complementar nº 225 de 23/11/2012.

Os débitos não quitados no exercício corrente, serão transferidos para dívida ativa no primeiro dia útil de 2016.

Joaçaba/SC, 21 de outubro de 2015.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico Rosângela Pelicioli
Secretária de Gestão Financeira Assistente Arrecadação

EXTRATO CONTRATO 264/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 264/2015/PMJ

Proveniente do PL 82/2015/PMJ – TP 17/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI – CNPJ 22.798.043/0001-05.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de melhoria e complementação da pista de BMX, localizada no Clube 10 de Maio, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 182.781,90 (cento e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa centavos), sendo:

Ø R\$ 156.217,80 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos), referentes aos materiais.

Ø R\$ 26.564,10 (vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), referentes aos serviços.

VIGÊNCIA: até o dia 20 de novembro de 2015, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 – MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas FISCAL

CONTRATO: SILVIO FIEDLER/RONY EDSON LENZ.

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARCOS WEISS
Prefeito em Exercício

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 17/2015/PMJ - PL 82/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2015/PMJ
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2015/PMJ

O Prefeito em Exercício, MARCOS WEISS, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 82/2015/PMJ.

- Modalidade: TP 17/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de melhoria e complementação da pista de BMX, localizada no Clube 10 de Maio, neste Município.

-Empresa Vencedora:

ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI – CNPJ 22.798.043/0001-05.

Valor Total Contratado: R\$ 182.781,90 (cento e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa centavos), sendo:

Ø R\$ 156.217,80 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos), referentes aos materiais.

Ø R\$ 26.564,10 (vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), referentes aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS – Prefeito em Exercício

EXTRATO TP 20/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2015/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 20/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de reforma preventiva e corretiva da pista de atletismo, pista de cross country e quadras poliesportivas, no Complexo Esportivo e Centro de Eventos da UNOESC, Campus II, em Joaçaba-SC, destinadas às adequações para os 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 11/11/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 11/11/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 23 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

EXTRATO PL 90/2015/PMJ - PP 54/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a execução dos serviços, incluindo a locação de equipamentos, aparelhos e materiais, bem como, a disponibilização de recepcionistas e cerimonialistas, destinados à ornamentação e decoração dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 10/11/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/11/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 317 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

LEI COMPLEMENTAR Nº 317 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

**“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA
LEI COMPLEMENTAR Nº 31/97 -
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. A seção I, do Capítulo VI – TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA, da Lei Complementar nº 31/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

**SEÇÃO I - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
DE FUNCIONAMENTO**

**SUBSEÇÃO I
INCIDÊNCIA**

Art. 132 A - A Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento é devida em decorrência da atividade da administração pública que, no exercício regular do poder de polícia no Município, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público concernente ao funcionamento e a localização.

Art. 132 B. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuário e demais atividades, independentemente de seus objetivos, de sua finalidade e de sua natureza, poderá localizar-se no Município sem prévio exame e fiscalização concernentes à segurança, à higiene, ao meio ambiente, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes da concessão ou permissão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade, aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

Art. 132 C - Nenhuma pessoa física ou jurídica que exerça qualquer das atividades mencionadas no artigo anterior, sejam elas permanentes ou temporárias, poderá iniciar suas atividades no Município, sem prévia licença e respectivo alvará municipal de localização e funcionamento.

Parágrafo Único. O início de atividade sem a licença e alvará previstos no caput deste artigo, não obsta a cobrança da presente taxa e as penalidades dela decorrentes e previstas na legislação municipal.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

Art. 133. A licença terá validade somente para o exercício em que a mesma foi concedida e sua renovação será feita, anualmente, de forma automática.

§ 1º No caso de alteração de endereço será cobrada nova taxa de localização e fiscalização de funcionamento.

§ 2º As demais alterações cadastrais ficam dispensadas do recolhimento da taxa.

Art. 133 A - As licenças de localização e funcionamento concedidas pelo Município poderão ser suspensas:

I - pela ação ou omissão do contribuinte, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, às normas de localização e funcionamento, à disciplina das construções e do desenvolvimento urbanístico, à estética da cidade, à tranquilidade pública ou o respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

II - pela falta de pagamento do tributo devido;

III - pela recusa em fornecer ao fisco os esclarecimentos por ele solicitados;

IV - pela prática de ato, estado de fato, ou situação de direito que configure infração à legislação municipal em geral.

Art. 134. A licença deverá estar afixada em local visível ao público e disponível quando requisitada pelo fisco municipal.

**SUBSEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO**

Art. 135. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito a fiscalização.

**SUBSEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA**

Art. 136. A Taxa, calculada de acordo com o custo anual e total dos serviços de polícia administrativa, será de 1,5 (uma e meia) UR's.

Parágrafo Único. Para os contribuintes autônomos, a taxa cobrada será de 1 (uma) U.R.

**SUBSEÇÃO IV
LANÇAMENTO**

Art. 137. A Taxa será lançada, anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Municipal de Contribuintes.

Parágrafo único. A Taxa será cobrada proporcionalmente ao número de meses a partir do início da atividade.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

Art. 138. O contribuinte é obrigado a comunicar ao Município dentro de 30 (trinta) dias, a baixa do cadastro após o encerramento das atividades ou transferência para outro Município, bem como qualquer alteração que vier a ocorrer.

**SUBSEÇÃO V
ARRECADAÇÃO**

Art. 139 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

**SUBSEÇÃO VI
PENALIDADES**

Art. 140. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

- I - Cancelamento da licença e fechamento do estabelecimento, quando deixarem de existir quaisquer das condições exigidas para a sua concessão;**
- II - Multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa do exercício de qualquer atividade prevista neste Capítulo e fechamento do estabelecimento, quando exercer atividade sem a respectiva licença;**
- III – Multa no valor de 01 (uma) U.R., por descumprimento do disposto no art. 134 desta Lei Complementar;**
- IV – Multa no valor de 1 (uma) U.R., por descumprimento do disposto no art. 138, desta Lei Complementar.**

**SUBSEÇÃO VII
ISENÇÕES**

Art. 141. Desde que cumpridas as exigências da legislação e enquanto perdurarem as condições que originaram a isenção no âmbito desta seção, ficam isentas de taxa de localização, fiscalização e funcionamento, as atividades de:

- I - engraxates autônomos;**
- II - empregados domésticos e faxineiras;**
- III - cambista autônomo e ambulante, portador de deficiência que o impossibilite de exercer outra atividade;**
- IV - lavadeiras;**
- V - chapas;**
- VI - garçom;**
- VII – artesão;**
- VIII – serviços de bar ou botequim explorados em finais de semana e dias festivos pelos membros das capelas em seus pavilhões do interior e bairros do Município.**

Art. 142. Ficam também isentas de taxa prevista no artigo 132 desta Lei Complementar:

- I - associações de classes, os sindicatos e respectivas Federações e Confederações e demais entidades sem fins lucrativos e/ou de finalidade beneficente, que não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação do resultado;**



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

II - por cinco anos a contar da data da sua efetiva localização no Distrito Industrial de Joaçaba, às empresas de qualquer atividade inerente à indústria, comércio e prestação de serviços.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo II - TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO da Lei Complementar nº 31/97, que passará a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

1 - DIVERSÕES PÚBLICAS

ATIVIDADES	LOCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO
6.1 - Bailes e festas	80% sobre a U.R
6.2 - Cinemas e teatros	90% sobre a U.R
6.3 - Exposições, feiras de amostra e quermesses.	50% sobre a U.R por dia
6.4 - Circos e parques de diversões	10% da U.R. por dia
6.5 - Competições esportivas com cobranças de ingressos	100% da U.R. por espetáculo
6.6 - Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídas nos itens anteriores	100% da U.R. por espetáculo

Art. 3º. Fica alterado o Anexo III - TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL da Lei Complementar nº 31/97, que passará a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

1 - PARA PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO ALÍQUOTA (%) s/a U.R.

a) Por dia	20% da U.R.
-----	-----
b) Por mês	50% da U.R.
-----	-----
c) Por ano	80% da U.R.
-----	-----

2 - PARA ANTECIPAÇÃO DE HORÁRIO

a) Por dia	20% da U.R.
-----	-----
b) Por mês	50% da U.R.
-----	-----
c) Por ano	80% da U.R.
-----	-----

Art. 4º. Fica alterado o Anexo VII - TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE E OCUPAÇÃO DE ÁREA EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, da Lei Complementar nº 31/97, que passará a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE E OCUPAÇÃO DE ÁREA EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

		TLL
=====		
1.0 - COMÉRCIO AMBULANTE FIXO		
-----	+	-----
Por ano		02 U.R.
-----	+	-----
2.0 - COMÉRCIO AMBULANTE TRANSPORTADOR		40% U.R por dia
-----	+	-----
-----		-----
Por ano, nos casos do § 2º, do art. 160 desta	01 U.R.	01 U.R.
Lei Complementar		
-----	+	-----
3.0 - COMÉRCIO AMBULANTE EVENTUAL		
-----	+	-----
Por dia	0,5 U.R.	0,1 U.R.
-----		-----



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

Art. 5º Os demais dispositivos permanecem inalterados

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 23 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

LEI Nº 4.639 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.639 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 380.278,92 (Trezentos e oitenta mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(6)Proj./Atividade: 1.015 – BLINV – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(63)Proj./Atividade: 1.015 – BLINV – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038

Valor: R\$ 4.300,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(21)Proj./Atividade: 2.125 – BLAFB: – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COMPONENTE BÁSICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 26.800,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(24)Proj./Atividade: 2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – COMPONENTE MEDIC DISPENSAÇÃO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(30)Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 114.178,92

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.011 – BLINV: – AQUISIÇÃO VEICULOS - FMS
(1) Modalidade Aplicação:4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.014 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS
(3) Modalidade Aplicação:4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 61.774,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.014 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS
(4) Modalidade Aplicação:4.4.90.00.00.00.00.00.01.0038
Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.065 – BLINV: – REFORMAS/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF - FMS
(8) Modalidade Aplicação:4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 4.204,92

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
(16) Modalidade Aplicação:3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(28) Modalidade Aplicação:3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038
Valor: R\$ 4.300,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 23 de outubro de 2015
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

LEI Nº 4.640 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.640 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

“INSERE DISPOSITIVOS À Lei nº. 3007/2004 – CRIA CONSELHO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - CONDEMA, QUE ESPEFIFICA.”

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :
Art. 1º Fica inserido o inciso VII ao Art. 3º da Lei nº 3007/2004, passando vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

VII – promover o controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

LEI Nº 4.641 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

LEI Nº 4.641 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.**"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 1.559.309,52 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e nove reais e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO**UNIDADE 01: Assessoria Do Gabinete do Prefeito**

Proj./Atividade: 1.076 Aquisição de Veículos p/ Ação de Assistência Social

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 5

Valor: R\$ 1.600,00

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.00000000- 236

Valor: R\$ 2.000,00

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj./Atividade: 2.021 Manutenção da Gerencia de comunicação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 10

Valor: R\$ 50.000,00

UNIDADE 11: Coordenação Serviços Públicos

Proj./Atividade: 2.004 Conservação de Bens de Uso Comum do Povo

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000-41

Valor: R\$ 200.000,00

ÓRGÃO 02: GABINETE DO VICE PREFEITO**UNIDADE 01: Assessoria Do Gabinete do Vice Prefeito**

Proj./Atividade: 2.027 Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 49

Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUN. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade: 2.028 Manutenção da Sec.Munic. de Gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.00000000-269

Valor: R\$ 37.879,65

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000000-52

Valor: R\$ 137.032,58



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade: 2.029 Manutenção da Sec.Munic. de Gestão Financeira

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-61

Valor: R\$ 60.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-62

Valor: R\$ 26.000,00

Proj./Atividade: 2.030 Encargos gerais do Município

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-56

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-86

Valor: R\$ 283.111,12

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-89

Valor: R\$ 153.562,84

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-98

Valor: R\$ 399.000,08

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-102

Valor: R\$ 71.243,60

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-250

Valor: R\$ 90.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-142

Valor: R\$ 10.879,65

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj./Atividade: 1.074 Implantação Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- 12

Valor: R\$ 1.600,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01:Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.063 Construção de Parque p/Lazer e Esportes

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-135

Valor: R\$ 635.095,89

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-228

Valor: R\$ 16.879,65

Proj./Atividade: 1.077 Construção do Ginásio de esportes no bairro Santa Tereza

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-154

Valor: R\$ 772.607,48

Proj./Atividade: 2.036 Manutenção do Trânsito-Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-113

Valor: R\$ 90.126,50

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-265

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-115

Valor: R\$ 20.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-256

Valor: R\$ 13.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PORTARIA N.º 4773

PORTARIA Nº 4.773 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LEONARDO ANTONELLO, Professor Nível III (Mestrado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 22 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4774

PORTARIA Nº 4.774 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

Art. 1º - NOMEAR os servidores LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA e RAFAEL MARTINI VEIGA, Técnicos de Administração, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para compor a equipe de acompanhamento do Convênio n.º 01/2015 entre o Município de Joaçaba e a Creche Irmã Sheila, em substituição as servidoras Danusa de Britto Oliveira e Eliane Ferronato.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4775

PORTARIA Nº 4.775 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o (a) Sr.(a) NELCI IVONETE PALHANO DAVE, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial pelo pedido de exoneração da Sra. Ana Paula da Silva, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura da convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 167/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 167/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ n.º 82.381.815/0001-22, com sede a Rua João Bottega, 3500 – CIC – Curitiba/PR - CEP: 81.350-000.

Contrato decorrente do Processo Licitatório 53/2015, Correlato a Tomada de Preço 08/2015, aberto em 31/03/2015 Homologado em 14/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Emulsão Asfáltica Catiônica RR-2C, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

Conforme solicitação da empresa, com anuência da Secretaria da Fazenda ofício nº 266/2015 e com parecer jurídico PROGEM nº 1546 favorável, ADITA-SE o percentual de 11,11%, passando assim o valor unitário de R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos) para R\$ 1,97 (um real e noventa e sete centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 23 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 182/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 182/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CBB INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ n.º 82.381.815/0001-22, com sede a Rua João Bottega 3500 – Bairro CIC, CEP 81350-000 – Curitiba/PR.

Processo Licitatório nº 52/2015, correlato à Tomada de Preços nº 07/2015, do tipo Menor Preço Por Item, aberta em 23/03/2015 e homologada em 17/04/2015 consoante as cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Asfalto de Petróleo Diluído CM 30, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

Conforme solicitação da empresa, com anuência da Secretaria da Fazenda ofício nº 267/2015, com parecer jurídico PROGEM nº 1548/2015, favorável, ADITA-SE o percentual de 11,11% passando assim o valor unitário de R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos) para R\$ 3,53 (três reais e cinquenta e três centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 23 de outubro de 2015

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 71/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 71/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: OAL SERRALHERIA - ME, inscrita no CNPJ: 04.009.090/0001-32 com sede a Rua Farias Brito, 37, Fundos – Várzea - CEP 88.526-360 – Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 48/2015, correlato ao Pregão Presencial 29/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição e Instalação de Vidros para Guarita de entrada da SEMASA, conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente.

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s) incluindo o descarregamento e a instalação em até 05 (cinco) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.530,65 (cinco mil quinhentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos).

Lages, 23 de Outubro de 2015

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2015

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRO 001/2015

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, representado neste ato pelo prefeito o Sr. ANTÔNIO ARCANJO DUARTE, e de outro lado a F.G. FRIGORÍFICO E TRANSPORTES EIRELI – ME – FRIGOFOX CARNES, com sede a Rodovia BR 282 Km 227,3, s/n, nesta cidade de Lages, SC, inscrito no CNPJ sob nº 18.297.260/0001-36, representado neste ato pela Sra. ERANI MARIA GUBAUA, residente a Rua Emiliano Ramos, 632, nesta cidade de Lages, SC, CPF nº 624.453.169-87 e C.I. nº 104.7903 – SSI – PR, acordam firmar o presente Termo obedecendo as condições que integram este instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem por objeto a conjugação de esforços entre o Poder Público Municipal, sob a orientação do Ministério Público mediante Termo de Ajustamento de Conduta e empresa habilitada no ramo de abate, especificamente o FRIGOFOX CARNES, visando o controle de abate clandestino de animais, uma vez que o Município de Lages não dispõe de abatedouro municipal.

O Termo de Cooperação visa também o compromisso perante o Poder Público Municipal, de realizar e garantir o transporte aos pequenos produtores, dos animais para abate, que será realizado pelo próprio frigorífico, cujos animais serão recebidos dos produtores in loco, pelo frigorífico, isentando-os de risco, mediante os respectivos comprovantes fiscais.

VALOR: R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil), que será pago em 24 parcelas.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Cooperação, será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de 01 de janeiro de 2015 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2016.

Lages, 23 de outubro de 2015.

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.512/15

DECRETO Nº 4.512 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONSTITUI O NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, de conformidade com o art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e, com base na Lei 1.213/07 e, suas alterações posteriores e,

Considerando a eleição realizada no dia 17 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º O novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, fica constituído na forma abaixo:

I – DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:

Titular: Marilete Machado Martins
Suplente: Humberto José da Silva

Titular: Elson Rebelo Limas
Suplente: Seloé Pacheco

II - UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Ingrid dos Santos
Suplente: Fabrícia Vieira da Rosa Ouriques

III – UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Bernadete Cornélio Fernandes
Suplente: Soraia Aparecida da Rosa Vargas Cardoso

IV - UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Eliete Valério Oriano Martins
Suplente: Luciana Machado Luciano

V - DOIS REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Lucilene Gonçalves Pavanate
Suplente: Ana Paula Sabino Araújo

Titular: Sheena Souza Ribeiro
Suplente: Taís Araújo Vieira

VI – DOIS REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Roseli Zeferino Patrício
Suplente: Murillo Ruthenford da Silva Moura

Titular: Rosana Zeferino Tavares
Suplente: Lucas Rafael

VII - UM REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Cristiane Guedes Paulino
Suplente: Ivonete Caetano

VIII - UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Daniele Nunes Fernandes Vicente
Suplente: Gabriel Ferreira Costa

Art. 2º A Presidência, a Vice-Presidência, a 1ª e 2ª Secretarias do Conselho ora constituído serão exercidas respectivamente, pelos seguintes membros: Cristina Guedes Paulino, Ingrid dos Santos, Marilete Machado Martins e Luciana Machado Luciano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.508/15.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.513/15

DECRETO Nº 4.513 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

“DELEGA COMPETÊNCIA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a conveniência na delegação de poderes e ou de competência a seus auxiliares;

Considerando que a competência é o ato complexo de atribuições e acuidades, que a Lei outorga aos agentes ou órgãos da Pessoa Jurídica de Direito Público para a prática de determinados atos da administração; e

Considerando a alteração na Presidência da Fundação Lagunense de Cultura e, a Portaria nº 1.336/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, Sr. Norton de Araújo Mattos, CPF 074.575.099-09, a competência para assinar juntamente com o Contador, Sr. Fabrício Ferreira Rego Leite, os cheques da referida Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.514/15

DECRETO Nº 4.514 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

"REVOGA O INCISO II DO ART. 1º DO DECRETO Nº 4.511/15".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso II do art. 1º do Decreto nº 4.511, de 19 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.515/15

DECRETO Nº 4.515 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

"ALTERA A FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS OBRAS DO PAC CIDADES HISTÓRICAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação das Obras do PAC Cidades Históricas, constituída por meio do Decreto nº 4.341, de 27 de abril de 2015, passa a vigorar na forma que segue:

I - Grazielle Sitônio Duarte - Coordenadora e Arquiteta do PAC - CH;
II - Mayckon Francisco - Secretário do PAC - CH;
III - Claudione Medeiros - Arquiteta do PAC - CH;
IV - Gilberto dos Passos Aguiar - Engenheiro Civil do PAC - CH;
V - Cristina Dal Molin - Engenheira Civil do PAC - CH;
VI - Fabiano Silveira - Engenheiro Civil do PAC - CH;
VII - Paulo Teixeira - Engenheiro Eletricista do PAC - CH; e
VIII - Humberto da Silva Costa - Engenheiro Agrimensor do PAC - CH.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.516/15

DECRETO Nº 4.516 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

"DELEGA COMPETÊNCIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a conveniência na delegação de poderes e ou de competência a seus auxiliares;

Considerando que a competência é o ato complexo de atribuições e acuidades que a Lei outorga aos agentes ou órgãos da Pessoa Jurídica de Direito Público para a prática de determinados atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada à Secretária de Planejamento Urbano e Habitação, Arquiteta Grazielle Sitônio Duarte, a competência para

coordenar o PAC das Cidades Históricas no Município de Laguna e, consequentemente representar o Governo Municipal na apresentação dos projetos e suas respectivas execuções, perante os Governos Estadual e Federal.

Parágrafo único. Em função da delegação de que trata este Decreto, caberá também à Secretária de Planejamento Urbano e Habitação, Arquiteta Grazielle Sitônio Duarte, assinar os RRT's.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.171/14.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.517/15

DECRETO Nº 4.517 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A RESPOSTA DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o excesso de solicitações e ou requisições de informações e documentos procedidas do Ministério Público Estadual, o que tem dificultado a normal e regular prestação dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Laguna;

Considerando a necessidade de otimizar a resposta às solicitações e ou requisições anteriormente especificadas, sem que haja prejuízo do andamento dos serviços públicos administrativos,

DECRETA:

Art. 1º As respostas às informações e ou requisições de informações ou documentos originadas pelo Ministério Público, dar-se-ão na forma do presente Decreto.

Art. 2º Fica constituída uma Comissão Especial Temporária, destinada ao cumprimento das respostas de que trata o art. 1º, pelos seguintes membros:

I - Coordenador do Controle Interno - Thiago Rosa da Luz;
II - Assessor Jurídico - Dr. Paulo César Rodrigues; e
III - Ouvidor Geral - Waldir José de Souza.

Parágrafo único. A Comissão será Presidida pelo Coordenador do Controle Interno.

Art. 3º Toda solicitação de informação e ou requisições oriundas do Ministério Público, dirigida a qualquer órgão, departamento ou autoridade pública municipal, será encaminhada no prazo de 24 h ao Presidente da Comissão, que juntamente com os demais membros, dará os encaminhamentos que entenderem necessários, visando o cumprimento das mesmas.

Art. 4º Para cada solicitação e ou requisição de informação, a Comissão deverá abrir processo administrativo, como forma de oficializar os atos que lhe cabem e, tomar as providências cabíveis, quando não forem cumpridas as disposições previstas neste Decreto.

§ 1º Caberá à Comissão de que trata o art. 2º deste Decreto, dar andamento às solicitações e requisições, respondendo no prazo fixado pelo Ministério Público.

§ 2º Havendo necessidade da Comissão em obter informações ou documentos de outro órgão ou departamento, deverá fazê-lo por escrito, através de memorando interno, fixando o prazo para

resposta, que também dar-se-á por memorando interno.

Art. 5º Não havendo o encaminhamento das solicitações e ou requisições de que dispõe o art. 1º ao Presidente da Comissão, conforme dispõe o art. 3º deste Decreto, ficará o responsável pela omissão sujeito às penalidades previstas no art. 77 da L.C. 136/2006.

Parágrafo único. Também ficará sujeito às mesmas penalidades, o servidor que deixar de responder ou retardar injustificadamente a respectiva resposta, nos prazos fixados pela Comissão de que trata o art. 2º.

Art. 6º O não cumprimento das disposições deste Decreto será informado pelo Presidente da Comissão ao Gabinete do Prefeito Municipal, para que as providências legais sejam tomadas em relação ao servidor faltoso.

Art. 7º Os pedidos anteriores ao presente Decreto não são de responsabilidade da Comissão, devendo serem respondidos na forma então em vigor.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.382/15.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1294/2015

PORTARIA RH Nº 1294/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 ;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Outubro de 2015 a 06 de Novembro de 2015, ao Servidor MARISTELA DE OLIVEIRA MARTINS, Telefonista, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Outubro de 2015.
LUIZ PAULO REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1295/2015

PORTARIA RH Nº 1295/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, THAÍS CUSTÓDIO ANTÔNIO do Cargo em comissão de Coordenador de Assistência Comunitária, DS 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1300/2015

PORTARIA RH Nº 1300/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 13.10.2015 a 11.11.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Anabel Alves	2013/2014
Leandro Gomes Nunes	2014/2015
Morgana Stefani de Souza	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Outubro de 2015.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1305/2015

PORTARIA RH Nº 1305/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 15.10.2015 a 13.11.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Rosângela Antônio Cidade	2014/2015
Rubens Antônio Thomaz Filho	2012/2013

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Outubro de 2015.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1306/2015

PORTARIA RH Nº 1306/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR os servidores abaixo nominados ocupantes de cargos em comissão, lotados nas Secretarias, Fundações e demais Assessorias correspondentes, a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO

NOME	CARGO
Alenair Santana Barreto	Assessor Especial de Projetos Especiais e Captação
André Nandi Antunes	Assessor Especial de Projetos Especiais e Captação

SECRETARIA DO GOVERNO

NOME	CARGO
Ademir de Aguiar	Assessor Parlamentar

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

NOME	CARGO
José Wanderlei Martins Amador	Coordenador de Controle de Contratos e Convênios
Telmo Rafael Pedrosa Palhano	Coordenador de Movimentação e Protocolo

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

NOME	CARGO
Antônio Acis	Diretor do Depto de Água e Saneamento

SECRETARIA DE SAÚDE

NOME	CARGO
Eloisa Berendt	Auditor de Saúde I
Nicole Gomes de Souza	Assessor Especial de Projetos da Saúde
Camila Lopes Barzan	Assessor Especial de Projetos da Saúde
Celso Ambrosini	Coordenador da Frota
Marlaine Eduardo dos Santos Guerreiro	Coordenador de Controle de Documentação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

NOME	CARGO
Humberto José da Silva	Assessor de Planejamento Esportivo
Simone Belmiro	Assessor de Ensino Superior
Edna Cristina da Rosa Cardoso	Assessor de Ensino Superior
Maria de Lourdes Corrêa	Assessor de Ensino Superior
Tânia Preuss	Diretor do Depto de Ensino Fundamental

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

NOME	CARGO
Anselmo da Silva Joaquim	Coordenador de Receptivo e Orientação Turísticas

SECRETARIA PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

NOME	CARGO
Claudione Fernandes de Medeiros	Assessor Especial de Planejamento Urbano e Projetos
Patrick Neves Antônio	Assessor Especial de Planejamento Urbano e Projetos
Humberto da Silva Costa	Assessor III
Gustavo Medeiros Martins	Assessor de Projetos de Saneamento
Bianca Alves	Diretor Depto de Projetos

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

NOME	CARGO
Geraldo Luiz da Cunha	Diretor de Depto de Comunicação e Publicidade
Syllas Timóteo Mariz de Melo	Coordenador de Diários Oficiais

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO
Hellen Rodrigues Espíndola	Coordenador do PROCON

FUNDAÇÃO IRMÃ VERA

NOME	CARGO
Fernanda Rosa Ramos	Diretor do Depto de Projetos Sociais

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1308/2015

PORTARIA RH Nº 1308/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JORGE LUIS BIEHL Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 15.10.2015 a 13.11.2015, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Outubro de 2015.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1314/2015

PORTARIA RH Nº 1314/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO MEDEIROS MARTINS para exercer o cargo em comissão de Assessor III, AS 3, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1315/2015

PORTARIA RH Nº 1315/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, PATRICK NEVES ANTÔNIO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Projetos de Saneamento, AS 2, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1316/2015

PORTARIA RH Nº 1316/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ADEMIR DE AGUIAR para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento Médico, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1317/2015

PORTARIA RH Nº 1317/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, MARIA DO CARMO VIEIRA MAXIMIANO do Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1318/2015

PORTARIA RH Nº 1318/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA DE LURDES CORRÊA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos e de Ensino Profissionalizante, DS 4, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1319/2015

PORTARIA RH Nº 1319/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ALENIAIR SANTANA BARRETO para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1320/2015

PORTARIA RH Nº 1320/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANDRÉ NANDI ANTUNES para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Procuradoria Geral, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1321/2015

PORTARIA RH Nº 1321/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, GIOVANI JOSÉ DE SOUZA Operador de Máquinas, do dia 19.10.2015 a 17.11.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1322/2015

PORTARIA RH Nº 1322/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, FABIANA GEREMIAS DA SILVA VIANA do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Relações Públicas, DS 4, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1323/2015

PORTARIA RH Nº 1323/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, CELSO AMBROSINI, Auxiliar de Serviços Gerais, para responder pela Divisão de Unidade de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1324/2015

PORTARIA RH Nº 1324/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, SYLLAS TIMÓTEO MARIZ MELO, Assistente de Administração, para responder pela Divisão de Publicidade, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1325/2015

PORTARIA RH Nº 1325/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 5448/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 19 de Outubro de 2015 a 17 de Novembro de 2015, ao Servidor ELIETE VALÉRIO ORIANO

MARTINS, Professor, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1326/2015

PORTARIA RH Nº 1326/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5352/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 19 de Outubro de 2015 a 16 de Janeiro de 2016, ao Servidor JOÃO CUSTÓDIO LEONARDO, Eletricista, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1327/2015

PORTARIA RH Nº 1327/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, MARIA SENAIDE DA SILVA do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Museus, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1328/2015

PORTARIA RH Nº 1328/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, WELLINGTON LINHARES MARTINS do cargo em comissão de Assessor de Projetos, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1329/2015

PORTARIA RH Nº 1329/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, NELIR VIEIRA RIBEIRO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1330/2015

PORTARIA RH Nº 1330/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 4205/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. PRISCILA ANTÔNIO NASCIMENTO FERNANDES Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 20/10/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1331/2015

PORTARIA RH Nº 1331/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, WELLINGTON LINHARES MARTINS para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Marketing Turístico, AS 2, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1332/2015

PORTARIA RH Nº 1332/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e em conformidade com a Lei Complementar nº 273 de 26 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA SENAIDE DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Projetos, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1333/2015

PORTARIA RH Nº 1333/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de ADRIANO TEIXEIRA MASSIH Advogado, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 23 de setembro de 2015, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Outubro de 2015.

LUIZ PAULO DE REZENDE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1337/2015

PORTARIA RH Nº 1337/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, SÔNIA SILVEIRA DA SILVA do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 20/10/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1338/2015

PORTARIA RH Nº 1338/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ANA PAULA PINTO ROSA do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 16/10/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

RETOMADA DE ABERTURA TOMADA DE PREÇO Nº85/2015 - PMLM

RETOMADA DE ABERTURA TOMADA DE PREÇO Nº85/2015 - PMLM
PROCESSO Nº85/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 10 de novembro de 2015 às 14:00 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução serviços de melhorias em 19,95Km de estradas rurais, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como Convênio nº 0782/2015 firmado com o Secretaria de Estado da Infraestrutura.. O edital na íntegra está disponível no site oficial do municipio www.lauromuller.sc.gov.br .

Lauro Muller, 23 de outubro de 2015
Jair F Madeira
Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 089/2015

DECRETO Nº. 89/2015, 21 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR , NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	50	28	846	0	2.30	4690	0.1.00	160.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	50	28	846	0	2.30	3290	0.1.00	160.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Outubro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 21 de Outubro de 2015, DOM-SC

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 295/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 295/2015, de 19 de Outubro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Leonardo Junior Cavallier, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Técnico, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 09 (nove) dias de férias, a partir de 19 de Outubro de 2015, relativas a Portaria nº 120/2015, de 04 de Maio de 2015, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 142/2015, de 28 de Maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC, Em 19 de Outubro de 2015.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 296/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 296/2015, de 19 de Outubro de 2015.

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE

Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 251/2015, de 29 de Setembro de 2015, Servidora Pública Municipal Orvane Gehrke Zanatta, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, pelo período de 15 (quinze) dias, compreendidos entre os dias 20 de outubro de 2015 a 03 de Novembro de 2015, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC, Em 19 de Outubro de 2015.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML 054.2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054/2015

Primeiro Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054/2015 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE GESTORA - PREFEITURA DE LUZERNA E OS FUNDOS ESPECIAIS.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a TIAGO PIRES DE MELO ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Severino Fuga, nº 117, Fundos, Bairro Vila Pedrini, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.782.188/0001-56, neste ato representada por TIAGO PIRES DE MELO, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade nº 4.434.562 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.284.089-02, doravante denominado FORNECEDOR 8, classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054/2015 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE GESTORA - PREFEITURA DE LUZERNA E OS FUNDOS ESPECIAIS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços PML Nº 054/2015, reajustando, a partir de 23 de outubro 2015, em 23% o valor original licitado do GLP DE GÁS P-45 passando de R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) para R\$ 238,62 (duzentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos), alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº PML.054/2015:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Unitário R\$ Reajustado
46	15,00	UN	GLP DE GÁS P-45	194,00	238,62

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata de Registro de preços original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	TIAGO PIRES DE MELO TIAGO PIRES DE MELO ME FORNECEDOR 8
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 014/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2015/PML - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONISTAS PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Aos 23 (vinte e três dias) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, no Município de Joinville/SC CEP 89.201-095, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, neste ato representado por seu representante legal RONALDO BENKENDORF, brasileiro, maior, capaz, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.768.759-7 SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 751.256.849-53, residente e domiciliado a Rua Senador Felipe Schmidt, nº 363, apt. 601, Centro, na cidade de Joinville/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONISTAS PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETIVO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, a supressão do item 1 (Prestação de serviços continuados de telefonistas para atender a Prefeitura Municipal de Luzerna, 4 (quatro) horas diárias; 20 (vinte) horas semanais) do Contrato PML nº 014/2015, nos termos do art. 65, § 2º, II, da Lei 8.666/93.

O valor mensal do Contrato PML nº 014/2015, de R\$ 4.246,87 (quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos), será repactuação para R\$ 2.240,42 (dois mil duzentos reais e quarenta e dois centavos).

Os efeitos financeiros deste Termo Aditivo vigoram a partir de 24 de outubro de 2015.

**CLAUSULA QUARTA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

RONALDO BENKENDORF
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 112.2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 0112.2013, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 049.2013, PRE-GÃO PRESENCIAL PML Nº 037.2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA E T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA - ME, COM O OBJETIVO DE SUPRIMIR 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO OUTORA CELEBRADO.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e do outro T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.897.023/0001-90, neste ato representada por seu sócio, o Sr. FLARI RAFAEL TRICHES, brasileiro, casado, contador, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 12R-2.031.693, inscrito no CPF sob o nº 547.287.709-15, residente e domiciliado na Travessa São Pedro, nº 934 – Ap. 104, Centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC (89990-000), doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, a supressão de 25% (vinte e cinco por cento) no Contrato PML nº 0112.2013, passando o mesmo a vigorar no valor mensal de R\$ 3.549,42 (três mil quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos) a partir do mês de Outubro/2015, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata Preços original e constantes do Edital, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

FLARI RAFAEL TRICHES
T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 089.2014

Contrato pml.089.14

Sexto Termo Aditivo

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 7.838,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/nº, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE, de um lado, e, de outro lado, a ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, com sede na Av. Barão do Rio Branco, nº 56, 2º andar, sala B, Centro, em Joaçaba(SC), neste ato representado por seu sócio administrador, ANDRÉ LEMOS VIEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, maior, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 3.808.914, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.240.709-40, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e Cláusula Oitava do contrato pml.089.14 ajustam entre si o presente o SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 7.838,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO., mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do cronograma de execução do contrato pml.089.14 até 31 de dezembro de 2015, prazo destinado a vistoria pelo Município e os consequentes ajustes a sua correta conclusão da obra.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ANDRÉ LEMOS VIEIRA ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 073.2012

Contrato pml.073.12

Sétimo Termo Aditivo

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, apt. 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), do outro lado a CONTRATANTE e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de Nº PML.073.12 para fazer constar as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO do contrato, o aplicativo Tesouraria – Fundo Municipal Social, com 1 acessos simultâneos, no valor mensal de R\$ 90,00 (noventa reais) a partir do mês de Dezembro/2015, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original e aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 23 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DANIELA RAMOS SILVA ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.
BETHA SISTEMAS LTDA BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECRETO 2131

DECRETO Nº 2131 de 23 de outubro de 2015.

"DISPÕE SOBRE AÇÕES DE CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), OBJETIVANDO O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições,

CONSIDERANDO, que as projeções econômicas e financeiras apontam para um cenário nacional restritivo, com ausência de crescimento, taxas de juros altas e inflação acima da meta projetada para o atual exercício;

CONSIDERANDO, que a crise nacional já está afetando a arrecadação no Município, caindo drasticamente as transferências de recursos federais e estaduais, especialmente no que se refere a recursos ordinários;

CONSIDERANDO, a necessidade de estabelecer metas, procedimentos e rotinas eficazes na otimização do gasto e no enfrentamento de cenários fiscais adversos no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO, que o valor arrecadado de Recursos Ordinários pelo Município de Luzerna está inferior ao valor de despesas liquidadas empenhadas com Recursos Ordinários;

CONSIDERANDO, que com a diminuição de recursos arrecadados, bem como, o custeio normal de recursos pelo Município, algumas despesas são prioritárias frente a outras;

DECRETA:

Art.1º- As Secretarias, Departamentos, o Gabinete e Fundos Especiais deverão avaliar os contratos e os instrumentos congêneres relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços, objetivando atingir a meta de redução de 10% (dez por cento) do gasto público, observado o disposto nos art. 58, art. 65, art. 78, "caput" e inciso XII, e art. 79, "caput" e inciso I, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art.2º- A decisão pela prorrogação ou pela celebração de novos contratos e instrumentos congêneres, no âmbito municipal, deverá sempre observar a essencialidade de seu objeto e o relevante interesse público.

Art.3º- Permanece suspensa a realização de horas extraordinárias dos servidores nos termos do Decreto nº 2119 de 01 de outubro de 2015.

Art.4º- As despesas com novas contratações de servidores somente serão autorizadas desde que seja para substituição de outro servidor desligado (exoneração, demissão ou falecimento), analisada a situação de extrema necessidade.

Art.5º- Ficam suspensos novos investimentos de natureza permanente, exceto os objetos de convênios, operações de crédito ou que utilizem recursos vinculados que dependem de contrapartida e que possuam recursos suficientes à sua conclusão.

Art.6º- Despesas que não sejam de manutenção normal, só serão realizadas mediante prévia autorização do Ordenador de Despesa, após a devida análise e tramitação legal de compra.

Art.7º- As Secretarias, Departamentos, o Gabinete e Fundos Especiais deverão avaliar suas despesas de manutenção normal, visando a redução de custos e melhoria da eficiência.

Parágrafo Único - A avaliação de que trata o "caput" tem como meta a redução de 10% (dez por cento) sobre o valor total.

Art.8º- As Secretarias, Departamentos, o Gabinete e Fundos Especiais deverão avaliar suas despesas já pagas com Recursos Ordinários que eram passíveis de serem utilizadas com Recursos Vinculados e promoverem conjuntamente com os Setores de

Contabilidade e Tesouraria, a anulação das ordens de pagamento, nota de liquidação e nota de empenho de Recursos Ordinários e o re-empenhamento, re-liquidação e re-pagamento com Recursos Vinculados.

Parágrafo Único - Nos casos em que se aplicarem o "caput" a transferência financeira deve ocorrer somente em contas bancárias do Município, visto que são apenas ajustes contábeis no âmbito municipal.

Art.9º- Nos casos de indisponibilidade financeira em determinada Fonte de Recursos, o Setor de Tesouraria deverá seguir a seguinte ordem para pagamentos aos credores:

I. Requisições de Pequeno Valor;

II. Repasse ao Poder Legislativo;

III. Despesas de Pessoal;

IV. Obrigações Tributárias e Contributivas;

V. Estagiários;

VI. Benefícios a servidores;

VII. Dívida Mobiliária;

VIII. Diárias e adiantamentos a servidores;

IX. Repasses à outros Municípios;

X. Mensalidades à Confederações e Federações;

XI. Contratações diretamente a Pessoas Físicas;

XII. Subvenções de convênios;

XIII. Bolsa Atleta;

XIV. Prestação continuada de Serviços;

XV. Aquisições de material de consumo, despesas de Investimentos e prestação de serviços não continuada;

XVI. Associações e Consórcios;

XVII. Demais despesas.

§1º- O Setor de Tesouraria deverá avaliar e contingenciar recursos para o cumprimento das obrigações dos incisos II, III e IV de que se referem a este artigo para todo o exercício de 2015.

§2º- Dentro de cada inciso os pagamentos deverão ocorrer de forma cronológica pela data de liquidação da despesa.

§3º- Os pagamentos de um inciso só poderão ser feitos quando as despesas liquidadas dos incisos anteriores já tiverem sido todas pagas, observado o disposto no §1º.

§4º- As disposições deste artigo deverão ocorrer de forma individualizada em cada fonte de recurso.

§5º- Situações omissas neste artigo serão decididas conjuntamente pelo Secretário da Pasta, Secretário da Fazenda e Administração e o Prefeito Municipal.

Art. 10 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 089/2015 - CV 001/2015 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 089/2015 - PML

Carta Convite nº 001/2015 – PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a realização de concurso público e teste seletivo, destinados à Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes do Anexo I que integra este Edital.

REGIMENTO: Lei nº 8.666/1993 e demais alterações.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 29 de outubro de 2015.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14h do dia 29 de outubro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

decreto 1517

DECRETO Nº 1517, de 23 de outubro de 2015.

Autoriza servidor público municipal a realizar Movimentações financeiras em instituições financeiras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA-SC, no uso das suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeira onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o servidor público municipal SEVERINO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único – O servidor designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º - Os poderes elencados pelo servidor citado no artigo 1º serão:

- I. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II. Efetuar transferências por meio eletrônico;
- III. Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- IV. Abrir contas de depósito;
- V. Liberar arquivos de pagamento no GFN/ASP;
- VI. Emitir cheques.

Art 3º - As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas no art 1º deste decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ :

- I – 95.992.020/0001-00 – Município de Macieira SC
- II – 01.996.270/0001-67 – Fundo Municipal de Saúde
- III – 01.739.381/0001-98 – Fundo Municipal de Assistência Social
- IV – 02.408.670/0001-77 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 23 de outubro de 2015.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

13.316.546/0001-06

CASA DA MERENDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS - EPP

Nota Fiscal nº. 10437 R\$ 6.276,90

Nota Fiscal nº. 10961 R\$ 3.944,97

Nota Fiscal nº. 10947 R\$ 118,20

Nota Fiscal nº. 11267 R\$ 4.075,77

Valor Total: R\$ 14.415,84

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento dos gêneros básicos que compõem a Alimentação Escolar.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 81.815.219/0001-40

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

Nota Fiscal nº. 16864 R\$ 65,25

Nota Fiscal nº. 16862 R\$ 300,30

Nota Fiscal nº. 16857 R\$ 234,00

Nota Fiscal nº. 16858 R\$ 481,90

Nota Fiscal nº. 16863 R\$ 1.275,55

Nota Fiscal nº. 16856 R\$ 2.047,10

Nota Fiscal nº. 16861 R\$ 11.481,07

Nota Fiscal nº. 16860 R\$ 2.314,17

Nota Fiscal nº. 16859 R\$ 7.506,31

Nota Fiscal nº. 17223 R\$ 233,00

Nota Fiscal nº. 16703 R\$ 384,00

Valor Total: R\$ 26.322,65

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento alimentos para a merenda escolar.

Mafra (SC), 23 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

10.976.220/0001-09

ITAVOL COMERCIAL LTDA

Nota Fiscal nº. 2874 R\$ 13.250,60

Nota Fiscal nº. 2841 R\$ 3.430,48

Valor Total: R\$ 16.681,08

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento dos gêneros básicos que compõem a Alimentação Escolar.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 12 - EDITAL Nº 002/2014-SME

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 12

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir:

- Av. Cel José Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 29 de outubro de 2015, às 8:30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- a. 1.ª classificação – os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- b. 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- c. 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- d. 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

QUADRO DE VAGAS**01. Área de Atuação: Educação Infantil**

A.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (X) Matutino – () Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Ana Ranck	Professor Titular: -	
	Obs. Licença Gestação da Professora Contratada		
B.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Fiorige Bona	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Tratamento de Saude da Professora Efetiva		
C.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (x) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino:
	Local: CEIM Fiorige Bona	Professor Titular: --	
	Obs. Licenca Tratamento de Saúde da Professora Efetiva		

02. Área de Atuação: ÁREA ESPECÍFICA - HISTÓRIA

A.	Série/Turma: 6º ao 9º série (5ª e 6ª feira)	Turno: (X) Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: Escola Agrícola Municipal	Professor Titular: -	
	Obs. Pedido de Demissão do Professor Contratado		

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação).

O Candidato Classificado que não se apresentar no Av. Cel Jose Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 29/10/15, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 23 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito do Município de Mafra

Estela Maris Bergamini Machado

Secretária Municipal de Educação

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 13/2015 - FMS - DL

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 13/2015 - Dispensa de Licitação

Do objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2015.

Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC, inscrito no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.

Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 100.451,00 (cem mil quatrocentos e cinquenta e um reais).

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Maracajá/SC, 23 de outubro de 2015.

Karine dos Santos Marques
Presidente da Comissão de Licitação.

EXTRATO DO CONTRATO 29/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 29/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,,

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC

Objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2015, conforme relação anexa.

Valor: R\$ R\$ 100.451,00 (cem mil quatrocentos e cinquenta e um mil reais).

Vigência: 23/10/2015 a 31/12/2015

Maracajá, 23 de outubro de 2015.

Vilmar Leandro
Contratante.

Ricardo Ghelere
Contratado.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 206/2015

DECRETO Nº 206, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 181, da Lei Complementar Municipal nº 42, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria a servidora municipal aposentada CLASSI TERESINHA LUCCA, ocupante do cargo de professora, conforme artigos 180 e 181 da Lei Complementar Municipal nº 42, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º O Município de Maravilha complementará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob nº 166.822.881-2.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos da servidora de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2015.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 189, de 15 de outubro de 2015.

Maravilha - SC, 23 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 28.2015 - MOBILIÁRIO ESCOLAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

Processo Licitatório Nº 59/2015

Pregão Presencial Nº 44/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses: de 23.10.2015 à 23.10.2016

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos referente a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E CORTINAS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), VISANDO ATENDER SUAS RESPECTIVAS DEMANDAS, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido Processo Licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE QUIPAMENTOS GERAIS LTDA, neste ato representado por FABIO LUIZ EGERT	00.325.400/0001-77
MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP, neste ato representado por BENICIO BALDUSSI	11.074.257/0001-04

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E CORTINAS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), VISANDO ATENDER SUAS RESPECTIVAS DEMANDAS, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta Ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE QUIPAMENTOS GERAIS LTDA	CONJUNTOS ESCOLARES: ALUNOS E PROFESSORES (DEMAISESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL).	UNID	CEQUIPEL	1	R\$ 20.300,00	R\$ 20.300,00
1.1	CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE QUIPAMENTOS GERAIS LTDA	CONJUNTO ESCOLAR PARA ALUNOS (DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL).	UNID	CEQUIPEL	80	R\$ 245,73	R\$ 19.658,52
1.2	CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE QUIPAMENTOS GERAIS LTDA	CONJUNTO ESCOLAR PARA PROFESSORES (DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL).	UNID	CEQUIPEL	2	R\$ 320,74	R\$ 641,48
4	CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE QUIPAMENTOS GERAIS LTDA	MESA ESCOLAR INFANTIL REDONDA, TAMPO EM MDF REVESTIDO NA FACE SUPERIOR EM LAMINADO DE ALTA PRESSÃO,BRILHANTE, COR BEGE OVO FACE INFERIOR E BORDOS INVERNIZADOS. BORDOS FRESADOS E ARREDONDADOS A 180°. ESTRUTURA COMPOSTA POR PÉS DUPLOS EM TUBO DE AÇO 7/8 , PINTURA EPÓXI PÓ, PRETA, LISO BRILHANTE; ACABAMENTO COM PONTEIRAS PRESTAS. MEDIDAS: 1000MM DE DIÂMETRO X 560MM DE ALTURA ATÉ O CHÃO.	UNID	CEQUIPEL	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 23.300,00							
2	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP	ARMÁRIO COM 02 PORTAS DE ABRIR E PRATELEIRAS INTERNAS, MEDIDAS: LARGURA: 0,90M; PROFUNDIDADE: 0,42M; ALTURA: 1,60M - MDP 15MM COR OVO, COM ACABAMENTONA MESMA COR.	UNID	MICANTO	4	R\$ 555,00	R\$ 2.220,00
5	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP	CADEIRINHAS INFANTIS, PLÁSTICA, VÁRIAS CORES.	UNID	GOYANA	106	R\$ 23,75	R\$ 2.517,50
6	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP	MESA INFANTIL, PLÁSTICA, VÁRIAS CORES, PRODUZIDO EM POLIPROPILENO VIRGEM, RESISTENTE AS INTEMPÉRIES E AO USO, TRATADO COM RESINA ANT-UV, DIMENSÕES 600 X 472 X 460MM.	UNID	GOYANA	20	R\$ 62,75	R\$ 1.255,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.992,50							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 29.292,50							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 29.292,50 (VINTE E NOVE MIL DUZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Educação, Esporte e Turismo, que será o órgão gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 59/2015 - Pregão Presencial nº 44/2015.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do Processo Licitatório nº 59/2015 - Pregão Presencial nº 44/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: Nota Fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; Nota Fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

4.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deverá ser entregue pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma:

Prazo de entrega
20 (vinte) dias consecutivos após recebimento da ordem de compra.

5.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas, de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega até o prazo e condições estipuladas no item anterior, acarretarão notificação e as penalidades previstas no item 13 do edital.

5.4. Os materiais somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados por servidor responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos.

5.5. Os materiais fornecidos pelas empresas vencedoras estarão sujeitos à aceitação pela Secretaria Municipal de Educação, a qual caberá o direito de recusar, caso os mesmos não estejam de acordo com o especificado no edital ou apresentem algum defeito.

5.6. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.7. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência a Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda à devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas no edital.

5.8. A empresa deverá entregar/executar o objeto/serviço contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração municipal pelo infrator.

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Educação, Esporte e Turismo, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o município solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.1.2. Executar os serviços, nos locais determinados pela Secretaria de Educação, Esporte e Turismo, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II.

11.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços executados, bem como eventual custo de frete.

11.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos materiais adquiridos até o local determinado pela Secretaria de Educação, Esporte e Turismo.

11.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital.

11.1.7. Reparar os serviços mal executados no prazo máximo de 01 (um) dia corrido.

11.1.8. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

11.1.9. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela Administração.

11.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste contrato, ficando, ainda a Prefeitura de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício.

11.1.11. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos.

11.1.12. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do Processo Licitatório nº 59/2015 - Pregão Presencial nº 44/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 23 de outubro de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

CONTRATADAS:

CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE QUIPAMENTOS GERAIS LTDA

FABIO LUIZ EGERT

Contratada

MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP

BENICIO BALDUSSI

Contratada

ERRATA PMM LIC 56.2015 PP 42.2015 - MAT. CONST/ELET/COSIP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015 - PMM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015 – PMM, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015, Anexo II, ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	28 DE OUTUBRO DE 2015.
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08h00minh
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08h30minh

Página 1

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - PMM

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS DOS ITENS

Constitui objeto da licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de diversos materiais de construção e elétricos para uso da Administração Municipal e manutenção da rede pública de iluminação (COSIP) ao longo de 12 (doze) meses, conforme segue:

73	Relê fotoelétrico com sistema eletromagnético de corrente alternada, 220v, para controle de ponto individual de lampada, constituído de corpo em polipropileno estabilizado contra raios ultravioleta, pinos em latão estanhado preso ao corpo por sistema de rebiteagem, com célula fotoelétrica tipo cds com encapsulamento blindado de resposta instantânea, potência de 1000w (carga resistiva) e 1800 va (carga indutiva), tipo nf (aciona a carga a noite), grau de proteção mínimo ip-54, frequência 50/60 hz, ponto de carga de 10 lux (faixa de 3 a 20 lux) e de desligamento na relação de 1,2 a 4 vezes ao ligamento.	Pç	1000	R\$ 48,60	R\$ 48.600,00
74	Braço de ferro galvanizado a fogo 3 metros, homologado Celesc com sapata.	Pç	100	R\$ 122,00	R\$ 12.200,00
75	Parafuso máquina 250 mm com porca a arruela (1 parafuso, 2 arruelas quadradas e 1 porca)	Pç	200	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
76	Parafuso máquina 300 mm com porca a arruela (1 parafuso, 2 arruelas quadradas e 1 porca)	Pç	200	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
				TOTAL	R\$ 410.808,28

Página 19

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	09 DE NOVEMBRO DE 2015.
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08h00minh
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08h30minh

Página 1

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - PMM

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS DOS ITENS

Constitui objeto da licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de diversos materiais de construção e elétricos para uso da Administração Municipal e manutenção da rede pública de iluminação (COSIP) ao longo de 12 (doze) meses, conforme segue:

73	Relê fotoelétrico com sistema eletromagnético de corrente alternada, 220v, para controle de ponto individual de lampada, constituído de corpo em polipropileno estabilizado contra raios ultravioleta, pinos em latão estanhado preso ao corpo por sistema de rebitagem, com célula fotoelétrica tipo cds com encapsulamento blindado de resposta instantânea, potência de 1000w (carga resistiva) e 1800 va (carga indutiva), tipo nf (aciona a carga a noite), grau de proteção mínimo ip-54, frequência 50/60 hz, ponto de carga de 10 lux (faixa de 3 a 20 lux) e de desligamento na relação de 1,2 a 4 vezes ao ligamento.	Pç	1000	R\$ 48,60	R\$ 48.600,00
74	Braço de ferro galvanizado a fogo 3 metros, homologado Celesc com sapata	Pç	100	R\$ 122,00	R\$ 12.200,00
75	Parafuso máquina 250 mm com porca a arruela (1 parafuso, 2 arruelas quadradas e 1 porca)	Pç	200	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
76	Parafuso máquina 300 mm com porca a arruela (1 parafuso, 2 arruelas quadradas e 1 porca)	Pç	200	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
77	Relê foto eletrônico para comando de iluminação pública, de corrente alternada 220v. Frequência 50/60hz. Constituído de tampa em policarbonato estabilizado contra o raio ultravioleta. Pinos de contato em latão fixados na parte inferior e selados. Contatos de carga de alta durabilidade, superior a 15.000 operações. Tipo NF em operação. Sensor fotoelétrico fototransistor de alta sensibilidade. Faixa de operação 3 a 20 Lux para desligar. Relação desliga/liga 1,2 a 4 de acordo com a ABNT NBR 5123/98. Tensão de operação 105 A 305 V automático. Temperatura de trabalho -5°C A 50°C. Consumo Maximo 0,9W IP 64. Grau de proteção mínimo ip-64, acionamento com retardo de 5 segundos. Garantia mínima: 05 anos, gravado no corpo do rele (produto homologado Celesc)	Pç	1000	R\$ 30,00	R\$ 30.000,00
				TOTAL	R\$ 440.808,28

Página 19 e 20

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente errata publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixada no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizada no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br

Massaranduba (SC), 22 de outubro de 2015.

CIRIO MARTINI

Pregoeiro

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 070-2015 - ANULAÇÃO PREFEITURA

DECRETO n.º 070/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.697/2015, de 21 de Outubro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
3.3.90.00.00.00.00.00.0737.0 – Aplicações Diretas (31)	R\$ 40.000,00
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0100.0 – Aplicações Diretas (55)	R\$ 100.000,00

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.451.1017 – Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradouros	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (104)	R\$ 90.000,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2051 – Manutenção do Programa ESF/PACS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00040.0 – Aplicações Diretas (25)	R\$ 160.000,00
Total	R\$ 390.000,00

--	--	--

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentária.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
3.1.90.00.00.00.00.00.0100.0 – Aplicações Diretas (24)	R\$ 100.000,00
040112361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0737.0 – Aplicações Diretas (48)	R\$ 40.000,00

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (117)	R\$ 250.000,00
Total	R\$ 390.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 071-2015 - EXCESSO BADESC

DECRETO n.º 071 DE 23/10/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.698/2015, de 23 de Outubro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Meleiro, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.451.1017 – Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradouros	
4.4.90.00.00.00.00.00.0748.0 – Aplicações Diretas (108)	R\$ 2.000.000,00
Total	R\$ 2.000.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1698/2015, de 23 de Outubro de 2015.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Meleiro, 23 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2015 AO CONTRATO Nº 003-2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2015 (acréscimo de valor)

Contrato nº. 003/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor acrescido: R\$ 11.320,00

Data da assinatura: 23 de outubro de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2015 AO CONTRATO Nº 003-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2015 (acréscimo de valor)
Contrato nº. 003/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor acrescido: R\$ 11.320,00

Data da assinatura: 23 de outubro de 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 045-2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2015

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O inciso VI §2º do art. 6 da Lei Complementar nº 034/2011, o qual descreve o cargo de fiscal de obras passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6. [...]

§ 2º [...]

VI – Fiscal de Obras e Posturas”

Art. 2º. O anexo a que se refere a nomenclatura e atribuições do cargo de Fiscal de Obras e Postura, “QUADRO DE CARGOS DE PRO-
VIMENTO EFETIVO – GRUPO II – ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – OAG”, passa a ter a seguinte redação:

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS Atribuições típicas quanto às atividades fiscais de obras públicas: Verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente às obras públicas e particulares; Verificar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de habite-se; Verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando os que não estiverem providos de competente autorização, ou ainda que estejam em desacordo com o autorizado; Embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas; Solicitar à autoridade competente a vistoria de obras que lhe pareçam em desacordo com as normas vigentes; Verificar a existência de habite-se nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido alterações de ampliação, transformação e redução; Acompanhar os arquitetos e engenheiros da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição; Inspecionar a execução de reformas de prédios municipais; Verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos; Fiscalizar as obras e serviços realizados em logradouros públicos no que se refere a licença exigida pela legislação específica; Intimar, autuar, interditar, estabelecer prazos e tomar outras providências com relação aos transgressores das leis, normas e regulamentos concernentes às obras particulares; Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações; Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; Coletar dados para a atualização do cadastro urbanístico do Município; Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho. Executar outras atribuições afins.

Atribuições típicas quanto às atividades fiscais de posturas: Verificar a instalação e localização de imóveis, equipamentos, veículos, utensílios e objetos, de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto à observância de aspectos estéticos, de ordem e segurança pública; Inspecionar o funcionamento de feiras livres, verificando o cumprimento das normas relativas à localização, à instalação, ao horário e à organização; Verificar a regularidade da exibição e utilização de anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como a propaganda comercial afixada em muros, tapumes e vitrines ou em logradouros públicos; Verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; Verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução reforma ou demolição, bem como a carga e descarga de material na via pública; Verificar o depósito na via pública, de resíduos de fábricas e oficinas, restos de material de construção, entulhos provenientes de reformas e demolições, resíduos de casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, objetivando a desobstrução da via pública; Analisar e emitir parecer nos pedidos de demolição e habite-se; Apreender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos; Autuar e apreender as mercadorias por irregularidades e guardá-las em depósitos públicos, devolvendo-as mediante o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento de multas; Verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais; Verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos; Verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado; Fiscalizar os terrenos, pátios e quintais, para que sejam mantidos livres de mato, água parada e lixo; Fiscalizar as ligações de esgoto clandestinas diretamente em rios, lagos, lagoas e mar; Fiscalizar, intimar e autuar os proprietários ou arrendatários de terrenos situados em ruas dotadas de meio-fio, que não estejam devidamente murados e com a respectiva calçada construída; Verificar as violações às normas sobre poluição sonora: uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, alto-falantes, bandas de música, entre outras; Intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas aos transgressores das posturas municipais e da legislação urbanística; Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações; Solicitar força policial para dar cumprimento a ordens superiores, quando necessário; Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; Executar outras atribuições afins. Excepcionalmente poderá conduzir veículos da Administração Pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 23 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 046-2015.DOC

LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2015

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O Art. 37 da Lei Complementar 037/2013 passa a ter a seguinte redação, no que se refere especificamente à carga horária do auxiliar de serviços gerais:

“Art. 37. A jornada de trabalho do Servidor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Meleiro – SAMAE é a de 40 (quarenta) horas semanais, com exceção dos profissionais do Grupo de Atividade de Nível Superior – ANS (Químico) que será de 20 (vinte) horas semanais, e do Grupo de Manutenção e Conservação – MC (Auxiliar de Serviços Gerais) será de 40 (quarenta horas) semanais, percebendo os valores constantes no Anexo II desta Lei.”_

Art. 2º. O quadro de cargos de provimento efetivo, grupo III, manutenção e conservação – MC, no minado no §3º do art. 12 da Lei Complementar nº 037/2013, o qual descreve o cargo de auxiliar de serviços gerais passa a ter a seguinte redação:

ATRIBUIÇÕES: Escavar ou fechar valas e fossas, utilizando ferramentas manuais. Retirar, limpar, transportar, espalhar materiais, empregando, se necessário, carrinho de mão, pás, e outras ferramentas. Desempenhar vários serviços de auxílio ao carpinteiro, marceneiro, pedreiro, eletricitista, topógrafo, motorista ou operador de equipamentos e outros profissionais que necessitem. Efetuar a limpeza e desobstrução de valas, utilizando ferramentas manuais. Remove o pó dos moveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vassouras, flanelas ou vassouras apropriadas, para conservar-lhes a boa aparência. Limpa escadas, pisos, passadeiras e tapetes, varrendo-os lavando-os ou encerando-os e passando aspirador de pó, para retirar poeira e detritos. Limpa utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, para manter a boa aparência dos locais. Arruma banheiros e toaletes, para conserva-los em condições de uso. Coleta o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, para deposita-lo na lixeira ou no incinerador. Pode ajudar na remoção ou arrumação de móveis ou utensílios. Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata. Trabalhos de limpeza, conservação e organização de mobílias.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 3º O anexo II da Lei Complementar nº 37/2013, especificamente quanto ao vencimento do cargo de auxiliar de serviços gerais, passa a ter a seguinte redação:

Código	Cargo	Vagas	Carga Horária	Habilitação Profissional	R\$
MC	Auxiliar de Serviços Gerais	01	40 Hs	Ensino fundamental incompleto, capacidade física e psicológica para o exercício da função, conforme Grupo III do Anexo I	926,72

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 23 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

LEI Nº 1698-2015

LEI Nº 1698/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O prefeito do Município de Meleiro, Senhor JONNEI ZANETTE, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação de vias.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 376-2015

PORTARIA nº 376/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICA GINECOLOGISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, RESOLVE:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 117/2012, da Senhora MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL, ocupante do cargo de Médica Ginecologista, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir da presente data, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0254/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 254/2015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 887/1988 ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.958 DE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 2060/2012 de 26/12/2012, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento "ERNO KOTTWITZ", sendo de parte dos Lotes Rurais nºs 115 e 116, d Segunda Seção Anta Gorda, com áreas respectivas de 4.338,58 m2 e 5.146,25, totalizando a área de 9.484,83 m2., situado na Rua João Felipe Werlang, nesta Comarca e Cidade de Modelo-SC., matrícula nº 5.134, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, de propriedade do Senhor Erno Kottwitz e sua esposa Senhora Silvia Kottwitz, de conformidade com memorial descritivo, mapa e justificativa, ART nº 543481-9 Engenheiro Florestal Dayvit Kuhn Weber, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. A área desmembramento de que dispõe o artigo 1º deste Decreto, formará o Lote Urbano nº 07, da Quadra 69, com área de 381,13 m2, situado na Rua Joao Felipe Werlang, na cidade de Modelo SC, de conformidade com os documentos descritos e integrantes deste Decreto, conforme análise e aprovado pela Assessoria de Arquitetura e Planejamento Urbano da AMERIOS – Análise nº 410 de 15/05/2015.

Art. 3º. Fica autorizado a concessão da "Licença para desmembramento", devendo os proprietários e demais interessados, observar as disposições legais pertinentes a matéria.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto no 218/2015.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 23 de outubro de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

KÁTIA RAGAZZON

CHEFE DO SETOR DE OBRAS

DECRETO Nº 0255/2015

DECRETO Nº 0255/2015 DE 23.10.2015

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/02, Concurso Público – Edital 001/2011 e 002/2011, e demais normas pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a avaliação, aprovado o respectivo Estágio Probatório, arquivado na pasta funcional e declarados efetivos no serviço Público Municipal de Modelo – SC, os Servidores Municipais abaixo nominados:

Nome do Servidor	Cargo	Matrícula	Nº Decreto de Nomeação
Marcia Ines Linke Riboli	Agente Comunitário de Saúde Pública	1933-0	107/2012
Marizete Maria Floss	Assistente Social Geral e Cras	1936-4	113/2012

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0158/2015

PORTARIA Nº 0158/2015 de 21.10.2015.

ENCERRA FUNÇÃO GRATIFICADA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica encerrada, a partir de outubro de 2015, a designação de Função Gratificada dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Servidor	Matrícula	Portaria de concessão
Andreia Kath	1935-6	071/2014
Carmelito Fentzke	729-3	046/2013
Claudete da Silva	1106-1	067/2013
Cleiton Luiz Onghero	1944-5	032/2015
Elenice Rucks	1654-3	066/2013
Fabício João Milan	1980-1	158/2014
Jacinta Neli Dill Rauber	1355-2	037/2015
Juliana Pavalicini Cesco	1921-6	038/2015
Lourdes Dornhauser Centa	1572-5	059/2013
Mauricio Antonio Metdler	1631-4	013/2013
Otávio Timm	24-8	012/2013
Rudinei Fernando Bach	1576-8	023/2014
Valdecir Euzebio	718-8	172/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 21 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 45/2013

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADA: REUNIDAS S/A
OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o reajuste tarifas de passagens de ônibus conforme solicitação e resolução DETER.
ORIGEM: Pregão 007/2013.

Mondaí – SC, 28 de setembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 54/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
EMPRESAS REGISTRADAS: VALMIR BRUCH - R\$ 1.290,00 e TELETRONICA PINHAL LTDA – R\$ 17.560,00.
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de climatizadores de ar modelo split destinados para colocação em prédios de propriedade do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 109/2015
VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de outubro de 2016.

Mondaí – SC, 16 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 104/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 104/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: TCHÊ GAROTOS LTDA EPP
OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico da banda Tchê Garotos, que fará sua apresentação artística no dia 30 de outubro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 005/2015.
VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 05 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 105/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 105/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: JOÃO CARLOS FORTES ME
OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show de humor do personagem conhecido como João Kuiudo, que fará sua apresentação artística no dia 1º de novembro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 006/2015.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 05 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 106/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 106/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: GERVASIO BACKES ME
OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico da banda Cosmo Express, que fará sua apresentação artística no dia 1º de novembro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2015.
VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 05 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 107/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 107/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: SABOR DO SOM SONORIZAÇÃO LTDA ME
OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico da banda Sabor do Som, que fará sua apresentação artística na madrugada de 31 de outubro para 1º de novembro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 008/2015.
VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 05 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 108/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 108/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: MARCOS ANDRÉ ANNES ME
OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico infantil do grupo Os Peraltas, que farão sua apresentação no dia 1º de novembro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2015.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 05 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: JEITO DE MATO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico da cantora Paula Fernandes, representada com exclusividade pela CONTRATADA, que fará sua apresentação artística no dia 31 de outubro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2015.

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 05 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA LTDA ME

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico da banda Orquestra Continental, que fará sua apresentação artística em 1º de novembro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 011/2015.

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 07 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 111/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 111/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CHICO GERADORES LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação estruturas em alumínio com cobertura(pavilhão, camarins, palco, camarotes), geradores de energia e equipamentos de sonorização para a 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí a ser realizada nos dias 29, 30 e 31/10 e 01/11 de 2015.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 106/2015.

VALOR: R\$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 16 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 112/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 112/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ECCO'S PIRÂMIDE LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação estruturas em alumínio com cobertura(pavilhão, camarins, palco, camarotes), geradores de energia e equipamentos de sonorização para a 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí a ser realizada nos dias 29, 30 e 31/10 e 01/11 de 2015.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 106/2015.

VALOR: R\$ 53.099,60 (cinquenta e três mil, noventa e nove reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 16 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 113/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 113/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: RUDNEI REIS DA VEIGA ME

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico de Baitaca e Grupo do Fundo da Grota, representado com exclusividade pela Contratada, e que fará sua apresentação artística no dia 30 de outubro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 012/2015.

VALOR: R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 21 de outubro de 2015.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

INEXIBILIDADE 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2015

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2015.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito, torna público a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 169/2015 e, com fulcro no art. 25, inciso III, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico de Baitaca e Grupo do Fundo da Grota, representado com exclusividade pela contratada e que fará sua apresentação artística em 30 de outubro de 2015, fazendo parte da programação da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expomondaí, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Rudnei Reis da Veiga ME, CNPJ nº. 19.182.979/0001-94.

VALOR: R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).

Mondaí – SC, 21 de outubro de 2015.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 106/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 21/outubro/2015 até as 13:45 horas do dia 03/novembro/2015. Abertura da sessão no dia 03/novembro/2015 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o a contratação futura de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELETRICOS, ELETRONICOS(APARELHOS DE TV, PARABOLICAS, MAQUINAS DE LAVAR E SECAR, LIQUITIFICADOR ENTRE OUTROS); SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR- (INSTALAÇÃO, REMOÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO) nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2015/2016.

2 – DA EXECUÇÃO

1.1 – Do acesso aos mercados:

1.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

1.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XII.

1.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VI.

1.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

3.2

3.3 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

3.4 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

3.5 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

3.6 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

3.7 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

3.8 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.9 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

- f) conter prazo de validade da ata;
- g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo VIII;

4.4.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo IX;

4.4.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo X;

4.5 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VI e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias, especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em
7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4. receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade

dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

8.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário

Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa

aceitável;

III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. - tiver presentes razões de interesse público;

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2015/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

18 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Relação das quantidades aproximadas
- g) ANEXO VII – Modelo Declaração de Idoneidade
- h) ANEXO VIII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- i) ANEXO IX - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- j) ANEXO X – Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO XI - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XII – Do acesso aos mercados.
- n) .ANEXO XIII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 21 de Outubro de 2015
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 51/2015 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGAO PRESENCIAL 51/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 30/Outubro/2015.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III
PREGAO PRESENCIAL 51/2015

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV
PREGAO PRESENCIAL 51.2015**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015****ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ANEXO - VI**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015****RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA**

01	500HRS	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELETRICOS, ELETRONICOS(APARELHOS DE TV, PARABOLICAS, MAQUINAS DE LAVAR E SECAR, LIQUITIFICADOR ENTRE OUTROS).	29,00	16.000,00
02	120HRS	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CONDICIONADORES DO AR: INSTALAÇÃO, REMOÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO.	105,00	12.996,00
		TOTAL PREVISTO		27.100,00

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 106/2015 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 106/2015 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 106/2015, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO XII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015**DO ACESSO AOS MERCADOS**

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL
Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL
Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL
Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

ANEXO XIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELETRICOS, ELETRONICOS(APARELHOS DE TV, PARABOLICAS, MAQUINAS DE LAVAR E SECAR, LIQUITIFICADOR ENTRE OUTROS); SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CONDIÇÃOADORES DE AR- (INSTALAÇÃO, REMOÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO) conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

- 5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes

4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.13

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 106/2015, Pregão Presencial nº 51/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, .../.../...

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: .../.../...

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 02/2015 FHN

ATA CONCORRÊNCIA 02/2015 FHN

OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE GASES MEDICINAIS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC AO(S) 23 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 70 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

INICIALMENTE PROCEDEU-SE A ANÁLISE NECESSÁRIOS DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA REDGÁS INSTALAÇÕES DE GASES INDUSTRIAIS LTDA – EPP (AUSENTE) CONSTATANDO QUE FALTOU A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 4.7.1 DO EDITAL CORRESPONDENTE ONDE EXIGE A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TECNICA CONTENDO NOME E FUNÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DA OBRAS.

4.7.1 APRESENTAR DECLARAÇÃO DE QUE DISPONIBILIZARÁ DO APARELHAMENTO, DO PESSOAL TÉCNICO, DE TODOS OS MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, GARANTINDO QUE NÃO HAVERÁ QUALQUER TIPO DE PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS POR FALTA DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, ADEQUADA E DISPONÍVEL PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, BEM COMO DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA (CONTENDO NOMES E FUNÇÕES) QUE SERÃO RESPONSÁVEIS DIRETAMENTE PELA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.

DESTA FORMA A COMISSÃO DECIDE ABRIR O PRAZO PARA APRESENTAREM OS DOCUMENTOS PENDENTES (PRAZO DE 8 DIAS UTEIS) (LEI 8666 ART 48 §3º) TAIS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ENVELOPE LACRADO NO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES ATÉ O DIA 09/11/2015 AS 17:30H SENDO QUE OS MESMOS SERÃO ABERTOS NO DIA 10/11/2015 AS 16:30 HORAS NO MESMO LOCAL DA PRIMEIRA SESSÃO PARA HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO DEFINITIVA DOS LICITANTES SUPRA MENCIONADOS.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS A EMPRESA A PROTOCOLAR O DOCUMENTO PARA QUE A MESMA SEJA HABILITADA E POSSA DAR PROSEGUIMENTO A LICITAÇÃO A ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 FMAS

ATA PREGÃO 09/2015 fmas

AO(S) 23 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (12984), RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15915).

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES RICARL DISTRIBUIDORA E LINEAR TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E ENQUADRADAS COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTAS E VISTADAS PELOS PRESENTES. COM A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS PRESENTES VERIFICOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS DOS ITENS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

OS ITENS 26 E 63 FORAM FRACASSADOS.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

MARIA BENEDITA CORREA PREGOEIRA

CARLA CLAUDINO - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELE JUSTINO ----- EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA-----EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 66/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO "PROGRAMA DA ASSISTENCIA SOCIAL", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 09/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 09/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 23 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA-Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 147/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 147/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRICA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA) PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA, EM LOGRADOUROS PUBLICOS, PRAÇAS E JARDINS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 11/11/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 11/11/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 23 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO

Processo Administrativo nº 098/2014

Auto de Infração nº. 1065/2014 e 1763/2014.

Reclamante: KAIROS COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI ME.

Decisão de 1ª Instância

I – Relatório

Trata-se de Defesa Administrativa impetrada pelo contribuinte, em face dos Autos de Infração sob nº 1065/2014 e 1763/2014, exarada pela autoridade fiscal deste Município, ante a não entrega da declaração das informações no livro eletrônico, aduzindo para tanto que:

- i) Quanto ao auto de infração nº 1065/2014, sua inscrição do cadastro municipal ocorreu somente no dia 28/04/2014, portanto não poderia entregar a declaração referente o mês 03/2014;
- ii) Com relação ao auto de infração nº 1763/2014, não teve movimentação no mês da autuação, por isto deixou de efetuar a entrega da declaração.

Por fim, requer o cancelamento das multas aplicadas.

É o relatório.

II - Do mérito

No que tange ao auto de infração nº 1065/2014 razão assiste à Defendente, posto que em consulta ao Cadastro Econômico Fiscal do Município, verifica-se a data de movimento referente a importação dos dados da JUCESC somente em 28/04/2014, portanto, inviável a entrega da declaração na competência 03/2014.

Já em relação ao auto de infração nº 1763/2014, em que pese toda a argumentação, à guisa da realidade fática, a mesma não merece prosperar.

É que os argumentos utilizados não me sensibilizam a ponto de cancelar o auto de infração ora guerreado, vale dizer, pouco importa se houve ou não movimentação, a obrigatoriedade da entrega da declaração permanece, nos exatos termos do artigo 5º, § 4º do Decreto 581/2011, a saber:

Art. 5º A DIF-e - Declaração de Informações Fiscais Eletrônicas - deverá ser enviada à Secretaria de Finanças, Fiscalização e Controle através do endereço eletrônico <http://www.navegantes.sc.gov.br>, na ferramenta SERVIÇOS FISCAIS ON-LINE.

...)

§ 4º A DIF-e deverá ser enviada pelo prestador e pelo tomador que seja substituto tributário ou tenha a obrigação de reter na fonte, mesmo que no mês em questão não haja prestação ou contratação de serviços, enviando tão somente o protocolo "sem movimento" pela própria ferramenta emissora.

Ademais, a exigibilidade da obrigação acessória tem interesse direto na arrecadação ou fiscalização de tributos, ex vi do § 2º do art. 113 do CTN.

Nesses moldes, importante citar esclarecedora lição de Celso Ribeiro Bastos:

"A obrigação acessória é uma normatividade auxiliar que torna possível a realização da principal. É acessória no sentido de que desempenha um papel auxiliar. Não se quer dizer com essa denominação que a obrigação acessória esteja subordinada ou mesmo depende da principal. A obrigação acessória visa a fiscalização de tributos, objetivando o pagamento destes (obrigação principal). Note-se que ela é fundamental para efetivação do pagamento do tributo" (Celso Ribeiro Bastos, em comentários ao Código Tributário Nacional, vol. 2, coord. Ives Gandra da Siva Martins, ed. Saraiva, 1998, p. 147/148)

De igual forma, não há como se considerar a alegação de problemas técnicos nos servidores do município, até porque se assim o fosse, todos os demais contribuintes teriam tido o mesmo problema, o que não ocorreu.

III – DECISÃO

Ante o exposto, pelas razões de fato e de direito relatadas, julgo Parcialmente Procedente o pleito formulado pelo Defendente, vale dizer, sou pelo cancelamento do auto de infração nº 1065/2014 e mantendo-se, na íntegra, o auto de infração n. 1763/2014.

Intime-se o Defendente acerca desta decisão, bem como para que efetue o pagamento ou, querendo, a interposição de recurso à Instância Superior, sob pena da inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial, nos termos da lei.

Navegantes/SC, 07 de abril de 2015.

JEFFERSON AMARAL

Julgador de Primeira Instância

DECRETO Nº 480 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 480 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3045 de 23/10/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 4.133.000,00 (Quatro Milhões, Cento e Trinta e Três Mil Reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.93.00.00.00 – Apl. Diretas Decorr. De Op. Entre Órgãos R\$ 19.990,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.126 – Precatórios Judiciais

30 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 9.700,00

31 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 27.870,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

03 – Diretoria de Tecnologia da Informação

04.126.0005 – 1.050 – Programa de Modernização Administrativa e Tributária – PMAT

38 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 98.980,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

50 – 3.2.91.00.00.00 – Encargos da Dívida – Apl. Diretas Decorr. Apl. R\$ 49.990,00

52 – 4.6.91.00.00.00 – Amortização da Dívida - Apl. Diretas Decorr. Apl. R\$ 49.990,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

02 – Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 1.024 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Máquinas para a Agricultura

165 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 34.200,00

20.606.0029 – 1.027 – Construção da Carrera p/Pescadores – Coberta

171 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.451.0058 – 1.076 – Drenagem urbana Sustentável – Macro Drenagem

197 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 150.0000,00

26.453.0020 – 1.077 – Mobilidade Urbana – Infraestrutura

209 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.870,00

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 – 1.041 – Aquisição de Veículos para a Frota Municipal

223 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 19.990,00

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 1.087 – Drenagem Pluvial

236 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 315.440,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

01 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

04.123.0062 – 1.091 – Programa de Modernização Administrativa e Tributária – PMAT

250 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLSCENTE E JUVENTUDE

02 – Diretoria de Políticas da Juventude

08.243.0063 – 2.007 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Juventude

271 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

08.244.0063 – 2.145 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Juventude

273 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

Total - Recursos Ordinários (10000) R\$ 1.006.000,00

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transferências Resultantes de Impostos

13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - EF

96 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 70.000,00

12.365.0007 – 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI

99 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 170.000,00

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – EI

127 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

12.361.0008 – 1.020 – Aquisição de Equipamentos de Informática

111 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 97.000,00

12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF

115 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

03 – Diretoria de Projetos Educacionais

12.361.0014 – 1.022 – Transporte p/Todos – Aquisição de Veículos/Ônibus Escolares

143 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 130.000,00

Total – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos (10100) R\$ 627.000,00

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60%

13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.042 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Fundeb – 60% - EI

130 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 2.500.000,00

Total dos Recursos – Transferências do Fundeb – 60% (11800) R\$ 2.500.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

01 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

01 – Diretoria de Comunicação Social

04.131.0003 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social

12 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

13 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 10.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de RH

32 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 160.000,00

33 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 100.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.243.0032 – 2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar

62 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

63 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 1.000,00

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

86 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 15.000,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

187 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

201 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 600.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

04 – Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
257 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

08.243.0065 – 2.144 - Manut. e Func. da Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

267 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 15.000,00

Total - Recursos Ordinários (10000) R\$ 1.006.000,00

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transferências Resultantes de Impostos

13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EI

136 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 627.000,00

Total – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos (10100) R\$ 627.000,00

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60%

13 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.040 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF

119 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 2.500.000,00

Total dos Recursos – Transferências do Fundeb – 60% (11800) R\$ 2.500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 23 de Outubro de 2015.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Outubro de 2015.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL Nº 030/2015

EDITAL Nº 030/2015

Fixa data e estabelece as orientações gerais e critérios para a matrícula da Rede Municipal de Ensino de Navegantes, para o ano letivo de 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições, torna público os procedimentos destinados à matrícula na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Complementar no Município de Navegantes, para o ano letivo de 2016, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e entidades conveniadas.

Fundamentação Legal

De acordo com o disposto na Constituição Federal/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9.394/96, Leis Federais Nº 11.114/05 e Nº 11.274/06 que dispõe sobre a duração do ensino fundamental a partir dos 04 anos de idade até 17 anos, Lei Nº 1319 de 01 de dezembro de 1999 que cria o Sistema Municipal de Ensino, Lei Complementar do Sistema Municipal de Ensino Nº 179 de 30 de Abril de 2013, Resolução nº 004 de 27 de outubro de 2009, que dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, amparado pelas Leis Federais nº. 11.114, de 16 de maio de 2005, e nº. 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula na Educação Básica/ano letivo 2016.

Apresentação

1. A Secretaria Municipal de Educação estabelece através deste edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2016, nas unidades escolares que oferecem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e as Atividades de Educação Complementar.
2. O acesso A Educação Infantil a partir de 04 anos e ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.
3. No ensino fundamental de nove anos de duração a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais, sendo que os primeiros três anos do ensino fundamental são consideradas turmas de alfabetização.
4. Em 2016 a rede municipal de ensino oferecerá o ensino fundamental de 9 anos de duração, conforme quadro abaixo:

OFERTA DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR DE 9 ANOS DE DURAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES EM 2016									
SISTEMA DE 9 ANOS DE DURAÇÃO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Dos Objetivos

6 Do Objetivo Geral

5.1 Este edital tem por objetivo geral assegurar a matrícula de todas as crianças e adolescentes em idade de frequentar o ensino regular nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

7. Dos Objetivos Específicos

6.1 Dar publicidade ao edital afixando-o em local de fácil acesso e visibilidade aos interessados;

6.2 Assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 4 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março de 2016, no ingresso da educação infantil e na faixa etária de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2016, no ingresso do ensino fundamental;

6.3 Renovar a matrícula dos alunos que estudam na escola, desde que comprovem residência próxima a escola, respeitando o zoneamento;

6.4 Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste edital;

6.5 Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais;

6.6 Organizar a distribuição de vagas disponíveis na escola, de acordo com o número de alunos previsto neste edital;

DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

8. A matrícula para os alunos da Rede Municipal de Ensino far-se-á através da confirmação, junto à Unidade de Ensino em que o aluno já se encontra matriculado, segundo o planejamento pré-elaborado pela Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, sob a orientação do Departamento Pedagógico e Comissão organizadora 2015/2016, de acordo com o item 7.3;

9. Para os alunos novos, os pais ou responsáveis deverão preencher a ficha de matrícula junto à Unidade Escolar, respeitando o zoneamento e apresentando a documentação necessária.

10. A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de contribuição financeira ou imposição de condições relativas à material escolar, uniforme, ou equivalentes;

11. Esgotadas as possibilidades de matrícula na Unidade Escolar do zoneamento, a criança deverá ser matriculada em outra escola mais próxima do bairro que reside, nesse caso o responsável deve ser encaminhado para a Secretaria da Educação, a qual irá dar as orientações necessárias;

12. A divulgação da matrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Diretores das Unidades Escolares, de Centros de Educação Infantil e de Educação de Jovens e Adultos, utilizando os recursos disponíveis.

13. O número de vagas oferecidas será previamente divulgado pelas Unidades de Ensino.

DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

14. Terão direito à matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental os alunos com 06 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2016.

15. Números de Alunos por sala:

I. 1º ano: 28 alunos;

II. 2º ano: 30 alunos;

III. 3º ano: 35 alunos;

IV. 4º ano: 35 alunos;

V. 5º ano: 35 alunos;

VI. Ensino Fundamental Anos/Séries Finais: 38 alunos.

16. O parâmetro para a formação das turmas, em locais onde o espaço físico não comporta a quantidade de alunos em cada sala, conforme especificado no edital, decorrerá das especificações da metragem das salas de aula, o mesmo critério será válido para as salas que comportam mais alunos do que o número determinado.

Dos Procedimentos para Realização da Matrícula

17. Os procedimentos referentes à matrícula são os seguintes:

17.1 Renovação de Matrícula - garantir a vaga ao aluno matriculado no ensino fundamental regular, oferecido na rede municipal de ensino e pretende continuar seus estudos na mesma unidade escolar – de acordo com o item 7.3 -. Neste caso, haverá apenas a atualização de dados e confirmação do pai/mãe ou responsável legal, ou do aluno, se maior de idade. Será compromisso da família ou do aluno, se maior de idade, comunicar à escola qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula. A renovação de matrícula será efetuada no ano/série indicada pelo resultado aferido no processo de avaliação e promoção em vigor.

17.2 Matrícula Nova - a matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, ou pelo aluno se maior de idade, por meio do preenchimento da ficha de matrícula. Será efetuada para alunos que ingressarão na Rede Municipal de Ensino de Navegantes, no ensino regular e no caso de estudo interrompido ou sem escolaridade anterior. As matrículas novas serão realizadas conforme o disposto neste edital. A matrícula pode ser efetuada em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais. Quando a data da matrícula incorrer em reprovação por infreqüência, o aluno e seu responsável legal deverão ser informados e declarar em documento específico ciência desta situação.

17.3 Matrícula por Transferência - será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência para próximo à outra unidade escolar. Nos casos de transferência entre sistemas de ensino, com organização de ensino fundamental com 8 e 9 anos de duração, o aluno será classificado ou reclassificado, considerando-se o documento de transferência.

17.4 Cancelamento de Matrícula - é o desligamento definitivo do aluno da unidade escolar e decorre da iniciativa do pai ou responsável legal, ou do próprio aluno quando maior de idade, através de requerimento preenchido na secretaria da escola, com exposição de motivos para o

cancelamento e apresentação de comprovante de matrícula em outra instituição, não caracterizando evasão. Não pode haver cancelamento compulsório de matrícula por parte da escola, exceto quando a documentação apresentada não for fidedigna.

17.5 Desistência de Matrícula - ocorre na situação em que o aluno apresentar 60 dias de faltas consecutivas, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração, caracterizando abandono de estudos sem cancelamento de matrícula.

DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

18. Número de alunos por sala:

I. Berçário I: 20 alunos - (Crianças de 04 (quatro) a 09 (nove) meses);

II. Berçário II: 22 alunos - (Crianças com 01 (um) ano de idade completo até 31 de março);

III. Berçário III: 24 alunos - (Crianças com 02 (dois) anos de idade completos até 31 de março);

IV. Maternal I: 28 alunos - (Crianças com 03 (três) anos de idade completos até 31 de março);

V. Maternal II Integral: 30 alunos - (Crianças com 04 (quatro) anos de idade completos até 31 de março);

VI. Maternal II Parcial: 28 alunos - (Crianças com 04 (quatro) anos de idade completos até 31 de março);

VII. Jardim I Integral: 35 alunos - (Crianças com 05 (cinco) anos de idade completos até 31 de março);

VIII. Jardim I Parcial: 28 alunos - (Crianças com 05 (cinco) anos de idade completos até 31 de março);

19. O parâmetro para a formação das turmas, em locais onde o espaço físico não comporta a quantidade de alunos em cada sala, conforme especificado no edital, decorrerá das especificações da metragem das salas de aula, o mesmo critério será válido para as salas que comportam mais alunos do que o número determinado.

Do Desdobramento e Redução de Turmas

20. Competirá a Secretaria Municipal de Educação de Navegantes e Comissão de Matrícula, respeitada a realidade escolar e espaço físico autorizar o desdobramento de turmas com número de alunos diferente do fixado.

21. Art. 96 da lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril de 2013: "A redução de turmas no âmbito das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino de Navegantes terá sua autorização concedida pelo Conselho Municipal da Educação, desde que sejam observados:

I – A Unidade Educacional conta com mais de uma turma do mesmo ano ou série;

II – A turma reduziu o número de alunos para menos de 10 (dez) alunos;

III – Não se registram matrículas nos 4 (quatro) bimestres anteriores para a mesma turma;"

22. O oferecimento de anos iniciais ou anos/séries finais do Ensino Fundamental em novo turno de funcionamento depende de autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação.

DOS CRITÉRIOS PARA MATRÍCULA

I Do Ensino Fundamental

23. Renovação da matrícula para alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, de acordo com o item 7.3;

23.1 Matrículas para alunos novos deverão respeitar o quadro de vagas existentes em cada Unidade Escolar e o Zoneamento.

24. Para efetivação de matrícula são necessários os seguintes documentos:

24.1 Cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade;

24.2 Foto – opcional * a critério da Unidade Escolar;

24.3 Cópia do comprovante de residência;

24.4 Atestado de frequência, quando transferido;

24.5 CPF do pai ou da mãe ou do responsável legal;

24.6 Apresentar declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis;

24.7 Apresentar o protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras.

24.8 Laudo de comprovação de deficiência ou doença crônica para adequação de ações de atendimento educacional especializado por parte de Rede Municipal de Ensino;

25. Para os alunos transferidos é necessário acrescentar aos documentos:

25.1 Histórico escolar, ou atestado de conclusão, ou de frequência se, no decorrer do ano.

25.2 No prazo máximo de trinta dias deverá entregar o processo de transferência;

II Da Educação Infantil

26. Para efetivação da matrícula são necessários os seguintes documentos:

26.1 Declaração de trabalho dos pais ou responsáveis pela criança matriculada na creche;

26.2 Declaração de trabalho dos pais ou responsáveis pela criança matriculada na pré-escola em período integral;

26.3 Comprovante de residência atualizada;

26.4 Laudo de comprovação de deficiência ou doença crônica para adequação de ações de atendimento educacional especializado por parte de Rede Municipal de Ensino;

26.5 Cópia da certidão de nascimento;

26.6 Cópia da carteira de vacinação devidamente atualizada;

III Da Educação de Jovens e Adultos

27. Cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade;

28. Cópia do comprovante de residência;

29. Atestado de escolaridade

30. Laudo de comprovação de deficiência ou doença crônica para adequação de ações de atendimento educacional especializado por parte de Rede Municipal de Ensino;

IIII Da Educação Complementar * novas matrículas só serão abertas havendo vagas.

31. Renovação da matrícula para alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino e que frequentaram a Educação Complementar em 2015;

32. Estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência.
33. Estudantes em defasagem ano/série idade;
34. Estudantes dos anos iniciais – 4º e 5º ano -, nas quais há uma maior evasão na transição para o Ensino Fundamental II;
35. Estudantes das séries/anos finais – 8º ano e 9º ano -, nas quais há um alto índice de abandono;
36. Estudantes de anos/séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência;
37. Estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família;

DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA

- Fica estabelecido que o período de matrículas para os alunos da Pré-Escola matriculados na Rede Municipal de Ensino no ano de 2015 e que em 2016 frequentarão o 1º ano será no mesmo período de renovação de matrículas para o Ensino Fundamental.

I Do Ensino Fundamental

38. Período de renovação de matrícula: de 09 a 13 de novembro de 2015.
39. Período de matrícula para alunos novos: de 23 a 27 de novembro de 2015.

II Da Educação Infantil

40. Renovação de matrícula para os alunos que já frequentam os Centros de Educação Infantil será no período de 09 a 13 de novembro de 2015.
41. Período de matrícula para alunos novos: de 23 a 27 de novembro de 2015.

III Da Educação de Jovens e Adultos

42. Período de renovação de matrícula: de 09 a 13 de novembro de 2015.
43. Período de matrícula para alunos novos: de 23 a 27 de novembro de 2015.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

44. A escola deverá a partir do ato de matrícula assegurar à comunidade escolar acesso ao regimento interno, às normas da escola e ao Projeto Político Pedagógico.
45. Acrescentar na ficha de matrícula – CADASTRO DO NUMERO DO NIS – NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO SOCAIL;
46. A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância das mesmas serem expedidas o mais breve possível, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação. Quando for solicitada transferência a Escola deverá emitir mediante atestado de vaga o atestado de frequência.
47. A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação e/ou autorização dos pais do aluno ou responsável legal, ou do aluno, quando maior de idade, sob parecer da direção e da coordenação pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.
48. É vedado a unidade escolar transferir compulsoriamente o aluno.
49. Garantir a divulgação das escolas que oferecem ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e /adultos, na Rede Municipal de Ensino.
50. A Comissão de Matrículas e a equipe da Secretaria Municipal de Educação, em caso de suspeita ou denúncia, fará revisão das matrículas que não obedecerem aos critérios estabelecidos neste edital, promovendo, se necessário, ações administrativas e/ou judiciais.
51. As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsável legal serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão, em conformidade com a legislação vigente.
52. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de matrículas 2015/2016 em parceria com a Secretaria da Educação, Conselho Municipal da Educação e direção das escolas;
53. Revogam-se as disposições em contrário.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretária de Administração

Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária Municipal de Educação

Comissão:
Alessandra Vieira
Ana Lucia dos Santos Coelho
Gislene Rodrigues
Idilzamar Francisco Pacheco
Lourdes de Fátima Waltrick Dias Caldeira
Luiza Ramos de Lima Couto
Margarete da Rosa Brustolin
Nerozilda Pinheiro Ferreira

Navegantes, 21 de outubro de 2016.

LEI 3046 REVERSÃO DE IMÓVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3046 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A REVERSÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA E A INCORPORÁ-LO AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a reversão de um terreno representado pela Área nº 05-B, sem benfeitorias, situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana deste Município de Navegantes-SC, do desmembramento sem denominação oficial, na vigésima sexta quadra do lado par da Av. Prefeito José Juvenal Mafra, com área total de 1.834,482 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na FRENTE que faz ao SUDOESTE, com a avenida acima citada, onde mede 22,911 metros; FUNDOS que faz ao NORDESTE com o lado ímpar da Rua Doutor Rudolf Gair, onde mede 32,999 metros; EXTREMA ao NOROESTE com terras do Município de Navegantes (lote nº 04), onde mede 62,00 metros e ao SUDESTE com terras do Município de Navegantes (Área nº 05-A) onde mede 62,029 metros quadrados, imóvel devidamente matriculado sob o nº 10.087 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes, e, a incorporá-lo ao patrimônio do Município de Navegantes.

Art. 2.º Para efeito do que dispõe o artigo 1º desta Lei, será lavrada a respectiva escritura pública de reversão ao patrimônio municipal da área anteriormente doada.

Parágrafo único. As despesas com escrituração correrão por conta do Município de Navegantes.

Art. 3.º Fica revogada a lei 2445 de 18 de maio de 2011.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de outubro de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3047 ALTERA LEI 3019 EMAP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3047 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 3019 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art 1.º Os parágrafos do artigo 1º da lei nº 3019 de 18 de agosto de 2015 passam a vigor com a seguinte redação:

“(…)

§ 1.º A EMAP será constituída na forma de Unidade Orçamentária da Secretaria de Gestão e Controle e dirigida pelo (a) Secretário (a) da pasta, ou servidor(a) por ele(a) designado(a), com apoio de uma Comissão de Extensão e Qualificação.

§ 2.º A Comissão de Extensão e Qualificação de que trata o parágrafo primeiro deste artigo será composta por 5 (cinco) servidores efetivos, designados por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, e terá como principais atribuições a pesquisa de demanda e a deliberação acerca das áreas a serem priorizadas, bem como a indicação dos ministrantes dos cursos, palestras, oficinas, seminários e outros eventos similares”.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 263 ALTERA LC 009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI COMPLEMENTAR N.º 263 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 9 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o art. 36 da lei complementar nº 9 de 18 de novembro de 2003, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 36 O concurso para remoção será realizado anualmente, quando e se houver interesse público, e será precedido de Edital de Convocação, a ser publicado no órgão oficial de divulgação do Município com o prazo de antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
§ 1º O concurso de remoção de que trata o caput deste artigo levará em consideração os critérios de tempo de serviço na carreira, nível de habilitação, aperfeiçoamento profissional e assiduidade.

§ 2º
§ 3º”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da lei complementar nº 9/2003.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3045 DE 23/10/2015

LEI Nº 3045 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 4.133.000,00 (Quatro Milhões, Cento e Trinta e Três Mil Reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.93.00.00.00 – Apl. Diretas Decorr. De Op. Entre Órgãos R\$ 19.990,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.126 – Precatórios Judiciais

30 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 9.700,00

31 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 27.870,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

03 – Diretoria de Tecnologia da Informação

04.126.0005 – 1.050 – Programa de Modernização Administrativa e Tributária – PMAT

38 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 98.980,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

50 – 3.2.91.00.00.00 – Encargos da Dívida – Apl. Diretas Decorr. Apl. R\$ 49.990,00

52 – 4.6.91.00.00.00 – Amortização da Dívida – Apl. Diretas Decorr. Apl. R\$ 49.990,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

02 – Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 1.024 – Aquisição de Equipamentos, Veículos e Máquinas para a Agricultura

165 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 34.200,00

20.606.0029 – 1.027 – Construção da Carrerap/Pescadores – Coberta

171 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.451.0058 – 1.076 – Drenagem urbana Sustentável – Macro Drenagem

197 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 150.0000,00

26.453.0020 – 1.077 – Mobilidade Urbana – Infraestrutura

209 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.870,00

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 – 1.041 – Aquisição de Veículos para a Frota Municipal

223 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 19.990,00

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 1.087 – Drenagem Pluvial

236 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 315.440,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

01 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

04.123.0062 – 1.091 – Programa de Modernização Administrativa e Tributária – PMAT

250 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLSCENTE E JUVENTUDE

02 – Diretoria de Políticas da Juventude

08.243.0063 – 2.007 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Juventude

271 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

08.244.0063 – 2.145 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Juventude

273 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

Total - Recursos Ordinários (10000) R\$ 1.006.000,00

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transferências Resultantes de Impostos

13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EF

96 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 70.000,00

12.365.0007 – 2.054 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI

99 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 170.000,00

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – EI

127 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 100.000,00
12.361.0008 – 1.020 – Aquisição de Equipamentos de Informática
111 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 97.000,00
12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
115 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.361.0014 – 1.022 – Transporte p/Todos – Aquisição de Veículos/Ônibus Escolares
143 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 130.000,00

Total – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos (10100) R\$ 627.000,00

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60%
13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 2.042 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Fundeb – 60% - EI
130 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 2.500.000,00

Total dos Recursos – Transferências do Fundeb – 60% (11800) R\$ 2.500.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários
02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
01 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
01 – Diretoria de Comunicação Social
04.131.0003 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social
12 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00
13 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 10.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de RH
32 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 160.000,00
33 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 100.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.243.0032 – 2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar
62 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 20.000,00
63 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 1.000,00
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
86 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op .Intra R\$ 15.000,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 – Diretoria de Eventos e Marketing
23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing
187 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
01 – Diretoria de Operações
15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações
201 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 600.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
257 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente
08.243.0065 – 2.144 - Manut. e Func. da Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente
267 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 15.000,00

Total - Recursos Ordinários (10000) R\$ 1.006.000,00
Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transferências Resultantes de Impostos
13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EI
136 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 627.000,00

Total – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos (10100) R\$ 627.000,00

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60%
13 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.040 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
119 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 2.500.000,00

Total dos Recursos – Transferências do Fundeb – 60% (11800) R\$ 2.500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 23 de Outubro de 2015.
Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

**PORTARIA 2832 COMISSÃO PERMANENTE
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

PORTARIA N º 2832 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015
INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E
REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores para instituírem a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município, cujos nomes são os seguintes: Anna Cláudia Gaya Costa – Diretora, Cassiano Ricardo Weiss – Secretário de Governo –, Vilmar Cândido – Topógrafo -, Renata Dione Neves – Professora –, Natália Ferreira Costa – Diretora -, Márcio Butzke – Engenheiro – e Célio de Oliveira – Assessor Técnico - para, sob a presidência da primeira, instituírem a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria 1805 de 4 de abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 957/2015

PORTARIA Nº 957/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", ELIZANGELA MARA ROZA, matrícula nº 6967, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Pré Escolar - Professor Auxiliar), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 16 de outubro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), em atendimento as exigências do resultado pericial da Professora Rosi Maria Tomasi Schmitt, datado de 30/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 16 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELIZANGELA MARA ROZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Militão Costa, nº 105, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 061.472.489-95, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Pré Escolar - Professor Auxiliar), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre

Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em atendimento as exigências do resultado pericial da Professora Rosi Maria Tomasi Schmitt, datado de 30/09/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 16 de outubro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Elizangela Mara Roza

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 959/2015

PORTARIA Nº 959/ 2015
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 905/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal SILDA RENGEL PERING, matrícula nº 29, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 12 de outubro de 2015 a 10 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 14/10/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de outubro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 960/2015

PORTARIA Nº 960/ 2015
Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal GILMARA BERTOTTI, matrícula nº 272, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência I, com 20 (vinte) horas semanais, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 08 de outubro de 2015 a 06 de dezembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 21/10/2015

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de outubro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 19 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 960/2015 "A"

PORTARIA Nº 960/ 2015 "A"
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, ELER FRANZOI, matrícula nº 6971, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2015 a 06 de dezembro de 2015, em Substituição a Titular Gilmara Bertotti, afastada conforme Portaria nº 960/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de outubro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ELER FRANZOI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 523, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 479.657.389-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Gilmara Bertotti, afastada conforme Portaria nº 960/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de outubro de 2015 a 06 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Eler Franzoi

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 961/2015

PORTARIA Nº 961/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro ao Servidor Público Municipal ALCIRES LUIZ DALRI, matrícula nº 548, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de Servidores deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 06/09/2010 a 05/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2014

TERMO ADITIVO VALOR (ADIÇÃO)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 120/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME., estabelecida a Rua Dr. Almir Zunino, nº 564, Jardim São Paulo, cidade de São João Batista/SC, inscrita no CNPJ Nº 07.258.202/0001-87, neste ato representada por JOSÉ IRIVAM AMORIM, inscrito no CPF nº 692.454.449-53, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 120/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 120/2014, para aditar a importância de R\$ 3.765,44 (três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) correspondente a 6,59 % do valor da Obra, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores de adição.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando

seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 08 de outubro de 2015.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI
Prefeito em Exercício

ANDRADE & AMORIM PAVIMENTA-
ÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME
Contratada

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____
Aprigio José Botameli
CPF. 716.268.249-91

2. _____
Cátia Maria Búrigo
CPF. 576.333.559-72

Ouro

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 0002/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 0002/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 27/11/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0053/2015, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 0002/2015, tipo menor preço global, em regime de EMPREITADA GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, em Ruas Presidente Kennedy e na Rua Principal do Distrito de Santa Lucia. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 02/10/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 02/2015

O Município de Paial, Estado de Santa Catarina, torna público que realizará, na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições para PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS para o período letivo de 2016, destinado ao recrutamento de pessoal em caráter temporário.

As inscrições serão realizadas no período do dia 28 de outubro de 2015, até o dia 11 de novembro de 2015, pela internet, mediante formulário específico, disponibilizado no site www.amauc.org.br

Edital. Integra do edital e informações na Amauc pelo site www.amauc.org.br ou paial.sc.gov.br, ou pelo telefone (49)34823500.

Município de Paial-SC, 23 de outubro de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.907, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.907, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

CRIA, NA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, A SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais, e considerando as disposições constantes da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica criada a Secretaria Executiva de Defesa Civil no âmbito da Administração do Município de Palhoça, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 2º A Secretaria Executiva de Defesa Civil tem por finalidade articular e executar, juntamente com outros órgãos do Poder Executivo Municipal, normas e procedimentos ao planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas atinentes a defesa e proteção civil.

Art. 3º Compete à Secretaria Executiva de Defesa Civil:

I – Formular e conduzir a Política Municipal de Defesa Civil;

II – Contribuir para a formulação da política de desenvolvimento municipal integrada;

III – Estabelecer estratégias e diretrizes para orientar as ações de redução de desastre, em âmbito municipal;

IV – Coordenar e promover, em articulação com os Estado, e União, a implementação de ações conjuntas dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil -SIMDEC;

V – Promover, em articulação com outros, Municípios e a Coordenadoria Regional de Defesa Civil, a organização e a implementação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC;

VI – Instruir processos ao Chefe do Poder Executivo Municipal, de situações de emergência e de estado de calamidade pública;

VII – Participar de órgãos colegiados que tratem da execução de medidas relacionadas com a proteção da população, preventivas e em caso de desastres, estabelecidos no Código de Desastres Ameaças e Riscos;

VIII – Promover o intercâmbio técnico entre organismos governamentais e defesa civil;

IX – Autorizar e assinar, por seu gestor, notas fiscais;

X – Realizar outras atividades que o serviço público exigir ou que forem expressamente outorgadas, pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Fica alterada a nomenclatura de 01 (um) cargo de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, código DAS I, que passa a ser denominado de Secretário Executivo de Defesa Civil e a integrar o Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de setembro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ERRATA 01 CP 153/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 01

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº153/2015

O Município de Palhoça comunica que houve alterações no Quadro de Quantidades e Custos (Anexo I) do Lote 02 da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 153/2015, ficando aprazado para o dia 26/11/2015 às 13:30 hs para entrega de envelopes e sessão de abertura. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site <http://palhoca.atende.net> Palhoça, 23 de outubro de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Palmitos

PREFEITURA

1º ADENDO AO PROCESSO 118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

1º ADENDO

O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2015 – MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2015. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 23 de outubro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 120/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 120/2015. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 08/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. Data limite para cadastramento de proposta e documentos de habilitação: 09/11/2015 até as 08:00 horas. Data da abertura: 09/11/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 23 de Outubro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 033/2015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Portaria Nº 033/2015 de 23 de outubro de 2015

CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO A CONVERSÃO DE 1/3 DA FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2014 À 21 DE JUNHO DE 2015"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora SANDRA MARIA DE MORAES, portadora do CPF nº. 605.752.639-20, no período de 04 à 23 de novembro de 2015, referente período aquisitivo de 22 de junho de 2014 à 21 de junho de 2015, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês de novembro/2015, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 23 de outubro de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 082/2015

DECRETO Nº. 082 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

"HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com as Leis nº 893 de 14 de agosto de 2013 DECRETA:

Art.1º- Fica homologado, para que produza efeitos legais e jurídicos, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no município de Passo de Torres.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 22 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22 de Outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

Paulo Lopes**PREFEITURA****2ºTERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 29/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Aos doze dias do mês de maio de 2015, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Pereira da Silva, nesta cidade de Paulo Lopes, SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.365/0001-32 e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Pereira da Silva, nesta cidade de Paulo Lopes, SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.289.417/0001-28, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 715.993.209-91, residente e domiciliado nesta cidade de Paulo Lopes, SC, denominado MUNICÍPIO/CONTRATANTE, e de outro a empresa AUTO POSTO VALTELINO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.965.643/0001-70 com sede na cidade de Paulo Lopes/SC neste ato representada pelo Sr. Valtelino de Sousa Silveira, brasileiro, casado, empresário inscrito no CPF sob nº 465.846.849-20, residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes/SC, denominada FORNECEDOR/CONTRATADO, firmam o presente Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Pregão Eletrônico nº 22/2014 para REGISTRO DE PREÇOS, conforme previsão no artigo 65 "d" da Lei 8.666/93, visando restabelecer o equilíbrio econômico e Financeiro dos preços:

CLÁUSULA I - DA ALTERAÇÃO

1. O objeto do presente termo aditivo é a alteração dos preços da Ata de Registro de Preço para aquisição de Combustível da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme especificações que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor atual	Valor proposto	Percentual proposto	Valor real comprovado	Percentual comprado
1	ÁLCOOL- ETANOL	2,599	2,799	7,14	Não comprovado	Não comprovado
2	Gasolina comum	3,459	3,659	5,46	3,705	7,13
3	Óleo diesel	2,849	2,949	3,39	2,941	3,26
4	Óleo diesel S10	2,999	3,099	3,23	3,091	3,10

CLAUSULA II - DA COMPROVAÇÃO

O FORNECEDOR/CONTRATADO, comprovou a alteração dos preços acima propostos através das notas fiscais emitidas pela Companhia Ipiranga Produtos de Petróleo SA de nºs 000.434.441, 001.464.045, 001.464.044, 001.461.367, 00.432.923, 001.461.368.

CLÁUSULA III - DAS DEMAIS CLAUSULAS

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais relativamente a Ata de Registro de Preços 29/2014.

Paulo Lopes, 06 de outubro de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS	AUTO POSTO VALTELINO LTDA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES	FORNECEDOR

AVISO DE DISPENSA Nº 10/2015

PROCESSO Nº 064/2015 DISPENSA Nº 10/2015

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em reabilitação da deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista aos usuários do Sistema Único da Saúde - SUS.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2015

Fundamento Legal: Art. 24 Inc. XIII da Lei 8.666/93.

Valor Mensal: R\$ 1.300,52 (um mil trezentos reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência: 12 meses

Contratado: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO LOPES

Paulo Lopes – SC, 23 de outubro de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 184/2015- PMP AUTO POSTO GIROTTTO LTDA

1º TERMO ADITIVO Nº 184/2015 - PMP

AO CONTRATO Nº 143/2014 - PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2014 -PMP, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014 - PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA SER UTILIZADO PELA FROTA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 184/2015 – PMP ao Contrato Administrativo nº 143/2014 – PMP , para fornecimento de combustível, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu E.E Prefeito Municipal, Mario Guaracy de Souza, brasileiro, viúvo, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AUTO POSTO GIROTTTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Eugenio Krause, nº 631, Centro, telefone 47-3345.6706, inscrita no CNPJ sob o nº 04.523792/0001-30, neste ato representada Sérgio José Giroto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de reequilíbrio econômico um acréscimo no valor de 6,091% sobre o valor unitário do item 1 (um) referente a gasolina comum, passando o valor para o valor de R\$: 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos), e no item 2 (dois) o óleo diesel S10 um acréscimo no valor de 4,780% passando para o valor de R\$: 3,049 (três reais zero quatro nove centavos), conforme nossa procuradoria jurídica.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de Outubro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

278

PORTARIA Nº 278/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o uso do veículo Kombi placa MGC 2089 no uso noturno, sem autorização, pelo funcionário Ari Gomes, vigia, matrícula 2774 no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 15 de outubro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

283

PORTARIA Nº 283/2015

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o descumprimento de cláusulas contratuais da empresa DIAL DEPARTAMENTOS LTDA – ME referente falta de entrega do item 19 – PASTA COM ELÁSTICO OFÍCIO 55 MM conforme Ata de Registro de Preço nº 19/2015, oriundo do Processo Licitatório 05/2015 – PMP; no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 23 de outubro de 2015.

MARIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

284**PORTARIA Nº 284/2015**

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o descumprimento de cláusulas contratuais da empresa GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA referente falta de entrega do item 12 – GIZ DE CERA MEU 1º GIZ – GIZ DE CERA CURTO conforme Ata de Registro de Preço nº 20/2015, oriundo do Processo Licitatório 05/2015 – PMP; no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 23 de outubro de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

6º TERMO ADITIVO AUTO POSTO GIROTTTO LTDA

6º TERMO ADITIVO Nº 131/2015 - FMS

AO CONTRATO Nº 78/2014 - FMS

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2014 -FMS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014 –FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA SER UTILIZADO PELA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 6º Termo aditivo nº 131/2015 – FMS ao Contrato Administrativo nº 78/2014 – FMS, para fornecimento de combustível, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AUTO POSTO GIROTTTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Eugenio Krause, nº 631, Centro, telefone 47-3345.6706, inscrita no CNPJ sob o nº 04.523792/0001-30, neste ato representada Sérgio José Giroto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de reequilíbrio econômico no valor de 6,091% sobre o valor unitário do item 1 (um) referente a gasolina comum, passando o valor para o valor de R\$: 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos), no item 2 (dois) o óleo diesel S10 no valor de 4,780% passando para o valor de R\$: 3,070 (três reais e sete centavos), conforme nossa procuradoria jurídica.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de Outubro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 103/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 103/2015 – RH/FMS

Contratado (A): PEPERSON BAPTISTA REIS, na função de Médico Plantonista, início em 23/10/2015 e término em 22/10/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 23 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PP38/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015 – MULTIENTIDADES

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONNERS NOVOS E ORIGINAIS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS E TONERS. AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS.

Entrega dos Envelopes: até o dia 10/11/2015 das 13h00min às 17h00min na Sala de Licitações e Contratos situada na Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 11/11/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 23 de outubro de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e

TERMO DE RESCISAO 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº33/2015

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 393/2015 ao Contrato nº 339/2015 PMP, firmado entre a Sra. SABRINA APARECIDA ONEDA e esta PREFEITURA, em 15 de maio de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 23 de outubro 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

TERMO DE RESCISAO 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº34/2015

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 390/2015 ao Contrato nº 332/2015 PMP, firmado entre o Sr. DIMAS CARLOS PIMENTEL e esta PREFEITURA, em 08 de maio de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 23 de outubro 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO VIVO 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA E A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº.05/2014– Câmara de Vereadores de Penha/SC, Modalidade Pregão Presencial nº. 04/2014.

OBJETO: Contratação de empresa de telecomunicações, que pos-sua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestar serviços de telefonia móvel pessoal com cobertura nacional, com fornecimento de assinaturas básicas pós-pagos, tarifa zero intra grupo, sistema de gestão on-line, assinatura mensal pacote de dados para smartphone com franquia mínima de 600mb, plano de minutos VC-1, plano de minutos VC-2, plano de minutos VC-3 com respectivos aparelhos a título de comodato conforme descrito no Termo de Referência – ANEXO I do Edital do Pregão Presencial nº 04/2014.

Através do presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 11/2014, a CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 101, inscrita no CNPJ sob o nº 83.551.515/0001-07, neste ato representada por seu Presidente, Sr. FELIPE REBELLO SCHMIDT, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa a seguir denominada CONTRATADA, com sede à Avenida Eng. Luíz Carlos Berrini, nº 1376, Cidade Monções, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, Inscrição Estadual nº 108383949112, neste ato representada por seus representantes legais, Cleber Pinheiro Lima, CPF nº 652.051.030-00 e Cédula de Identidade nº 196700413/RS e Marcelo Ataíde de Oliveira, brasileiro, casado, RG: 7390495-1/PR, CPF: 271.741.152-68, Gerente de Seção, resolvem entre si e na melhor forma de direito, Aditar o contrato nº 11/2014, datado de 10 de outubro de 2014, para constar a seguinte alteração:

I. DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 10 de outubro de 2016.

II. DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados em novembro/2015 IPCA/INPC, acumulado de 12 (doze) meses, podendo este índice ser substituído por outro equivalente no caso de sua extinção.

III. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes desta correção a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

00.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031 Ação Legislativa

01.031.0001.2.043 Manutenção e funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.39.58.00.00.00.00.0.0.0000 Serviços de Telecomunicações

IV. DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Penha/SC, 08 de outubro de 2015.

Câmara Municipal de Vereadores de Penha
CONTRATANTETelefônica Brasil S/A
CONTRATADA**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF

Nome:

CPF

Wlamir Mendonça Ferreira da Silva

Assessor Jurídico

OAB/SC nº 30323

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 022/2015

CONVÊNIO nº 22/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE
Conveniada: Fundação Cultural de Pomerode Projeto: Manutenção do Centro Cultural e das atividades da Fundação Cultural de Pomerode. Valor: R\$ 220.381,00 (Duzentos e vinte mil, trezentos e oitenta e um reais). Prazo: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 23 de outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO N.º 3.003 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 3.003 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE VEÍCULOS E FUNCIONÁRIOS DE FORMA NÃO ONEROSA AO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NAS VIAS PÚBLICAS LOCAIS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n.º 74, inciso I, alínea "n"

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2.724, de 22 de outubro de 2015, do Município de Rio dos Cedros, declarando a existência de situação anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por enxurradas; CONSIDERANDO o Art. 61 da Lei Complementar n.º 269/14 que possibilita a cessão de servidor efetivo, com ou sem ônus para a origem, para o exercício de cargo nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Município, do Estado de Santa Catarina ou em órgão da Administração Federal ou Estadual;

CONSIDERANDO que o Município de Pomerode não foi atingido de maneira expressiva pelas chuvas que atingiram a região nos últimos dias;

CONSIDERANDO que a atual situação dos municípios limítrofes a Pomerode é emergencial devido à precipitação elevada de chuva nas últimas 72 horas;

CONSIDERANDO que no momento não há necessidade de utilização da totalidade dos caminhões pipa do Município de Pomerode pelo fato de não haver focos de poeira registrados em nossas vias públicas, nem mesmo manutenção ou limpeza das vias que necessitam a utilização desse tipo de veículo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Pomerode, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a ceder de forma não onerosa ao Município de Rio dos Cedros os veículos de placas MCO 3185 e LWY 5032 e os servidores Vilmar José de Andrade e Wilfrid Kuhl, durante os dias 23, 24 e 25 de outubro do corrente ano, em horário indeterminado, para prestar auxílio à Defesa Civil na limpeza de suas vias públicas.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correm por conta da Administração Pública Municipal de Pomerode.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor a partir da data de sua assinatura, mediante publicação.

Município de Pomerode, 23 de Outubro de 2015.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.992 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.992 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E POR EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art.12º da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 4.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.1003 – Aquisição de Terrenos, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física Escolar

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03360000 – Salário Educação R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 26.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil, oitocentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito
Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 19.300,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 06.002 – Gestão Financeira e Contábil
Projeto/Atividade: 04.122.0030.2008 – Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária
Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 4.200,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos
Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 26.300,00
TOTAL R\$ 49.800,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 19.300,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 06.002 – Gestão Financeira e Contábil
Projeto/Atividade: 04.122.0030.2008 – Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 4.200,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 26.300,00
TOTAL R\$ 49.800,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil quatrocentos reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv. da Cidade
Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 24.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 15.452.0070.2025– Iluminação Pública - Cosip
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01080000 – Contribuição para o Cosip R\$ 2.400,00
TOTAL R\$ 26.400,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 239.295,00 (duzentos e trinta e nove mil duzentos e noventa e cinco reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut. da Secr. de Saúde Recursos SUS
Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209– Pmaq R\$ 189.295,00
Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380201– Pab Fixo R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 239.295,00

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 07 de outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER
Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.002, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.002, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ABONA FALTAS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 74, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e

CONSIDERANDO, o impacto causado em decorrência das chuvas que assolaram o Vale do Itajaí entre os dias 22 e 23 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abonadas, para efeitos financeiros e funcionais, eventuais faltas ao serviço registradas nos assentamentos dos servidores públicos municipais, pelos fatos ocorridos entre 22 e 23 de outubro de 2015, em decorrência das chuvas que assolaram o Vale do Itajaí, impedindo o deslocamento dos servidores aos seus locais de trabalho no Município de Pomerode.

Art. 2º A Secretaria de Administração e Fazenda- SEAF, caberá a

adoção de todas as providências ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, de 23 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010 / 2015

Processo Administrativo n.º 089 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV.

Objeto: CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PROCESSOS DE SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, QUE TENHA POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS-ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Valor Contratado – A remuneração da Contratada será através da arrecadação total das inscrições em até 1.000 candidatos. Acima desta quantidade 10% do valor será revertido ao Contratante.

Valor das inscrições: Ensino Fundamental R\$40,00; Ensino Médio R\$70,00; e Ensino Superior R\$100,00.

Prazo de vigência: Cronograma definido pela Contratada – Prazo final: 31/12/2015.

Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 23 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 023/2015

CONVÊNIO nº 023/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: Centro de Convivência Pommern Heim. Objeto: Atendimento aos idosos pomerodenses, promovendo qualidade de vida física e mental. Valor: R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais). Prazo: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 23 de outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.757, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.757, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR ACORDO JUDICIAL NOS TERMOS DA MINUTA QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pomerode, através da Procuradoria Municipal, com fulcro no art. 71 da Lei Orgânica do Município, autorizado a realizar acordo judicial nos termos da minuta de acordo que é parte integrante da presente lei.

§1º O acordo judicial garantirá a reversão do imóvel sob matrícula nº 7786, devidamente registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode/SC;

§2º O imóvel de que trata o parágrafo anterior foi doado à empresa Mundy Indústria e Comércio de Malhas LTDA pela Lei nº 1.324, de 26 de março de 1997 e, com a autorização e homologação do acordo judicial retornará ao patrimônio do município de Pomerode/SC, reconhecendo-se os efeitos da Lei nº 1.506, de 17 de agosto de 2000.

Art. 2º Após a reversão do imóvel de que trata o artigo 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar permuta deste imóvel por outro(s) de interesse do Município, nos termos do item 6 (seis) da minuta do acordo.

Parágrafo Único. O imóvel a ser permutado deverá atender aos interesses do Município destinado seu uso à Secretaria de Educação e Formação Empreendedora ou Secretaria de Saúde, não podendo ser destinado para outros fins.

Art. 3º A permuta de que trata o artigo anterior será realizado entre o Município de Pomerode/SC e a empresa Weiku do Brasil Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.542.120/0001-46, em razão desta se encontrar, em caráter provisório, na condição de depositária do imóvel nos termos do Decreto nº 1748, de 15 de dezembro de 2000.

Art. 4º As despesas decorrentes dessa lei correm por conta do orçamento em vigor.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 26 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

MINUTA DO ACORDO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL, CRIME E ANEXOS DA COMARCA DE POMERODE (SC).

Autos nº: 050.00.001498-2 (Ação Declaratória de Nulidade de Hipoteca Cedular c/c Cancelamento de Registro)

Autor: Município de Pomerode

Réus: BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina e Outros;

050.00.000859-1 (Ação de Execução)

Autor: BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina e Outros;

Réus: Mundy Indústria e comércio de Malhas Ltda. e Outros

050.00.000861-3 (Ação de Execução)

Autor: BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

e Outros;

Réus: Mundy Indústria e comércio de Malhas Ltda. e Outros

050.00.001495-8 (Embargos de Terceiros)

Autor: Município de Pomerode (SC)

Réu: BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina e Outros

050.00.001485-0 (Embargos de Terceiros)

Autor: Município de Pomerode (SC)

Réu: BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina e Outros

050.09.002536-9 (Ação Declaratória de Nulidade de Doação de Imóvel)

Autor: Município de Pomerode (SC)

Réus: Mundy Indústria e Comércio de Malhas Ltda. e Marcelo Pereira

O Município de Pomerode, pessoa jurídica de direito público interno, doravante simplesmente denominado MUNICÍPIO, o BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A., sucessor do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, empresa constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista do Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente BADESC, a empresa Mundy Indústria e Comércio de Malhas Ltda. e seus representantes legais e/ou coobrigados avalistas e/ou intervenientes hipotecantes Marcelo Pereira, Marize Koerich Busch, Waldir Busch Filho, Amarildo Pedro Rita, Luiz Henrique Bogo e sua mulher Marlene Moser Bogo, doravante conjuntamente denominados simplesmente EMPRESA MUNDY E SEUS COOBIGADOS, todos já qualificados nos autos da presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE HIPOTECA CEDULAR C/C CANCELAMENTO DE REGISTRO (Autos nº 050.00.001498-2), que contendem nesse Juízo e que tem o primeiro nomeado como Requerente e os demais como Requeridos, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, o MUNICÍPIO por seu Procurador-Geral e, os outros, por seus respectivos advogados firmatários (docs. junto), com fundamento no artigo 840 e seguintes do Código Civil Brasileiro, dizer que resolveram transacionar para por fim ao litígio, o que fazem com a interveniência da empresa Weiku do Brasil Ltda., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Pomerode (SC), na rua Hermann Koch, nº 261, bairro Testo Central, CEP 89107-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.542.120/0001-46, doravante denominada simplesmente EMPRESA WEIKU, por seu representante legal Arnd Kilian e assistida por seu advogado firmatário (doc. incluso), nos seguintes termos:

1. O BADESC, ressalvadas as respectivas e inerentes responsabilidades de cada um, se diz credor da EMPRESA MUNDY E SEUS COOBIGADOS da importância global, calculada até a data de 16/09/2015, de R\$ 3.063.595,45 (Três milhões, sessenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), representada pelo saldo devedor da Cédula de Crédito Industrial nº BADESC/BNDES/AUTOMÁTICO-980114-00-4 e da Cédula de Crédito Industrial nº BADESC/BNDES/AUTOMÁTICO- 970153-00-7, que são objeto das ações de execução apensadas aos presentes autos (autos nºs 050.00.000859-1 e 050.00.000861-3), cujos respectivos produtos se destinaram ao financiamento das benfeitorias edificadas sobre o imóvel que compõe a garantia hipotecária objeto tanto da presente Ação Declaratória quanto dos Embargos de Terceiros a ela apensados (autos nºs. 050.00.001485-0 e 050.00.001495-8), bem como, ainda, da Ação Declaratória de Nulidade de Doação de Imóvel (autos nº 050.09.002536-9), promovidas pelo MUNICÍPIO, todas abrangidas por este acordo.

2. Assim, enquanto o BADESC, através das referidas ações de execução em apenso, se considera detentor do direito as garantias hipotecárias incidentes sobre o referido imóvel e acessões financiadas, o MUNICÍPIO, por esta Ação, pelos Embargos de Terceiros e, ainda, pela referida Ação Declaratória de Nulidade de Doação

de Imóvel, combate aquele direito pretendendo, respectivamente, em suma: a) a declaração de nulidade das ditas hipotecas (ante a pretensa impossibilidade daquela onerosidade) e o consequente cancelamento dos seus respectivos registros, sob o argumento de que a propriedade do imóvel, por força da Lei Municipal nº 1.506, de 27 de março de 1997, já teria a si revertido, dependendo apenas do registro daquele ato junto à respectiva matrícula no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca; b) substituição do depositário e a exclusão do imóvel pleiteado pelo MUNICÍPIO das Ações de Execução propostas pelo BADESC; c) a nulidade da doação do imóvel ou sucessivamente a revogação da sua doação, em ambas alternativas também com a exclusão dos respectivos registros/averbações incidentes na sua matrícula.

3. Como se vê nos autos, está, pois, corporificado um estado litigioso que as partes, agora vencidas as divergências, de comum acordo e mediante concessões mútuas, com a Interveniência da EMPRESA WEIKU, resolveram terminar, consoante às condições a seguir explicitadas:

DA TRANSAÇÃO PROPRIAMENTE DITA:

4. A EMPRESA MUNDY E SEUS COOBIGADOS, ressalvadas às específicas e inerentes responsabilidades de cada um, reconhecem e confessam a dívida descrita e caracterizada no item "1", anterior.

5. O BADESC e a EMPRESA MUNDY E SEUS COOBIGADOS reconhecem os efeitos da Lei Municipal nº 1.506/00, bem como, por extensão, o direito a reversão da propriedade do imóvel em questão ao MUNICÍPIO.

6. Em contrapartida, o MUNICÍPIO através da Interveniência EMPRESA WEIKU, que se encontra estabelecida no imóvel produzindo perfis de PVC, com a concordância da EMPRESA MUNDY E SEUS COOBIGADOS se obriga a indenizar o BADESC – CNPJ: 82.937.293/0001-00, pelas benfeitorias financiadas através do pagamento à vista da importância de R\$ 1.750.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo INPC (IBGE) desde a data base de 16/10/2015 até a data do seu efetivo pagamento, o qual será realizado por depósito na sua conta corrente bancária nº 2403-1, Agência 3582-3, junto ao Banco do Brasil S/A, impreterivelmente no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a homologação desta Transação, contadas a partir da sua ciência quer através do recebimento da respectiva intimação judicial ou, quer através do recebimento de e-mail do BADESC ou do seu procurador à EMPRESA WEIKU ou ao seu procurador. O MUNICÍPIO, por sua vez, em contrapartida ao aludido direito à reversão da propriedade do imóvel previsto no item "5" anterior, após a sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis e cumprimento das exigências da Lei Municipal nº 1.225/95, se obriga a transferir para a EMPRESA WEIKU a propriedade nua do referido imóvel (matrícula 7.786), mediante permuta por um terreno de interesse público de igual valor, conforme média das avaliações, ou quantos necessários para atingir o valor do imóvel (matrícula 7.786), podendo indenizar, em espécie, ao MUNICÍPIO em até 10% do valor total do imóvel (matrícula 7.786) em razão de eventuais diferenças dos valores do(s) imóvel(is) a ser(em) permutados, tendo a EMPRESA WEIKU o prazo de 120 dias para realizar a permuta e transferência do(s) imóvel(is) indicado(s) pelo MUNICÍPIO, que ocorrerá em até 30 (trinta) dias. As benfeitorias realizadas sobre o imóvel pela EMPRESA MUNDY através dos financiamentos do BADESC e pagos pela EMPRESA WEIKU serão à esta transferida pelo MUNICÍPIO, independente de indenização.

7. A EMPRESA WEIKU se obriga a pagar os honorários do advogado credenciado do BADESC, Herculano José Furtado, CPF: 018.193.489-20, no valor líquido de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou seja, livre de impostos que serão suportados pela referida empresa, através de depósito bancário em sua conta corrente bancária nº 102.161-3, da Agência 4772-4, junto ao Banco do Brasil S/A, cujo pagamento será realizado impreterivelmente no prazo de

até 48 (quarenta e oito) horas após a homologação judicial desta Transação, contadas a partir da sua ciência quer através do recebimento da respectiva intimação judicial ou, quer através do recebimento de e-mail endereçado à empresa ou ao seu procurador pelo BADESC ou por seu procurador.

8. Para viabilizar o retorno do imóvel ao MUNICÍPIO, conforme previsto anteriormente no item "5", a EMPRESA WEIKU, também imediatamente após a homologação da presente Transação e no mesmo ato em que ocorrer o pagamento previsto nos precedentes itens "6" e "7", comprovará o pagamento a que ora também se obriga do valor das dívidas fiscais discutidas nos processos autuados sob nºs 050.00.000488-0, 050.00.000696-3 e 050.02.001234-9, promovidos pelo Estado de Santa Catarina, em curso neste Juízo, providenciando logo após o cancelamento e a baixa das penhoras e arresto indicados nos registros R.6-7786, R.7-7786 e R.8-7786, do imóvel de matrícula 7.786, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, bem como, pagará ainda, os honorários dos advogados da EMPRESA MUNDY E DO COBRIGADO Marcelo Pereira, realizando para tanto, imediatamente após a homologação desta Transação, o pagamento à vista, da importância líquida de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), ou seja, livre de impostos, os quais serão suportados pela referida empresa pagadora, mediante o depósito da quantia de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) na conta poupança nº 16.873-4, da agência 1880, da Caixa Econômica Federal, em nome de Mariogold Lickfeld (CPF 030.244.749-00) e R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) na conta poupança nº 10.000-8, da agência 1073, da Caixa Econômica Federal, em nome de Sérgio Alexandre Demmer (CPF 682.854.349-15).

9. Assim, somente com o cumprimento dos pagamentos estabelecidos nos itens "6", "7" e "8", deste instrumento, o BADESC, com a já expressa concordância da EMPRESA MUNDY E SEUS COBRIGADOS e demais partes, dá plena, rasa e total quitação das dívidas emergentes das Cédulas de Crédito Industrial nº 980114-00-4 e nº 970153-00-7, bem como desiste e concorda com o arquivamento das respectivas ações de execução apensadas aos presentes autos (autos nºs 050.00.000859-1 e 050.00.000861-3), correndo por sua conta o pagamento das custas finais dos referidos processos. Deste modo, fica inequivocamente estabelecido que a falta de cumprimento dos referidos pagamentos, a tempo e a modo previstos nos respectivos itens, torna sem efeito a presente transação, retornando as partes ao status quo.

10. De sua e consequente vez o MUNICÍPIO, com a já expressa concordância do BADESC, EMPRESA MUNDY E SEUS COBRIGADOS e da interveniente EMPRESA WEIKU, desiste e concorda com o arquivamento desta Ação Declaratória (autos 050.00.001498-2), dos Embargos de Terceiros a ela apensados (autos 050.00.001485-0, 050.00.001495-8), bem como da Ação Declaratória de Nulidade de Doação de Imóvel (autos nº 050.09.002536-9) e a consequente baixa da decorrente averbação AV.9-7786 da matrícula 7786, correndo por conta da EMPRESA WEIKU o pagamento das respectivas custas finais destes processos, bem como os honorários devidos ao Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município – no valor de R\$35.000,00, junto ao Banco do Brasil, Agência 2474-0, conta corrente nº15372-9.

11. Realizados, a tempo e modo, os pagamentos estipulados neste instrumento, previstos no item "6", "7" e "8", a EMPRESA MUNDY E SEUS COBRIGADOS conferem ao MUNICÍPIO, plena, geral, rasa e irrevogável quitação em relação a todas as despesas realizadas pela EMPRESA MUNDY no terreno matriculado sob n 7.786, notadamente aquelas relacionadas com as benfeitorias erigidas e gastos com conservação em geral, renunciando, enfim, a toda e qualquer pretensão e direito que julga ter contra o MUNICÍPIO e a EMPRESA WEIKU, em especial a título de aluguéis pelo uso do terreno matriculado sob n 7.786 e benfeitorias, conservação e pagamento de IPTU.

12. As partes, resguardada a exceção prevista nos itens "7" e "8" e "10" se responsabilizam pelo pagamento dos honorários advocatícios dos seus respectivos patronos, bem como pela formalização de todos os atos a si inerentes ao fiel cumprimento da presente Transação.

13. Desistem as partes, expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, do direito de recorrer da sentença homologatória do presente acordo.

14. As partes, por si e seus procuradores, informam que a presente Transação tem força vinculante entre si e seus eventuais sucessores ou herdeiros, declarando ainda os seus procuradores e/ou representantes legais que estão investidos de poderes para firmar o presente instrumento, em todos os seus termos, cláusulas e condições.

15. Estando assim acordados, REQUEREM a Vossa Excelência:

a) A intimação do representante do Ministério Público Estadual, conferindo prazo para que se manifeste acerca do presente acordo;

b) Após, com o parecer favorável do Ministério Público e a determinação da reunificação dos autos indicados no preâmbulo desta, a homologação da presente transação para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 269, inciso II, do Código de Processo Civil;

c) A expedição de ofício ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina informando a homologação desta Transação e requisitando a devolução de autos relacionados aos processos abrangidos neste acordo para as providências de estilo, caso eventualmente nele se encontre em grau de recurso.

d) Após a comprovação nos autos da realização dos pagamentos previstos nos itens "6", "7" e "8", a expedição de ofício ao Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode para:

d.1) Que seja realizada o cancelamento da hipotecas objeto dos Registros R.3-7786, R.5-7786;

d.2) Que seja dado baixa das penhoras e arresto indicados nos registros R.6-7786, R.7-7786 e R.8-7786;

d.3) Que seja realizado o cancelamento da averbação AV.9-7786;

d.4) Que seja realizado o cancelamento da doação registrada sob nº R.1-7786, bem como a averbação da reversão da propriedade do terreno da aludida matrícula à titularidade do MUNICÍPIO.

Nestes Termos,
Pedem Deferimento.

Pomerode (SC), 09 de outubro de 2015.
Município de Pomerode

BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A.

Mundy Indústria e Comércio de Malhas Ltda.

Marcelo Pereira

Marize Koerich Busch

Waldir Busch Filho

Amarildo Pedro Rita

Luiz Henrique Bogo

Marlene Moser Bogo

Weiku do Brasil Ltda.

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 722/2015

DECRETO Nº 722/2015, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

“DECLARA PONTO FACULTATIVO, CONFORME ESPECÍFICA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo no dia 30 de outubro do corrente ano (sexta-feira) no âmbito do Poder Executivo Municipal de Ponte Serrada em homenagem ao DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, conforme estabelece o art. 207, da Lei Complementar n. 022/2003.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

EXTRATO AF 2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Nº do Processo	Nº AF	Fornecedor	Valor (R\$)
29/2015	632	IRMÃOS DE GREGORI LTDA	1.089,19
29/2015	633	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	821,04
29/2015	635	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	321,16
29/2015	636	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	240,67
29/2015	639	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	473,08
29/2015	646	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	970,09
29/2015	647	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	258,71
29/2015	648	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	70,08
29/2015	649	IRMÃOS DE GREGORI	605,70
29/2015	650	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	136,96
29/2015	651	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	237,13
29/2015	652	IRMÃOS DE GREGORI	221,89
29/2015	653	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	25,50
29/2015	654	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	185,34
29/2015	656	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	484,52
29/2015	658	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	323,40
29/2015	659	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	143,20
29/2015	660	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	793,74
29/2015	661	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	136,00
29/2015	715	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	259,36
29/2015	716	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	439,11
29/2015	717	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	772,30
29/2015	718	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	451,62
29/2015	719	IRMÃOS DE GREGORI	1.067,54
29/2015	736	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	125,25
29/2015	737	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	88,80
29/2015	738	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	57,78
29/2015	739	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	90,34
29/2015	741	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	272,55
29/2015	743	IRMÃOS DE GREGORI	462,09
29/2015	744	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	105,43
29/2015	745	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	50,21
29/2015	746	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	65,54
29/2015	747	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	142,78
29/2015	748	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	204,77
29/2015	749	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	61,17

29/2015	750	IRMÃOS DE GREGORI	361,83
29/2015	752	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	8,34
29/2015	768	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.404,53

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº do Processo	Nº AF	Fornecedor	Valor (R\$)
09/2015	152	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	2.565,90
09/2015	153	LITORALM COM. DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME	2.408,00
09/2015	158	LITORALM COM. DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME	388,00
09/2015	159	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA	919,95
09/2015	160	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	2.144,80
09/2015	165	DAMEDI – DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	4.921,80
09/2015	166	ALTHIS COMÉRCIO DE MEDIC. E MAT. MEDICO HOSPITALARES	1.790,50

Nº do Processo	Nº AF	Fornecedor	Valor (R\$)
16/2015	147	RELOJOARIA E OTICA PASA LTDA	720,00

Porto Belo

PREFEITURA

CONTRATO Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 023/2015 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de consultoria técnica para elaboração e monitoramento da execução do plano de ações estratégicas do governo municipal, envolvendo todas as Secretarias, Fundos e fundações, tendo como base o Plano de Governo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: MESCOLLA COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 20/10/2015

Porto Belo, 20 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA N.º 722/2015 - RH

PORTARIA Nº 722, de 01 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR a carga horária de 40 horas semanais para 30 horas semanais, de 01 de outubro a 17 de dezembro de 2015, da professora contratada Itala Mara de Camargo (Professor 1º ao 5º anos iniciais), com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos que permanecem em período integral no Núcleo Educacional da Lança.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º Revoga a Portaria nº 508 de 08 de junho de 2015.

Art. 5º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 01 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 723/2015 - RH

PORTARIA Nº 723, de 01 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 01 de outubro a 17 de dezembro de 2015 ou até a realização de concurso público municipal, o Contrato de Trabalho nº 157/2015, de Thais Aparecida de Lima, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão da aposentadoria da servidora efetiva Neuza Jarentchuk Marangoni e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 724/2015 - RH

PORTARIA Nº 724, de 01 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 01 de outubro a 17 de dezembro de 2015 ou até a realização de concurso público municipal, o Contrato de Trabalho nº 155/2015, de Clenir Aparecida Rodrigues, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão da aposentadoria da servidora efetiva Neuza Jarentchuk Marangoni e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 725/2015 - RH

PORTARIA Nº 725, de 01 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 60 (sessenta) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de junho de 2003 a junho de 2008, do servidor Anderson Fernando Repukna, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 726/2015 - RH

PORTARIA Nº 726, de 02 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 02 de outubro de 2015 a 01 de outubro de 2016, ou até a realização do concurso público municipal, o Contrato de Trabalho nº 145/2014, de Wesley Silva de Oliveira, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494 de 30 de junho de 2008, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades vinculado à Secretaria Municipal Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 149/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 149/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DOUGLAS SARTORI & CIA LTDA ME
OBJETO:	Locação do espaço físico no Centro de Eventos - ACAPI, imóvel este situado neste município, em Linha Salto da Praia, s/n, interior, que consiste em um salão com capacidade para 700 pessoas, com o objetivo de realizar capacitação dos funcionários públicos desta municipalidade no dia 28 de outubro de 2015.
VALOR:	R\$ 300,00 (trezentos reais).
DATA:	23/10/2015.

CONTRATO NR. 150/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 150/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BASEMEDI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
OBJETO:	Aquisição de medicamentos de urgência e emergência para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR:	R\$ 715,10 (setecentos e quinze reais, com dez centavos).
DATA:	23/10/2015.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 07, de 29 de janeiro de 2001 e suas alterações, Lei Municipal nº 11, de 5 de fevereiro de 2001 e suas alterações, Lei Municipal nº 898, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei Municipal nº 1.714, de 16 de janeiro de 2.015, além das demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Concurso Público de Provas e Títulos para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargos públicos em caráter efetivo do quadro permanente de pessoal do Município de Presidente Castello Branco/SC, que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente. O presente certame se destina ao provimento e à formação de cadastro de reserva dos cargos constantes do Anexo I do Edital. As inscrições serão realizadas, exclusivamente pela internet, a partir das 10h do dia 23 de outubro de 2015 até às 23h59min do dia 21 de novembro de 2015, com base no horário oficial de Brasília/DF, mediante o preenchimento do formulário eletrônico disponível no portal www.sigmaconsultoriasc.com.br, na aba relativa ao Município de Presidente Castello Branco/SC e o cumprimento dos procedimentos constantes nesse Capítulo do Edital. Informações suplementares relativas ao certame também estarão disponíveis no portal do Município de Presidente Castello Branco, no endereço eletrônico www.castellobranco.sc.gov.br, em "Concursos Públicos". O candidato que não tiver acesso à rede mundial de computadores poderá buscar auxílio junto ao "Centro de Apoio ao Candidato" disponível no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Alberto Ernesto Lang, 29 - centro, no Município de Presidente Castello Branco/SC. O edital completo contendo todas as instruções está disponível no Mural de Publicações Oficiais do Município de Presidente Castello Branco e nos endereços eletrônicos www.castellobranco.sc.gov.br e www.sigmaconsultoriasc.com.br.

Presidente Castello Branco/SC, em 23 de outubro de 2015.

CLÁUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4958, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 4958, de 23 de outubro de 2015.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Inundação – COBRADE: 1.2.1.0.0, conforme IN/MI 01/2012;
O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, pelo art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006; pelo inciso VI do art. 8 da Lei Federal n. 12.608 de 10 de abril de 2012, e;

CONSIDERANDO:

A ocorrência de fortes intempéries, acompanhada de inundação brusca, alagamentos e escorregamentos até o dia 23 de outubro de 2015 (não se limitando), que atingiu todo o Município de Rio do Sul/SC;

Que as consequências deste desastre resultaram em danos humanos e prejuízos materiais nos termos do artigo 12, parágrafo único da Instrução Normativa n. 01, 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, reconhece-se, então, a sumariade da presente situação de emergência;

Que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população, frente ao desastre.

Que o parecer do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Rio do Sul - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada a Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundação – COBRADE 1.2.1.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil do Município de Rio do Sul, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e quinze.

Rio do Sul/SC, 23 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 105/2015

DECRETO Nº 105/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPRAVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 5.406,53 (Cinco Mil Quatrocentos e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.031 – MAN. MAC AMB. HOSP. E LIM. FINANC.

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.406,53

Fonte: 1338.00000

RED: 42

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 20 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.551 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 1.551 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 66.500,00 (Sessenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 66.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentarias:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.037 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 48

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.040 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 62

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.044 – MANUTENÇÃO DA SEC. AGRICULTURA

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 81

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.044 – MANUTENÇÃO DA SEC. AGRICULTURA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – INVESTIMENTOS

Valor: R\$ 3.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 83

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.023 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 9.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 84

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 20 de outubro de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1550 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 1550 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 59.445,00 (Cinquenta e Nove Mil Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAUDE
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 59.445,00
Fonte: 1100.00000
RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 1.003 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA DA SAUDE
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 8.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 1

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 1.004 – AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA A SAUDE
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 50.945,00
Fonte: 1100.00000
RED: 4

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 20 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1552 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 1552 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 242.000,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 0000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS
Modalidade de Aplicação: 3290.00. – ENCARGOS DA DIVIDA
Valor: R\$ 7.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 3

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 0000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS
Modalidade de Aplicação: 3290.00. – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
Valor: R\$ 60.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 5

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 30.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 11

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2041 – MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 30.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 16

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 100.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 102

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2026 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 15.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 116

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1018 – PROMOÇÃO DO TURISMO LOCAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 2.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 17

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2045 – EXPENSÃO DO TURISMO LOCAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 3.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 20

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1006 – AMPLIAÇÃO REDE FISICA ENS. FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 27

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1007 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA EDUCAÇÃO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 22.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 30

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2036 – MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 51.460,00
Fonte: 1101.00000
RED: 38

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2036 – MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. – INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 14.900,00
Fonte: 1101.00000
RED: 45

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1008 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 49

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2039 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 61

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2024 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 60.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 70

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2024 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 4.400,00
Fonte: 1100.00000
RED: 71

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2025 – MANUT. DO FUNDO INF. E ADOLESCEN-
CIA
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 18.250,00
Fonte: 1100.00000
RED: 63

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1005 – ABASTECIMENTO DE AGUA
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 72

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1013 – AQUISIÇÃO DE MAQ. E VEICULOS AGRI-
COLAS
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 8.290,00
Fonte: 1100.00000
RED: 74

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1014 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA RURAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 9.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 77

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1015 – PROMOÇÃO DA IND. E COMÉRCIO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 11.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 111

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1011 – APOIO AOA SISTEMA HABITACIONAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 6.200,00

Fonte: 1100.00000
RED: 105

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1012– SANEAMENTO BÁSICO GERAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 108

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2052 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA
CIVIL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 4.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 90

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 20 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 042, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 042, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/91, Lei nº 4.132/62 e Lei nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 10 Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, um lote urbano, localizado na Quadra de nº 13, constituído do lote nº 08, com frente a Rua "E", Loteamento Parque Rosita, Cidade de Santa Rosa do Sul/SC; com área de 324,00m² (trezentos e vinte e quatro metros quadrados), cuja área possui atualmente as seguintes medidas e confrontações:

Norte na extensão de 27,00 metros confrontando-se com os lotes de nº 03 e 04 da mesma quadra.

Sul na mesma extensão, confrontando-se com o lote nº 09 da mesma quadra.

Leste na extensão de 12,00 metros confrontando-se com o alinhamento da Rua "E".

Oeste na mesma extensão, confrontando-se com o lote nº 05 da mesma quadra.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo anterior, destina-se à ampliação do terreno da Escola Municipal Wilson Vasques Pereira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de outubro de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 165 À 167_2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2015

Processo de Licitação nº 078/2015-PR 078/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA

OBJETO: Prestação de serviços com Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Edição 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso VIII.

Valor: 37.656,50(trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Vigência: 28/08/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2015

Processo de Licitação nº 082/2015-PR 082/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ITUARA LTDA-ME

OBJETO: Aquisição de um Trator Agrícola de pneus 4x4, Com Acionamento Eletrohidráulico, Motor com Potência Mínima de 88 CV, Turbinado, Cambio com no Mínimo 12 Marchas a Frente e a Ré, Tomada de Força Independente, Hidráulico com Capacidades Mínimas de 3.400kgf, Tanque de Combustível com capacidade mínima de 100 litros, controle remoto duplo, plataformado e c/ capota, arco e cinto de Segurança.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 108.000,00(Cento e oito mil reais).

Vigência: 30 dias após Autorização de Fornecimento.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2015

Processo de Licitação nº 085/2015-DL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-AMESC

OBJETO: Aquisição de Medicamento Para Ação de Procedimento Ordinário à Paciente Sabrina Abreu Dagostin Zanatta, Determinado Por Mandado Judicial Nº 189.2015/002475-4-Santa Rosa do Sul(S-MJ). A Compra será através do Pregão Nº. 01/2015/CIS-AMESC, Setor de Saúde, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC, que tem por finalidade exclusivo atendimento aos Municípios da AMESC.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 138,00(cento e trinta e oito reais).

Vigência: 15/10/2015 a 31/12/2015

OFÍCIO Nº 123/2015/GAB

Ofício nº 123/2015/GAB

Santa Rosa do Sul, 17 de agosto de 2015.

A Senhora

88965-000 SANTA ROSA DO SUL (SC)

Prezada Senhora,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para autorizar o Sd. BM Mateus Isoppo, matrícula 931724-4, RG nº 3.948.762, CPF nº 053.016.559-73, responsável pelo setor financeiro do 2º/3ª/4º BBM – Sombrio/SC, a consultar saldos e emitir extratos da c/c 24.400-7, Agência 5431-3 no auto-atendimento/ setor público (chave J).

A autorização é exclusivamente para consulta e extratos da conta em questão.

Sendo o que se apresenta para o momento, colho da oportunidade para ratificar votos de elevada estima e apreço.

Cordialmente,

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda.

Considerando o término da vigência do contrato em 15 de outubro de 2015, que tem por objeto a contratação de empresa de segurança, se faz necessária a prorrogação do contrato por mais doze meses a contar de 16 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2016, totalizando o valor corrigido de R\$ R\$ 59.911,52 (cinquenta e nove mil, novecentos e onze reais e cinquenta e dois centavos).

As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2013, permanecem inalterados.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

VERA LÚCIA FREITAS FOGAR – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 016/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 016/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Prime Treinamentos Especiais Ltda EPP

Considerando ao término da vigência do contrato em 15 de outubro de 2015, que tem por objeto a contratação de empresa de monitoramento eletrônico, se faz necessária a prorrogação do contrato por mais doze meses a contar de 16 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2016, totalizando o valor corrigido de R\$ 1.278,87 (Um mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2013, permanecem inalterados.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

Edimar Geraldo Salomon – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Vera Lúcia de Freitas – pela Empresa Contratada

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 66/2015

Carta-convite nº 66/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 66/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 18 de novembro de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO PISO DO REATOR ANAERÓBICO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPOS EM ESTRUTURA METÁLICA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(47) 4.4.90.51.99.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 083 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 083 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

"Declara situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurrada – COBRADE: 1.2.2.0.0, conforme IN/MI 01/2012."

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito do Município de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XIV do artigo 12 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2005, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril 2012.

CONSIDERANDO:

- - a ocorrência de enxurrada, no território do município entre os dias 07 a 11 de outubro do ano de 2015;
- - que os prejuízos econômicos ocorreram no setor público, causando o agravamento da situação em obras de infraestrutura pública como estradas, pontes e bueiros e, ao setor privado, como agricultura, pecuária e comércio, afetados principalmente pelo alagamento de rodovias, impedindo o transporte da produção;
- - que no município sua população rural é basicamente composta por pequenos agricultores familiares, em pequenas propriedades rurais, e que se alimentam dos produtos colhidos e produzidos em sua propriedade;
- - os casos de emergência, caracterizado pela urgência no atendimento da situação que ocasionou o comprometimento da segurança das pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;
- - o dever do Poder Público municipal, da prestação de socorro as vítimas destas intempéries, inclusive orientando os assuntos relacionados com prevenção, recuperação e assistência dos casos emergenciais;
- - como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constante no Formulário de Informações de Desastres – FIDE anexo a este Decreto;
- - a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COM-DEC, que avaliou e quantificou os efeitos e danos do Desastre, em acordo com a resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;
- - como critérios agravantes da situação de anormalidade o grau de vulnerabilidade do cenário e da população frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurrada – COBRADE: 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Departamento Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Fica autorizado a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo

desastre.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. O prazo deste decreto é de 180 dias, podendo ser prorrogado no máximo por igual período.

Art. 7º. Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
22 de outubro de 2015
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2015 - Processo nº 411/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ESCOLA DO MAR EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 11 de novembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 11 de novembro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

COMUNICADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2015

COMUNICADO
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 370/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS DE AREIA NA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ/SC.

O município de São José, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que foi decretado PONTO FACULTATIVO no dia 30 de outubro do ano corrente, conforme Decreto nº 5107/2015, por isso fica adiada para terça-feira dia 03 de novembro de 2015, as 14h30min a abertura dos envelopes de PROPOSTAS do processo supracitado.

Maiores informações poderão ser obtidas, junto a Comissão Permanente de Licitações, sito a Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, das 13h00min as 18h00min, Telefone/fax: (48) 3381-0100.

São José, 23 de outubro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues
Presidente da CPL

COMUNICADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2015

COMUNICADO
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 371/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PISTA DE SKATE DA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ/SC.

O município de São José, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que foi decretado PONTO FACULTATIVO no dia 30 de outubro do ano corrente, conforme Decreto nº 5107/2015, por isso fica adiada para terça-feira dia 03 de novembro de 2015, as 16h30min a abertura dos envelopes de PROPOSTAS do processo supracitado.

Maiores informações poderão ser obtidas, junto a Comissão Permanente de Licitações, sito a Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, das 13h00min as 18h00min, Telefone/fax: (48) 3381-0100.

São José, 23 de outubro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues
Presidente da CPL

DECRETO Nº 5142/2015

DECRETO Nº 5142/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.186 – PSEMC – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos (PAEFI) – CREAS

1886 – 3.3.90.30.00.00.0022 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 50.000,00
1887 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.126.0111.2.187 – Gestão do SUAS – Gestão da Informação e Cadastro Único

1758 – 3.3.90.93.00.00.0022 – Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

28.01.08.126.0111.2.188 – Gestão do Suas – Monitoramento e Avaliação

1764 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 10.000,00
1770 – 3.3.90.39.00.00.0023 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.241.0111.2.286 – PSEMC – Serv. Proteção Social Especial para Idosos / Centro dia do Idoso

1795 – 3.3.90.39.00.00.0023 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 10.000,00
1801 – 4.4.90.52.00.00.0023 – Equipamentos e Material Permanente, Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social . R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total da Anulação R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2015 - Processo nº 383/2015. Fornecedor: DUTRA COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO OU JANTAR) CONFORME CARDÁPIO FORNECIDO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, PARA ATENDER OS ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC NO ÂMBITO ESTADUAL. Valor Total: R\$ 119.985,00 – cento e dezenove mil, novecentos e oitenta e cinco reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.175/2015

PORTARIA Nº 175/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor WALMOR RAULINO JUNIOR, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR PARLAMENTAR I – , lotado no Gabinete da Vereadora MARILENE MAURA VIEIRA DAMIAN, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 22 de outubro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.210, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.210, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.012 .3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001	50	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.012 .3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001	48	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2015-PMS – REPUBLICAÇÃO Nº. 01

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2015-PMS – REPUBLICAÇÃO Nº. 01

PROCESSO Nº. 169/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com o fornecimento aproximadamente de 11.100 minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 83 aparelhos celulares, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de novembro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 27 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2015-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2015-FAS
PROCESSO Nº. 24/2015-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lanches para serem servidos aos usuários que participam dos Serviços, Programas, Projetos desenvolvidos pelos CRAS e CREAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de novembro de 2015 às 14h.
Abertura do Processo: 25 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 121/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 121/2015-PMS

PROCESSO Nº. 252/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de novembro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 24 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 127/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 127/2015-PMS

PROCESSO Nº. 260/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material operacional em geral para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de novembro de 2015 às 14h.
Abertura do Processo: 20 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 128/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 128/2015-PMS

PROCESSO Nº. 261/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de novembro de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 23 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2015-FMS

PROCESSO Nº. 79/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tablets para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de novembro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 25 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 317/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 317/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 104/2015-PMS - Processo nº. 263/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRESSÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 11.301.548/0001-98, na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº. 1311, loja 02, Bairro Vila Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de assinaturas do jornal Folha SC destinadas as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, Centro de Educação Infantil, Jardins de infância e para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Aquisição de assinaturas do jornal Folha SC, sendo o mesmo de circulação diária, sendo 05 (cinco) destinadas para as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, 05 (cinco) para Educação Infantil, 04(quatro) para creches e uma assinatura para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	15	Assinatura	250,00	3.750,00
Total R\$					3.750,00

Valor do contrato: R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 26/10/2015 – Vigência: 26/10/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 120/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 120/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 80/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 42/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0001-44, estabelecida Rua Professor Serafim Orlandi nº 356, Bairro Vila Mariana, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.115-090.

Objeto: contrato consiste na aquisição de suplemento alimentar através da Ação Civil Publica de nº 0900597-95.2015.8.24.0026 para atender as necessidades de Secretaria de Saúde de Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	APTAMIL PEPTI 400gr OU	50	Lata	48,20	2.360,00
VALOR R\$ TOTAL					2.360,00

Valor do contrato: R\$ 2.360,00 (dois mil, trezentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 23/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015 - RH

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015 - RH

Fica a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 283/2014 firmado com o Município de Schroeder, em específico o "2. Permitir a configuração das ocorrências de horas extras, faltas, DSR Perdido, adicional noturno e demais ocorrências de folha, para gerar lançamento diretamente na folha de pagamento." do "Item 11. SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO da Cláusula Décima do ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA" do Edital de Licitação 104/2014-PMS vinculado ao contrato citado.

Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para adimplir o Contrato com a resolução do caso de suporte aberto junto ao portal de atendimento da empresa abaixo relacionado:

Referência: FRSSC-30605

Caso: 543355

Data/Hora: 08/jun/15 9:06 AM

Sistema: Ponto

Descrição: Bom dia,

Conforme caso 543355, os limites de tolerância foram alterados conforme especificações da CLT:

O artigo 58 da CLT estabelece uma tolerância de cinco a dez minutos para atrasos do empregado no registro do horário de ponto: Art. 58. (...) § 1º – Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

Assim se o servidor atrasar 5 minutos num horário e mais 6 em outro no mesmo dia terá 11 min. de falta, alteramos as tolerâncias para o servidor 1616 - Cleiton, mas o sistema considera a tolerância isolada por batida e não considera somatória dos atrasos do dia.

Exe: dia 15/05 ele tem 0:29min. de falta e não 0:27min. como traz o sistema, foram 27min. de atraso na entrada de manhã e 2min. de no retorno do almoço. Segue ponto anexo.

Necessidade: Notificação de Erro

Motivo: Problemas de Sistema

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas no § 4º, Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar justificativa em 10 (dez) dias úteis.

Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, ensejará as aplicação das sanções previstas em lei.

Atenciosamente,

Schroeder, 23 de Outubro de 2015.

Fernando Rodrigo da Rosa Procurador Municipal	Rubian Behling Diretora de Recursos Humanos
--	--

A

Ernesto Muniz de Souza Junior
Betha Sistemas Ltda

Daniela Ramos Silva
Betha Sistemas Ltda

TERMO ADITIVO Nº A60/2015-PMS

TERMO ADITIVO Nº. A60/2015 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 232/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 470, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 232/2014-PMS, celebrado em 17 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 153/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 73/2014–PMS, para contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria Planejamento, Gestão e Finanças para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, c/c 65, I, b da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado em todos os itens na quantidade de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, totalizando o valor de R\$ 246.660,00 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
01	1 (Um) posto de vigilância humana 24 horas de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referente a este item.	12	Mês	19.747,56	236.970,72
02	Prefeitura: uma central de alarme com capacidade para 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado.	12	Mês	213,93	2.567,16
03	Agricultura, Águas, Defesa Civil, Procon: uma central de alarme com capacidade para 12 sensores infra vermelho passivo com 4 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente	12	Mês	212,83	2.553,96
04	Secretaria de Educação: uma central de alarme com capacidade para 10 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente;	12	Mês	188,70	2.264,40
05	Sala de Música (Antiga Biblioteca): uma central de alarme com capacidade para 05 sensores infra vermelho passivo , 01 teclado;	12	Mês	104,22	1.250,64
06	Setor de Esporte (No Ginásio): uma central de alarme com capacidade para 02 sensores infra vermelho passivo , 01 teclado;.	12	Mês	87,76	1.053,12
VALOR TOTAL R\$					246.660,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 246.660,00 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 546.223,78 (quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e oito centavos).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 232/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Cristiane Longhi Tortelli

CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A01/2015 – FAS

TERMO ADITIVO Nº. A01/2015 – FAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2014-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 95.836.771/0001-20, estabelecida na Rua Içara nº. 151, lote 07, Itoupava, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-170, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alexandre Hwizdaleck inscrito no CPF sob o nº. 636.465.959-49, portador da carteira de identidade nº. 2.173.335-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 12/2014-FAS, celebrado em 02 de julho de 2014, decorrente Processo de licitação nº. 10/2014 – FAS, Modalidade Pregão Presencial nº. 04/2014- FAS, para contratação de empresa para fornecimento de sistema para gestão da Política Pública de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Assistência Social para aditar o prazo de vigência do contrato de 01 de janeiro de 2016 até dia 31 de dezembro de 2016, com o valor total de R\$ 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais).

Considerando o disposto no artigo 57, IV da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” no item 1.1, para o período de 01 de janeiro de 2016 até dia 31 de dezembro de 2016, totalizando o valor aditivado em R\$ 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais), e Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 61.500,00 (sessenta e um reais e quinhentos reais).

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	LICENÇA DE USO Suporte técnico ao usuário, hospedagem e manutenção corretiva e evolutiva do sistema de gestão de Assistência Social.	12	Meses	950,00	11.400,00
03	Valor Hora Técnico após implantação inicial, para Conversão de Dados, Parametrização, Prestação de serviços remota para instalação e atualização (incluindo Treinamento e Suporte in loco)	40	Horas	115,00	4.600,00
04	Deslocamento	2000	Km	0,75	1.500,00
05	Diárias e Refeições	5	Unidade	150,00	750,00
VALOR TOTAL R\$					18.250,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta “da Vigência” no item 14.1 do contrato nº 12/2014-FAS, prorrogando-se o a vigência do contrato de 01 de janeiro de 2016 até dia 31 de dezembro de 2016.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 12/2014-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA.

Alexandre Hwizdaleck

CPF nº. 636.465.959-49

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A13/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A13/2015 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getúlio Vargas nº. 470, Bairro Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Dilmio Wanderley Berger, inscrito no CPF sob o nº. 538.063.959-34.

Considerando o Contrato nº. 17/2015-FMS, celebrado em 25 de março de 2015, decorrente Processo de Licitação nº. 13/2015-FMS, Pregão Presencial nº. 07/2015-FMS, para contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde frente a prorrogação de prazo, 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, conforme pedido da Secretaria de Saúde pela necessidade da continuidade de prestação de serviço para o ano de 2016.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica aditivado a partir deste a cláusula primeira “do objeto do contrato, e descrição”, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, a quantidade de 12 (doze) meses e cláusula quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, aditivado o valor total de R\$ 37.668,00 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais), alterando o valor do contrato inicial para R\$ 59.641,00 (Cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e um reais), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família 001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, (47) 3374-5497 ou 3374-0665, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 30 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	41,00	4.920,00
02	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6400, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 70 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00

03	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-1107 / (47) 3374-0632, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 30 sensores infra vermelho passivo com 02 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
04	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 004: Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3275-1362, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	307,00	3.684,00
05	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 002: Rua Presidente Costa e Silva, 770. Rio Hern. Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6470, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 35 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência). O ESF 002 será transferido para um novo local no decorrer do ano de 2015, assim os aparelhos e materiais, bem como, mão de obra para realocação dos equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica na nova sede, serão feitos pela empresa contratada sem custo adicional para a Contratante.	12	Mês	290,00	3.480,00
06	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o CAE - Centro de Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3373-3192 ou (47) 3373-6541, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 15 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	376,00	4.512,00

07	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- Rua João Arnoldo Moritz, nº.65, Centro, Município de Schroeder/SC, (47) 3374-6460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
08	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS- Rua Paulo Jahn, 245, Centro, (47) 3374-5460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 25 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	298,00	3.576,00
09	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Conselho Tutelar – Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, Telefone: (47) 3374-0489, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 10 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	228,00	2.736,00
TOTAL R\$				37.668,00	

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da Vigência”, no item 14.1, a vigência de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 17/2015-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Dilmo Wanderley Berger

CPF nº 538.063.959-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A14/2015–FMS

TERMO ADITIVO Nº. A14/2015–FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 126/2014 – FMS

CONTRATANTE/LOCATÁRIA: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder /SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA/LOCADORA: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA CRISTO, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.094.341/0001-63, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3554, Centro, neste Município de Schroeder/SC, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA/LOCADORA, neste ato representada legalmente pelo senhor LAURO KREHNKE, portador da carteira de identidade nº. 1.982.079-8-SSP-SC, inscrito no CPF nº. 582.744.219-49.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 126/2014 - FMS, celebrado em 03 de novembro de 2014, proveniente de contratação mediante Processo de Licitação nº. 83/2014-FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 56/2014-FMS, tendo por a locação de construção em alvenaria com 190 m² e pavilhão com 480 m², localizados na rua Marechal Castelo Branco, nº 3564, Centro, para atender as necessidades do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder /SC.

Considerando o artigo 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saúde para o período de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, no valor mensal de R\$ 2.329,71 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 27.956,52 (vinte e sete mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATANTE/LOCATÁRIA e a CONTRATADA/LOCADORA, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 12 meses, no valor mensal de R\$ 2.329,71 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 27.956,52 (vinte e sete mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), e na Cláusula Segunda "do valor do contrato", item 2.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 53.756,52 (cinquenta e três mil setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de construção em alvenaria com 190 m² e pavilhão com 480 m² localizados na rua: Marechal Castelo Branco, Nº 3564. Centro. Schroeder, para atender as necessidades do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder.	12	Unidade	2.329,71	27.956,52
Valor total R\$					27.956,52

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Primeira "da vigência" no item 11.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 126/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA CRISTO

LAURO KREHNKE

CPF nº. 582.744.219-49

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª

Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A59/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A59/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 282/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Bairro Andorinha, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.220-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 282/2014-PMS, celebrado em 01 de dezembro de 2014, proveniente do Processo nº. 241/2014 – PMS, Inexigibilidade de Licitação nº. 07/2014 – PMS, para a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais, de efeito externo, do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos) por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica da Prefeitura, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 57, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como expressa disposição contratual, prevista nos termos da cláusula 5ª do respectivo contrato, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita de aditivo pela Procuradoria Municipal frente à prorrogação da vigência do contrato para o ano de 2016, justificando a referida prorrogação do respectivo contrato administrativo para manter a publicidade dos atos oficiais, com a importante ferramenta de busca de leis por termos de forma a garantir a transparência e acesso à informação pela população de Schroeder.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Procuradoria Municipal o valor trimestral atual é de R\$ 2.939,07 (dois mil novecentos e trinta e nove reais e sete centavos), devendo haver a revisão do IGPM no período conforme cálculos apresentados, que passa a ser de R\$ 3.145,03 (três mil cento e quarenta e cinco reais e três centavos) pagos trimestralmente, e com vigência para o ano de 2016.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Quarta - do prazo do contrato, prorrogando-se a vigência do contrato para 01 de janeiro de 2016 até dia 31 de dezembro de 2016.

Cláusula 2ª – Fica alterada a partir deste, a Cláusula Quinta - do pagamento, encargos e reajustes, passando a vigorar com o valor global de R\$ 12.580,12 (doze mil quinhentos e oitenta reais e doze centavos), que corresponde a 04 (quatro) parcelas trimestrais no valor de R\$ 3.145,03 (três mil cento e quarenta e cinco reais e três centavos), repassados no período de vigência desse contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 282/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Carlito Mello de Liz

Sócio-Administrador

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18**TERMO ADITIVO Nº. A61/2015 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A61/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 249/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Marcelo Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº 619.144.109-63, portador da Carteira de Identidade no 1.668.779-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 249/2014-PMS, celebrado em 07 de novembro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 171/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 81/2014–PMS, para contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, IV da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado nos itens as quantidades abaixo descritas, totalizando o valor de R\$ 209.092,48 (duzentos e nove mil noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Locação, suporte técnico de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto	12	Meses	2.549,09	30.589,08
03	Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura.	60.000	Unidade	1,605	96.300,00
04	Entrega de documentos e aviso de corte.	8.500	Unidade	1,41	11.985,00
05	Corte de abastecimento de água.	2.500	Unidade	5,66	14.150,00
06	Liberação do abastecimento.	2.500	Unidade	5,66	14.150,00
07	Serviço de fiscalização	12	Meses	3.493,20	41.918,40
TOTAL R\$					209.092,48

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 209.092,48 (duzentos e nove mil noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 421.092,48 (quatrocentos e vinte e um mil e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 249/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

Marcelo Oliveira da Silva

CPF nº 619.144.109-63

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A62/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A62/2015 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 233/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, estabelecida na Av. Carlos Gomes nº 350, Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.000-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Marcelo Wais inscrito no CPF sob o nº. 632.005.380-15.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 233/2014-PMS, celebrado em 20 de outubro de 2014 proveniente do Processo de licitação nº. 182/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 84/2014-PMS, para a contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, no valor total R\$ 1.410,00 (um mil e quatrocentos e dez reais).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, c/c 65 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	SEGURO TOTAL PARA VEICULO RENAULT – KANGOO EXPRESS 1.6 16V ANO/ MODELO 2014/2015- COR BRANCA - chassi- 8A1FC1415FL488327	01	Unidade	705,00	705,00
02	SEGURO TOTAL PARA VEICULO RENAULT – KANGOO EXPRESS 1.6 16V ANO/ MODELO 2014/2015- COR BRANCA - chassi- 8A1FC1415FL488343	01	Unidade	705,00	705,00
TOTAL R\$					1.410,00

Coberturas:

Danos Materiais R\$ 100.000,00
Danos Corporais R\$ 200.000,00
Danos Morais R\$ 30.000,00
APP Morte R\$ 5.000,00
APP Invalidez R\$ 5.000,00

Vidros
Franquia Normal

100% da Tabela FIPE

Assistência 24 horas: Guincho, chaveiro, pane elétrica e mecânica, troca de pneu.
400 km de Guincho.

Cláusula 2ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 233/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para

único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

GENTE SEGURADORA S.A.

Marcelo Wais

CPF nº. 632.005.380-15

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA TOMADA DE PREÇOS 14/2015-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 209/2015 Data do Processo: 24/09/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Trecho II (estaca 15 à estaca 40+16m), Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 516m e área total de 5.403m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 185/2015 (Sequência: 3)

Ao(s) 23 de Outubro de 2015, às 11:10 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 209/2015, Licitação nº 14/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se depois de transcorrido o prazo de apresentação de nova proposta da empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA. Sendo que a empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA. não apresentou nova proposta para desempate. Diante do exposto fica declarada vencedora do certame a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, com o valor de R\$ 704.150,36. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Participante: 12338 - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtdde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Trecho II (estaca 15 à estaca 40+16m), Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 516m e área total de 5.403m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2122/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	704.150,36	704.150,36

Total do Participante —————→ 704.150,36

Total Geral —————→ 704.150,36

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 209/2015 Data do Processo: 24/09/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 23 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

DISPENSA Nº 104/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 104/2015 - DL
	Processo Nr.: 263/2015 Data: 26/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRESSÃO LTDA Endereço: AVENIDA PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1311, Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 11.301.548/0001-98	Código: 11886 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de assinaturas do jornal Folha SC destinadas as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, Centro de Educação Infantil, Jardins de infância e para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	Aquisição de assinaturas do jornal Folha SC, sendo o mesmo de circulação diária, sendo 05 (cinco) destinadas para as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, 05 (cinco) para Educação Infantil, 04(quatro) para creches e uma assinatura para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC	ASS	250,00	3.750,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

ESTA SOLICITAÇÃO VEM AO ENCONTRO DAS NECESSIDADES DE MATERIAL PARA FORMAÇÃO DE TRABALHOS COM INTUITO PEDAGÓGICO, ESTRUTURANDO ASSIM OS ORIENTADORES E PROFESSORES COM INFORMAÇÕES QUE PODERÃO SER COLOCADAS EM PRÁTICA NA SALA DE AULA.

Schroeder, 26 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 104/2015 - DL
	Processo Nr.: 263/2015 Data: 26/10/2015
Folha: 2/2	

19/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Outubro de 2015

Valor da Despesa: 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 42/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 42/2015 - DL
	Processo Nr.: 80/2015 Data: 23/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. Endereço: R PROFESSOR SERAFIM ORLANDI, 356 Cidade: São Paulo - SP CNPJ: 03.612.312/0001-44	Código: 12939 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de suplemento alimentar através da Ação Civil Publica de nº 0900597-95.2015.8.24.0026 para atender as necessidades de Secretaria de Saúde de Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	50,00	APTAMIL PEPTI 400gr OU	LATA	47,20	2.360,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Criança apresenta Alergia Proteína do leite de vaca CID K52.2 (APLV).

Schroeder, 23 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 42/2015 - DL
	Processo Nr.: 80/2015 Data: 23/10/2015
Folha: 2/2	

22/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 22 de Outubro de 2015

Valor da Despesa: 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 14/2015-PMS - FINAL**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	209/2015	Processo Administrativo:	<u>Total dos Itens Vencedores:</u>	704.150,36
Licitação.....:	14/2015 - TP			
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia			
Objeto.....:	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Trecho II (estaca 15 à estaca 40+16m), Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 516m e área total de 5.403m², de acordo com o programa de transferência 201300640, proposta transparência 12334, FUNDAM-Fundo			

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 17288	- pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer - Unidade: UN						
12338	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRAADRIAMAR LTDA		1,000	0,0000	704.150,3600	704.150,36	Venceu	1 *****
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	728.916,0000	728.916,00	Perdeu	2
11819	CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME		1,000	0,0000	743.406,7600	743.406,76	Perdeu	3

Schroeder, Em/...../.....

Ivandra de Souza - - Presidente da Comissão
 Ilmar José Pereira Borges Filho - - Membro
 Andreia Nass Friedemann - - Membro
 Walter Egidio Mukai - - Membro
 Daniela Samuleski - - Secretária
 Valderi Rocha de Camargo - - Membro Suplente
 Cezar Santos de Jesus - - Membro Suplente
 Elcioir José Wendt - - Membro Suplente

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 163/2015

DECRETO Nº 163/2015 DE 19 DE OUTUBRO 2015.

“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL LUIZ NICOLLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido de lotação o Servidor Publico Municipal LUIZ NICOLLI – inscrito no CPF sob nº 637.299.549-20, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, Nível 13 do Grupo 1- SEG, que atualmente está lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes para Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 19 de Outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 188

DECRETO Nº. 188, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

"TRANSFERE O PONTO FACULTATIVO O DIA 28 DE OUTUBRO, DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990.

DECRETA

Art. 1º. O Ponto facultativo de 28 de outubro, instituído pelo Artigo 236 da Lei Federal nº 8.112/90, relativo à comemoração do Dia do Servidor Público, no exercício de 2015, fica transferido para o dia 30 de outubro, sexta-feira.

Art. 2º. Ficam excluídos do presente Decreto a Secretaria Municipal de Saúde e os serviços de caráter contínuo, tais como: Coleta de Lixo, Vigilância, Zeladoria de Cemitério e SAMAE que atuarão em regime de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC.189

DECRETO Nº. 189, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o art. 22, § 3º da Lei nº 1415 de 20 de maio de 2003, combinado com as disposições contidas na Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e considerando o art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário especial para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde de Sombrio - SC, fixando turno único de trabalho.

§ 1º. O horário de trabalho na Secretaria Municipal de Saúde do Município, será das 07h00 as 13h00, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 03 de novembro de 2015.

§ 2º. Fica Excluído do presente Decreto o ESF – Estratégia Saúde da Família Central, que funcionará das 12h00 as 18h00, de segunda a sexta-feira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 188/2015

PORTARIA Nº. 188/2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. JANAINA RAQUEL PROVIN LOWIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 536/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. JANAINA RAQUEL PROVIN LOWIS, Técnica em Enfermagem, matrícula nº. 257/01, pelo período de 180 dias, a partir de 21 de Outubro de 2015, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tigrinhos - art. 116, e da Lei Municipal nº. 536/2009, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e três de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

DECRETO Nº 3925, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3925, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 47.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2015:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	18.000,00
	TOTAL	18.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMS	43.000,00
16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.000,00
	TOTAL	4.000,00
	TOTAL GERAL	47.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	18.000,00
	TOTAL	18.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMS	43.000,00
16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	4.000,00
	TOTAL GERAL	47.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3926, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3926, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2015:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3927, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3927, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 25.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2015:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3928, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3928, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 335.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.1301	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1301	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	5.000,00
	total	5.000,00
25.01.017.512.0100.1305	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1305	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	

447100.00	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	11.500,00
	TOTAL	11.500,00
25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	14.000,00
	total	14.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	34.500,00
	total	34.500,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	160.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	10.000,00
	TOTAL	170.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	335.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3930, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3930, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 32.483,20.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 32.483,20 (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.14100	Royalties de Petróleo Saúde – FEP	28.511,36
0.13900	CFM Dep. Nac. de Produção Mineral	3.971,84
	TOTAL	32.483,20

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 100 2015 PMT - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COPA E COZINHA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Supermercado Fistarol Ltda; L & E Comercio Varejista Ltda – Epp; Bagatoli Comércio de Móveis Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 68.800,81 (sessenta e oito mil e oitocentos reais e oitenta e um centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/10/2016

Timbó, 23/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº TIMBOPREV-099, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-099, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Ademar Kroenke.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR ADEMAR KROENKE, ocupante do cargo de Motorista, Referência Salarial SG-32, matrícula nº 1810.4, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00055/15-1, expedida em 14/10/2015, computando-se 6223 (seis mil, duzentos e vinte e três) dias, ou seja, 17 (dezessete) anos e 18 (dezoito) dias, conforme Processo TIMBOPREV 059/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-100, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-100, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal Haroldo Sasse.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal HAROLDO SASSE, brasileiro, casado, nascido em 21 de setembro de 1950, portador do CPF sob nº 292.541.249-15, RG nº 296.050, residente na rua Jamaica nº 64, Bairro Imigrantes, em Timbó -SC, ocupante do cargo de Operador de Máquina, Referência Salarial SG-36, matrícula nº 1870.8, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 1.243,84 (mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), de conformidade com o art.40, §1º, inciso III, letra "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 058/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 69-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 69/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mudas de forma parcelada de flores, arvores e demais itens para ajardinamento da Avenida Afonso Dresch, no município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 09/11/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 70-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 70/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de pisos intervalados, tipo Paver para construção de 04 faixas elevadas na Avenida Afonso Dresch, em conformidade com as especificações do Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 06/11/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

095/2015**DECRETO 095/15 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.**

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por inundações – COBRAD-DE: 1.2.1.0.0, conforme IN/MI012012.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 52 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do art.8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO que as inundações provocadas por chuvas intensas e concentradas nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 2015, atingindo parte do Município, conforme mapa e fotos das áreas afetadas anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que, como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO que, a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional da Defesa Civil – CONDEC; CONSIDERANDO que, concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pela deficiência de estrutura as Defesa Civil local frente ao desastre e pela tendência da continuidade de chuvas nos próximos dias e, pela ocorrência de deslizamentos e alagamentos nas áreas afetadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA. Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexo a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil — COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsável pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I — penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II — usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto -Lei 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se que se de início a

processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitações os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e interruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180(cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Trombudo Central-SC, 23 de Outubro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

EDITAL 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

EDITAL DE 02/2015

PARA AUXÍLIO ESTUDANTE

Tunápolis SC, 23/10/2015

Capítulo I

1 DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 1º Fica autorizada a concessão de auxílio financeiro na importância de R\$ 44,06 (Quarenta e quatro reais e seis centavos) mensais, individualmente, para estudantes do Ensino Superior, residentes no município de Tunápolis – SC.

Art. 2º Os benefícios são extensivos aos cursos de ensino Médio e Pós-Médio Profissionalizantes, não oferecidos no município e bem como aqueles que não tem convênio firmado com o Município através de outro benefício.

Capítulo II

2 DAS CONDIÇÕES

2.1 – Que o estudante beneficiado tenha residência na circunscrição física do município de Tunápolis – SC, comprovada através da apresentação de comprovante de residência e ou título de eleitor.

2.2 - Que o estudante esteja regularmente matriculado em Instituição de Ensino, cujo curso com habilitação não seja oferecido no município de Tunápolis – SC.

2.3 - Que o estudante apresentará Atestado de Frequência emitido pela Instituição de Ensino ou documento impresso do próprio site da instituição, devendo apresentá-lo até o dia 05 de novembro de 2015, junto a Secretaria Municipal da Educação.

Capítulo III

3 DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas entre os dias 26 de outubro de 2015 até o dia 05 de novembro de 2015, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min horas às 17h00min horas, junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Capítulo IV

4 DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 O candidato interessado deverá apresentar:

4.1.1 Cópia de Identidade; CPF; e Título de Eleitor;

4.1.2 Cópia de comprovante de residência;

4.1.3 Atestado de Frequência (poderá ser retirado do próprio site do portal online das Instituições de ensino);

4.1.4 Número da conta bancária.

4.2. Candidato beneficiário do primeiro semestre, precisa apenas, trazer comprovante de frequência e de residência. Novos beneficiários, providenciar documentação completa.

Capítulo V

5 DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento do auxílio financeiro será efetuado através de depósito em conta bancária informada pelo estudante, no formulário de inscrição junto a Secretaria da Educação de Tunápolis, no ato da inscrição. O valor do auxílio financeiro será depositado até o dia 30 de novembro de 2015

Capítulo VI

6. DA HOMOLOGAÇÃO

6.1 As inscrições serão encaminhadas a comissão municipal nomeada por ato próprio do Prefeito Municipal para análise e aprovação, sendo que a lista dos contemplados será publicada no mural e no site da prefeitura de Tunápolis até as 15h00min do dia 13 de novembro de 2015.

Atenciosamente,

Vianeí Luís Hammerschmitt

Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Elisabeth Inês Heberle Scherer

Sec. Mun. de Administração, Finanças e Planejamento

União do Oeste

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO A ATA DE RP N. 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2015.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 25/2015, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 38/2015, que registrou os preços apresentados pela empresa AQUILINO LUIZ ZUCCO - ME, com fundamento no item 3. da Ata de Registro de Preços N.º 25/2015 e documentos anexo, firma-se o presente termo aditivo conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 19, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 25/2015, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 38/2015, passando a valer o seguinte valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$
19	GAS DE COZINHA 13 QUILOS, RECARGA	CARGA	SUPERGASBRAS	59,49

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 21 de Outubro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

AQUILINO LUIZ ZUCCO

AQUILINO LUIZ ZUCCO - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

1 TERMO ADITIVO A ATA DE RP N. 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 32/2015.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 32/2015, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 40/2015, que registrou os preços apresentados pela empresa AQUILINO LUIZ ZUCCO - ME, com fundamento no item 3. da Ata de Registro de Preços N.º 32/2015 e documentos anexo, firma-se o presente termo aditivo conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 36, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 32/2015, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 40/2015, passando a valer o seguinte valor:

Item	Especificação	Un.	Marca	Preço Unt.R\$
36	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA, EMBALAGEM DE 1KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	KG	SEVA	6,86

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 21 de Outubro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

AQUILINO LUIZ ZUCCO
AQUILINO LUIZ ZUCCO - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

3 TERMO ADITIVO A ATA DE RP N. 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2015.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 02/2015, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 65/2014, que registrou os preços apresentados pela empresa JOSMAR AUTO POSTO LTDA, com fundamento no item 3.3 e 3.4 da Ata de Registro de Preços N.º 02/2015 e documentos anexo, firma-se o presente termo aditivo conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 02, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 02/2015, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 65/2014, já atitado através do 1º e 2º Termo Aditivo, passando a valer o seguinte valor:

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Marca	Preço Unt.
02	Óleo Diesel Comum	100.000	Lt	IPIRANGA	R\$ 3,07

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 21 de Outubro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

JOSMAR MOTERLE
JOSMAR AUTO POSTO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

DECRETO N. 2961/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.961, de 23 de outubro de 2015.
Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 63., da Lei Complementar Municipal n.º 093, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 60 (sessenta) dias à servidora pública Municipal LUCIANE GALÃO LUZZI, ocupante do cargo Temporário de Professor Adjunto, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a ser gozada no período de 27 de outubro à 25 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de outubro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2962/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.962, De 23 de Outubro de 2015.

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 007/2015”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar N.º 019, de 02 de junho de 2000 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Clausula Sexta do Contrato de Trabalho por prazo determinado n.º 007/2015 e, devido a prorrogação da Licença Gestante da Professora titular da vaga,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Trabalho por prazo determinado n.º 007/2015, celebrado entre o Município de União do Oeste e Keli Patrícia da Silva, para 20 de Dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de outubro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2963/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.963, de 23 de outubro de 2015.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias para Servidora Pública Municipal, EDIANE ASSIS DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 01/11/2015 à 30/11/2015, relativas ao período aquisitivo de 16/04/2013 à 15/04/2014.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de outubro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 20, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 38, incisos V e VIII, do Regimento Interno da Casa, promulga o seguinte;

ATO Nº 20, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA FACULTATIVO O PONTO DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Art. 1º Fica declarado facultativo o ponto dos funcionários da Câmara Municipal de Urussanga no dia 30 de outubro de 2015, em virtude da data comemorativa ao dia do funcionário público, 28 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga/SC, 15 de outubro de 2015.
Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vereador João Batista Bom
2º Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon
1ª Secretária

ATO Nº 21, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o art. 15, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 38, Inciso II, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 21, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituído, a partir do dia 06 de novembro de 2015, em caráter excepcional, o horário especial de funcionamento da Câmara Municipal de Urussanga, a ser cumprido nos seguintes horários:

I – De segunda à quinta-feira, das 13h às 18h; sendo que às segundas e terças-feiras, o horário estende-se até o término das reuniões;

II – Às sextas-feiras, das 7h às 13h.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 22 de outubro de 2015.
Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vereador João Batista Bom
2º Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal de Urussanga, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições e em conformidade ao que dispõe o art. 35, inciso VIII, c/c art. 324, ambos do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA O PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO ARTIGO 1º, DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 047/95.

Art. 1º O parágrafo 1º, do art. 1º, do Decreto Legislativo nº 047, de 21 de março de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. [...].

§1º Será limitada em apenas uma honraria, para cada espécie, por autor, em cada sessão legislativa.

[...].”

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga/SC, 21 de outubro de 2015.

Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vidal Ramos

PREFEITURA

DECRETO NO. 2.544/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO No. 2.544/2015, de 22 de Outubro de 2015.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Granizo 1.3.2.1.3

O Senhor Laércio da Cruz, Prefeito do município de Vidal Ramos, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que a ocorrência de Granizo na madrugada do dia 22 de outubro de 2015, provocou perdas significativas, e em alguns casos totais, nas plantações de cebola, fumo e demais culturas;

II – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Granizo 1.3.2.1.3.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Devendo este Decreto vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2015

Laércio da Cruz

PrefeitoMunicipal

DECRETO NO. 2.545/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO No. 2.545/2015, de 22 de Outubro de 2015.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Chuvas Intensas 1.3.2.1.4

O Senhor Laércio da Cruz, Prefeito do município de Vidal Ramos, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que a ocorrência de Chuvas Intensas, nos dias 21 a 23 de outubro de 2015, provocou alagamentos em diversos locais, atingindo todo o município;

II- Que em decorrência dos seguintes danos: cerca de 2.000 pessoas afetadas, em torno de 15 a 20 pontes e pontilhões destruídos, centenas de bueiros destruídos, centenas de barreiras, e o sistema de transporte municipal em grande parte comprometido;

III – Que parte do sistema de telefonia e de distribuição de energia elétrica ficou danificado;

IV – Que na última semana choveu aproximadamente 250 mm, segundo medições oficiais;

V – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas 1.3.2.1.4.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Devendo este Decreto vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 23 de outubro de 2015

Laércio da Cruz

PrefeitoMunicipal

Videira

PREFEITURA

ADITIVO Nº 113/2015 - PMV

Termo Aditivo nº 113/2015

Contrato/Ata nº: Ata nº 25/2015

Processo: PR nº 167/2014- PMV

Contratado: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro do óleo diesel comum e óleo diesel S10, tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás, passando para R\$ 2,83 e R\$ 2,81, respectivamente, o litro.

Data: 23/10/2015.

CONCORRÊNCIA Nº 02/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar a Concorrência nº 02/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.A.U.Q. DA CAMPINA BELA À LINHA APARECIDA VDR 478, COM EXTENSÃO DE 4.260M. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. As propostas e documentos serão recebidos até às 13h00min do dia 26 de Novembro de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 23 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.474/15

DECRETO Nº 12.474/15, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GILEYRE RINALDI FAVATO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração

aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.489/15

DECRETO Nº 12.489/15, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.274/15, de 10 de setembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	500.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	700.000,00

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0363/15

Extrato do Contrato n. 0363/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SARAJANE HELENA PAZIN GONÇALVES DIAS

CPF: 063.044.539-73

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de agosto de 2015 a 31 de outubro de 2015

FUNÇÃO: NUTRICIONISTA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0376/15

Extrato do Contrato n. 0376/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFERSON PADILHA

CPF: 091.342.829-98

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0381/15

Extrato do Contrato n. 0381/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GLAUDECIR JOÃO PIRES CURUCA

CPF: 601.280.899-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0377/15

Extrato do Contrato n. 0377/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFERSON DA SILVA

CPF: 042.725.309-84

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0382/15

Extrato do Contrato n. 0382/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA

CPF: 347.531.509-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0378/15

Extrato do Contrato n. 0378/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DOMINGUINHOS BATISTA

CPF: 626.638.609-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0383/15

Extrato do Contrato n. 0383/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELE BORGES DE OLIVEIRA

CPF: 071.921.229-47

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0380/15

Extrato do Contrato n. 0380/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUCAS DE ALMEIDA BESEN

CPF: 075.697.059-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0384/15

Extrato do Contrato n. 0384/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GILMAR FRANCISCO RAMOS

CPF: 848.948.149-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0385/15

Extrato do Contrato n. 0385/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSE HERNANI PENSO

CPF: 346.610.429-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0407/15

Extrato do Contrato n. 0407/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANE RABUSKE

CPF: 049.919.059-90

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0386/15

Extrato do Contrato n. 0386/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ROQUE PANIGAZ

CPF: 916.073.709-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0408/15

Extrato do Contrato n. 0408/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA

CPF: 061.104.929-57

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0404/15

Extrato do Contrato n. 0404/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI

CPF: 056.729.689-02

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 31 de janeiro de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0409/15

Extrato do Contrato n. 0409/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANTONINHA FUMAGALI DA SILVA

CPF: 356.094.000-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de setembro de 2015 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0405/15

Extrato do Contrato n. 0405/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GREICY BRUSCHI CARINHATO

CPF: 076.425.369-76

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de setembro de 2015 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0423/15

Extrato do Contrato n. 0423/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LORECI APARECIDA MUNARI

CPF: 022.570.529-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 a 30 de maio de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0424/15

Extrato do Contrato n. 0424/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA RIBEIRO

CPF: 005.531.199-74

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de setembro de 2015 a 30 de novembro de 2015

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0425/15

Extrato do Contrato n. 0425/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSÉ ELVIS DE MORAES

CPF: 079.374.529-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de setembro de 2015 a 30 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0426/15

Extrato do Contrato n. 0426/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA

CPF: 043.889.139-28

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0427/15

Extrato do Contrato n. 0427/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE FRANCISCA DA SILVA

CPF: 039.598.874-85

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2015 a 30 de novembro de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0436/15

Extrato do Contrato n. 0436/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA RODRIGUES DA SILVA

CPF: 006.864.399-37

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 07 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0442/15

Extrato do Contrato n. 0442/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEI THIBES

CPF: 425.780.519-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 23 de setembro de 2015 a 30 de maio de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.271,43 (um mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 171/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA REALIZAR A SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA ELÉTRICA PARA TRANSFERÊNCIA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL DA CAMINHONETE TOYOTA, FROTA 187, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 10/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 23 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 24/2015 – FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM TROCA DE PEÇAS NO EQUIPAMENTO BS 300, INSTALADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 17:00 horas do dia 09/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 17:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 09 2015

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS SETEMBRO/2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	5.551.402,14
1.2 - ITBI	1.532.313,02
1.3 - ISS	6.930.756,14
1.5 - IRRF	1.526.333,53
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	465.650,86
1.7 - Multas e Juros de Impostos	522.446,13
1.8 SOMA	16.528.901,82
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	14.806.365,76
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson Export. (LC 87/96) -20%	132.026,72
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	26.390.211,97
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	411.539,88
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	16.627,83
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	5.375.796,80
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	47.132.568,96
1.18 TOTAL	63.661.470,78

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	15.915.367,70
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	14.488.205,20
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	173.223,12
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	712.111,09
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.696.605,43
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	198.844,55
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	903.313,52
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	973.238,60
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	350.639,28

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	15.915.367,70	21.442.123,77	5.526.756,08
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		11.659.703,23	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		9.782.420,54	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	14.661.428,32	13.694.773,62	-966.654,70
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	8.796.856,99	12.170.201,18	3.373.344,19
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	5.864.571,33	1.524.572,44	-4.339.998,89
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.798.763,50	1.438.349,28	-1.360.414,22
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.323.877,88	1.276.449,27	-47.428,61

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	25,46%	0,46%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	83,01%	23,01%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	10,40%	-30,00%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	14.488.205,20	9.426.511,95	5.061.693,25

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 23 de outubro de 2015.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmir Carelli
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO Nº 08/2015 - CMV**

Contrato nº: 08/2015 - CMV

Data de Assinatura: 23/10/2015

Contratada: L.A.CN INFORMÁTICA LTDA – ME

Valor Total: R\$ 12.838,00 (doze mil oitocentos e trinta e oito reais).

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2015 – CMV

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E MONITORES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - CVMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira no mês 10/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/15

CONTRATADA: L.A.CN INFORMÁTICA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de computadores e monitores para a Câmara Municipal de Vereadores de Videira

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 12.838,00 (doze mil oitocentos e trinta e oito reais).

CHRISTIANE ZIMMER - Presidente.

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO 051/2015

DECRETO 51/2015

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas - 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012.

O Senhor LOURIVAL LUNELLI, Prefeito do município de Vitor Meireles, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso XXX, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município, de 12/09/1990 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I - Considerando que a ocorrência de enxurrada, ocasionando alagamento e deslizamento de terra, caracterizada por chuva intensa e concentrada, nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 2015, atingindo grande parte do município de Vitor Meireles, principalmente nas áreas perto das margens dos rios e encostas;

II - Que em decorrência dos seguintes danos ocasionando prejuízo nos comércios e indústrias, como a perda do estoque. Nas residências, onde com o alagamento ocasionou prejuízos materiais. Nos prédios públicos do Município de Vitor Meireles, onde ocorreu a perda de documentos e de materiais de escritório, em especial aos danos e estragos ocasionados na danificação de pontes, bueiros e a ocorrência de deslizamentos de terras nas estradas vicinais do município, impedindo em alguns pontos o acesso a população. Que como consequências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informações do Desastre - FIDE, anexo a este Decreto;

III - Que o parecer do Conselho da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas - 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 23 de Outubro de 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 26/10/2015.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto.º 052/2015

DECRETO n.º 052/2015

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.306.010.2024 – Merenda Escolar

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3701 – Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$ 10.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 – Manutenção da Educação Infantil (Creche)

31000000.00 – Outras Despesas Correntes

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Receita de Impostos – Educação 25% R\$ 50.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2025 – Manutenção da Educação Infantil (Pré-Escolar)

31000000.00 – Outras Despesas Correntes

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Receita de Impostos – Educação 25% R\$ 60.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 23 de Outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 212/2015

DECRETO Nº AJG 212/2015

RECONHECE SALDO DEVEDOR EM DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o artigo 69, incisos III e V, da Lei Orgânica Municipal, e demais legislações aplicáveis à espécie, e,

Considerando o disposto no Decreto nº AJG 263/2014, de 28.10.2014 que trata da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de área rural pertencente à empresa Moinho Xanxerê Indústria e Comércio Ltda;

Considerando o disposto no Decreto nº AJG 302/2014 que desapropriou por utilidade pública, pela via amigável, parte de imóvel rural registrado na matrícula nº 13.510, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê/SC, com área de 44.959,83m², sem benfeitorias, situado na localidade denominada Taquarussú, neste Município;

Considerando a grave crise vivenciada no cenário econômico nacional, em especial a queda constante de arrecadação dos Municípios;

Considerando a necessidade de reprogramação no cumprimento de obrigações em atraso.

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconhecido o saldo de devedor de R\$ 695.869,25 (seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos) referente à desapropriação realizada por meio do Decreto nº AJG 302/2014.

Art. 2º. O saldo devedor, que será corrigido pela TR no momento do pagamento, deverá ser adimplido em duas parcelas com vencimento nas datas de 19/02/2016 e 21/03/2016.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta da dotação orçamentária do próximo exercício.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 23 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3777/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3777/2015

(Origem Projeto de Lei Complementar Nº AJG 007/2015)

DISPÕE SOBRE O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO, ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA PRÉ-OPERACIONAL E LICENÇA ESPECIAL PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Poderá ser concedida Licença Pré-Operacional para empreendimentos que comprovem a viabilidade da atividade para a localização pretendida e a aprovação, pelo órgão competente, do projeto da obra.

§ 1º A licença concedida na forma indicada neste artigo tem validade apenas para fins cadastrais e será expedida após prévia vistoria no local onde se instalará o estabelecimento, restando dispensado o cumprimento das exigências para a concessão do licenciamento definitivo.

§ 2º A validade da licença está condicionada ao pagamento da Taxa de Licença Pré-operacional, que terá valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos valores expressos em Unidade Fiscal de Referência do Município – UFRM na tabela anexa à Lei Complementar nº 3.072/2008.

§ 3º A licença terá validade para o ano-calendário de sua emissão, sendo permitida a sua renovação para os exercícios subsequentes, desde que mantida a situação que ensejou a sua concessão.

§ 4º A Licença Pré-Operacional não autoriza, em nenhuma hipótese o início das atividades do estabelecimento que a detém.

§ 5º Mediante requerimento do contribuinte e desde que sejam cumpridos os requisitos legais, será concedido o licenciamento definitivo.

Art. 2º Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório destinado a formalizar o exercício de atividades econômicas de baixo risco, e permitir o início das operações do estabelecimento imediatamente após o ato de registro empresarial, sem a necessidade de vistorias prévias por parte dos órgãos e entidades licenciadoras.

§ 1º Para a obtenção do Alvará de Funcionamento Provisório deverão ser observadas as seguintes condições:

- I - comprovação da realização do registro empresarial na Junta Comercial;
- II - comprovação da obtenção do parecer de viabilidade deferido, atestando a permissão do exercício da atividade na localização pretendida;
- III - assinatura do Termo de Ciência e Responsabilidade.

§ 2º O Termo de Ciência e Responsabilidade constitui instrumento em que o empresário ou responsável legal pela sociedade firma compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos

exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios.

§ 3º O Alvará de Funcionamento Provisório converter-se-á em Alvará de Licença para Localização e Permanência após o cumprimento das condições de localização e permanência, conforme definido na legislação, atestado pelos órgãos e entidades competentes.

§ 4º O Alvará de Funcionamento Provisório terá vigência até sua conversão em Alvará de Licença para Localização e Permanência, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contatos da sua emissão, ressalvado o disposto nos §§ 9º e 10 deste artigo.

§ 5º Consideram-se atividades econômicas de alto risco aquelas que exigem vistoria prévia por parte dos órgãos e das entidades responsáveis pela emissão de licenças e autorizações, antes do início das atividades do estabelecimento.

§ 6º As atividades econômicas de alto risco seguem a definição do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

§ 7º Definidas as atividades de alto risco na forma do parágrafo anterior, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

§ 8º A regularidade do imóvel perante os órgãos de licenciamento no âmbito da prevenção contra incêndios deverá ser exigida do respectivo proprietário e, no caso de atividades de baixo risco, sua ausência não impedirá o licenciamento e, por conseguinte, a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório.

§ 9º A irregularidade do imóvel perante os órgãos competentes da Administração Pública Municipal constitui fato impeditivo da conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Licença para Localização e Permanência.

§ 10 A irregularidade do imóvel perante os órgãos competentes da Administração Pública Municipal deverá ser sanada no prazo de 12 (doze) meses, contados da emissão do Alvará de Funcionamento Provisório, sob pena de cassação deste.

Art. 3º Fica instituída a Licença Especial para Exercício de Atividades Econômicas, destinada a formalizar o exercício de atividades econômicas que, por sua natureza, prescindam de estabelecimento, e permitir o início das atividades imediatamente após o ato de registro nos órgãos competentes, sem a necessidade de vistorias prévias por parte dos órgãos e entidades licenciadoras, observado o que dispuser o regulamento da presente Lei Complementar.

Parágrafo Único - A ausência de comprovação da regularidade do imóvel não impedirá a concessão da Licença Especial para Exercício de Atividades Econômicas.

Art. 4º O Alvará de Funcionamento Provisório, no prazo de sua validade, e a Licença Especial para o Exercício de Atividades Econômicas, substituem, para todos os efeitos, o Alvará de Licença para Localização e Permanência.

Art. 5º Aplicam-se, subsidiariamente, no que for compatível, ao Alvará de Funcionamento Provisório e à Licença Especial para o Exercício de Atividades Econômicas, as disposições legais relativas ao Alvará de Licença para Localização e Permanência, inclusive no que se refere ao pagamento das taxas estabelecidas na tabela anexa à Lei Complementar nº 3.072/2008.

Art. 6º Para a concessão do Alvará de Licença para Localização e Permanência, exige-se a comprovação de regularidade do imóvel no qual a atividade será exercida.

Art. 7º A conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em definitivo, no mesmo exercício em que foi expedido, não implicará nova incidência da taxa.

Art. 8º As disposições desta Lei Complementar serão regulamentadas por decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3775/2015

LEI Nº AJG 3775/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 035/2015)

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2014/2017, INSTITUÍDO PELA LEI Nº AJG 3557/2013 DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2016 e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, e fixação da despesa anexo V, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2016, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3776/2015

LEI Nº AJG 3776/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 038/2015)

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I – As metas e prioridades da administração municipal;

II - A estrutura e organização do orçamento;

III - As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;

V - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - Das metas fiscais; e

VII - Das disposições gerais.

CAPÍTULO I**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações

especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº163, de 04 de maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Criança e Adolescência (centralizado);

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (descentralizado);

- Fundo Municipal da Habitação (descentralizado);

- Fundo Municipal de Esportes (centralizado);

Art. 6º - Mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterà:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2012 a 2014, fixada para 2015 e projetada para 2016 a 2018;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2014 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2016 a 2018;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2012 a 2014;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2016;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2012 a 2014, despesas com pessoal por Poder para o mesmo

período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2016 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2016, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2016 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2016.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2016, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre,

relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 19- As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 20 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 21 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 22 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2016, a preços correntes.

Art. 23 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 24 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 25 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 26 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar

Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 27 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 28 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 30 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 31 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 33 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 34 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de

2000.

Art. 37 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 39 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 40 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2016, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 41 - Até o dia 31 de outubro de 2015, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 43 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

a) - Demonstrativo I - Metas anuais;

b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;

d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial

do RPPS;
g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
j) - Demonstrativos das receitas e despesas.
Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 45 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
16 de Outubro de 2015
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 231/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 231/2015
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER o pedido de Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 03.11.2015 à 01.01.2016. Ao Servidor Público Municipal Sr. SADI GIBIKOSKI, nacionalidade brasileiro, estado civil casado, portador da CI nº 2.070.329 e CPF 647.476.899-15, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. Nomeado conforme Decreto JB 423/94 com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 03983/2015, datado de 23.10.2015.

Licença Prêmio concedida referente ao período de:
07.07.1999 a 06.07.2004 – 60 (sessenta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio na data de 23.10.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 23 de Outubro de 2015.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 232/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 232/2015
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 23.10.2015 a 21.11.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. VERA LUCIA LAPINSKI MARASCHIM, Brasileira, casada, portadora da CI Nº 1.279.290 e CPF Nº 512.366.999-04, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê

– SC. Nomeada conforme Decreto nº BLB 174/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03993/2015. Datado de 23.10.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
19.04.2010 a 18.04.2013: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio na data de 23.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 23 de Outubro de 2015.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 233/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 233/2015

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS AMBIENTAIS.

ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.612/01 e Decreto nº AM 234/02.
RESOLVE

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal para que desempenhe suas funções junto a Secretaria Municipal de Políticas Ambientais a Sra. PATRICIA TESSARO, nacionalidade brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do CPF nº 007.443.089-09 e CI nº 3.764.417, nomeada conforme Decreto nº AM 142/03, no cargo de TÉCNICO EM SANEAMENTO, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros datado de 03.10.2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 23 de Outubro de 2015.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 108/2015

DECRETO Nº 108/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.474, de 20 de outubro de 2015.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$	5.000,00
TOTAL	5.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$	5.000,00
TOTAL	5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 109/2015

DECRETO Nº 109/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.475, de 20 de outubro de 2015.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de

até R\$ 1.000,00 (um mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00	
R\$	1.000,00
TOTAL	1.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.00	
R\$	1.000,00
TOTAL	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 110/2015

DECRETO Nº 110/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.476, de 20 de outubro de 2015.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor total de até R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.40.00.00.00.00.00	
R\$	13.860,00
TOTAL	13.860,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00	
R\$	13.860,00
TOTAL	13.860,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 111/2015

DECRETO Nº 111/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.477, de 20 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00	
R\$	2.000,00
TOTAL	2.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00	
R\$	2.000,00
TOTAL	2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 112/2015

DECRETO Nº 112/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na da Lei Municipal nº 775, de 06/11/01, e,

Considerando a exigência legal que estabelece o art. 3º da Lei Municipal nº 775/01,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a contar desta data, os membros que comporão o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, conforme estabelece o art. 3º da Lei Municipal nº 775, de 06/11/01, a saber:

I – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

Titular: Jordane Fatima Fabrin

Suplente: Gicelle Parisotto

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Sheila Wilk da Veiga

Suplente: Juliana Canton

III – Representantes das Unidades Educacionais do Estado no Município:

Titular: Lurdes Maria Rebelatto Pelizza

Suplente: Liliane Bergamin

IV – Representantes da Polícia Civil:

Titular: Gilmar Bonatto

Suplente: João Octavio Simon de Souza

V – Representantes da Polícia Militar:

Titular: Nilson José Soligo

Suplente: Wilian Rodriguez

VI – Representantes Médicos:

Titular: Marcio de Oliveira Gonzalhes

Suplente: Carlos Alberto Barbieri

VII – Representantes Advogados

Titular: Valmor de Souza

Suplente: Michel Zanoello

VIII – Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Juçara Fatima Câmara

Suplente: Clarice Burtulli Betiatto

IX – Representantes dos Clubes de Serviços - Clube de Mães de Nossa Senhora Aparecida:

Titular: Zeli Betto

Suplente: Maria Pradella

X – Representantes dos Conselhos Comunitários – Associação de Moradores de Xavantina:

Titular: Ivanir Terezinha Delazzari

Suplente: Cátia Mara Boff

Parágrafo Único. O mandato dos representantes de que trata este artigo, será de 02 (dois) anos, a contar da data deste Decreto, sendo permitida a sua recondução.

Art. 2º As funções dos membros do Conselho não serão

remuneradas, porém consideradas de relevante serviço público.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina – SC, 22 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 113/2015

DECRETO Nº 113/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.481, de 22 de Outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000

R\$:
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000

R\$:
..... R\$ 80.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 114/2015

DECRETO Nº 114/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.478, de 22 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$	200.000,00
TOTAL	200.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Comércio, Indústria, Turismo e Serviços	
Projeto Atividade: 1.005 – Incentivos Econômicos	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$	100.000,00
TOTAL	100.000,00

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios no valor total de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1474

LEI Nº 1474, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	

R\$	5.000,00
TOTAL	5.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$	5.000,00
TOTAL	5.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1475

LEI Nº 1475, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00	
R\$	1.000,00
TOTAL	1.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.00	
R\$	1.000,00
TOTAL	1.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1476

LEI Nº 1476, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor total de até R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.40.00.00.00.00.00	
R\$	13.860,00
TOTAL	13.860,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.00	
R\$	13.860,00
TOTAL	13.860,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1477

LEI Nº 1477, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei

Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$	2.000,00
TOTAL	2.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$	2.000,00
TOTAL	2.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1478

LEI Nº 1478, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$	200.000,00
TOTAL	200.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Comércio, Indústria, Turismo e Serviços	
Projeto Atividade: 1.005 – Incentivos Econômicos	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$	100.000,00
TOTAL	100.000,00

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios no valor total de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1479

LEI Nº 1479, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Xavantina.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

- I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos do idoso;
- II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal do Idoso;
- III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;
- IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;
- V. Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capítulo II desta Lei;

IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo especial Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. Elaborar seu regimento interno;

XI. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII. Divulgar os direitos dos idosos, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII. Convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIV. Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

Art. 3º. Aos membros do Conselho Municipal do idoso será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

Art. 4º. O Conselho Municipal do idoso é composto de 10 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I – por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

- a) Um representante do Departamento de Assistência Social;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) Um representante do Departamento de Esporte e Cultura;

II – por 05 (cinco) representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil, sendo escolhidos entre os grupos de idosos do município.

§ 1º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º. Todos os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

§ 6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 5º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, a cada novo mandato.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 6º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 7º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 9º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 10º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 11. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta

consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 12. O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 14. As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 16. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do exercício vigente.

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 17. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Xavantina.

Art. 18. Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

- I – dotação orçamentária da União, do Estado e Município ;
- II – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídica;
- III – os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- IV – as advindas de acordos e convênios;
- V - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;
- VI – outras.

Art. 19. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. Caberá à Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social gerir o Fundo Municipal do Idoso, cabendo ao gestor:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;
- II – submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Para a primeira instalação do Conselho /Municipal do Idoso, o Prefeito convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos

direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo às convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 21. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 22. O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação. Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 22 de Outubro de 2015.
MAURO JUNES POLETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1480

LEI Nº 1480, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Xavantina, para o exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 130 da Lei Orgânica do Município e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos;
- IV – as disposições sobre dívida pública municipal;
- V – as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas constantes nos Demonstrativos e Anexos desta Lei.

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir, ou alterar as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o

equilíbrio das contas públicas.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante (Decreto – Alterado Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina) LEI o Anexo VIII – Prioridades e Metas, no que diz respeito:

I – à ampliação ou diminuição das metas propostas;

II – à adequação da denominação dos programas, das ações, do produto e da unidade de medida;

III – à transferência de ações entre programas.

§ 2º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual 2016, serão destinados preferencialmente para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo em limite a programação das despesas.

§ 3º O Anexo das Metas Fiscais conterá, no que couber, o disposto no Artigo 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 4º Havendo variação da receita positiva ou negativa em relação à meta estipulada, as metas de receita, despesa e resultados primário e nominal poderão ser ajustado automaticamente.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 6º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa,

projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a legislação aplicável:

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001.

Art. 7º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá o que trata o Art. 22, inciso I, da Lei 4.320/64.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para o exercício de 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o comportamento do cenário econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, poderão os demonstrativos de receitas e despesas constantes dos Anexos desta Lei, serem atualizados quando da elaboração da LOA.

Art. 10 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, demonstrada nesta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 11 Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos”, “inversões financeiras” e “serviços de terceiros de cada poder”.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 12 A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LRF.

Art. 13 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015 ou anos anteriores.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos

ordinários alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 14 Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, em até 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas, previstas para o mesmo exercício, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, tais como: sentenças judiciais ou trabalhistas, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 15 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 16 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 17 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 18 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará preferencialmente aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, desportivo, cooperativo, associativo ou filantrópico, e dependerá de autorização em lei específica, e somente serão concedidos os recursos que cumpram as exigências e regras da legislação em vigor.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo sistema de controle interno, nos termos estabelecidos no convênio e demais legislação aplicável.

Art. 19 Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas, de atividade de natureza continuada e poderá, igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada e programas de bolsa trabalho, instrumento de incentivo ao emprego.

Art. 20 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de

que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 22 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 23 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes de julho de 2015.

Art. 24 A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º A LOA para o exercício de 2016 poderá conter autorização, mediante LEI, para o Poder Executivo: (Acrescido Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

I – abrir crédito suplementar, até o limite de um terço do montante total das dotações orçamentárias, tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores; (Acrescido Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

II – realizar a reabertura de créditos orçamentários relativos a convênios e transferências de capital firmados e não aplicados no exercício anterior. (Acrescido Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

§ 2º A LOA para o exercício de 2016 poderá conter autorização para, mediante LEI autorizativa, realizar, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, observando as fontes de recursos. (Acrescido Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

§ 3º Para os efeitos desta Lei considera-se como respectiva dotação orçamentária o somatório total das dotações de uma mesma categoria econômica definida para o orçamento do referido exercício. (Acrescido Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 26 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implementadas gradativamente de forma a aprimorar e aperfeiçoar os sistemas para apurar os gastos dos serviços visando demonstrar de forma mais clara e objetiva as ações governamentais.

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 27 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 28 A LOA para o exercício de 2016, nos termos do art. 165, § 8º da CF/88, contera o disposto no art. 7º, I, da Lei 4.320/64, incluindo-se implicitamente o disposto na parte final do art. 42 e seguintes do Capítulo V da Lei 4.320/64. (Vetado Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

Art. 29 Conforme determina o art. 100, § 1º, da CF/1988, a assessoria jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, até 1º de julho do exercício financeiro em curso, a relação dos débitos a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício futuro.

Art. 30 Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos 01 (uma) das seguintes condições:

I – comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;
II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 Obedecidos os limites da Resolução nº 43/2001 e alterações posteriores do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito em 2015 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/88 e os arts. 31 a 43 da LRF.

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescidas as metas fiscais correspondentes a Dívida Fundada e ao Resultado Nominal.

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LRF.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizadora, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 35 Fica autorizada, a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos poderes executivo e legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 36 Fica autorizada a cessão de servidores, com ônus para o Município, a órgãos da Administração Direta e Indireta dos Governos Federal, Estadual, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 37 No exercício de 2016, observado o disposto no artigo 169

da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - for observado o limite previsto no art. 19, III e 20, III da LRF.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os poderes executivo e legislativo, adotaram as medidas previstas, nos § 3º e 4º do Artigo 169 da CF/88, e nos arts. 22 e 23 da LRF.

Art. 40 As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel do Município;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 41 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções, guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Xavantina, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 43 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante ato do poder executivo, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do

disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 45 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 47 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da Lei de Orçamento vigente.

Art. 48 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 49 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

Art. 50 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Legislativo. (Alterado Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

Art. 51 Fica o Poder Executivo, mediante Lei, autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesa de capital.

Parágrafo Único. A Lei definirá os bens móveis inservíveis e antieconômicos objeto da alienação. (Alterado Pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

Art. 52 Durante o exercício de 2016, o Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, com as Entidades previstas no Artigo 18 da presente Lei, com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Parágrafo Único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 53 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Xavantina (SC), 22 de Outubro de 2015.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1481

LEI Nº 1481, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000

R\$:
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 11.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto Atividade: 2.001 - Manter a Câmara Municipal de Vereadores

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000

R\$:
..... R\$ 80.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Outubro de 2015.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Zortéa

PREFEITURA

LEI Nº 526/2015 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 - ALTERA LEI Nº 461/2013

LEI Nº 0526/2015 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 461/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 461/2013, de 22 de agosto de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 21 de outubro 2015.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 21 de outubro 2015.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 527/2015 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 - DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORACAO LOA 2016

LEI Nº 0527/2015 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de ZORTÉA, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais
- II - as prioridades e metas da administração municipal;
- III - a estrutura e organização do orçamento;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II – Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2014;
- III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;
- IX - Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;
- X - Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
- XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
- XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como

os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Portaria STN nº 437/2012, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1, da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - Programa de trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de trabalho de governo – Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7, da Lei 4.320/64 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8, da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9, da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIV - Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2016 (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XVIII - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos para o exercício de 2016 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XIX - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2016 (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de

crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição

Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem

a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Zortéa, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não

cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 21 de outubro 2015.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 21 de outubro 2015.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMOSC

EXTRATO TERMOS ADITIVOS PREGAO MEDICAMENTOS

EXTRATO TERMO ADITIVO 65/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

CNPJ: 76.386.283-0001.13

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ AUGUSTO VARNIER, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 66/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: A G KIENEN & CIA LTDA

CNPJ: 82.225.947-0001.65

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO AGENOR GERONIMO CALDART, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 67/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 04.889.315-0001.92

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

AMUREL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO -AGO - 29-10-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 de outubro de 2015, às 09 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09 horas e 15 minutos, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata Anterior;

II. Prestação de contas do quarto bimestre, do exercício de 2015;
III. Apresentação Encantos do Sul;
IV. Assuntos diversos.

Tubarão, 17 de agosto de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Presidente da AMUREL

Prefeito de Imbituba

Consórcios

CIGA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Eletrônico nº 04/2015 - Processo Licitatório nº 19/2015, no qual restou vencedora do certame a seguinte empresa: VENER PEREIRA DE SOUZA EPP, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 19/2015.

Florianópolis, 23 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Presidente do CIGA

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2015, o Sr. Marcello André Previdi, pregoeiro responsável, adjudica a seguinte empresa vencedora: VENER PEREIRA DE SOUZA EPP, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 19/2015.

Florianópolis, 23 de outubro de 2015.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015**- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -**

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0019-2015 do(a) CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA.

NOME DO PROMOTOR: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA
EDITAL / PROCESSO: 0019-2015 / 0019-2015
DATA DE REALIZAÇÃO: 21 de Outubro de 2015 às 13:00
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS Iniciado em 05/10/2015 08:00 e finalizado em 21/10/2015 09:59
LOCAL: www.bll.org.br
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: MARCELLO ANDRÉ PREVIDI
OBJETO: Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza e materiais de copa, conforme especificações contidas neste edital.

Aos 21 dias do mês de outubro de 2015, no endereço eletrônico www.bll.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) MARCELLO ANDRÉ PREVIDI do(a) CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 08:00 horas do dia 05/10/15 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) resgistrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

LOTE: 000001 CANCELADO **01/01/01 12:00**
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	FITA ADESIVA PRATA, LARGURA 48MM, COMPRIMENTO 50M.	ROLO		5	0,00

LOTE: 000002 CANCELADO **01/01/01 12:00**
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	PAPEL FORMATO A0, BRANCO, 841MM x 1189MM, GRAMATURA 75G/M², EMBALAGEM RESISTENTE A UMIDADE.	UNIDADE		50	0,00

LOTE: 000003 CANCELADO **01/01/01 12:00**
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	SUORTE PARA MONITOR EM MDF COM 3 (TRÊS) GAVETAS, NA COR PRETA, MEDINDO, APROXIMADAMENTE, 39,5CM LARG X 26,5CM PROFUND X 16,5CM ALT.	UNIDADE		5	0,00

LOTE: 000004 CANCELADO **01/01/01 12:00**
MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		2	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VENER PEREIRA DE SOUZA	09.110.229/0001-53	20/10/15 09:04:34 84,00	23/10/15 18:26:13 0,00

Valor da proposta maior que preço máximo do Edital.

LOTE: 000005 HOMOLOGADO **23/10/15 04:24**
MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	KIT COM BALDE DE 12 LITROS E MOP COM CABO.	UNIDADE	BRUS	1	36,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VENER PEREIRA DE SOUZA	09.110.229/0001-53	20/10/15 09:04:34 36,00	21/10/15 13:09:36 36,00

LOTE: 000006 HOMOLOGADO
MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

23/10/15 04:24

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO, FOLHA SIMPLES, CAIXA OU FARDO COM 8 UNIDADES DE 300 METROS X 10 CM CADA, ALTA MACIEZ E RESISTÊNCIA, 100% CELULOSE. APRESENTAR NA PROPOSTA FICHA TÉCNICA E LAUDO MICROBIOLÓGICO CONFORME PORTARIA MS Nº 1.480-90	UNIDADE	DELLY	30	33,10

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VENER PEREIRA DE SOUZA	09.110.229/0001-53	20/10/15 09:04:34 1.800,00	21/10/15 14:28:24 33,10

LOTE: 000007 HOMOLOGADO
MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

23/10/15 04:24

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	GUARDANAPO DE PAPEL PEQUENO, FOLHA SIMPLES, ALTA QUALIDADE, NO TAMANHO 24 X 22 CM, PACOTE COM 50 FOLHAS. APRESENTAR NA PROPOSTA FICHA TÉCNICA E LAUDO MICROBIOLÓGICO CONFORME PORTARIA MS Nº 1.480-90	PACOTE	VIPP PLUS	30	2,40

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VENER PEREIRA DE SOUZA	09.110.229/0001-53	20/10/15 09:04:34 63,00	21/10/15 14:28:57 2,40

LOTE: 000008 CANCELADO
MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

01/01/01 12:00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	CESTO PARA LIXO REDONDO COM TAMPA FLIP-TOP, COR PRETA, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE DE 12 A 14 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 24 X 24 CM, DE BOA QUALIDADE.	UNIDADE		10	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VENER PEREIRA DE SOUZA	09.110.229/0001-53	20/10/15 09:04:34 588,00	23/10/15 18:26:13 0,00

Valor da proposta maior que preço máximo do Edital.

LOTE: 000009 CANCELADO
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

01/01/01 12:00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	COLHER EM ACO INOX PARA CAFÉ.	UNIDADE		24	0,00

LOTE: 000010 CANCELADO
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

01/01/01 12:00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	COLHER EM ACO INOX PARA CHA.	UNIDADE		24	0,00

2 / 4

LOTE: 000011 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	CONJUNTO DE 24 TALHERES COM CABO PLÁSTICO NA COR BRANCA, CONTENDO: 6 COLHERES DE MESA, 6 FACAS DE MESA, 6 GARFOS DE MESA E 6 COLHERES DE SOBREMESA.	CONJUNTO		1	0,00

LOTE: 000012 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	XÍCARA PARA CAFÉ, COM PIRES, CONFECCIONADOS EM PORCELANA BRANCA, PAREDES LISAS SEM DEFORMIDADES, SEM PINTURAS, FORMATO CÔNICO, CAPACIDADE DE, APROXIMADAMENTE, 50ML.	UNIDADE		36	0,00

LOTE: 000013 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	XÍCARA PARA CHÁ, COM PIRES, CONFECCIONADOS EM PORCELANA BRANCA, PAREDES LISAS SEM DEFORMIDADES, SEM PINTURAS, FORMATO CÔNICO, CAPACIDADE DE, APROXIMADAMENTE, 200ML.	UNIDADE		24	0,00

LOTE: 000014 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	COPO PARA ÁGUA, EM VIDRO, APLICAÇÃO RESIDENCIAL, CAPACIDADE APROX. 300ML, REUTILIZÁVEL, LISO, TRANSPARENTE.	UNIDADE		48	0,00

LOTE: 000015 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	PRATOS RASOS EM PORCELANA BRANCA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 24.6 CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE		10	0,00

LOTE: 000016 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	PRATOS SOBREMESA EM PORCELANA BRANCA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE		10	0,00

LOTE: 000017 CANCELADO 01/01/01 12:00
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	COPO ISOPOR DESCARTÁVEL DE 120 ML, CAIXA COM 1000 UNIDADES.	CAIXA		3	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VENER PEREIRA DE SOUZA	09.110.229/0001-53	20/10/15 09:04:34 720,00	23/10/15 18:26:13 0,00

Valor da proposta maior que preço máximo do Edital.

LOTE: 000018 CANCELADO
MATERIAIS DE COPA E COZINHA

01/01/01 12:00

ITEM ESPECIFICAÇÃO

1 PORTA FILTRO/COADOR DE CAFÉ N° 103 COM SUPORTE, COR VERMELHA.

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNIDADE		2	0,00

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é (são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

CIS/AMMVI**RESOLUÇÃO Nº 98, DE 08/09/2015.**

RESOLUÇÃO nº 98, de 08/09/2015.

Abre Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 350.000,00.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015 no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), mediante a utilização do Excesso de Arrecadação, conforme segue:

02 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI	
02.002 - PROCEDIMENTOS MEDICOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS	
02.002.0010.0302.0002.2005 - MANUTENÇÃO PROCEDIMENTOS MEDICOS HOSPITAL AMBULAT	
3339000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	
Total Suplementação	R\$ 350.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI

RESOLUÇÃO Nº 99, DE 20/10/2015.

RESOLUÇÃO nº 99, de 20/10/2015.

Estabelece o dia 28 de outubro de 2015 como ponto facultativo, e dá outras providências

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Art. 107, caput e § 1º do Regulamento do Quadro de Pessoal instituído pela Resolução nº 83 de 29/07/2014, e

Considerando-se que durante a data em comemoração ao Dia do Servidor, as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como a grande maioria dos órgãos públicos municipais do Médio Vale do Itajaí, estarão fechados para atendimento ao público; Considerando-se que os serviços do CISAMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede do CISAMVI neste dia, sem prejuízo aos municípios consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos servidores do CISAMVI na data de 28 de outubro de 2015 (quarta-feira).

Art. 2º - O servidor que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o Artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pelo CISAMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 20 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI

CPIMMOC**RESOLUÇÃO CONSTITUI COMISSÃO LICITATÓRIA OUTUBRO 2015**

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Constitui Comissão de Licitação e dá outras

Providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO-CPIMMOC, estabelecida em JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constitui comissão para abertura, julgamento e classificação de propostas da licitação nas modalidades de Tomada de Preço 001/2015 no Processo Licitatório nº 005/2015, com todos os poderes necessários para os atos de julgar a habilitação dos proponentes, analisar e julgar as propostas de preços e praticar os atos pertinentes ao certame licitatório que for instituído pelo Consórcio.

Art. 2º Nomeia as seguintes pessoas para comporem a Comissão:

Marize Coletti – Presidente

Andréia Fleck da Silva – Secretaria

Art. 3º - A Comissão fica instituída enquanto durar o Processo Licitação.

Joaçaba 23 de outubro de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

CIGAMERIOS**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015 – CIGAMEIROS****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015 – CIGAMEIROS**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através da Pregoeira nomeada pela Resolução nº 0013/2015, licitação com reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Micro Empreendedor Individual – MEI, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futuras e parceladas aquisições de medicamentos ÉTICOS ou GENÉRICOS, pelos MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, para o exercício financeiro de 2016.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 26/10/2015 ate às 08h00min do dia 09/11/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 09/11/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 09/11/2015.

RETIRADA DO EDITAL: www.amerios.org.br (CIGAMERIOS), ou PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br "Acesso Identificado".

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC - Pregoeira: Valquiria Astrigi - E-mail: cigaamerios@amerios.org.br - Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

Maravilha/SC, em 26 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC